



MARIA EMILIA VASCONCELOS DOS SANTOS

**OS SIGNIFICADOS DO 13 DE MAIO:
A ABOLIÇÃO E O IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO PARA OS
TRABALHADORES DOS ENGENHOS DA ZONA DA MATA SUL DE
PERNAMBUCO (1884-1893)**

Campinas

2014

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

MARIA EMILIA VASCONCELOS DOS SANTOS

**OS SIGNIFICADOS DO 13 DE MAIO:
A ABOLIÇÃO E O IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO PARA OS
TRABALHADORES DOS ENGENHOS DA ZONA DA MATA SUL DE
PERNAMBUCO (1884-1893)**

ORIENTADOR: PROF. Dra. SILVIA HUNOLD LARA

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do Título de Doutora em História, na área de concentração História Social.

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida pela aluna Maria Emilia Vasconcelos dos Santos, e orientada pela Prof. Dra. Silvia Hunold Lara.

**Campinas
2014**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

Santos, Maria Emília Vasconcelos dos, 1981-
Sa59s Os significados dos 13 de maio : a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893) / Maria Emília Vasconcelos dos Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Silvia Hunold Lara.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Escravidão - Abolição - Brasil. 2. Engenhos - Mata, Zona da (PE) - 1884-1893. 3. Trabalhadores. 4. Escravidão - Pernambuco. 5. Açúcar. I. Lara, Silvia Hunold, 1955-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The meaning of 13 may : abolition and the immediate post-abolition of workers for the sugar mills in the Zona da Mata Sul of Pernambuco (1884-1893)

Palavras-chave em inglês:

Slavery - Abolition - Brazil

Mills - Mata, Zona da (PE) - 1884-1893

Workers

Slavery - Pernambuco

Sugar

Área de concentração: História Social

Titulação: Doutora em História

Banca examinadora:

Silvia Hunold Lara [Orientador]

Sidney Chalhoub

Jeferson Cano

Marcelo Mac Cord

Walter Fraga Filho

Data de defesa: 28-03-2014

Programa de Pós-Graduação: História



A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 28 de março de 2014, considerou a candidata MARIA EMILIA VASCONCELOS DOS SANTOS aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Sílvia Harold Lara



Prof. Dr. Sidney Chalhouh



Prof. Dr. Jefferson Cazo



Prof. Dr. Walter da Silva Fraga Filho



Prof. Dr. Marcelo Mac Cord



RESUMO

Esta tese tem por objetivo investigar as experiências sociais dos trabalhadores dos engenhos no contexto emancipacionista da década de 1880 e do imediato pós-abolição. Nosso estudo aborda as quebras e as linhas de continuidade entre a escravidão e a liberdade vivenciadas pelos senhores de engenho e os trabalhadores da cana-de-açúcar, entre eles, a população pobre e livre, principalmente, a negra e os escravos na Zona da Mata Sul de Pernambuco, notadamente, entre os anos de 1884 e 1893. Para atingir tal fim, lançamos mão de um *corpus* documental composto por fontes históricas diversas, como os ofícios policiais, processos judiciais, jornais, censos populacionais, memórias e cartas. No cruzamento destas fontes buscamos vislumbrar os diversos significados da Abolição, da liberdade e do trabalho para os personagens presentes nesta tese. A pesquisa evidenciou que, ao longo dos anos de 1884 a 1893, a Mata Sul pernambucana passou por transformações promovidas pelo processo das lutas pelo fim da escravidão e pela Abolição, que alterou as relações sociais e políticas na região. Neste momento de reordenação das relações sociais e de trabalho, a população negra procurou conquistar maior autonomia e dignidade expressa pelo movimento entre cidades e engenhos, impondo limites à opressão social; já os proprietários, por sua vez, viveram momentos de descontentamento com a perda das antigas prerrogativas senhoriais e criaram estratégias para controlar a mão-de-obra de ex-escravos e livres pobres. Assim, objetivamos, sobretudo, demonstrar como as experiências da escravidão e da Abolição vivenciadas pelos trabalhadores do açúcar, de variadas maneiras, influenciaram nas complexas relações de trabalho, nas alianças e negociações estabelecidas no cotidiano e nos modos de reivindicar direitos no pós-abolição.

Palavras-chaves: – Escravidão – Abolição – Brasil, Engenhos – Mata, Zona da (PE), - 1884-1893, Trabalhadores, Escravidão – Pernambuco, Açúcar.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate the social experiences of the mills' workers in the emancipationist context of the 1880s and the immediate post-abolition. Our study discusses the breaks and lines of continuity between slavery and freedom experienced by the Lord of sugar mill and the workers of sugar cane. Among them, the poor and free population, mainly the black people and the slaves at the South Zona da Mata of the State of Pernambuco, especially between the years 1884 and 1893. To achieve this end, we make use a corpus consisting of several historical sources, such as police letter, lawsuits, newspapers, population census, memoirs and letters. At the intersection of these sources we intend to see the different meanings of Abolition, freedom and work for the characters presented in this thesis. The research showed that, throughout the years 1884-1893, the South Zona da Mata has undergone transformations promoted by the struggle to end slavery and Abolition, which changed the social and political relations in the region. At this time, of reordering of the social and labor relations, the black population sought to conquer greater autonomy and dignity, expressed by movement between towns and mills, imposing limits to the social oppression. Already the sugar mill owners, in turn, lived moments of discontentment with the loss of the old lordly prerogatives, and created strategies to control the manpower of former slaves and poor free. So, we aimed, above all, demonstrate how the experiences of slavery and abolition lived by the sugar workers influenced in complex working relationships, alliances and negotiations established on everyday and modes of claiming rights in post-abolition.

Key-words: Slavery – Abolition – Brazil, Mills – Mata, Zona da (PE) – 1884-1893, Workers, Slavery – Pernambuco, Sugar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A ZONA DA MATA SUL: O ESPAÇO E AS PESSOAS (1884-1893)	23
1.1 O cenário	23
1.2 Do canavial ao engenho	32
1.3 Escada, Ipojuca e a dinâmica social	44
1.4 Das pessoas do lugar	53
2. OS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO EM PERNAMBUCO	59
2.1 Mobilização abolicionista em Pernambuco	59
2.2 O 25 de março no Ceará e suas repercussões	64
2.3 A luta dos escravos e a reação senhorial	74
3. OS TRABALHADORES DOS ENGENHOS E SUAS EXPERIÊNCIAS	93
3.1 Os trabalhadores dos engenhos na Mata Sul de Pernambuco	93
3.2 Os trabalhadores e suas cores	101
3.3 Trabalho feminino nos engenhos	107
3.4 Trabalho infantil.....	111
3.5. Trabalho a jornal, contratação e remuneração	114
3.6 Formas de persuasão e controle dos trabalhadores	119
3.7 Solidariedades e Conflitos entre trabalhadores.....	127
4. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA LIBERDADE	135
4.1. Motivos para migrar	135
4.2 Motivos para ficar	150
4.3 Outros movimentos	154
4.4 Racialização, relações entre gêneros e conflito entre trabalhadores	157
4.5 (Re)sentimentos senhoriais.....	170
4.6 Dependência e gratidão	174
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
6. FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	189

**Dedico este trabalho para meu sobrinho Pedro,
nova luz na família.
Para minhas irmãs Carol e Cecília e para mainha
(Nenzinha) com todo meu carinho.**

AGRADECIMENTOS

Mesmo que uma tese de doutoramento seja individual ela não foi construída sem o apoio de algumas pessoas.

Sou muito grata à minha orientadora, Silvia Lara, pela aposta que fez no meu projeto, pelo profissionalismo no processo de orientação e pelas preciosas sugestões para a pesquisa. Silvia é uma professora exigente, competente, comprometida com seus alunos e uma grande intelectual.

Agradeço aos professores Sidney Chalhoub e Bob Slenes pelas valiosas contribuições no exame de qualificação. Também tive momentos de grande aprendizado e descobertas nas disciplinas ministradas por Fernando Teixeira, Sidney e Bob por terem despertado importantes reflexões para a minha pesquisa. Um agradecimento especial ao Professor Celso Castilho por me receber na Vanderbilt University para fazer o estágio sanduíche. Ao professor Marcus Carvalho que fez parte da minha formação como historiadora e acima de tudo por ser uma pessoa generosa, um incentivador e modelo de profissional para os alunos da UFPE.

Um agradecimento especial para Flávia Peral que é uma verdadeira santa milagreira! Faz as coisas acontecerem no Cecult e auxilia os estudantes sempre com um sorriso no rosto e com muita eficiência. Aos amigos conquistados durante o doutorado Marcus Vinicius, Cris Souza e Inaiê, Gisele Oliveira, Vinicius Possebon, Fernanda Lima, Paulo Julião, Carlos Moura, Carlos Eduardo Costa, Moacir Maia e Deusa Souza, muitos abraços. Um agradecimento especial e muitos beijos ao querido Fabrício Kipper pelas ajudas com mapas e questões gráficas.

No sanduíche na Vanderbilt University os amigos feitos foram fundamentais para vivenciar esse período, abraços calorosos para Carla Ferrer, Pedro Torreão e Maíra Chianellato. A gente fechou em Nashville.

Sou profundamente grata pelo carinho e atenção dispensados pela minha mãe que tem sido o meu porto seguro. Não fosse a sua ajuda e encorajamento a minha pesquisa não teria sido levada adiante. Algumas viagens, congressos e 1 ano sem bolsa morando em Campinas foram financiados pela mamãe. Ela aguentou meu mau-humor, meus dias trancada em meu quarto agarrada com os livros e com o computador. Recebi diversos mimos como o suco de manhã e palavras de apoio. Já teria sido suficiente contar apenas com a ajuda, compreensão e amizade de minha mãe, mas a vida foi tão generosa comigo que colocou mais pessoas maravilhosas no meu

caminho como as minhas irmãs Carol, Cecília e meu sobrinho Pedro. Pessoas que enchem a minha vida de leveza e descontração. A eles dedico meu afeto e gratidão.

Agradeço a minha madrinha Anita sempre generosa, carinhosa e presente. Agradeço ao meu tio Jorge que foi me buscar diversas vezes no aeroporto entre as minhas idas e vindas entre Recife e Campinas. Também agradeço a Dra. Myrian uma pessoa generosa e cheia de afetividade.

Aos amigos de Recife e feitos em Recife Marcelo Mac Cord, Juliana Andrade, Humberto Miranda, Maciel Carneiro, Cristiano Christillino, Osvaldo Maciel, Israel Osanam, Pablo, Márcio, Tatiana Lima, Valéria Costa, Natália Barros e minha querida amiga Cíntia Sales um abraço afetuoso.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Pernambuco e especialmente a Hildo Leal da Rosa que sempre facilitou o acesso aos documentos e é um grande conhecedor das fontes para a história de Pernambuco. Sou grata aos funcionários do Memorial da Justiça de Pernambuco pela dedicação e zelo com a documentação e com os pesquisadores que ali chegam. Agradeço aos sócios do IAHGP, que sempre me receberam com muita atenção.

Sou grata a FAPESP e a CAPES que financiaram meu doutoramento e o estágio no exterior com bolsa de pesquisa sem a qual este trabalho não teria sido viabilizado.

ABREVIATURAS

AEL – Arquivo Edgard

ACMOR – Arquivo da Cúria Metropolitana de Olinda e Recife.

APEJE – Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano

CECULT – Centro de Pesquisa em História Social da Cultura

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

IHGPE – Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

MJPE – Memorial da Justiça de Pernambuco

SSP – Fundo da Secretaria de Segurança Pública

USB – União Sociedade Beneficente 25 de março

LISTA DE MAPAS, FIGURAS, TABELAS E GRAFICOS.

Mapa 1- Mapa de Pernambuco 1868, Escada e Ipojuca em destaque	24
Mapa 2- Mapa de Ipojuca.....	29
Mapa 3- Mapa de Escada	30
Mapa 4- Deslocamento do ex-escravo João Correia em 1890	140
Mapa 5- Deslocamento do menor José e do pedreiro Epifanio em 1885	148
Figura 1- Estação de Escada, logo após a sua inauguração em 1860	38
Figura 2- Vista da cidade de Escada	46
Figura 3- Anúncio do cigarro Os Libertos	60
Figura 4- Rótulo do cigarro com a imagem de Joaquim Nabuco e José Mariano, respectivamente	61
Figura 5- Jornal o Rebate 25 de março de 1884.....	69
Figura 6- Liberto Belisário	87
Figura 7- Jornal <i>The Daily Picayune</i>	88
Figura 8 - Casas dos trabalhadores dos engenhos	124
Tabela 1- Cor da população dos Municípios de Escada e Ipojuca em 1872.....	103

INTRODUÇÃO

Em 5 de junho de 1888 o delegado de Escada iniciou seu ofício relatando o que tinha ocorrido dias antes no Engenho Refresco: as ingênuas Paulina e Salustiana finalmente tinham sido entregues para a mãe. Elas estavam sendo disputadas pelo Dr. Sérgio, proprietário do referido engenho, e pela mãe das meninas, a ex-escrava Maria, apontada como mulher solteira, que vivia embriagada e possuía maus costumes. Essa caracterização procurava desqualificar e dificultar a retomada da tutela das suas filhas, que já deviam executar pequenos afazeres e quando crescessem passariam a executar os mais diversos serviços naquele engenho.

O delegado ainda abordou outra questão em seu relato, informando que desde o dia 13 de maio o seu “trabalho tem sido excessivo para conter essa gente [os libertos] e fazê-los trabalhar”. Por fim ele disse que a Abolição trouxe transtornos, medo de saques, indisposições no Engenho Jundiá e pelo restante da cidade. Por isso, solicitava o aumento do Destacamento policial, a fim de conter os “desordeiros” e também porque seu trabalho, no qual já era bastante experimentado, agora tinha crescido consideravelmente. E alertava que se as providências não fossem tomadas “teremos de lastimar muitas desgraças em lugar de evitá-las”.¹

Esse pequeno fragmento, de um lado, apresenta a problemática da reorganização do trabalho, as dificuldades enfrentadas pelos libertos para gerir as suas vidas e os conflitos que nasceram da quebra de antigas hierarquias no imediato pós-abolição. E, por outro lado, mostra que aumentaram as possibilidades dos libertos reclamarem em seu próprio nome e também que eles podiam ir embora dos engenhos e viver no lugar que escolhessem sem necessidade de negociação prévia. Segundo o delegado, aumentou o número de libertos desobedientes e desordeiros. Esse caso é um indicativo das questões tratadas por essa tese que estuda as transformações promovidas pela Abolição e as continuidades do cativo no período de ampliação da liberdade para os trabalhadores da cana-de-açúcar que circularam pela zona da Mata Sul de Pernambuco entre os anos de 1884 e 1893.

¹ Ofício da Subdelegacia de Escada 05 de junho de 1888, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada, nº 131 (1888-1899).

O recorte temporal das pesquisas sobre trabalhadores das zonas açucareiras têm se concentrado, em grande parte, no século XX – momento em que esses trabalhadores haviam criado instituições associativas, como os sindicatos rurais.² Também por ser esse um contexto de industrialização em Pernambuco, com maiores mudanças na organização do trabalho e da produção com aumento da inserção das usinas açucareiras na região. E porque no momento em que estes estudos foram produzidos dialogavam com as questões da época, como a mobilização dos trabalhadores do campo para acessar direitos trabalhistas e sociais.³ Destacamos que são análises com importantes contribuições aos estudos do universo laboral nos canaviais e também porque nos fizeram pensar acerca da constituição deste grupo de trabalhadores.⁴ Sem esquecer como observou Thompson, que o processo de formação de uma classe não tem um marco temporal rígido e consensual.⁵ Os trabalhadores dos engenhos enquanto grupo ou classe não estavam prontos e definidos enquanto tal a partir do momento em que se inicia a nossa pesquisa, o ano de 1884. Essa categoria de trabalhadores será instituída por meio da narrativa na qual costuramos fragmentos e conseguimos mostrar o movimento desses sujeitos e como eles se agregavam ou se organizavam agindo na defesa de interesses comuns. E a partir dos indícios encontrados

² Entre as associações que congregavam trabalhadores rurais existiram as antigas Ligas Camponesas que surgiram na década de 1930 no Sertão pernambucano. Na década de 1950 houve uma refundação das Ligas Camponesas, com alcance em vários estados brasileiros. A FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco) que organiza diversos sindicatos rurais do estado, por exemplo, foi fundada na década de 1970. Cremos que este tipo de agremiação que associava trabalhadores provavelmente atuou antes no cotidiano dessas pessoas e em alguns casos depois de algum tempo de fundada entre seus membros era institucionalizada formalmente. Ver: DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona açucareira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

³ ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986. LIMA, Maria do Socorro Abreu e. *Construindo o Sindicalismo Rural – Lutas, partidos, projetos*. Recife, Editora da UFPE/ Editora Oito de Março, 2005.

⁴ Em 1972 foram simultaneamente para o campo a fim de realizarem seus estudos os professores Moacir Palmeira estudando as feiras e a professora Lygia Sigaud que estudava o processo de expropriação dos moradores dos engenhos junto a um grupo de estudantes. Entre eles os então mestrandos Afrânio Garcia Jr. e Beatriz Heredia que estudavam os camponeses moradores do entorno das grandes propriedades; Marie-France Garcia dedicou-se as feiras nas usinas; Luis Maria Gatti pesquisou sobre os sindicalistas; Vera Echenique estudou os processos na justiça; Roberto Ringuet investigou as migrações de trabalhadores do Agreste para a Zona da Mata no período da safra e José Sérgio Leite Lopes estudou sobre os operários das usinas de açúcar. Essas informações constam na introdução do livro: *Uma Etnografia coletiva em terras pernambucanas*. Benoît de L'Estoile e Lygia Sigaud. In: *Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. (Orgs.) Benoît L'Estoile e Lygia Sigaud. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. *Uma Etnografia coletiva em terras pernambucanas*. Benoît de L'Estoile e Lygia Sigaud. Ver também: “Entrevista com o professor José Sérgio Leite Lopes”. *Revista Ideas – Interfaces em desenvolvimento, agricultura e Sociedade*. V.4, n. 2, 2010.

⁵ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I. “A Árvore da Liberdade”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, pp.9-14.

desenhamos uma realidade e demos inteligibilidade e uma aparente coesão a essa história. Ainda de acordo com Thompson uma classe social não pode ser apreendida como um objeto estático e sim um fenômeno que pode ser observado em seu processo de formação. Mas não podemos esquecer que se apresentar ou ser enxergado a partir da ocupação desempenhada é apenas um dos elementos para a construção da identidade desse grupo que nomeamos como trabalhadores dos engenhos. As diferenças de tom de pele, de estatuto jurídico ou de local de origem são outras variantes que compuseram a construção da identidade dos trabalhadores do mundo do açúcar.

Para abordar o universo dos trabalhadores dos engenhos em fins dos oitocentos torna-se imprescindível, então, operacionalizar a categoria “experiência” cunhada por Thompson que diz:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, — indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas com necessidades e interesses e com antagonismo, e em seguida — tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, — relativamente autônomas) e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.⁶

Desse modo, devemos compreender que as ações humanas não estão desencarnadas do tempo e do espaço. Como observou Thompson os sujeitos históricos devem ser restituídos da sua condição de agentes observada às particularidades do seu campo de possibilidades na sociedade e na relação estabelecida entre outros indivíduos e grupos.

Nossa intenção aqui não é fazer uma genealogia da classe dos trabalhadores dos engenhos, mas, podemos pensar que as relações laborais e de sociabilidades empreendidas por eles no século XX tiveram como referências às vivências urdidas no século XIX na escravidão e na luta pela Abolição como lembrou Walter Fraga.⁷

Tendo estas questões em vista, advertimos que nosso estudo não se trata de uma reflexão sobre a transição do trabalho escravo para o livre, pois, esse conceito indica a ruptura de uma antiga ordem de relações econômico-sociais para outra e a nosso ver essa ideia é equivocada para a realidade aqui abordada. Estudar a população livre, liberta e ex-

⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 182.

⁷ FRAGA FILHO, Walter. “Migrações, Itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a Abolição”. In: *Cadernos AEL: Trabalhadores, leis e direitos*. Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, v.14, n.26, 2009, pp. 127-128.

escrava a partir da ótica da “transição” da escravidão para o trabalho livre, além de reforçar a linearidade do processo histórico, essa “abordagem sobre a ‘transição’ limita a discussão aos aspectos econômicos da substituição dos escravos pelos trabalhadores livres, quase sempre desconsiderando que os ‘livres’, em sua maioria, haviam sido escravos ou descendiam destes”⁸. Buscamos acompanhar o reordenamento econômico-social, ou seja, o processo de constituição ou reconstituição de relações sociais que adveio das mudanças ocorridas com o fim da escravidão. Na Mata Sul pernambucana não houve uma substituição mecânica do emprego da mão-de-obra escrava para a força de trabalho livre. Pois, em Pernambuco durante o processo da abolição e no período pós-abolição houve um *continuum* de condições de trabalho escravo e de trabalho livre no interior dos engenhos açucareiros. Escravos, libertos e livres pobres misturavam-se nas áreas rurais e nas cidades, eles compartilhavam locais de moradia e trabalho, espaços de lazer, solidariedades, a luta pela sobrevivência e eram submetidos ao controle senhorial. Tal situação, por vezes, causou dilemas e momentos de conflitos por posicionar homens e mulheres trabalhadores dos canaviais em uma zona de indefinição entre os mundos da escravidão e da liberdade.

Procuramos posicionar nosso objeto de investigação em uma temporalidade capaz de pensar o evento da Abolição como um momento significativo, por acreditarmos que este seja um período de mudanças na história de mulheres e homens de cor fossem eles já libertos antes do dia 13 de maio de 1888 ou não e que viveram esse período dinâmico e complexo. O processo de luta pelo fim da escravidão e a Abolição são os fios condutores da presente tese de doutorado, que propõe a discussão, entre outras coisas, a respeito da liberdade e do trabalho no pós-abolição.

Porém, antes de iniciarmos as narrativas sobre os trabalhadores dos engenhos, cabe dizer que este estudo foi suscitado, em grande medida, pelas perguntas advindas da leitura

⁸ Para Walter Fraga Filho esse período deve ser pensado para além do conceito econômico de sistema escravista que tem início no período colonial e o seu fim em 1888. O autor acredita que a escravidão por moldar práticas, definir hierarquias sociais e raciais, forjar sentimentos ela não deve ser estudada como um processo linear, contínuo e sem rupturas. FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2006. Inicialmente outros autores já fizeram a crítica essa “visão de transição” Silvia Lara num artigo intitulado *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil* na Revista Projeto História. Nº16 em 1998, pp.26-27 e Sidney Chalhoub na introdução de seu livro *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp.19-20.

do livro de Peter Eisenberg *Modernização sem Mudança*⁹. Eisenberg, ao apresentar dados sobre a população escrava da província de Pernambuco entre os anos de 1850 a 1888 afirmou que houve um declínio no número de cativos¹⁰. E acrescentou que a incorporação de trabalhadores livres às lides dos engenhos, alguns deles ex-escravos, ocorreu a partir da década de 1850. Desta feita, a Abolição foi um processo gradual, sem muitas tensões e um evento de pouco impacto, pois boa parte da população de libertos já estava incorporada ao trabalho nos canaviais. Ao comparar os períodos antes e depois da Abolição Eisenberg concluiu que não ocorreram alterações substanciais para esses trabalhadores. Para o autor as mudanças ocorreram em grande parte no campo das técnicas produtivas e menos na vida dos trabalhadores dos canaviais os quais permaneceram subordinados aos senhores de engenhos que detinham posse de grandes parcelas de terras na região.

Com relação à Abolição da escravidão um contato mais acurado com a documentação policial e com as notícias publicadas na imprensa acerca do andamento dos anos finais da escravidão em Pernambuco, permitiu perceber que o fim do cativeiro foi um momento bastante dinâmico e complexo. Desse modo, a situação por nós visualizada na pesquisa empírica foi diversa da apresentada pelo autor. O processo de Abolição da escravidão em Pernambuco apresentou conflitos e tensões, motivado nos anos iniciais da década de 1880, em grande parte, pela Abolição ocorrida no Ceará. Nesse período foi difundida a ideia da província do Ceará como solo livre onde os escravos de Pernambuco podiam se refugiar o que causou grande efervescência no ativismo contra a escravidão. Se os processos abolicionistas de São Paulo e do Rio de Janeiro forem colocados em comparação com o de Pernambuco os primeiros foram mais radicais e o número de escravos nessa região era bem maior que o do segundo. Considerando as diferenças entre as regiões e com a pesquisa nos arquivos, podemos avaliar que o caso pernambucano não foi um processo realizado com “um mínimo de inconveniências” para os senhores, como indicado por Eisenberg.

Nos primeiros anos após o fim da escravidão a Abolição significou entre outras coisas a possibilidade de os libertos de se imporem enquanto cidadãos livres e assim

⁹ EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁰ Em 1850 a Província de Pernambuco tinha uma população escrava de 145 mil pessoas já em 1888 o número diminuiu para 41.122 pessoas. Idem, p.183.

poderem reclamar seus filhos ingênuos, deslocarem-se com maior facilidade, trocar de emprego, tomar atitudes e assumirem comportamentos atribuídos a homens livres (por exemplo, como exigir respeito por suas mulheres) e responder as ofensas feitas a eles empregando um tom mais áspero, inclusive, com uso de violência.

Pudemos observar essa faceta da realidade aqui estudada porque nós nos apoiamos nos processos judiciais e nos ofícios policiais e tal documentação não foi utilizada pelo autor. Como já observamos mais acima, o que Eisenberg argumentou sobre as mudanças ocorridas entre o fim da escravidão e a Abolição estava voltada para as modernizações técnicas e econômicas, mas não sociais do mundo açucareiro. As questões apresentadas e respondidas pelo autor era o que estava em voga na época em que ele desenvolveu as suas pesquisas. Outros historiadores no mesmo período, década de 1970, fizeram trabalhos semelhantes investigando outros municípios brasileiros. Procurando entender como o advento do capitalismo e o fim da escravidão foi vivido pelos sujeitos do período investigado.¹¹

Apresentado este quadro de questões podemos avançar para tratar dos debates com a bibliografia que norteia a nossa análise. A historiografia de âmbito nacional que tem se debruçado sobre a sociedade escravista produziu muitos estudos que tiveram como mote a Abolição. Apesar do avanço significativo na compreensão de questões políticas, vários aspectos relativos ao cotidiano e às relações de sociabilidade vivenciadas por homens e mulheres libertos pelas chamadas leis emancipacionistas (Ventre Livre e Sexagenários) e, sobretudo, pela Lei Áurea, precisam ser melhores discutidas e examinadas para diferentes partes do Brasil. Incorporando com maior vigor nas investigações o ponto de vista dos escravos e libertos sobre esses eventos.

Analisando essa produção, é possível identificar três vertentes historiográficas principais sobre a Abolição da Escravidão e o abolicionismo no país. A primeira corrente interpretativa, de um modo geral a literatura produzida nas décadas de 1960 e 1970 apresentou um debate mais voltado para aspectos econômicos (o ingresso do Brasil em uma ordem capitalista com a formação de um proletariado nacional e o aumento do mercado consumidor) e identificava como dirigentes do movimento abolicionista homens brancos

¹¹ DEAN, Warren. *Rio Claro: Um sistema brasileiro de grande lavoura. (1820 -1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

pertencentes aos estratos médios urbanos.¹² Essa tendência deu ênfase à agência dos abolicionistas nos assuntos ligados a liberdade dos cativos. Desse modo, a função do abolicionista era a de mentor e a de estimular a entrada dos escravos na luta pela liberdade. Ensinando-lhes ou apresentando-lhes a situação de tal maneira que o cativo vencesse o seu medo ou estado de letargia e partisse para a luta. Esses trabalhos utilizaram em grande parte, fontes parlamentares que era um universo mais restrito aos homens brancos, os jornais e a documentação produzida por agremiações que defendiam o fim da escravidão.¹³

Nesse contexto historiográfico o escravo e o liberto eram encarados como indivíduos que necessitavam ser tutelados. Não cabe aqui tratar sobre esta questão que já foi discutida em outros textos como na introdução do livro *Na Senzala uma Flor* de Robert Slenes¹⁴. O autor nos apresentou a discussão da escola paulista de sociologia que afirmava que os escravos eram incapazes de articularem-se e promoverem soluções para alcançarem o fim da escravidão. Os casos de revolta escrava foram considerados pela Escola Paulista como produtos individuais e anárquicos. Sendo assim, a Abolição da escravidão brasileira foi um empreendimento levado adiante por homens brancos não atribuindo aos cativos e aos setores populares uma participação mais atuante e independente nesse processo.

No entanto, a grande contribuição historiográfica desse período foi a produção de uma narrativa bem organizada do desenvolvimento do movimento abolicionista, textos importantes foram produzidos e propiciaram uma compreensão mais ampla desse momento. Essas obras abordaram as diferentes formas de atuação dos militantes abolicionistas ao longo das últimas décadas do escravismo. Grosso modo, eles foram apresentados como divididos entre os ligados ao movimento abolicionista organizado de cunho legalista e os agitadores radicais. Needell aponta que em fins da década de 1970 os estudos sobre o abolicionismo abandonaram uma perspectiva de análise nacional da política

¹² CARDOSO, Ciro Flamarion S., *A Abolição como problema histórico e historiográfico*. In: Ciro Flamarion S. Cardoso. *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1988.

¹³ COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas, 2.a edição, 1982, (1966). CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Editora Difusão Européia do Livro, 1962. IANNI, Otávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo, Difusão Européia, 1962. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, Edusp, 1965, (1964).

¹⁴ SLENES, Robert Wayne Andrew. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

formal e passaram a considerar as especificidades do nível local junto à atuação dos cativos no processo de Abolição.¹⁵

Nos anos 1980, foram publicados uma série de obras que incorporaram novas fontes, novas questões e novos personagens.¹⁶ Os estudos sobre a Abolição e o abolicionismo criticaram a produção da década anterior a respeito de uma liderança exclusivamente branca dentro do movimento abolicionista.¹⁷ Dentro dessa perspectiva os cativos não estavam simplesmente sob o comando de lideranças, como também participaram de forma autônoma dentro desse campo de atuação pelo fim da escravidão. Os escravos, libertos e os populares foram vistos como componentes importantes desse movimento, atuando criticamente tanto nas ruas quanto nas senzalas provocando insurreições e planos de revoltas escravas que repercutiram nas tribunas do parlamento, criando uma atmosfera política propícia para o fim do cativo.¹⁸

Nos estudos produzidos em Pernambuco nos anos 1980 prevaleceu à imagem de senhores de engenho que nos anos finais do século XIX tinham vaticinado o fim da escravidão e substituído aos poucos seus trabalhadores. Tal percepção foi cunhada na análise feita por Peter Eisenberg sobre a Zona da Mata pernambucana.¹⁹ Com isso as transformações sociais promovidas pela Abolição e o pós-abolição não se constituiriam como um campo de estudo de destaque nos programas de pós-graduação de Pernambuco.²⁰

A comemoração do centenário da Abolição propiciou uma proliferação de estudos sobre o tema em todo o país e também em Pernambuco. O historiador Fernando da Cruz Gouveia, que tem se dedicado à análise da política imperial na Província de Pernambuco, publicou um livro informativo sobre o desenrolar cronológico do processo de abolição da

¹⁵ NEEDELL, Jeffrey D. *Nabuco e a Batalha Parlamentar Pela Abolição*. In: Conferências sobre Joaquim Nabuco – Joaquim Nabuco e Wisconsin. Centenário da Conferência na Universidade. Ensaio comemorativo. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias Ltda., 2010. Citamos como exemplo o livro de Diana Galliza que realizou um estudo sobre o processo de abolição da escravidão na Paraíba. GALLIZA, Diana Soares de. *O Declínio da Escravidão na Paraíba, 1850-1888*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1979.

¹⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru (SP): Edusc, 2001. Ver introdução.

¹⁷ AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites: século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, (1987) 2004.

¹⁸ MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-EDUSP, 1994.

¹⁹ EISENBERG, Peter. Op. Cit.

²⁰ HOFFNAGEL, Marc Jay. 30 anos de História: “Considerações sobre a Produção Historiográfica a respeito da escravidão no programa de pós-graduação em História da UFPE”. *Revista de Pesquisa Histórica Clio*, Dossiê 64, edição: 22, Recife, Editora Universitária da UFPE, 2004.

escravatura, enfatizando, sobretudo, o espírito de vanguarda dos pernambucanos.²¹ Para este autor os senhores de engenho de Pernambuco eram “escravistas disfarçados”, isto é, já estavam envolvidos e atuando para o fim da escravidão no Brasil desde o período das revoluções emancipacionistas e liberais (1817 - Revolução Pernambucana; 1824 – Confederação do Equador; e 1848-50 – Revolta Praieira).

Em 1988, o bacharel em Direito e jornalista Leonardo Dantas foi responsável pela edição de obras que reúnem documentos sobre a Abolição e Joaquim Nabuco, essas publicações possuem um caráter comemorativo e ufanista, com relação ao seu patrono.²² Note-se que as publicações da Fundação Joaquim Nabuco produziram livros que ajudaram por um lado, a disponibilizar farta documentação para os pesquisadores e por outro por construir um registro comprometido com a preservação e com a elaboração de uma memória enaltecida de Joaquim Nabuco e do movimento abolicionista pernambucano.²³ Ainda que sejam coletâneas de documentos, contribuições foram trazidas por esse tipo de publicação no que concerne ao levantamento de fontes sobre a escravidão e o processo de Abolição em Pernambuco. Por outro lado, a seleção das fontes publicadas mostra como, em grande medida, o interesse recaiu sobre os grandes líderes abolicionistas.

A segunda vertente historiográfica está ligada à História Social e aos debates da Historiografia da Escravidão no Brasil ocorridos, sobretudo a partir dos anos 1980. Em síntese, essa matriz fez uma crítica à maneira como a bibliografia sobre o tema não contemplava a atuação dos cativos e da população livre pobre na luta pelo fim do cativo.

A

partir da década de 80, historiadores e cientistas sociais também passaram a se preocupar cada

²¹ Ver notadamente a introdução. GOUVEIA, Fernando da Cruz. *Abolição: a liberdade veio do Norte*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

²² SILVA, Leonardo Dantas. *Alguns documentos para a história da abolição*. Organização e Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988, (Abolição, v. 11). *A imprensa e a abolição*. Organização e Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988. Fac-símiles de jornais e revistas abolicionistas editados em Pernambuco entre 1876 e 1891. (Abolição, v. 13). *A Abolição em Pernambuco*. Organização e Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988, (Abolição, v. 10). Inclui fac-símile do Catálogo da Exposição Comemorativa do Cinquentenário da Abolição em Pernambuco, 13 a 31 de maio 1938.

²³ Em Pernambuco um autor representativo é o pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, Humberto França. Que escreveu diversos artigos sobre Joaquim Nabuco e está finalizando o livro: *Joaquim Nabuco – Diplomata*. No prelo. Ver artigos no site da FUNDAJ – www.fundaj.gov.br. Ver também: SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco. Um pensador do Império*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

vez mais em desvendar o papel que ex-escravos e seus descendentes tiveram no processo de abolição da escravatura. Suas principais contribuições foi o uso de novas fontes, como inventários *post-mortem*, processos crimes, e o alargamento do debate teórico, com a inclusão da abordagem de Edward P. Thompson, no que diz respeito à necessidade de levar em conta a

visão dos “excluídos” na análise histórica.²⁴ Esta mudança no modo de conceber e interpretar o processo escravista tornou possível que a historiografia atual chegasse a novos paradigmas e pudesse utilizar novos instrumentos e métodos de análise.

Se os temas sobre a escravidão no Brasil giravam em torno da resistência escrava e do protagonismo do cativo em suas relações com os senhores e outros setores sociais, as pesquisas sobre a Abolição também se voltaram para realçar o papel dos escravos e, em alguns casos, mostrar que os cativos agiram independentemente da ação dos líderes abolicionistas.²⁵ Aos poucos, foi-se enfatizando a pluralidade de personagens envolvidos no processo da Abolição, ampliando-se a rede do movimento abolicionista.

Uma das primeiras obras sobre a Abolição, que rompeu com a ideia da pouca importância da resistência escrava no processo da Abolição foi o livro de Célia Marinho Azevedo *Onda negra, medo branco*, promovendo uma interpretação do movimento abolicionista para além de seus líderes mais famosos. Os próprios projetos abolicionistas foram objeto de análise e passou-se a perceber com mais detalhe a ambigüidade e a complexidade dos seus objetivos. Marinho aponta também para a atuação coletiva dos escravos, independentemente do estímulo dos conhecidos líderes do movimento abolicionista, desde o início da década de 1880.²⁶

Maria Helena Machado, seguindo a mesma linha de raciocínio, colocou em cena a participação dos grupos sociais subalternos, em especial dos homens livres e pobres que se articulavam às lutas escravas. Segundo a autora, essa participação popular pode ter se dado

²⁴ LARA, Silvia H. “Blowin in the Wind — E.P Thompson e a experiência negra no Brasil.” *Projeto História*. São Paulo. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História PUCSP. n° 12, p.47, outubro de 1995.

²⁵ SANTOS, Cláudia Andrade. Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo? In: REIS F, Daniel Aarão (Org.). *Intelectuais, história e política*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

²⁶ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*. Op. Cit.

porque grande parte dessa camada da sociedade era formada por descendentes de escravos e ex-escravos, deixando de compreender o movimento abolicionista como “negócio de brancos”, ou seja, como fenômeno que abarcava apenas indivíduos oriundos de uma camada média urbana.²⁷ A autora, em *O Plano e o Pânico*, fala da importância de se considerar a pluralidade do abolicionismo brasileiro e chama a atenção para a diversidade e complexidade de projetos e atuações dos sujeitos envolvidos.

Desde a década de 1980, verifica-se, portanto a ascensão de uma historiografia preocupada em entender a experiência dos trabalhadores e grupos socialmente marginalizados no Brasil, pautada por problemas que ultrapassavam a ideia mais geral da questão da constituição da classe e suas formas de luta. Na década de 1990 ocorreu uma ampliação das investigações acerca das experiências dos cativos nas últimas décadas de trabalho servil a partir de processos judiciais, documentos policiais, leis emancipacionistas, debates políticos e parlamentares. As pesquisas descortinaram as estratégias dos escravizados, analisando como eles forjaram diversos significados em torno da liberdade e da escravidão.²⁸ São estudos que voltaram as suas atenções para uma compreensão dos escravos como protagonistas e como indivíduos que pensaram o que lhes acontecia a partir de suas próprias lógicas. Alguns desses estudos entrelaçaram agência escrava e popular junto ao papel dos abolicionistas no processo de Abolição do cativo.²⁹ Outros investigaram que as leis emancipacionistas eram um elemento de luta em defesa da liberdade e, ao mesmo tempo, da defesa da propriedade escrava, legitimando o domínio senhorial.³⁰

²⁷ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o Pânico, os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, São Paulo, EDUSP, 1994.

²⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade*. Op. Cit. CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: Rotinas e rupturas do Escravismo no Recife 1822-1850*. Recife: UFPE, 1998.

²⁹ CASTILHO, Celso. *Abolitionism Matters: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*. Tese de doutorado, University of California, Berkeley, 2008. AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos. Lutas jurídicas e abolicionismo em São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

³⁰ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2001. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 1999.

Os historiadores observaram por meio de suas pesquisas que havia uma pluralidade de sujeitos políticos na sociedade escravista, que lutaram à sua maneira para atingir objetivos que lhes eram de primeira ordem. Assim sendo os escravos, que antes eram vistos de modo caricato, como heróis ou sujeitos indefesos, passaram a ser percebidos como mais ativos e com ações e projetos mais complexos e sutis do que se imaginava até então.

Em *Visões da Liberdade*, Chalhoub apresenta uma visão mais equilibrada das relações entre a ação dos cativos e as dos abolicionistas. O autor concentrou sua investigação nos processos crimes e ações de liberdade, cujos autores e réus residiam na Corte, nos anos de 1860, 1870 e 1880; nos quais os cativos fizeram uso da Justiça para reivindicar a sua libertação. Esse tipo de documentação permitiu, nesse caso, ir além da propaganda abolicionista divulgada em periódicos. As ações de liberdade se constituíram como uma via de acesso para examinar as relações entre advogados e escravos, além de observar a atuação dos abolicionistas legalistas.³¹

Alguns estudos sobre a escravidão em Pernambuco também compartilham das ideias desse movimento historiográfico mais geral, como o de Marcus Carvalho: *Liberdade – rotinas e rupturas do escravismo*; nesse caso, entretanto, a análise se concentra na primeira metade do século XIX. Seu trabalho traz uma contribuição importante, pois o autor refletiu sobre um flanco importante da história social da escravidão: a necessidade de pensar a dimensões da liberdade no contexto da escravidão. Contudo, ao concentrar-se no exame dos temas da resistência, da luta dos cativos para alcançar e recriar níveis de liberdade e para por a termo a escravidão, Carvalho acabou não refletindo acerca do tema da Abolição. É bem verdade que o autor não realizou um estudo sobre a Abolição, e sim sobre resistência escrava e sobre os significados da liberdade nas primeiras décadas dos oitocentos.³²

A terceira vertente historiográfica que se adensou no início do século XXI, e que é fruto dos debates encampados pela produção historiográfica anteriormente citada, tem como intenção avaliar as experiências da escravidão e as expectativas de liberdade para os sujeitos recém-egressos do cativo. Hebe Mattos observou em seu trabalho *Das Cores do*

³¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Op. Cit.

³² CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade – Rotinas e Rupturas do escravismo. Recife, 1822 – 1850*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1998. Ver sobre os estudos sobre escravidão da pós-graduação da UFPE: Marc Jay Hoffnagel. 30 anos de História: Considerações sobre a Produção Historiográfica a respeito da escravidão no programa de pós-graduação em História da UFPE. Op. Cit.

Silêncio que a ausência do registro da cor em processos-crime, na segunda metade do século XIX, poderia servir como um marcador de diferenciação e hierarquia, ou seja, podia representar um movimento positivo na escala social o qual podia ser horizontal, mas também vertical. A autora reflete como dentro do segmento de homens negros e pardos a cor, ao pretenderem se afastar do universo da escravidão, é utilizada para aguçar diferenças entre si.³³ Em *Memórias do Cativo*, livro de Ana Maria Lugão Rios e Hebe Maria Mattos que tem como principal fonte os depoimentos orais de descendentes de escravos do sudeste cafeeiro. As autoras, tendo por base os desdobramentos do debate historiográfico dos anos de 1980 sobre a escravidão no Brasil, pensaram os escravos como agentes, passando assim a investigar as concepções de liberdade e os projetos de vida dos ex-cativos, dos seus filhos e netos. Abordaram também as estratégias adotadas pelas famílias para contornar as limitações geradas pelo preconceito racial.³⁴

O livro de Walter Fraga Filho, *Encruzilhadas da Liberdade*, é um dos poucos trabalhos que analisou as últimas décadas da escravidão e os primeiros anos republicanos em uma região diferente do Sudeste. Elegendo a região agrícola do Recôncavo baiano como recorte espacial, o autor examinou as diversas experiências vivenciadas pelos ex-cativos e seus descendentes demonstrando como suas trajetórias, depois do 13 de maio, estiveram marcadas pelo passado da escravidão. Além de discutir como os libertos e os ex-senhores tinham expectativas distintas a respeito das relações de vida e de trabalho firmadas entre eles após a libertação, essa obra revela os significados das lutas e tensões sociais dentro do contexto social marcado pelo fim do regime escravista.³⁵

No caso pernambucano, a tese defendida por Celso Castilho em 2008, *Abolitionism Matters*, é um estudo, como indica o título, que destaca a importância do movimento abolicionista para o fim da escravidão, ao mesmo tempo em que evidencia a participação e a mobilização popular nesse movimento social sem deixar ainda de perceber a atuação dos escravos. Seu trabalho está baseado nos debates legislativos, jornais, processos judiciais e registros de sociedades abolicionistas, apresentando uma análise mais abrangente, ao

³³ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. Op. Cit.

³⁴ MATTOS, Hebe Maria & RIOS, Anna Maria Lugão. *Memórias do cativo - Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

³⁵ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade*. Op. Cit.

afirmar que o processo gradual de abolição em Pernambuco não foi um fenômeno apenas de cunho econômico.³⁶

Por essa razão, este trabalho se encontra como diz Robert Slenes, *numa encruzilhada de vários caminhos da historiografia recente*.³⁷ Nossa tese incorporou vários dos procedimentos e questões produzidos pelas duas últimas vertentes historiográficas descritas acima e oferecemos uma contribuição importante ao tratar das experiências dos trabalhadores dos engenhos nas últimas décadas dos oitocentos. Nosso objetivo principal foi o de ampliar a compreensão sobre o fim da escravidão e inserir os homens e as mulheres livres, os escravos e os libertos no centro da narrativa sobre os significados da Abolição da escravidão em Pernambuco.

Nosso trabalho se insere na perspectiva historiográfica que examina os sujeitos e suas dinâmicas dentro de suas possibilidades de atuação com o fim da escravidão. Outras posturas acadêmicas surgiram e apresentam novos campos historiográficos de análise, entre elas, temos o que ficou conhecido como pós-abolição. Esta tese também acompanha o crescente interesse da historiografia brasileira pelo estudo das experiências de ex-escravos, mas procuramos compreendê-los enquanto membros de um grupo mais amplo, o dos trabalhadores dos engenhos. O processo de abolição do cativo e seus desdobramentos vêm sendo a algumas décadas alvo de estudos em diversos países e há cerca de 25 anos vêm também sendo estudado em várias regiões do Brasil. Os estudos no país que abordam as peculiaridades do pós-abolição de forma mais sistematizada foi fruto também da renovação historiográfica pela qual passava as análises sobre a escravidão brasileira. Da mesma maneira que os trabalhos sobre a escravidão centraram a sua análise na perspectiva dos cativos, os estudos sobre o pós-abolição de forma semelhante focaram suas investigações nos libertos e seus descendentes.

No primeiro momento, os trabalhos sobre o pós-abolição se dedicaram a estudar os interesses das elites a respeito dos libertos e da utilização do nacional como mão-de-obra. Detalhes sobre diagnósticos e projetos de construção nacional, pensados e planejados pelas

³⁶ CASTILHO, Celso Thomas. *Abolitionism Matters: The politics of antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*. Tese de Doutorado da University of California, Berkeley, 2008.

³⁷ Prefácio do livro *Encruzilhadas da Liberdade*. Op. Cit.

elites invariavelmente conservadoras, pautaram por muito tempo a discussão historiográfica sobre o período pós-emancipação.³⁸

O campo aberto para os estudos do pós-abolição passou assim a incluir variáveis e preocupações múltiplas. O papel do estado, dos ex-senhores, as condições em que eram exercidas as atividades que empregavam os escravos às vésperas do fim da escravidão, a existência ou não de possibilidades alternativas de recrutamento de mão-de-obra estrangeira. Incluiu também a contextualização de conceitos como cidadania e liberdade e seus possíveis significados para os diversos atores sociais.³⁹

Aqui nós propomos uma pesquisa que centra a análise no sentido conferido pelos trabalhadores do açúcar a Abolição e ao mesmo tempo adote uma periodização que avance além de 1888 e desse modo nos possibilite visualizar como eles experienciaram a liberdade e o trabalho no período pós-abolição. O episódio do Engenho Refresco apresentado logo no início desse texto, ao envolver um senhor de engenho, duas ingênuas, uma ex-escrava e o temor de desordens, nos leva, a considerar as relações que se estabeleceram com a Abolição nos engenhos da Mata Sul de Pernambuco nos últimos anos do século XIX, apontaram para uma dinâmica que remete às lógicas de exploração e discriminação do tempo da escravidão.

Nosso estudo se estenderá cronologicamente até o começo da década de 1890 no imediato pós-abolição, nos atendo prioritariamente às relações de sociabilidade, deslocamentos, cidadania e trabalho. Para efeitos de estudo consideramos aqui o imediato pós-abolição como o momento seguinte à libertação dos escravos até 1893.

Os municípios de Escada e Ipojuca foram os espaços escolhidos para a nossa análise. Tomamos esses territórios, grosso modo, como o conjunto que compreende as áreas urbanas e rurais. As duas cidades compõem a região que é denominada como Zona da

³⁸ MATOS, Hebe. “Racialização e cidadania no Império do Brasil”. In: José Murilo de Carvalho e Lucia Bastos Pereira das Neves (org.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos, n.1, Rio de Janeiro, FGV, 1988.

³⁹ RIOS, Ana Maria e MATOS, Hebe. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas.” *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. p. 170-198, 2004. p. 174.

Mata Sul de Pernambuco e essa é uma localidade de povoamento antigo.⁴⁰ Era uma região de muitos engenhos e grande produtora de açúcar em Pernambuco durante o século XIX. A produção de açúcar absorvia grande contingente de mão-de-obra e não eram utilizados somente cativos, os senhores de engenhos em períodos de safra empregavam jornaleiros para atender as suas demandas.

Este trabalho aproximou-se de diferentes aspectos da vida dos trabalhadores dos engenhos fossem eles escravos, libertos e livres tanto no campo das relações de trabalho como nos espaços de sociabilidade. Tentamos compreender como os senhores de engenho e seus trabalhadores se posicionaram frente às questões relativas à liberdade e ao trabalho após a Abolição da escravidão. Por isso a nossa análise começa em 1884, pois, este ano configura-se como marco para a luta pelo fim do cativo em Pernambuco com a Abolição da escravidão no Ceará em 25 de março de 1884 e esse mesmo período apresentou a reorganização das estratégias de contenção desse movimento pelos senhores de engenho. Desse modo, durante um tempo os senhores tentavam não perder seus trabalhadores escravos e quando isso não foi mais possível utilizavam as mais diversas estratégias para manter uma mão-de-obra e uma camada de dependentes disponível para trabalhar em seus domínios. Ao concentrar a nossa análise nas décadas finais do século XIX procuramos como alertou Lara⁴¹ não fragmentar e nem opor as experiências dos trabalhadores dos engenhos entre a escravidão e o trabalho livre e assalariado. O ano de 1893 fecha o período de análise, pois nele ocorreram novas dinâmicas sociais e de rearticulações políticas ao longo de 10 anos. Esse período proporciona momentos privilegiados para observação das atitudes dos antigos proprietários de escravos perante a perda da autoridade senhorial. Temporada marcada por eventos expressivos como a Abolição da escravidão e a emergência do Regime Republicano sendo assim, o ano de 1893 expressava também esse momento de modificações. Foi o ano em que Rui Barbosa deliberou a queima dos documentos da Coletoria da Fazenda a fim de por um ponto final na possibilidade dos ex-senhores pleitearem uma indenização pelos escravos perdidos com a Abolição junto ao

⁴⁰ SILVA, Edson Hely. *O lugar do índio. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no Século XIX: o caso de Escada-PE (1865-1880)*. Dissertação de mestrado História UFPE, Recife, 1995.

⁴¹ LARA, Silvia Hunold. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Projeto História*, São Paulo, (16), fev. 1999, pp.25-38.

governo da Republica.⁴² E por outro lado, esse momento nos permite mostrar as transformações experimentadas pelos trabalhadores que viveram dentro dos engenhos a escravidão e a liberdade.

Nosso estudo é de enfoque qualitativo e a maioria das informações sobre os trabalhadores dos engenhos foram localizadas nos processos judiciais da primeira instância e nos ofícios policiais dos municípios de Escada e Ipojuca⁴³. Nossas reflexões irão se apoiar em casos específicos, mas, é o específico que nos permitiu perceber as diversas possibilidades para os indivíduos que viveram a época estudada e que geralmente não é visualizada pelas análises estruturais. Em algumas passagens do texto lançamos mão de informações serializadas ou quantitativas⁴⁴ com a ressalva de que estes elementos não nos permitem apresentar generalizações seguras, pois, os nossos dados não são estatisticamente significativos. Mas ainda assim a nossa amostra se apresenta como uma oportunidade de vislumbrar os nossos personagens. Em outros momentos voltamos nossos olhos para casos particulares. Sem esquecer que a realidade vivida por nossos personagens foi complexa e heterogênea e que pudemos captar apenas alguns flagrantes de suas existências. Cabe acrescentar que não foi possível contar aspectos da vida dos trabalhadores dos canaviais sem enveredar por inúmeras histórias de vida ao longo de nossa narrativa. Se utilizar o recurso da multiplicidade de trajetórias, muitas vezes tornou o texto um pouco confuso ainda assim, consideramos que a profusão de histórias deixou o nosso escrito mais rico.

A nossa análise está pautada em certos pressupostos da micro-história, sendo o principal deles a de reduzir a escala de observação no plano de um grupo restrito ou de um indivíduo com o objetivo de rever, por meio das vivências deles ou dele, as diversas trajetórias dos trabalhadores da cana. Tal modelo propõe usar uma lente que permite se mover em níveis distintos e possibilita a emergência de nomes e rostos; e ao mesmo tempo observar como as ações dos indivíduos estão imbricadas em estruturas maiores.⁴⁵

⁴² LACOMBE, Américo Jacobina; Silva, Eduardo e Barbosa, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos*. Brasília: Ministério da Justiça; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

⁴³ Os “lugares” eleitos para a investigação foram selecionados também, pela possibilidade de encontrar um vasto material empírico nos arquivos. Os processos judiciais de Escada e Ipojuca, particularmente do século XIX, estão depositados no Memorial da Justiça de Pernambuco – MJPE.

⁴⁴ As informações serializáveis foram extraídas dos processos judiciais e dos registros eclesiásticos, porque os dados destas fontes são constantes pelo período de tempo que a nossa análise se circunscreve.

⁴⁵ LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: Escalas, Indícios e Singularidades*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão no século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Acreditamos que as histórias por nós reconstruídas foram partilhadas por outros trabalhadores dos canaviais. Seguindo os desígnios da micro-história utilizaremos o recurso de exemplificar os nossos argumentos narrando casos ligados aos indivíduos ou aos fatos. Com essas fontes não podemos construir amostras estatisticamente representativas, mas nem por isso não poderíamos dizer que os fragmentos de vidas aqui narrados não marcaram uma época. Essas considerações, ainda que sintéticas, são relevantes para informar sobre as nossas escolhas metodológicas.

Para construir as histórias dos trabalhadores dos engenhos açucareiros antes e depois da Abolição tivemos de trabalhar também com fontes diversas e atar fragmentos de vidas. Diários, livros de notas, produção literária, correspondência, jornais, documentação judicial e policial, entre outros, são os materiais utilizados nessa investigação. Contudo ao longo do texto dois conjuntos se impuseram como principais para este trabalho, os processos judiciais e os ofícios policiais. Os documentos aqui utilizados funcionam como um conjunto de indícios que permitiu nos aproximarmos da vida dos trabalhadores do açúcar e cruzar seus caminhos nas últimas décadas do século XIX.

Diante do quadro de questões e da pesquisa feita procuramos reconstruir as experiências dos trabalhadores dos engenhos no contexto da escravidão, da Abolição e do pós-abolição. Esta tese compõe-se de cinco capítulos que procuram demonstrar o movimento dos anos que percorremos e as mudanças sociais observadas em nossa análise. No primeiro capítulo, apresentamos o nosso cenário de investigação para localizar o leitor nesse ambiente. Relatamos quais eram as características, como eram as lides nos engenhos. Procuramos recompor na medida do possível os espaços por onde os trabalhadores dos engenhos viveram e circularam. Buscamos dar uma dimensão da paisagem humana dos municípios de Escada e Ipojuca, que era composta de trabalhadores libertos, escravos e livres. Para tanto conjugamos a leitura de censos, jornais, livros de viajantes que passaram pela região, monografias e enciclopédias sobre os municípios.

No segundo capítulo verificamos que os últimos anos da escravidão na Mata Sul não foi tão pacífico e os escravos não ficaram mansos. O clima de tensão manifesto na existência de quilombos, fugas e suicídios fez parte do cotidiano das senzalas dos engenhos até 13 de maio de 1888. Com esses embates os escravos deram novos rumos as suas lutas pelo fim do cativeiro. Em 1884, Escada e Ipojuca, a exemplo de outras cidades do Império

afiguraram-se como localidades que sentiram a atuação do movimento abolicionista e que nesse momento vivia seus melhores dias e retomava as suas atividades com maior adesão e mais força em todo o Brasil. A luta pelo fim da escravidão ganhou repercussão no debate político partidário e se tornou, para muitos, uma missão. O Ceará, no contexto de luta pelo fim da escravidão, apareceu como polo de atração dos escravos fugidos de diversas partes do país, e o 25 de março de 1884 instalou-se com efervescentes discussões e agitações para seus contemporâneos. Essa ebulição foi noticiada nos jornais da capital e do interior, na correspondência das lideranças do movimento abolicionista pernambucano e anos mais tarde esse evento foi rememorado em uma peça de teatro.⁴⁶

No terceiro capítulo vamos verificar a população de trabalhadores dos engenhos um grupo subdividido em ocupações específicas como agricultores, jornaleiros, agregados, moradores, gente da roça, do serviço rural ou do campo, olheiros, mestres de açúcar, carpinteiros, pedreiros, carreiros, criados, oleiros, costureiras, engomadeiras, do serviço doméstico, cozinheiras entre outros. Era toda essa gama de ocupações realizadas por homens, mulheres, crianças e idosos que compunham a paisagem social dos canaviais. É dessas pessoas, e apenas dessas, que nos ocuparemos nesse capítulo. Aqui temos como principal fonte os processos judiciais. Fizemos uso da serialização das informações dessa documentação como nome, idade, naturalidade e ocupação para refletir sobre o perfil dessa categoria laboral. A ausência do termo cor nos fez procurar e aguçar o olhar para observar os indícios acerca desta questão. A Mata Sul de Pernambuco, neste ponto, assemelha-se ao caso Cubano estudado por Rebecca Scott no qual o trabalho dos canaviais estava associado ao trabalho escravo e posteriormente com o fim da escravidão era uma ocupação racialmente segregada.⁴⁷

No quarto capítulo, depois de verificar quem eram esses trabalhadores dos campos de cana procuramos fazer uma investigação sobre os movimentos migratórios da mão-de-obra na região pode nos ajudar a pensar as experiências dos trabalhadores que circularam

⁴⁶ ALONSO, Angela. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011. SILVA, Eduardo. *Resistência Negra, Teatro e Abolição da Escravatura*. In: Anais da XXVI Reunião da SBPH, 2006. SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Teatro e Abolição na Bahia oitocentista (1870-1888)*. In: Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis, 2013.

⁴⁷ SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

pela Zona da Mata Sul de Pernambuco. E esse fenômeno tem uma dupla dimensão, de um acontecimento coletivo e de itinerários individuais. A imigração envolveu questões socioeconômicas, geográficas, culturais e políticas. É certo, porém que o período de maior deslocamento era no período da safra onde homens e mulheres buscavam ocupações nas lidas canavieiras, circulando entre engenhos, cidades e províncias.

Ainda nesse capítulo enfocamos nas expectativas dos trabalhadores, alguns deles libertos do 13 de maio, em meio a um intenso momento de mudanças sociais com o advento da Abolição. Elegemos alguns casos que envolviam ex-escravos e serviram de ponte para nos conduzir com suas próprias vivências por um percurso que esteve carregado de vicissitudes, de discriminações raciais e de adaptações na sociedade pernambucana pós-abolição. Procuramos nesse capítulo ressaltar os dilemas, as vulnerabilidades e os percalços da vida dos libertos para usufruir as suas liberdades, a qual teve de ser reafirmada em diversas situações. Examinamos também como os ex-senhores experimentaram o período da liberdade, ou seja, o fim da escravidão. E, por conseguinte como as práticas de exclusão ou de diferenciação utilizadas procuravam garantir uma ordem hierárquica propondo que cada um ocupasse uma posição determinada na estrutura da sociedade. Embora a intenção de impor um domínio tenha tido seus limites quebrados pelas ações dinâmicas dos indivíduos. Na parte final deste capítulo adentramos na vida de uma família que transitou entre a escravidão e a liberdade no Engenho Gaipió. A história dessa família serve como fio condutor para discutirmos as vivências de ex-escravos na vida em liberdade que deve ter sido uma experiência similar a muitas outras, carregada de ambiguidades.

Nas considerações finais refletimos, mais uma vez, sobre a questão que moveu nossa investigação: que foi a de pensar quais os significados e efeitos da Abolição do cativo, notadamente, para os ex-escravos e também para os demais sujeitos com quem eles mantinham relações. Escravidão e liberdade foram estatutos jurídicos e identidades sociais que se revelaram dinâmicas, instáveis e sujeitas à negociação. Não pensamos em termos de transição do trabalho escravo para o livre, como já apontamos, mas, tanto antes como depois da Abolição refletimos acerca da zona cinza entre o ser escravo e o tornar-se livre. A Abolição possibilitou novas orientações e novas possibilidades de ação, ou seja, transformações de suas vivências. Essas mudanças misturaram passado e presente e muitas

vezes eram tênues, mas, foram visíveis por meio de atitudes, modos de falar e pelo que era falado ou ainda das representações simbólicas dos gracejos, da dança e da música. Com o pós-abolição homens e mulheres de cor fizeram coisas antigas de maneiras novas. Por exemplo, trabalhar nos engenhos onde muitos tiveram uma ligação com a escravidão, por si mesmos ou por seus parentes, embora sob novas condições. Alguns deles manipularam símbolos de lealdade e subordinação e assim criaram uma realidade mais confortável para seus interesses. Outros, contudo, não conseguiram se “libertar” totalmente da antiga condição. Sendo assim, é importante observar o quanto nossos personagens tentaram delimitar novos padrões de trabalho livre, vida em liberdade e como sujeitos ora subservientes ora insolentes foram capazes de questionar as práticas de exclusão social.

CAPÍTULO 1

A ZONA DA MATA SUL: O ESPAÇO E AS PESSOAS (1884-1893)

Propomos, neste capítulo, mostrar o espaço de análise desse estudo: os municípios de Escada e Ipojuca, na região da Mata Sul pernambucana, nos anos finais do século XIX. Apresentamos também o panorama social e econômico que promoveu mudanças na organização do cotidiano de trabalho dentro dos engenhos.

1.1 O cenário

Pernambuco durante o século XIX foi uma das mais importantes áreas canavieiras do Brasil. Os engenhos de açúcar estavam localizados essencialmente na Zona da Mata, que compreendia dois espaços geográficos da área costeira com características naturais um pouco diferentes uma da outra: a Mata Norte e a Mata Sul – a primeira é seca e a segunda úmida⁴⁸. Nas últimas décadas do século XIX, os engenhos predominavam na zona canavieira, como também era conhecida a Zona da Mata cuja designação, de acordo com Peter Eisenberg, deveu-se originalmente às grandes e densas florestas que cobriam a região⁴⁹. Entretanto, era a Mata Sul a região econômica mais importante da província pernambucana.

⁴⁸ Pernambuco possuía mais outras três regiões geográficas distintas que eram chamadas de Litoral, Agreste e Sertão. Para a região de estudo deve ser levado em consideração a junção de todos os elementos que caracterizam a região: econômico, político e cultural. Tanto do espaço geográfico quanto das relações estabelecidas em seu interior.

⁴⁹ EISENBERG, Peter L. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 1977, p. 145.

Entre os anos de 1884 a 1893 os municípios de Escada e Ipojuca, as localidades sobre as quais nos deteremos, fazem parte da região que ainda hoje é denominada de Zona da Mata Sul da Província e depois do Estado de Pernambuco⁵⁰.

A Mata Sul era uma área úmida, paralela ao litoral, com uma estreita faixa de terra com abundante mata atlântica, relevo ondulado, com algumas colinas íngremes, e em outras partes, possuía alguns pontos planos. Nessa região habitavam pacas, veados, timbús, peixes como cavalas e ciobas, lagosta e aratus e nos mangues existiam muitas ostras e crustáceos, além de uma profusão de espécies animais comuns da Zona da Mata. Existiam também ervas, arbustos e vários tipos de árvores como peroba, pau-ferro, coração de negro, cajueiros, jaqueiras e mangueiras. A floresta que se localizava ao longo da área costeira apresentava feições variadas, mas grosso modo predominava a cobertura original que era constituída pelo que conhecemos por Mata Atlântica. As florestas atlânticas estiveram presentes em grande parte do litoral brasileiro e tinham árvores de grande e de médio porte com folhas largas, formando uma mata fechada. As densas florestas serpenteavam os engenhos da costa e como um labirinto de matas convertiam-se tanto em bons esconderijos para escravos fugidos, desertores e ladrões, assim como também serviam como locais de moradia para libertos e índios.⁵¹ Em 1882, o subdelegado de Rio Formoso, Carlos José de Siqueira, vivia às turras com os quilombolas que ele perseguia há mais de um ano, o problema enfrentado por ele era semelhante aos enfrentados por outras autoridades policiais que precisavam bater quilombos. Muitas vezes, quando o policiamento chegava ao local onde deveriam estar os fugitivos, os quilombolas já haviam se retirado para as matas ou para as senzalas dos engenhos vizinhos⁵².

Quando se trata da implantação e desenvolvimento da monocultura da cana no Norte do Brasil sabemos que boa parte das florestas foi posta abaixo pelo fogo e pelo machado para possibilitar a produção de açúcar. O pau-brasil fazia parte da vegetação da floresta atlântica e antes da cana-de-açúcar foi um produto que abasteceu a metrópole

⁵⁰ Escada dista 63 km e Ipojuca dista 57 km do Recife à capital de Pernambuco.

⁵¹ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de & FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. Palmares, a cabanada, a “gente das matas. GOMES, Flávio (Org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

⁵² Ofício da Subdelegacia de Rio Formoso, 04 de fevereiro de 1882, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Rio Formoso, nº 333 (1879-1888).

portuguesa no século XVIII em grandes proporções⁵³. Não podemos esquecer que a derrubada de recantos florestais servia para liberar áreas para o plantio de cana. Mas, por outro lado, as matas também tinham diversas funções para o mundo dos engenhos. Para Carvalho e França,

Qualquer plantador e senhor experiente sabia que suas caldeiras famintas não funcionariam sem lenha. Com um detalhe, a mata tinha que estar perto e ser de propriedade de engenho, sob o risco de aumentar muito o custo da lenha. Além do possível custo monetário, havia ainda um outro nem sempre contabilizado monetariamente, mas em tempo de trabalho, desgaste de animais, equipamentos e disponibilidade de terra. Quanto mais longe a lenha, maior o tempo de trabalho do cambiteiro, maior o desgaste dos burros, que tinham que ser criados e mantidos para esse fim.⁵⁴

O fabrico do açúcar exigia lenha. Logo, as madeiras que eram retiradas das matas, na sua grande maioria, iam para as fornalhas dos engenhos. E continuou assim durante muito tempo, pois as mudanças na técnica com a introdução de forno inglês que aproveitava o bagaço da cana só foi introduzido quando as matas escassearam. Na época, para os donos de engenho, era mais barato e economicamente racional queimar lenha das matas próximas. Ainda de acordo com Carvalho e França, a experiência dos senhores de engenhos pernambucanos no século XIX para lidar com as matas era longa e razoavelmente bem sucedida⁵⁵.

Tão importante quanto às matas eram os rios. Na Zona da Mata se concentrava a maioria dos rios de Pernambuco como os rios Jaboatão, Una, Serinhaém, Merepe e Ipojuca, entre outros da região, sendo alguns deles navegáveis. Era uma área cortada por rios de pequena extensão e que se prestavam aos mais diversos serviços dos engenhos como lavar os pratos das cozinhas das casas-grandes ou as panelas das senzalas; para tomar banho e tirar o suor do corpo após os trabalhos no canavial e na bagaceira; por fim, para lavar roupa, entre outras coisas. Entretanto, esses rios foram usados para serviços domésticos e para asseio pessoal somente até o período anterior ao predomínio das usinas de açúcar na região quando então elas passaram a despejar resíduos nos rios e riachos vizinhos.

Construir o engenho próximo ao mar ou ao rio e aos seus afluentes era estratégico e muito conveniente para transportar caixas de açúcar, aguardente, madeira e couros das

⁵³ GOMES, Geraldo. *Engenho e Arquitetura*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2006. Vide capítulo “A economia”.

⁵⁴ CARVALHO e FRANÇA Op. Cit., p. 135.

⁵⁵ Idem.

rezes que foram abatidas para consumo local e as que sobravam, por fim, eram enviadas para o litoral e daí para o porto do Recife. Alguns rios foram aproveitados como força motriz para mover moendas. Esse foi o caso do rio Penderama, em Ipojuca, que moía a cana do Engenho de mesmo nome, e, em Escada, do rio Sibiró que movia a moenda dos Engenhos União, Sibiró da Serra, Fernandas, Jussaral, Sibirozinho, Sibiró do Mato, Santa Rosa, Todos os Santos, São Paulo, Genipapo e Sibiró do Cavalcante⁵⁶.

Os rios e o mar que cortavam os engenhos, quando o tráfico de escravos se tornou ilegal, também passaram a servir como porto de desembarque de escravos para atender a demanda por trabalhadores no circuito do açúcar. As vias fluviais e marítimas eram navegadas por canoas e pequenas embarcações pertencentes aos moradores locais que comercializavam víveres para auxiliar na manutenção do comércio de cativos. Por vezes esses rios também se convertiam em inimigos das populações dos engenhos com inundações que arrastavam tudo que encontravam pela frente em terra firme.

Muitos dos engenhos da região estudada estavam localizados na proximidade de rios, do mar e dos mangues. De acordo com Gilberto Freyre⁵⁷, muitos pescadores a serviço das casas grandes levavam peixes, caranguejos, pitus, camarões e siris para fazer parte da mesa senhorial. Segundo Walter Fraga, nos engenhos baianos, alguns escravos se especializaram em pescar crustáceos e depois da abolição alguns deles desempenharam essa atividade como uma alternativa ao trabalho desempenhado nos canaviais⁵⁸. Vale lembrar que os frutos do mar constituem umas das mais ricas tradições culinárias do Nordeste brasileiro e certamente foi parte das atividades desenvolvidas pela população da Zona da Mata⁵⁹.

A Mata Sul ainda abrigava mais uma característica ao seu ecossistema ou agroecossistema: o seu solo. O terreno característico da região era de tonalidade bem escura, quase preta, e, em outros casos, avermelhada ou roxa, bastante fértil, macia e foi denominado localmente de solo massapé. Esse tipo de solo comum no Norte do Brasil apresentava em sua composição elevado teor de argila, e, na época das chuvas, o massapé

⁵⁶ Descrição do Município de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca da Comarca do Cabo da Província de Pernambuco. Recife, Tipografia Industrial, 1881, p. 4, BN – Biblioteca Nacional.

⁵⁷ FREYRE, Gilberto. *Nordeste - Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Global, 2004.

⁵⁸ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

⁵⁹ FREYRE, Gilberto. Op. Cit, p. 67.

apresenta uma consistência pegajosa. Já na época seca ele ficava rígido. O cronista Antonil, quando viajou pela região Norte do país, escreveu, em 1711, que o massapé era um solo forte e excelente para o plantio de canas⁶⁰.

Se, de um lado, o solo contribuía para a plantação de cana, o clima, de outro lado, também fazia sua parte, pois era quente durante todo ano. Tollenare ao passar pela Mata Sul no início do século XIX registrou que fazia calor de 27° a 28° graus e o sol era abrasador⁶¹. Desta forma, o clima quente e úmido facilitou a difusão do plantio de cana-de-açúcar. Aliada ao clima, a disponibilidade de água dos rios e das chuvas distribuídas nas duas estações do ano com períodos de chuva mais concentradas também foi um dos elementos necessários para esse tipo de cultivo. De forma mais abrangente, do momento da implantação dos engenhos açucareiros em Pernambuco colonial, o fato de a capitania estar a menor distância de Lisboa e do açúcar ser uma mercadoria com grande demanda na Europa, todos esses aspectos foram fatores importantes para o estabelecimento da indústria açucareira⁶². Isso significa dizer que em linhas gerais a Zona da Mata Sul de Pernambuco era um lugar com condições naturais para o desenvolvimento desta produção, visto possuir vastas áreas férteis e ter potencial para ser aproveitada economicamente para a agricultura da cana-de-açúcar e sua expansão por, pelo menos, quatro séculos⁶³.

Os fatores naturais exerceram influência significativa para assentar a Mata Sul como centro de produção de açúcar da província pernambucana. Ao longo do século XIX, a economia dessa localidade esteve orientada, como em épocas anteriores, para a plantação de cana, produção de açúcar e de alguns dos seus derivados, como a aguardente, o mel e a rapadura. E, por isso, foi uma região possuidora de muitos engenhos e usinas. A atividade agrícola monocultora canavieira e a concentração fundiária adotada na localidade, desde o período colonial, influenciaram as dinâmicas de exploração do território, inclusive no emprego de escravos e jornaleiros livres para os trabalhos desenvolvidos nos canaviais. Um espaço geográfico carrega a história de sua construção social e apresenta, como no caso

⁶⁰ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p.111.

⁶¹ TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais: tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Bahia: Progresso, 1956, p. 55 a 56.

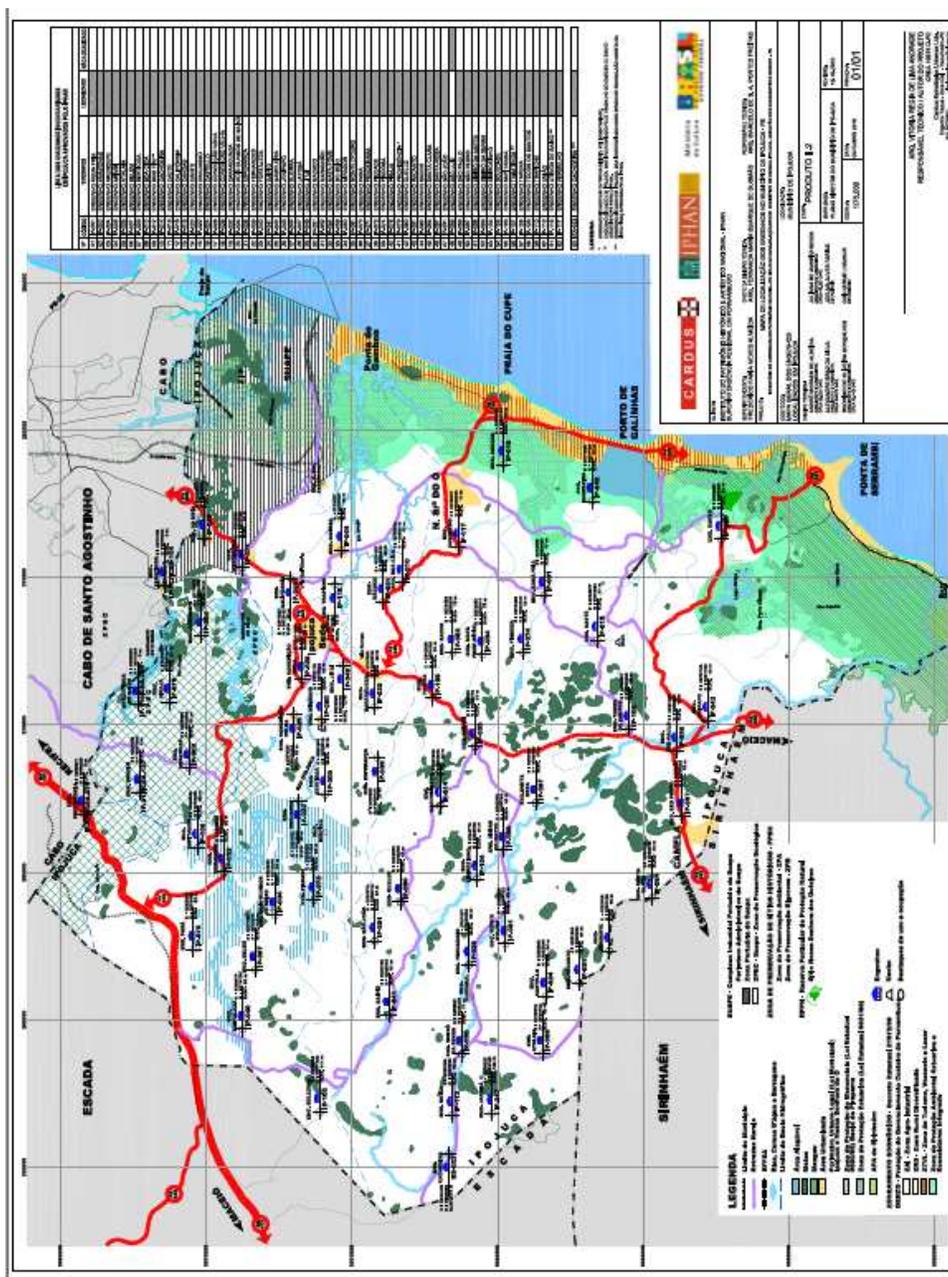
⁶² GOMES, Geraldo. Op. Cit.

⁶³ ANDRADE, Manuel Correia de. “Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco”. *Revista Estudos Avançados*. Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001, p. 268-269.

aqui aludido, a forma como o espaço foi apropriado por diferentes agentes que ali desenvolveram atividades sociais produtivas.

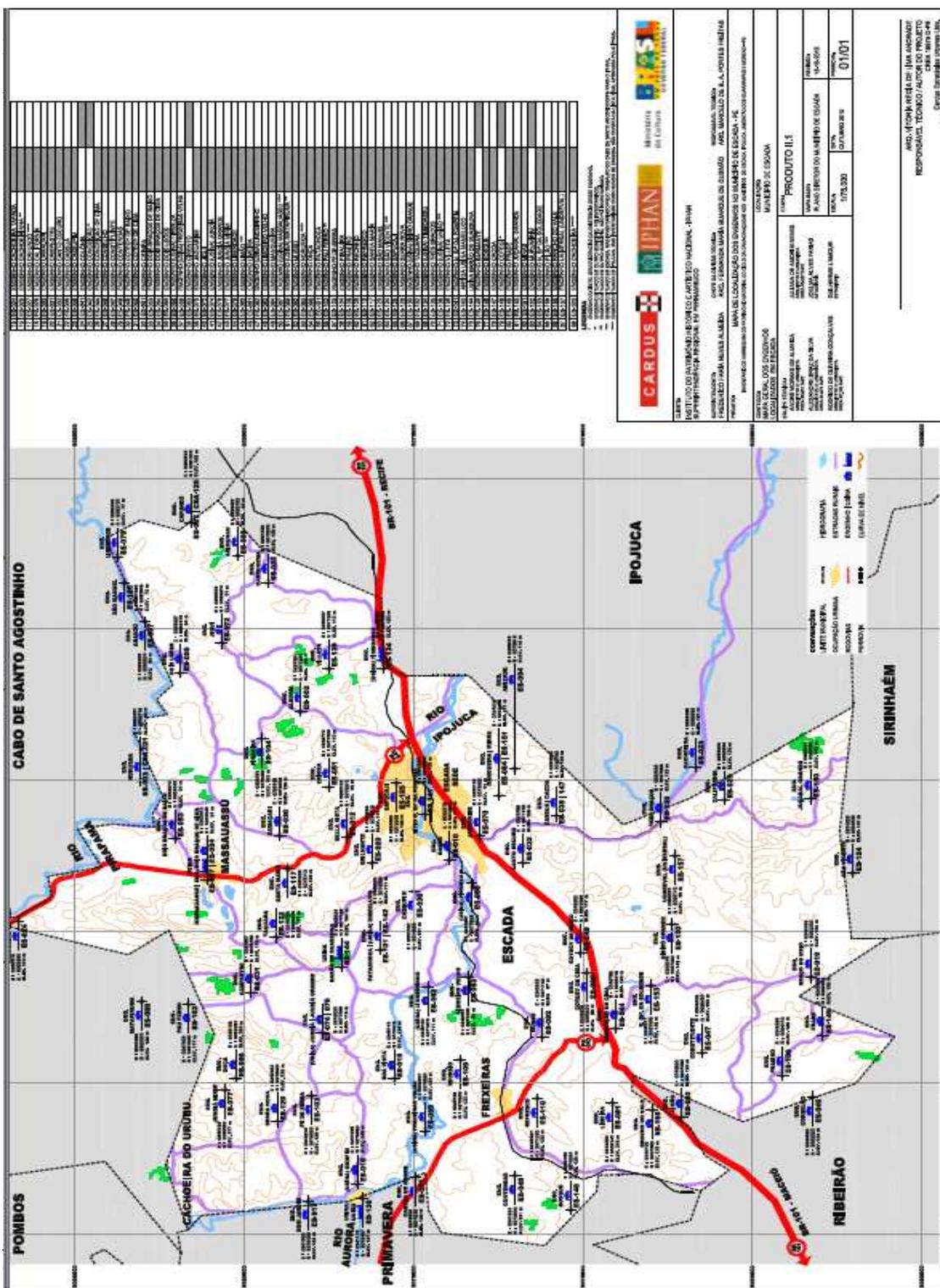
Pelos mapas dos municípios de Escada e Ipojuca, abaixo dispostos, podemos observar, por meio dos símbolos em formato de casa grande na cor azul, um considerável número de engenhos.

Mapa 2: Mapa de Ipojuca.



Fonte: Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana-de-Açúcar nos Municípios de Escada, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes e Moreno – PE. Recife, IPHAN, 2010.

Mapa 3: Mapa Escada.



isual

la às

scada

foram conteccionados em 2010 pelo IPHAN/PE, dentro do projeto que versava sobre as edificações do ciclo do açúcar na Mata Sul de Pernambuco. Esses mapas foram produzidos em um contexto específico: o da instalação do complexo industrial portuário de Suape, atendendo a uma demanda política. E cremos que esses mapas foram feitos para circular nas esferas administrativas, servindo como um documento que reúne algumas informações acerca dos municípios representados. A principal função desse mapa foi a de erigir um

Nas duas últimas décadas do século XIX havia 368 engenhos de açúcar em Escada e Ipojuca⁶⁵. Os Mapas 2 e 3 mostram como nas imediações dos engenhos havia quase sempre um rio e algumas linhas férreas que ajudavam no transporte de cana e nas demais tarefas ali desempenhadas.

No rastro do açúcar formaram-se grandes unidades produtivas, fortunas e famílias de poder político e prestígio social. Gilberto Freyre⁶⁶ consagrou a visão de que o litoral do Norte do Brasil estava assentado na tríade latifúndio, escravidão e monocultura. Isso porque as terras de grandes extensões pertenciam a poucos proprietários ou a poucas famílias. Como exemplo, temos a família Souza Leão, do município de Escada, que era proprietária de grandes extensões de terra e engenhos.⁶⁷ A posse e o uso da terra também eram fatores que caracterizavam o perfil da produção açucareira na região da Mata. Segundo Eisenberg, embora os plantadores de cana possuíssem a maioria das terras da Zona da Mata, bem pouco a utilizavam produtivamente. Por sua vez, Christillino aponta para os debates atuais da historiografia que questionam a visão anterior que dedicava atenção apenas a *plantation* e acabou encobrindo toda uma estrutura produtiva em torno da produção dos alimentos. Além disso, o autor chama a atenção para a necessidade de novos estudos que ajudem a compreender melhor a diversificação das atividades em torno da agricultura de *plantation* na Zona da Mata de Pernambuco⁶⁸.

Ciente de que o perfil de posse e uso da terra na Mata Sul de Pernambuco pode ter sido bem diverso, aguardaremos estudos futuros que ajudem a elucidar esta questão. Nesse momento, os engenhos são os espaços privilegiados para a nossa análise, pois foi neste ambiente que se movimentam os principais personagens dessa trama. Muito embora em alguns momentos acompanhamos nossos trabalhadores fora dos limites da propriedade

instrumento que contribuísse para se ter um melhor conhecimento sobre as outras potencialidades econômicas da região. Mesmo sendo um mapa de 2010, representa um tempo passado, de construções que atravessaram séculos e por vezes apenas assinalam a sua ausência, pois de algumas edificações atualmente só restam ruínas. Entre as potencialidades econômicas existe a possibilidade de se trabalhar o turismo histórico-cultural na localidade retratada o leitor do documento visual, o mapa, deve atentar pela quantidade de engenhos pontuados.

⁶⁵ EISENBERG, Peter L. Op. Cit. Apêndice 3.

⁶⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 45. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁶⁷ CASTILHO, Celso. *Abolitionism Matters: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*. Tese de doutorado, University of California, Berkeley, 2008.

⁶⁸ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. “A Zona da Mata Pernambucana e a Serra Gaúcha: apontamentos sobre a estrutura fundiária em meados do século XIX.” *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.30.2, Recife, UFPE, 2013.

açucareira. Foi nesse espaço, notadamente, que os trabalhadores dos engenhos se organizaram para as suas jornadas laborais, divertiram-se e desenvolveram práticas de resistência às situações adversas presentes em seu cotidiano, como se verá em outra parte desta tese. Mas os engenhos também eram os espaços narrados nos documentos consultados como os locais onde ocorreram os acontecimentos e se processaram os deslocamentos vividos por nossos personagens. Tais movimentos transcorreram também pelo centro das cidades, pelas matas e pelas estradas que margeavam os engenhos. O objeto de nossa análise, contudo, não são os engenhos e sim seus trabalhadores, mas não podemos analisar um sem o outro. Para isso, obviamente, precisamos saber quem eram esses indivíduos, que trataremos em específico no terceiro capítulo, e precisamos também compreender como eram as lides nos canaviais da Mata Sul de Pernambuco. Torna-se parte importante da pesquisa o conhecimento das etapas do beneficiamento da cana, e saber como as estações de plantio e colheita interferiam na dinâmica de trabalho nos canaviais.

1.2 Do canavial ao engenho

O edifício destinado à produção de açúcar desde o período colonial é chamado de fábrica para distinguir de engenho, que em Pernambuco designa toda a propriedade rural⁶⁹. Os engenhos eram lugares com uma diversidade de trabalhadores em seus domínios. O grande número de engenhos de açúcar ensejou a necessidade de um número significativo de mão de obra. Dentro da estrutura de um engenho residia quase sempre o senhor em sua casa grande e os escravos em seus casebres ou senzalas até 1888. Ali moravam também arrendatários e agregados que tinham escravos e possuíam a sua própria casa. Alguns deles detinham o direito de fazer plantações de roças e ter criações. Os engenhos eram espaços da produção e de poderes distribuídos por seus habitantes. Era também um local das vivências humanas mais triviais, assim como das vivências que carregavam maior simbolismo como casamentos, nascimentos e funerais. Por fim, os engenhos eram zonas heterogêneas de escravidão e de liberdade.

As lides nos canaviais eram intensas, rigorosas e fatigantes, mas este espaço poderia se converter, dependendo da situação, em ambiente de folga e lazer. Por exemplo, os

⁶⁹ GOMES, Geraldo. Op. Cit.

campos de cana transformavam-se em local de descanso para os escravos e para os demais indivíduos que para lá se refugiavam por alguns momentos para cochilar ou chupar cana.

Em relação à dinâmica de trabalho ali, é sabido que a movimentação das pessoas que trabalhavam nos engenhos era ditada pelos ciclos da cana-de-açúcar. As atividades começavam da seguinte maneira: o primeiro procedimento para iniciar o plantio da cana seria lavrar a terra, ou seja, roçar e queimar o mato. A época do plantio, segundo Diégues Júnior, variava de acordo com o terreno⁷⁰. Em linhas gerais o período de plantio da cana ocorria nas áreas montanhosas nos meses de julho, agosto e início de setembro e nas áreas de várzeas entre os meses de setembro e novembro. No período em que a cana estava germinando era necessário roçar a terra e limpar os matos e capins que nasciam no entorno. Essa tarefa era conhecida como limpa ou campina e devia ser realizada com enxada um mês após o plantio e repetida por cerca de 2 a 3 vezes ao ano. As canas de boa qualidade chegavam a ter de 2 a 3 metros e uma espessura de 4 a 8 centímetros⁷¹. A colheita era realizada após a cana completar um ciclo de crescimento - de 12 a 16 meses - , logo após o período das chuvas, entre o fim de agosto e outubro. Entre os trabalhos desenvolvidos nos canaviais, destacava-se a árdua tarefa da colheita e transporte da cana⁷².

Findo o período do amadurecimento, o corte da cana se fazia da seguinte maneira: com um facão retirava-se da parte superior um pedaço. Depois a cana era cortada na parte de baixo, na altura, mais ou menos, de um palmo acima da terra. A parte que permanecia plantada era desprovida de sacarose e servia como muda para produzir novas canas. Essa parte que ficava enterrada tinha o nome de soca; ressoca eram as canas produzidas pelas raízes das segundas canas ou soca. O corte da cana, como se pode notar pelos comentários acima, era uma atividade que exigia certa perícia de seu executor. Os instrumentos usados para o trabalho nos partidos de cana, geralmente, era na base da enxada, do machado, da foice e do gancho de madeira.

O período da moagem começava em setembro e findava em janeiro, e em alguns casos ia até fevereiro, quando se iniciava o período das primeiras chuvas, que acabava por reduzir o teor de sacarose da cana-de-açúcar. A cana precisava ser processada

⁷⁰ DIÉGUES Júnior, Manuel. *O Engenho de Açúcar no Nordeste – Documentário da Vida Rural*. Maceió: EDUFAL, 2006.

⁷¹ Idem.

⁷² DIÉGUES Júnior, Manuel. Idem e GOUVEIA, Fernando da Cruz. “O barão de Goicana e o seu diário”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, vol. 50, 1978.

imediatamente, porque assim que era cortada começava a fermentar. A cada hora que se passava ela perdia o teor de sacarose. E depois de 24 horas já não serviria mais para fazer bom açúcar. Se cortada e armazenada por mais de 48 horas não compensava moer a cana, pois não proporcionaria um melado útil para fazer açúcar.

A realidade cubana, apresentada por Rebecca Scott, fornece uma imagem pormenorizada do período da safra nos engenhos açucareiros. De acordo com ela, a safra durava alguns meses e nessa ocasião era mobilizado grande número de trabalhadores, ocorrendo um pico por demanda de trabalho. Era necessária uma organização para a colheita e para o processamento da cana, pois qualquer descompasso influenciaria na quantidade de sacarina extraída. E para tanto era preciso um suprimento contínuo e seguro de trabalhadores - tanto para os campos quanto para a fábrica. As jornadas nos engenhos cubanos eram pesadas e sofridas, como mostrou a fala de um escravo idoso. Em seu relato, ele informou que o sono os dominava durante todo o tempo e que eles dormiam enquanto transportavam cana e enquanto as mais diversas tarefas do processamento de açúcar eram desempenhadas⁷³. O ritmo mais forte poderia criar tensões e ressentimentos por parte dos trabalhadores que estavam submetidos a intensas jornadas de trabalho, inclusive com uso da coerção. Para o caso pernambucano, cabe frisar que existiu um número maior de ofícios policiais que registraram ocorrências nos engenhos da Mata Sul entre os meses de outubro, novembro e dezembro, ou seja, nos meses que compreendiam o período do final do plantio e do começo da colheita da cana.⁷⁴

Os trabalhadores dos canaviais tanto de Cuba como da Mata Sul de Pernambuco eram submetidos a intensas e rígidas disciplinas de trabalho. Contudo, a inserção da indústria açucareira pernambucana foi distinta da experimentada pela cubana em meados dos oitocentos, porque a Ilha de Cuba nesse período incrementou a sua indústria e sua produção açucareira que esteve orientada para a exportação por meio do uso de tecnologias. A indústria açucareira do atual Nordeste do Brasil, por sua vez, experimentou situações adversas, pois, perdeu espaço no mercado internacional, embora os senhores de engenho

⁷³ SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, SP: Editora d Unicamp, 1991, p.41.

⁷⁴ Dados coletados nos códices de ofícios policiais das delegacias de Escada e Ipojuca indicados na lista de fontes consultadas ao final da tese.

tenham apostado também na introdução de algumas melhorias técnicas para reverter esse processo⁷⁵.

Outra questão importante era a do transporte de cana para ser processada no engenho. Durante os primeiros tempos um dos meios utilizados para escoar a produção de cana eram os burros e os cambiteiros⁷⁶ que tomavam conta das estradas, num ir e vir constante, dentro das propriedades no período da safra. As canas eram retiradas pelos cortadores de cana, depois alguns pedaços eram amarrados em feixes e presos na palha da cana. Logo depois eram conduzidas ao engenho em carros de bois, no lombo de jumentos ou em burros. Nos animais os feixes eram colocados em cambitos, que é um gancho de madeira em forma de “V” duplo, colocado sobre a cangalha. Posteriormente, na segunda metade do século XIX, as estradas de ferro rasgaram o solo de alguns engenhos para facilitar o transporte da cana cortada que tinha de ser enviada à moenda.

Os engenhos cortados pelas linhas férreas, a partir da década de 1870, começaram a acompanhar as mudanças técnicas na agroindústria açucareira. Aos poucos os antigos engenhos que fabricavam açúcar mascavo, rapadura e aguardente, conhecidos por engenho banguê, passaram a ser fornecedores de cana para os engenhos centrais e as usinas. Por esse motivo os engenhos banguês passaram a ser mantidos com o fogo morto, ou seja, apenas produziam cana que seria processada pelas novas e modernas fábricas que produziam açúcar cristal⁷⁷.

De acordo com Peter Eisenberg, existiram na Mata Sul de Pernambuco, na década de 1880, 959 engenhos e, na década de 1890, 1.015 engenhos⁷⁸. Nesse contexto, o açúcar tomou conta da paisagem rural da região por muito tempo. Mas ainda assim, dentro dos engenhos famílias de brancos pobres, negros livres e escravos trabalhavam na lavoura da cana e quando privilegiados também firmaram acordos com seus senhores para cultivar gêneros alimentícios e criar animais. Em quase todos os espaços escravistas, os indivíduos desempenhavam atividades econômicas que escapavam ao sistema de *plantation*.

⁷⁵ SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba*. Op. Cit. Ver introdução; MATA, Iacy Maia. “Sentidos da liberdade e encaminhamento legal da Abolição: Bahia e Cuba – notas iniciais”. *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, 2011.

⁷⁶ Cambiteiro é o trabalhador que conduzia os animais que levavam a cana nos cambitos.

⁷⁷ FREITAS, Marcelo Pontes; FREIRE, Maria Emília Lopes & FARIA, Mariá Silva. *Os caminhos do açúcar em Pernambuco: reflexões sobre a relação espacial e operacional da ferrovia com a usina de açúcar*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Pernambuco, [s/d].

⁷⁸ EISENBERG, Peter L. Op. Cit., p. 263, apêndice 3.

Na década de 1880, os engenhos centrais ganharam espaço em Pernambuco. Esse tipo mais moderno de fábrica de processar açúcar foi financiado em grande parte pelo capital inglês. Esse empreendimento durou aproximadamente quinze anos e a sua decadência deveu-se, em grande parte, pela determinação imposta pelo Estado de que os engenhos centrais não podiam possuir terras, nem plantar canas, nem empregar escravos e ainda eram obrigados a construir vias férreas para transportar a cana da plantação até a fábrica. As atividades aí desenvolvidas deveriam se restringir apenas à fabricação de açúcar. De acordo com Freitas, Freire e Faria, em finais do século XIX ocorreu um recuo do capital estrangeiro e aumento da participação do capital nacional na agroindústria açucareira e também a substituição dos engenhos centrais pelas usinas. Diferente dos engenhos centrais, as usinas podiam possuir terras e plantar cana. Como no banguê, esse espaço podia concentrar as atividades agrícolas (plantar cana) e a industrial (produção de açúcar); ao contrário do sistema anterior, porém, a usina era um tipo de fábrica de alta produtividade⁷⁹. A grande demanda por cana, exigida pelas usinas unidas às demais inovações técnicas introduzidas nas fábricas, cremos, fez inevitavelmente com que as mudanças se dessem, sobretudo, na rotina de trabalho. O trabalho nas usinas era firmemente controlado, com longas jornadas e tarefas preestabelecidas, realizadas sob vigilância rigorosa, às vezes brutal, de um feitor ou de uma pessoa que vigiasse a realização das tarefas.

Com a entrada das locomotivas na Mata Sul e das modernizações técnicas na fábrica dos engenhos pernambucanos, as atividades nos campos de cana foram intensificadas, fizesse chuva ou sol, para acompanhar a velocidade imposta pelas atividades industriais. Para compreender essa situação, precisamos considerar que desde a década de 1870, o preço do açúcar caiu devido à concorrência do açúcar de beterraba europeu que acabou por diminuir a participação do produto brasileiro no mercado mundial. Desse modo, os plantadores de cana viram-se diante da necessidade de implantar tecnologias mais avançadas para diminuir os custos de fabricação e aumentar a produção a fim de contornar o retraimento da comercialização do açúcar. O progresso técnico, como se chamava à época, promoveu também transformações sociais. Inaugurou-se outra percepção de tempo e novas formas de condução do processo de trabalho foram empreendidas no interior dos

⁷⁹ Idem.

engenhos⁸⁰. O que causou alguns desconfortos, mortes e acidentes pela falta de familiaridade por parte dos trabalhadores em manejar e conviver com os novos recursos técnicos⁸¹. Essa situação pode ser descrita pelo ofício de 1885 que informou sobre o ocorrido no Engenho Central Firmeza onde, foi vítima de um descarrilamento, de 2 carros com trilhos, Jacinto, trabalhador no dito engenho⁸². Ou ainda o de 1889, cuja ex-escrava Maria, que trabalhava na moagem do Engenho Sibiró Grande, casualmente foi apanhada por uma das rodas do vapor⁸³.

As estações ferroviárias fizeram parte das novidades introduzidas nos canaviais e nas cidades que seus trilhos cortavam. Os trens promoveram mudanças não apenas no desempenho das atividades produtivas como também na paisagem da região. Algumas estações aproximaram regiões e proporcionaram o surgimento e o desenvolvimento de cidades e lugarejos, transformações ocasionadas pela introdução das estradas de ferro. A estação de trem, de maneira geral, era um espaço composto pela plataforma para embarque e desembarque de passageiros e mercadorias; abrigo de passageiros e mercadorias contra as intempéries; recinto para os trabalhos da administração; local para a venda de bilhetes e armazém de cargas e mercadorias. Esse cenário nos possibilita imaginar o movimento diário em uma estação ferroviária como a da cidade de Escada. Em linhas gerais era um ambiente onde circulavam bens e informações devido ao vai e vem de pessoas, pois era um lugar para encontrar amigos e parentes que chegavam ou partiam e receber ou despachar os mais diversos produtos.

Figura 1 - Estação de Escada, logo após a sua inauguração em 1860.

⁸⁰Thompson analisou a disciplinarização para o trabalho de artesões ingleses no período da Revolução Industrial, através da introdução de uma noção de tempo mecânico. Outro elemento que contribuiu para a regularidade do ritmo de trabalho e a adoção de outra noção de tempo foi a introdução de tecnologias no cotidiano dos homens e mulheres, entre finais do século XVIII e início do século XIX. Para o autor as transformações dadas no plano tecnológico repercutiam também em mudanças na cultura. Ver: THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. *Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁸¹ Queremos deixar claro que nosso ponto de vista é distinto do estabelecido por uma historiografia que fala de uma inadaptabilidade do escravo/camponês às novas tecnologias, ou seja, na discussão da incompatibilidade entre capitalismo e escravidão. Para manejar as máquinas adequadamente e com segurança os seus operadores, fossem escravos ou livres, precisavam ser preparados para tal atividade. Provavelmente, grande parte dos trabalhadores desconhecia o uso correto dos equipamentos, por isso os acidentes com mortes foram registrados nos ofícios policiais.

⁸² Ofício da Subdelegacia de Escada 23 de novembro de 1885, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada, Nº 130 (1877-1887).

⁸³ Ofício da Subdelegacia de Escada 12 de outubro de 1889, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada, Nº 131 (1888-1899).



Fonte: Foto de Augusto Stahl. Página Estações Ferroviárias. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pernambuco/escada.htm>>. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

A circulação de notícias e ideias abolicionistas da capital para o interior também seguia os caminhos das estradas de ferro, notadamente, aquelas que davam conta do processo de abolição da escravidão nas cidades e províncias vizinhas.

Eduardo Silva, discorrendo sobre as mudanças ocasionadas, entre outras tecnologias, pelas ferrovias e vislumbrando os casos do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Pernambuco, salientou que essa tecnologia junto a ações de indivíduos teve forte influência na luta contra a escravidão, ou no que ele chamou de *underground* abolicionista. Se a moderna rede de transportes implantada por dentro dos engenhos facilitou a condução de cargas e pessoas, permitia também aos escravos fugir com mais rapidez e para mais longe.⁸⁴

A realidade apresentada por Maria Helena Machado⁸⁵ para o interior de São Paulo na década da abolição indica que as estações ferroviárias eram ambientes favoráveis para apanhar informações e estabelecer contatos. Era também um local, como já pontuamos, de grande

⁸⁴ SILVA, Eduardo. Domingo, dia 13: O underground abolicionista, a tecnologia de ponta e a conquista da liberdade. In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (Orgs.). *Caminhos da Liberdade: Histórias da Abolição e do Pós-Abolição no Brasil*. Niterói: PPGHistória, UFF, 2011.

⁸⁵ MACHADO, Maria Helena P. T. “Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: A história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880)”. *Revista Afro-Ásia*, 42, 2010.

circulação de ideias e de pessoas – de escravos fugidos, abolicionistas a capitães-do-mato, só para falar de alguns personagens que ali transitavam. A autora nos relata a história de uma escrava fugida que assume a identidade de uma mulher livre para alcançar os seus planos de obtenção da liberdade. A rota de fuga adotada pela escrava foi a de tomar um trem que aumentaria a velocidade de sua mobilidade, mas, por ser uma mulher jovem, negra e estar viajando sozinha, teve seu deslocamento observado com desconfiança e, por fim, interdito. Muitos outros casos devem ter sido bem sucedidos. No caso da escrava, em particular, vale lembrar que o fato de a fuga dela ter sido uma ocorrência cheia de limites e recuos deve-se, em parte, ao papel social conferido às mulheres em uma sociedade escravista e patriarcal na qual elas desfrutavam de menor autonomia.

Pelas estradas de ferro podiam-se, ainda, transportar pessoas para a vida em liberdade em outras paragens, mas os próprios pátios ferroviários⁸⁶ se constituíram também como espaços de liberdade. Robério Souza nomeou esse espaço como ferrovia-esconderijo, indicando que o trabalho nas estradas de ferro era realizado pelos cativos fugidos para se passarem por livres⁸⁷. E é neste contexto que Thomas Rogers, ao trazer em seu livro o relato de Manoel do Ó que nasceu em 1869, em Ipojuca, oferece-nos um exemplo dos pátios ferroviários como espaço de liberdade na Mata Sul de Pernambuco. No seu relato, Manoel do Ó diz que teria começado a trabalhar nos canaviais com 12 anos de idade. Ele foi entrevistado com aproximadamente 100 anos de idade para a produção de um livro⁸⁸ sobre sua vida. O entrevistado teria relatado que o trabalho nos canaviais do Engenho Salgado era opressor. E que em 15 anos mudou de emprego 36 vezes, quase todos em usinas, até que em 1896 conseguiu emprego na ferrovia da Usina Bom Jesus como foguista. Segundo Manoel, a ferrovia foi o lugar onde ele encontrou “um certo tipo de liberdade”⁸⁹. Não afirmamos aqui que Manoel do Ó fosse um típico trabalhador de

⁸⁶ Um pátio ferroviário completo é composto de uma área destinada à preparação dos trens para manobras e estacionamento, cruzamento de trens, reparo de vagões e para reabastecimento das locomotivas. CAMPOS, Vânia Barcellos Gouvêa; LANGONI, Rafael Agostinho Rocha. *Metodologia para análise operacional de pátios ferroviários de classificação*. Disponível em: < http://aquarius.ime.eb.br/~webde2/prof/vania/pubs/patios_de_classificacao.p>. Acessado em: 24 de agosto de 2012.

⁸⁷ SOUZA, Robério Santos. *Tudo pelo trabalho livre!: trabalhadores e conflitos no pós-Abolição (Bahia, 1892-1909)*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Fapesp, 2011.

⁸⁸ Alceu Amoroso Lima entrevistou Manoel do Ó para escrever o livro, mas essa narrativa, contudo, estava repleta de divagações militantes do redator. Alceu Amoroso reconstruiu a história de vida de Manoel do Ó em encadeamentos lógicos e que o ligava desde a infância até a idade adulta ao movimento operário. Ó, Manoel do. *100 anos de suor e sangue – Homens e Jornadas da Luta Operária do Nordeste*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes LTDA, 1971.

⁸⁹ Idem.

engenhos e posterior trabalhador das ferrovias, longe disso. Mas podemos afirmar que a sua vivência foi uma das possíveis e em parte fosse compartilhada por tantos outros homens de sua época.

As mudanças técnicas que se efetivaram na segunda metade do século XIX se concentraram na parte industrial da agroindústria açucareira, destacando-se o uso da máquina a vapor, de novas máquinas de moagem e de novo sistema de caldeiras. Grande número de engenhos com equipamentos deste tipo encontrava-se em Pernambuco; onde existiu em torno de 695 máquinas para engenhos a vapor⁹⁰. Após 1870 os proprietários dos engenhos introduziram mais rapidamente as moendas a vapor. Havia um descompasso entre as atividades industriais e agrícolas. Nos canaviais as mudanças foram mais lentas e dependiam dos melhoramentos genéticos com a introdução de variedades de canas, como a da cana caiana⁹¹. A fim de suprir as fábricas dos engenhos ou das usinas com uma quantidade maior de cana, os senhores de engenho ampliavam a área plantada sobre as terras cultiváveis.

Após a moagem da cana, o caldo obtido era fervido algumas vezes para que a água evaporasse. Quando o líquido extraído da cana alcançasse a consistência de xarope, era colocado em recipientes para esfriar e cristalizar. Depois de um dia, os cristais de açúcar se alojavam na parte superior do xarope e podiam ser retirados. O restante do xarope era colocado por mais quatro ou cinco dias em formas cônicas de madeira ou barro que davam origem aos chamados pães-de-açúcar. A purga consistia na cristalização e no clareamento do açúcar. Para isso era borrifado água e barro em cima dos pães-de-açúcar, e entre seis e oito dias era retirado o melaço residual do açúcar cristalizado⁹².

Os pães-de-açúcar secavam sob o sol por oito a vinte e dois dias ou em edifícios aquecidos. O pão seco, aquele que não escorria líquido de um orifício na base do depósito, continha açúcar branco na parte superior, amarelo no meio e mais escuro na base. No século XIX foi introduzida a cristalização por centrifugação que possibilitava, excluída a secagem, produzir 60 quilos de açúcar em 20 minutos. Essa técnica foi empregada, em grande parte, nos

⁹⁰ EISENBERG, Peter. Op. Cit., p.47.

⁹¹ No início do século XIX a cana caiana foi introduzida em Pernambuco. Essa variedade da cana-de-açúcar foi nomeada dessa forma porque era cultivada em Caiena, capital da Guiana Francesa. A sua melhoria em relação à cana crioula, que predominou entre os séculos XVI ao início do século XIX, era que a caiana possuía tamanho maior, mais ramificações, produzia mais açúcar e resistia à estiagem. EISENBERG, Peter. Op. Cit. p.59.

⁹² EISENBERG, Peter. Op. Cit. p. 64.

engenhos centrais e nas usinas aumentando ainda mais a carga e a velocidade das atividades a serem desempenhadas por trabalhadores livres e escravos⁹³.

Essa nova racionalidade na produção de açúcar, que exigia alto grau de supervisão e disciplina laboral, deve ter causado problemas na dinâmica de trabalho. Se adicionarmos a esta conjuntura a ebulição promovida pela luta em prol da abolição da escravidão. Sendo assim, a rotina laboral nos engenhos açucareiros deve ter ficado mais agitada e os trabalhadores descontentes e mais difíceis de domar. Para reforçar a ideia das mudanças no cotidiano de trabalho advindas com o emprego de novas tecnologias trago o excerto abaixo que indica que as mudanças técnicas empreendidas a partir da década de 1870 eram mais velozes e exigiram um ritmo mais forte e intenso na labuta nos campos de cana:

O processo manufatureiro rústico de início do século XIX possibilitava ao engenho médio a produção, no máximo, de uma a uma e meia toneladas diárias de açúcar predominantemente mascavado. Isto é, entre 15 e 20 pães de 60 a 70 quilogramas cada um, ou cerca de 150 toneladas por safra. Em contraposição, as usinas plenamente equipadas do início do século XX produziam acima de 10 toneladas diárias, ou quase mil toneladas por safra – inclusive era o açúcar branco que predominava.⁹⁴

Foi nessa dinâmica que as mudanças técnicas com a implantação de engenhos centrais e usinas e na administração do processo de trabalho acabou por alterar o regime de atividades no interior das unidades agro-açucareiras.

Essa situação deve ter influenciado alguns trabalhadores a rejeitarem atividades na produção de açúcar e procurarem outras atividades. Por outro lado, não exercer nenhuma ocupação dentro dos limites dos engenhos podia ser lido, a depender de quem realizava essa leitura, como um sinal calamitoso de propensão à ociosidade e ao perigo - o perigo que ameaçaria o desenvolvimento da indústria açucareira pela dita falta de braços disponíveis para os engenhos. Os proprietários dos atuais norte e nordeste reuniram-se em Recife para realizar o congresso agrícola de 1878 e debateram sobre os rumos na grande lavoura de açúcar, tendo como um dos pontos nevrálgicos das discussões a questão da mão de obra⁹⁵. Fazia-se nos debates do congresso agrícola uma crítica à vagabundagem ou a ocupação de homens e mulheres em outras culturas que não estivessem ligados à grande lavoura açucareira. Tudo isso

⁹³ Idem.

⁹⁴ Idem. p. 64.

⁹⁵ Congresso Agrícola do Recife. (1878: Recife) Anais. Recife: Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978. (Edição Fac-similar comemorativa do primeiro centenário 1878-1978).

para reforçar a questão da falta de braços para a lavoura e, como consequência, para justificar as futuras medidas mais enérgicas para deter os trabalhadores nos engenhos e submetê-los as mesmas lides que se levava até então. Parte dessa discussão tem a ver com a lei do ventre livre e não podemos esquecer que nesse momento o número de libertos crescia e que as atividades nos canaviais eram associadas ao trabalhador escravo, o que suscitou o debate no sentido de decidir entre realizar a libertação num só golpe ou de forma lenta e gradual. Além disso, devem ser somados aqui os desarranjos econômicos vivenciados pelos produtores de açúcar na província pernambucana na segunda metade do século XIX.

Se, por um lado, os congressistas lamentavam os males do escravismo, por outro lado, temiam a desordem econômico-social para a lavoura açucareira, que poderia ocorrer com a abolição da escravidão. Na fala de alguns congressistas, a mão de obra nacional deveria ser aproveitada, com a ressalva apenas de convertê-la em trabalhadores disciplinados para os serviços da grande lavoura. Educar para a liberdade foi um dos temas de debate, realizado com base na crença de que a liberdade para o escravo tinha o significado de desprezo pelo trabalho, sendo assim, os congressistas trataram de pensar medidas para evitar a ociosidade dos libertos e dos ingênuos. Henrique Milet, em memória apresentada ao congresso agrícola do Recife, sugeriu que, para converter e disciplinar os trabalhadores, seriam necessárias a criação de colônias agrícolas para treinar os ingênuos para as atividades agrícolas; de leis para a locação de serviços e a regulamentação de obrigações e direitos entre proprietários e leis que obrigassem cada cidadão a justificar seus meios de vida⁹⁶. Essas seriam as medidas ideais para resolver o problema da dita escassez de braços, para sanar a ociosidade de alguns agregados que viviam nas grandes propriedades sem exercer nenhuma atividade, apenas servindo como eleitores ou ainda para tornar a mão de obra nacional disponível em trabalhadores contínuos e regulares. Esse tipo de preocupação comum nos discursos de grandes proprietários da época e das décadas seguintes serviu para legitimar intervenções estatais e particulares e o posterior controle e a criminalização, nas áreas rurais, de meios de vida incertos e alternativos à grande lavoura. Para ilustrar essa dinâmica tomamos o caso ocorrido em 26 de junho de 1890. Na ocasião, João Manoel de Souza foi preso como vagabundo por viver de furto de canas, mandioca e outras coisas, ou seja, ele não exercia nenhuma atividade regular lícita⁹⁷. O

⁹⁶ MILET, Henrique. *O quebra-quilos e a crise da lavoura*. 2 ed. São Paulo: Global; Brasília: INL, 1987.

⁹⁷ Ofício da Subdelegacia de Ipojuca 26 de junho de 1890, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Ipojuca, Nº 205 (1883-1890).

delegado João de Souza Leão informou ao chefe de polícia que, em 2 de julho de 1890, o preso foi enviado para a Escola de Aprendizes Marinheiros. Esse estabelecimento admitia crianças pobres e desvalidas, de comportamento irregular (vadios e desempregados) ou arredo que eram enviados por delegados, juízes ou por seus parentes para receber, como aprendizes, educação de primeiras letras, formação disciplinar, instrução militar voltada para atender às necessidades da Armada Nacional e sanar a carência de mão de obra para trabalhar no fluxo do comércio marítimo⁹⁸. Ademais, esse estabelecimento educacional junto a outras medidas legais auxiliava a cumprir a missão de ajustar pessoas refratárias ao disciplinamento para o trabalho, gente que vivia de meios ilícitos como jogo e roubo, mas também os agregados ou os jornaleiros que interrompiam os seus afazeres. E o mais importante: torná-los disponíveis aos empregadores sem dificuldades e atropelos. O estudo de Walter Fraga sobre vadios e mendigos da Cidade da Bahia no século XIX demonstra que a criminalização da vadiagem era o meio utilizado pelos senhores na tentativa de controlar a ordem, defender as suas propriedades e impelir homens pobres livres e libertos ao trabalho regular⁹⁹.

Por fim, podemos apreender que nas últimas décadas do século XIX as novas tecnologias e as mudanças sociais impuseram um novo ritmo à história vivida por homens e mulheres trabalhadores dos engenhos de açúcar.

1.3 Escada, Ipojuca e a dinâmica social

Escada e Ipojuca, eram dois municípios com aproximações não apenas de ordem geográfica ou do seu ecossistema. Compartilharam mercados, o uso de tecnologias para produzir açúcar como o uso do trabalho intensivo de escravos e jornaleiros. Os vínculos eram parentais, políticos, de classe e de amizade - tanto entre as pessoas da elite econômica e social, como entre os trabalhadores dos engenhos.

O município de Ipojuca, segundo o censo populacional de 1872, possuía uma paróquia, a de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca, e, de acordo com Sebastião Galvão, era composta pelos povoados de Ipojuca, Camela, Gaipió, Porto de Galinhas, Gitaí e Cupe. O município de Escada,

⁹⁸ FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec, Salvador: EDUFBA, 1996.; BARRETO NETO, Raul Coelho. “Transpondo muros e regras: os aprendizes-marinheiros na Bahia nas ruas de Salvador (1910-1942)”. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 1, n. 2, dez. 2009.

⁹⁹ FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Op. Cit.

seguindo as mesmas referências, tinha como paróquia a localidade denominada Nossa Senhora da Conceição de Escada e os povoados de Frexeiras, Timboassú e Limoeiro.¹⁰⁰ Os municípios tinham seus núcleos urbanos e suas freguesias rurais que produziam cana-de-açúcar.

Em abril de 1881, o presidente da Câmara Municipal de Ipojuca, Antônio Juvencio Pires Falcão, enviou para o bibliotecário da Biblioteca Nacional, o doutor Benjamin Franklin Ramiz Galvão, uma resposta à solicitação feita em janeiro do mesmo ano. Foi enviado um livreto com informações topográficas e históricas do município. Nessa descrição o município de Ipojuca é apresentado como um lugar *retalhado em engenhos de fabricar açúcar* com partidos de lavouras e cercados de matas e pasto para os animais.¹⁰¹

Ainda de acordo com essa descrição, a área urbana do município estava situada na Vila de Nossa Senhora do Ó que, em 1881, possuía 226 casas com 992 habitantes. Os principais edifícios da vila eram a igreja matriz, que era espaçosa, com corredores, sacristia e consistório onde eram realizadas as reuniões do júri. Existia ainda um mercado com sete portas fronteiriças e cinco no fundo. E, de acordo com Walter Martins, uma cidade que tivesse um mercado, ou seja, um edifício fechado, subdividido com horário de funcionamento para compra e venda de produtos, indicaria a organização da circulação do que era produzido e também a existência de uma cidade. Um mercado desencadearia uma série de intervenções a fim de reorganizar e melhorar esse espaço da cidade, visando facilitar a circulação de mercadorias e de pessoas. Ainda seguindo as indicações de Martins o mercado era entendido como um espaço que marcava o intercâmbio mais estreito e regular entre a cidade e o campo, pois os produtores de áreas vizinhas traziam as suas mercadorias para serem comercializadas na zona urbana.¹⁰²

Outra construção que havia no município era o cemitério com uma capela erigida no centro. Havia também estabelecimentos comerciais e industriais como padarias, fábricas de charutos, marcenarias, seleiros e curtidores, além de uma feira aos sábados. No centro da vila cruzavam-se estradas que iam para a praia do Cupe e a Camboa. E outra mais extensa que vinha das praias de Porto de Galinhas, Maracaípe e Serambi atravessavam a Vila do Ó, seguia a

¹⁰⁰ Recenseamento da População do Império do Brasil, Pernambuco, 1872. GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. 1865. SILVA, Leonardo Dantas. (Org.). *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva, 2. Ed., vol. 1, Edição fac-similar, Recife: CEPE, 2006.

¹⁰¹ Descrição do Município de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca da Comarca do Cabo da Província de Pernambuco. Recife, Tipografia Industrial, 1881, p. 3. BN.

¹⁰² MARTINS, Walter. *Mercados urbanos, transformações na cidade: abastecimento e cotidiano em Campinas, 1859-1908*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p.45- 47.

ponte do Salgado e continuava em direção à Cidade do Cabo e do Recife. Os subúrbios eram ocupados de sítios com abundantes árvores frutíferas.

Nas áreas rurais de Ipojuca, em período de safra, facilmente se sentia no ar o cheiro da cana moída, acompanhado do constante vai e vem dos trabalhadores dos engenhos, dos ruídos como o do chiado do carro de boi que se arrastava pelo massapé e da moenda que rodava dia e noite durante a moagem. Nas semanas em que durava o período da safra os engenhos por ali se tornavam área de grande frenesi com barulho e circulação constante de pessoas e animais. Era a dinâmica social da cidade de Ipojuca movida a produção da cana de açúcar.

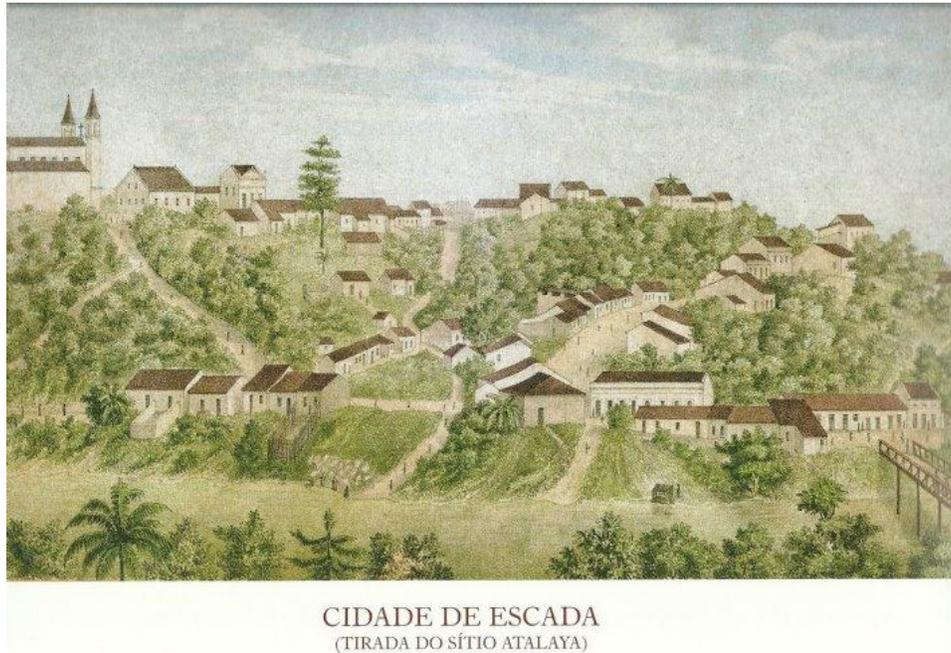
O município de Escada no século XVIII pertencia oficialmente à Freguesia de Ipojuca e pouco tempo depois teve seu território desmembrado. O nome Escada tem origem no fato da pessoa encarregada pela catequese dos índios ter resolvido construir uma imagem de Nossa Senhora da Apresentação no lugar onde se encontra a igreja matriz - que é o edifício situado no alto e a esquerda da imagem disposta abaixo. Para facilitar o acesso à igreja, foi erigida uma escada e acabou-se acrescentando a palavra “Escada” ao nome de Nossa Senhora e resultou na denominação adotada para a cidade.¹⁰³

Passando pela rua da residência da Baronesa da Suassuna, destaca-se mais a frente à igreja matriz, situada no canto superior esquerdo da imagem. O criador da cromolitografia a seguir tomou um ângulo e uma distância para dar destaque às construções mais importantes do centro urbano à época. Descendo pela rua da matriz, conhecida popularmente até hoje como Ladeira dos *Mariquitos* esta referência espacial não deixa esquecer que uma tribo indígena ocupou a região desde tempos longínquos. Ao pé da ladeira emergem outras edificações que parecem ser outras habitações. Seguindo essa rua da parte baixa da cidade em direção à ponte, chega-se ao sítio Atalaya, o ponto de onde a imagem foi feita. A imagem disposta logo abaixo constitui como um importante registro visual da cidade de Escada do período aqui estudado.¹⁰⁴

¹⁰³ MINDUCA, José Luis. *Escada, riqueza de Pernambuco*. 2. ed. Escada: Editora Gráfica & Editora Sousa, 2001, p.16.

¹⁰⁴ CARLS, F. H. *Álbum de Pernambuco e seus Arrabaldes: 1878*. Ed. Fac-Similada e ampliada. Recife: CEPE, 2007.. Essa imagem faz parte de um álbum de cromolitogravuras da década de 1870, do século XIX, composto em grande parte de paisagens panorâmicas urbanas do Recife e mais outras de áreas urbanas e rurais do interior da província. O *Álbum de Pernambuco e seus arrabaldes*, do alemão F. H. Carls, com 58 imagens de L. Krauss, e foi publicado em 1878.

Figura 2 – Vista da cidade de Escada.



Fonte: CARLS, F. H. *Album de Pernambuco e seus Arrabaldes*: 1878. Ed. Fac-Similada e ampliada. Recife: CEPE, 2007

Desde o começo da década de 1880, Escada, Ipojuca, o restante da Província de Pernambuco e o país todo viviam uma época de mobilização ruidosa e de crença no fim da escravidão impulsionada por abolicionistas, alguns senhores de engenho, libertos e pelos próprios escravos. As regras de controle sobre os trabalhadores dos engenhos foram modificadas num ambiente de decadência da escravidão vivido na Província de Pernambuco. Diferentes estratégias tiveram de ser adotadas e a mais notável foi a “concessão de alforrias”. Nas cidades do interior da Província de Pernambuco, envolvidas com a plantação de cana, a força da escravidão ainda era vigorosa, apesar da diminuição do número de escravos ao longo do século XIX. De toda forma, o fim da escravidão foi sentido como um forte baque para a autoridade dos ex-senhores.

A imprensa, na cidade de Escada, esteve presente desde a década de 1860 até o início século XX, atendendo aos mais distintos públicos. Existiam jornais literários, que discutiam filosofia, direito, política e notícias. Todos esses jornais, entretanto, tiveram vida breve.¹⁰⁵

¹⁰⁵ CAMPELLO, Samuel Carneiro Rodrigues. *Escada e Jaboatão – memória apresentada ao VI Congresso de Geographia Brasileiro*. Recife, 1919.

Contudo, ao longo do período, esses jornais acompanharam as mudanças sociais da cidade, que, por sua vez, acompanha as transformações sociais ocorridas no Brasil. No jornal *O Escadense* de 1878, por exemplo, estava estampado um anúncio em que João Gomes Ferraz, oferecia seus serviços para os senhores de escravos da cidade a fim de solucionar os problemas que esses senhores porventura tivessem com a coletoria geral, a junta emancipadora e com multas resultantes da posse de cativos.¹⁰⁶ Esse tipo de anúncio deixa entrever as mudanças no governo dos cativos operadas nesse período em decorrência das inovações e mudanças na legislação. Deixa entrever também que advogados encontraram um espaço para oferecer e divulgar os seus serviços.

Desde o ano de 1884, em Pernambuco, conduziam-se mudanças nas questões ligadas ao mando e posse dos escravos. Uma das modificações empreendidas foi o aumento do vigor do ativismo antiescravidão. A mobilização em Pernambuco ganhou novo fôlego por conta dos diversos eventos comemorativos realizados nas ruas e a divulgação em jornais da capital e do interior da abolição no Ceará ou, como se dizia à época, do Ceará Livre¹⁰⁷. Logo em seguida, no mesmo ano de 1884, foi realizado um segundo Congresso Agrícola que tinha, entre outros intuitos, o objetivo de fazer o grupo senhorial unir forças e combater a onda abolicionista. Esse também foi um momento de proliferação de clubes e sociedades antiescravidão.

Em 1885, em específico, é criada a Lei nº 3270, chamada Saraiva-Cotegipe, que ficou conhecida também como a lei que libertou os escravos com mais de 65 anos de idade. As notícias, inclusive sobre tal lei, circulavam e causavam discussões sobre as possibilidades de se sair do cativeiro, pois essa mesma lei regulamentava outras questões referentes à matrícula, ao fundo de emancipação e às alforrias, ou seja, normatizava outras formas de se alcançar a liberdade.

A Lei dos Sexagenários, nome pelo qual também é conhecida, estava inserida em um conjunto de leis que fez parte do processo de emancipação adotado no Brasil. Esta lei procurava restringir e recompor as relações sociais na sociedade livre, sendo aplicada de formas diversas, dependendo da apropriação das partes e profissionais do direito envolvidos. Qualquer projeto apresentado naquele momento não podia deixar de colocar em evidência as tantas

¹⁰⁶ *O Escadense*, 25 de março de 1878, APEJE.

¹⁰⁷ CASTILHO, Celso Thomas. Agitação abolicionista, transtornos políticos: o Recife na véspera da campanha abolicionista. In: ALBUQUERQUE, Severino J. (Org.). *Conferências sobre Joaquim Nabuco. Joaquim Nabuco e Wisconsin centenário da conferência na universidade. Ensaios comemorativos*. Rio de Janeiro: Bem te vi, 2010.

questões relativas à liberdade e à organização do trabalho livre. Mas essa preocupação com essas questões não era algo recente, visto que os proprietários de engenhos já haviam se reunido anos antes em congressos agrícolas exigindo medidas do governo imperial para organizar as relações de trabalho. Parte significativa da lei de 1885 tinha, portanto, a intenção de pautar as relações entre libertos e ex-senhores¹⁰⁸, conforme pode ser observado no excerto abaixo:

§3. Os escravos empregados nos estabelecimentos agrícolas serão libertados pelo fundo de emancipação indicado no art. 2º,

§4º, segunda parte, se seus senhores se propuserem a substituir nos mesmos estabelecimentos o trabalho escravo pelo trabalho livre, observadas as seguintes disposições:

a) libertação de todos os escravos existentes nos mesmos estabelecimentos e obrigação de não admitir outros, sob pena de serem estes declarados libertos;

b) indenização pelo Estado de metade do valor dos escravos assim libertados, em títulos de 5%, preferidos os senhores que reduzirem mais a indenização;

c) usufruirão dos serviços dos libertos por tempo de cinco anos.

§4. Os libertos obrigados a serviço nos termos do parágrafo anterior, serão alimentados, vestidos e tratados pelos seus ex-senhores, e gozarão de uma gratificação pecuniária por dia de serviço, que será arbitrada pelo ex-senhor com aprovação do Juiz de Órfãos.¹⁰⁹

É uma lei que, como se pode observar, pretendia manter o trabalhador ex-escravo por um tempo de permanência maior em seus locais de emprego, evitando, assim, possíveis intempéries na organização do trabalho, ou seja, as evasões nos períodos de safra tão reclamadas pelos senhores de engenho. Ora, limitar a locomoção dos libertos era uma forma de restringir em muitos aspectos a liberdade deles. A lei não propôs restrições efetivas à circulação dos trabalhadores por um determinado espaço geográfico, mas as apropriações da lei feitas pelos proprietários de engenhos podiam levá-los a pensar que eles podiam exercer um domínio exacerbado sobre seus empregados ‘libertos’.

As tarefas desempenhadas pelos trabalhadores de um determinado engenho podiam ser executadas em diferentes propriedades, desse modo as possibilidades deles deixarem um determinado local de trabalho e circularem entre outros engenhos é plausível. Os trabalhadores por vezes podiam se empregar mais de uma vez no mesmo engenho ou alternar com outras atividades agrícolas com a qual pudessem auferir maiores ganhos.

¹⁰⁸ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

¹⁰⁹ Lei n° 3270. http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_dos_Sexagen%C3%A1rios acessado em 15 de outubro de 2011.

Salários, disciplina, preferências pessoais e melhores condições físicas de trabalho são elementos importantes, também, para determinar o tempo de permanência em um engenho. Se de um lado os proprietários de engenhos tinham medo de perder a hegemonia sobre essa população, por outro lado, essa circulação, do ponto de vista dos trabalhadores, podia ser entendida como um simples direito de ir e vir. Tal situação de fato subtraía força da autoridade senhorial.

Outro aspecto político relevante aconteceu em 1886 - período marcado pelo entusiasmo e empolgação por parte das pessoas favoráveis às ideias antiescravistas. Uma mudança no Código Penal, já no final do ano de 1886, revogou um dispositivo que legalizava os açoites desferidos aos escravos¹¹⁰. Com a proibição dos açoites algumas vezes descontentes afirmavam que os cativos não temeriam mais nada. Outras vezes, como a de muitos senhores, argumentavam dizendo que fora uma medida insensível à dinâmica do trabalho na lavoura. Muitos questionavam sobre como se trataria então os ‘preguiçosos’ e ‘indisciplinados’. Claro que para garantir o controle, o chicote ainda foi utilizado, mas esse novo direito serviu para fortalecer o movimento abolicionista e para promover mudanças sobre um dos problemas mais comuns enfrentados pelos escravos: a coação violenta para impor a submissão. Essa foi uma medida que fazia parte de um movimento mais geral da época que defendia a liberdade para os escravos.

Em 1887, os apóstolos da abolição, assim eram conhecidos Joaquim Nabuco e José Mariano, junto com Barros Sobrinho e Faelante da Câmara, viajaram de trem pelos municípios da Mata Sul de Pernambuco com o intuito de fazer alguns comícios e reavivar a campanha abolicionista, na capital e no interior. Essa comitiva passou por Palmares, Gameleira, Ribeirão e Escada e por onde passavam escutavam os vivas a José Mariano e a Nabuco. Em Palmares quando caía à noite realizaram-se *meetings* populares que foram “assistidos por muitos escravos e por gente de pés descalços” que, segundo um articulista, estavam praticamente no mesmo nível dos cativos. Em Escada o comício foi testemunhado e aplaudido por um grande número de trabalhadores da enxada que queimava a pele de sol a sol nos canaviais, fosse escravo ou livre. Por isso, José Mariano mencionou em sua

¹¹⁰ GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Abolição: A liberdade veio do Norte*. Op. Cit. p.146.

conferência que homens e mulheres, fossem negros ou brancos miseráveis, deviam ser respeitados, pois essa gente descalça fez a riqueza das casas grandes.¹¹¹

A presença dos abolicionistas, as flores, os foguetes – tudo isso e ainda uma fala como a proferida por José Mariano deixaram, certamente, a cidade fervilhando. Seguramente, por toda parte, muitos pares e pequenos grupos se formaram para conversar sobre o ocorrido - o que pode ter aumentado o ânimo popular em favor da causa da abolição¹¹².

No início de 1888 os abolicionistas intensificaram as suas ações, os jornais informaram sobre os debates em torno do final da escravidão e também vários senhores noticiaram concessões de alforrias. A importância de todos esses acontecimentos político-sociais se comprovava nas ruas: elas ferviam. Foguetes e música anunciavam mudanças significativas e o entusiasmo das pessoas só era comparado ao que era visto em grandes causas políticas e humanitárias. O 13 de maio de 1888 e os dias seguintes foram bastante celebrados e ninguém comemorou com mais fervor do que os recém-libertados.

Por outro lado, os ex-senhores vivenciaram esse evento como uma experiência especialmente traumática. Algumas das impressões sobre o fim da escravidão ganharam as páginas dos registros memorialísticos. Por exemplo, Júlio Bello, senhor de engenho da Mata Sul de Pernambuco, considerou que os negros estavam de cabeças viradas, pois alguns deles tinham abandonado os canaviais¹¹³. Segundo Iacy Maia, a liberdade botou de cabeça para baixo os símbolos de obediência e de deferência pessoal. Em alguns casos, a condição de livre poderia se materializar através do desafio à autoridade do ex-senhor ou de qualquer pessoa que continuassem a tratá-los como escravos¹¹⁴.

A abolição não fez com que ex-escravos passassem a cidadãos rapidamente. Os libertos sentiram na pele os entraves impostos por sua antiga condição. Ainda assim, não deixou de ser um evento que inaugurou novas relações entre ex-escravos que experimentavam uma vida de liberdades. E, um esforço para celebrar a nova condição se noticiou terem soltado bombas reais às 11 horas da noite em 13 de maio de 1889 na cidade

¹¹¹ Idem.

¹¹² Idem, pp. 148-149 e 151.

¹¹³ BELLO, J. *Memórias de um senhor de engenho*. 3. ed. Recife: FUNDARPE, 1985.

¹¹⁴ MAIA, Iacy Mata. *Os “Treze de Maio”: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-Abolição (1888-1889)*. Dissertação de mestrado, UFBA, 2002. (Ver notadamente o capítulo 1).

de Escada, para a realização de uma missa cantada na matriz para os *cidadãos libertados!* Esse evento reuniu diversas pessoas para festejar a libertação dos escravos.¹¹⁵

Parcialmente finda a euforia da abolição, um ‘novo’ contexto político, social e econômico se abre com a passagem do Império para a República. Neste ‘novo’ panorama, avanços e retrocessos foram vivenciados pelos livres – libertos do 13 de Maio e seus descendentes. Nesse cenário, o trabalho regular foi apresentado com maior intensidade pela elite política e econômica como símbolo de honra a ser incorporado pelos populares. Os estereótipos presentes nesse momento, que identificavam os negros como indolentes e ignorantes, sugerem o lugar a ser ocupado por eles na hierarquia social. Para converter indisciplinados em cidadãos livres e responsáveis, seria necessário agir com proteção e controle¹¹⁶. O discurso que ligava escravidão e cor escura com incapacidade de ser um indivíduo autônomo, com o trabalho braçal, insubordinação e inferioridade moral, atravessou o período da mudança de regime político.¹¹⁷ Os antigos estatutos legais já não funcionavam mais para demarcar rigidamente as fronteiras sociais nessa nova ordem. Por isso, fez-se necessária a criação de novas formas de controle e de dominação como, por exemplo, identificando a população negra como a de maior propensão a cometer delitos, demonstrando que as hierarquias sociais estavam em processo de racialização¹¹⁸.

Outras questões também estavam em voga nos anos imediatos à abolição, e entre elas as demandas dos antigos senhores para receberem indenização pelos escravos emancipados pela Lei Áurea. O movimento indenizatório não teve grande repercussão em Pernambuco. Embora, alguns senhores de engenho pernambucanos, a exemplo de

¹¹⁵ *Diário de Pernambuco*, “Escada”, 16 de maio de 1889, AEL.

¹¹⁶ ALBUQUERQUE, Wlamyra. “E a paga!” Rui Barbosa, os capangas e a herança abolicionista (1889-1919). In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da Emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-Abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

¹¹⁷ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989. GOMES, Flávio. “No meio das Águas Turvas”: Raça, Cidadania e Mobilização Política na Cidade do Rio de Janeiro – 1888-1889. GOMES, Petrônio Domingues (Org.). *Experiências da Emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-Abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

¹¹⁸ O processo de racialização de práticas e discursos foi promovido pelo Estado e pelas elites, apesar de sabermos que coexistia um processo de racialização agenciado também pela população de cor. Ver, por exemplo: COOPER, Federick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão*. Op. Cit.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Ambrósio Machado¹¹⁹, senhor de Engenho de Ipojuca, nutrissem expectativas de que seriam atendidos em suas solicitações. A discussão sobre a indenização prosseguiu até o momento em que Rui Barbosa pôs termo a essa reivindicação. Rui Barbosa quando ocupou o posto de Ministro da Fazenda no dia 13 de maio de 1891, para comemorar os dois anos da abolição no Brasil, fez uma fogueira no centro do Rio de Janeiro onde foram queimados documentos fiscais comprobatórios da posse de escravos. Esse evento foi realizado na presença de várias lideranças abolicionistas e repetido em 1893 na Bahia¹²⁰. O ato tinha pretensão simbólica e ritual para evitar os questionamentos em torno do ressarcimento pela propriedade escrava perdida e convencer a todos que essa conversa estava encerrada junto ao governo da República.

Em suma, de maneira geral, as considerações feitas até agora serviram para ilustrar brevemente o período compreendido entre as duas últimas décadas do século XIX período no qual este estudo se inscreve. Ou seja, nos anos finais do Império e nos primeiros anos republicanos. Anos que servem para observarmos quais foram os significados sociais da abolição nas zonas rurais e para os trabalhadores dos engenhos da Mata Sul de Pernambuco. Período que, como procuramos mostrar aqui, foi profícuo em termos de leis que gradualmente puseram fim ao cativo; período no qual novas tecnologias foram incorporadas à vida cotidiana, como o telégrafo e o trem, por exemplo, e, por fim, período no qual a administração política do país passou da Monarquia para República. Esses elementos facilitaram a circulação de indivíduos por diferentes lugares e também encorajou algumas pessoas, como os libertos, por exemplo, a sair de certas redes de controle.

1.4 Quadro geral da população da Mata Sul

¹¹⁹ Dr. Ambrósio foi deputado geral do Império por Alagoas nas legislaturas de 1864-1866 e 1867-1868. Ambrósio Machado teve duas passagens pelo governo de Pernambuco uma em 1890, nessa ocasião foi nomeado, mas deixou o cargo no mesmo ano. Na segunda passagem assumiu a vice-presidência em 1892 e permaneceu até 1896. Em Pernambuco no ano de 1880 esteve envolvido em uma disputa política na véspera das eleições para vereadores e juízes de paz na Cidade de Vitória, tal fato ficou conhecido como a Hecatombe de Vitória. Neste evento, entraram em conflito por conta de interesses políticos divergentes entre os integrantes da família Souza Leão e o Barão de Escada, cunhado de Ambrósio Machado.

¹²⁰ LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos*. Brasília: Ministério da Justiça; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

Depois de saber o que se passava na província pernambucana e do contexto político mais amplo, precisamos ter uma ideia de quem as habitava a nossa região de estudo. A Mata Sul era uma região densamente povoada, como poderemos observar dos censos populacionais de 1872 e 1890. A contagem da população serviu para diversos fins, como para a coleta de impostos, o recrutamento militar e para ter uma dimensão do eleitorado. Partimos inicialmente de uma visão mais geral da população dos municípios estudados e depois focaremos a análise nos trabalhadores dos engenhos. Inicialmente, tomaremos como fonte os censos de 1872 e 1890 para essa parte de nossa discussão, pois eles nos permitem conhecer as características gerais da população e informam a respeito do computo das diferentes condições sociais, escravos, livres e libertos existentes nos municípios. A população livre era superior a população de cativos nos dois municípios no ano de 1872. Em Escada existia 4.050 escravos e 16.746 livres e em Ipojuca 3.315 escravos e 16.105 livres. Das 19.420 pessoas registradas em Ipojuca e 20.796 em Escada em 1872, contabilizados livres e escravos, a maioria vivia nos engenhos açucareiros.¹²¹ Leva-se em consideração para essa afirmação a quantidade de indivíduos listados no ramo das ocupações agrícolas. De acordo com o censo de 1890, viviam 9.196 pessoas em Ipojuca, e 9.331 em Escada.¹²²

Sabemos que existem problemas na coleta de dados e confecção dos censos, mas ainda assim, em uma perspectiva mais ampla, os dados dos censos deixam entrever fragmentos da composição populacional das cidades investigadas. Isso explica, em parte, a diminuição da população entre os dois censos. Acreditamos que esse decréscimo populacional foi também decorrente das epidemias que propagaram pela região e que vitimaram principalmente os escravos e pobres livres, devido à péssima condição de vida dos mesmos. Neste sentido, temos como exemplo, a epidemia de lepra bastante lembrada até hoje por meio das lendas contadas em Escada.¹²³ Em uma das fábulas é contada que, na época da escravidão, no Engenho Sibiró, em Escada, um escravo foi vitimado pela epidemia de varíola que atingiu a cidade.¹²⁴ O senhor de engenho providenciou o sepultamento, mas na hora em que o corpo era enterrado o escravo voltou à vida. De

¹²¹ Recenseamento da População do Império do Brasil, Pernambuco, 1872.

¹²² Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação culto e analfabetismo – População recenseada em 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro, Oficina da Estatística, 1898.

¹²³ LEÃO, Mariinha. (Maria José Leão Portela Gomes). *Lendas, mitos e histórias da terra dos Barões* Op. Cit.

¹²⁴ Idem. p.77.

imediatamente ele foi retirado do local e recebeu os devidos cuidados, recuperando-se. O proprietário, emocionado pelo ocorrido (ou temeroso), presenteou o cativo com uma carta de alforria¹²⁵. Essa fábula remonta a um final surpreendente e bem sucedido. Mas muitas foram as pessoas que morreram em decorrência das epidemias que atingiram os municípios da Mata Sul.

A partir da década de 1850 os cativos da Mata Sul de Pernambuco podiam imaginar a possibilidade de serem alforriados; fosse por autocompra ou por doação. A população negra que vivia nos municípios de Escada e Ipojuca compreendia tanto os escravos e os libertos mais antigos e os recentemente alforriados. A maioria das pessoas negras vivia nas grandes propriedades açucareiras, onde geralmente trabalhavam no serviço agrícola. De acordo com Marcus Carvalho durante a primeira metade do século XIX, em função da economia agroexportadora de açúcar, a Zona da Mata Sul constituiu-se como uma região que concentrava grande número de escravos.¹²⁶ Existiam na Província de Pernambuco em 1872 cerca de 89 mil cativos, 31.255 escravos na região da Zona da Mata Sul¹²⁷, 4.050 em Escada e 3.315 em Ipojuca.¹²⁸ Podemos verificar que um número significativo de pessoas escravizadas estavam fixadas na Mata Sul na década de 1870.

Nas cidades pessoas escravizadas, outras recém-manumitidas e as nascidas livres brancas e negras esbarravam-se todos os dias. Nos engenhos também essa integração existiu. Pessoas de *status* jurídicos diferentes viviam próximas, comunicavam-se, seus filhos brincavam juntos, ou seja, em alguns aspectos compartilhavam suas vidas. Desse modo, os distúrbios ocorridos dentro dos engenhos eram praticados por todos eles. O período do qual tratamos nesse estudo foi tenso, notadamente, para as autoridades policiais que tinham como obrigação ‘amansar’ e controlar espíritos agitados, fossem eles escravos, ou desgarrados há pouco das peias do cativo ou ainda os livres.

A composição racial da Mata Sul, explicou Levine, não sofreu grandes mudanças no período aqui estudado. A escravidão que imperou por quatro séculos deixou a sua marca na

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife. 1822-1850*. Recife: Editora da UFPE, 1998.

¹²⁷ A Mata Sul, de acordo com Peter Eisenberg (Apêndice 3 do livro), é composta por 14 municípios – Escada, Ipojuca, Serinhaém, Rio Formoso, Palmares (Una), Cabo, Gameleira, Barreiros, Água Preta, Bonito, Jaboatão, Muribeca, Vitória de Santo Antão e Amaraji que fazia parte de Escada em 1872.

¹²⁸ Recenseamento da População do Império do Brasil, Pernambuco, 1872.

cor da pele das pessoas, antes e depois da abolição. O que está narrado mais acima pode ser entendido pelas palavras de Levine que se apoia na pesquisa de Eisenberg,

Peter Eisenberg mostrou que os não-brancos talvez tenham migrado menos depois da abolição do que os brancos, uma vez que a proporção de pessoas de cor aumentou ligeiramente na Mata durante um período de relativo declínio da população em geral, entre 1872 e 1890; ao mesmo tempo, a percentagem de não-brancos permaneceu constante no Recife.¹²⁹

Nesse sentido, tal afirmativa vem corroborar com nosso argumento de que nas últimas décadas do século XIX os antigos escravos e seus descendentes circularam e migravam, notadamente, dentro da região da Mata Sul de Pernambuco. Ainda de acordo com Levine os escravos alforriados não abandonaram a Mata Sul em um grande fluxo, embora alguns deles tenham se retirado dos engenhos do litoral para o Agreste.¹³⁰

Por alguns séculos a mão de obra fundamentalmente empregada nos engenhos açucareiros era composta de escravos. Em meados do século XIX esse quadro era bem diverso. Os engenhos se converteram em espaços de convivência de uma pluralidade étnica e de *status* jurídicos diversos; composto de trabalhadores escravos, livres, libertos e em alguns casos até de indígenas. Vejamos alguns exemplos: Joaquim Coelho de Mello era olheiro e morador em terras do Engenho Mercês. Ele residia na mesma casa com a liberta Benedita Maria do Rosário que declarava ser costureira.¹³¹ Esse caso, que pode ser multiplicado, ajuda a perceber, mais uma vez, a convivência dentro dos engenhos de pessoas de diferentes *status* jurídicos. A esse respeito, nos ofícios policiais, o registro de conflitos ocorridos nos engenhos onde trabalhadores de estatutos jurídicos distintos foi citado. Todos trabalhavam juntos nas lides dos canaviais. Com a diferença que, para pessoas de pele negra ou parda, livres ou libertas, o tratamento seria diferenciado do dispensado ao escravo.

Dentro dos engenhos também havia diferentes tipos de proprietários. E aqui nos referimos às diferentes formas como a instituição da escravidão foi empreendida e mais notadamente os modos pelos quais as relações senhor-escravo foram estabelecidas. Existiram os grandes proprietários de extensas áreas de terras com grandes escravarias que conviveram com os pequenos proprietários de poucos escravos, como os rendeiros ou os moradores que ocupavam terras de engenhos. Muitos destes dois últimos tipos de pequenos

¹²⁹ LEVINE, Robert. Op. Cit. p. 41.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Sumário crime. Autora – justiça pública. Réu – Francisco Peregrino Texeira. Ipojuca, 1885, MJPE.

proprietários residiam e trabalhavam junto aos seus cativos dentro dos engenhos de outrem. É isso que se pode apreender do relato presente no processo judicial de 1887 sobre a fuga de três escravas e seus filhos ingênuos¹³². Eles residiam junto ao seu proprietário que era morador do Engenho Mercês.¹³³

A região foi povoada desde tempos imemoriais por grupos indígenas. Embora eles não tenham protagonizado episódios em número significativo nas fontes por nós consultadas, a bibliografia acessada nos trouxe referências desse grupo populacional¹³⁴. Em parte a explicação para essa invisibilidade deve-se à assimilação racial que transformou índios em caboclos e em pardos. Devemos acrescentar que apenas duas vezes encontramos informações que podem indicar o pertencimento a um grupo indígena encontrado em Escada para os anos de 1878 e 1891. Em 1878, o ofício policial comunicava ao Chefe de Polícia que João Severino Tupinambá envolveu-se em uma briga no Engenho Sete Ranchos e acabou assassinado¹³⁵. Já no ofício policial de 1891 é solicitada a entrega do filho ingênuo de uma liberta, o menino se chamava Antônio Tupinambá Brasileiro.¹³⁶

A Mata Sul de Pernambuco, e mais especificamente os municípios de Escada e Ipojuca, possuía uma população, no período da colheita da cana, formada por pessoas que se deslocavam todos os anos para os engenhos. Eram homens e mulheres, negros, pardos e brancos, indivíduos e, por vezes, famílias que deixaram para trás as suas casas. A abolição implicou mudanças nos deslocamentos a que antes estavam impedidos os escravos. O domínio anterior sobre o corpo dos cativos, que interditava alguns deslocamentos e a liberdade de movimento possibilitada pela abolição deve ter encorajado reencontros entre amigos e a retomada de famílias separadas por vendas ou por fugas. Por outro lado, alguns sujeitos se deslocaram para conquistar maiores chances de autonomia, para se afastarem da tutela e do passado que em algumas situações remontava a subalternidade da escravidão. Pois, sobre os ex-escravos recaía a visão hierárquica que juntava as marcas da escravidão e a pobreza que estava no horizonte da maioria dos trabalhadores dos engenhos.

¹³² Filhos livres de mulheres escravas nascidos após a promulgação da lei n. 2040 de 28 de setembro de 1871.

¹³³ Traslado dos autos de perguntas aos escravos Aguida, Rufina e Barbina, de Guilhermino Joaquim do Rego Barreto. Ipojuca, 1887, MJPE.

¹³⁴ SILVA, Edson Hely. *O lugar do índio. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no Século XIX: o caso de Escada-PE (1865-1880)*. Dissertação de mestrado História UFPE, Recife, 1995.

¹³⁵ Ofício da Subdelegacia de Escada 25 de fevereiro de 1878, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada, Nº 130 (1877-1887).

¹³⁶¹³⁶ Ofício da Subdelegacia de Escada 08 de agosto de 1891, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada, Nº 131 (1888-1899).

Nos quadros da Mata Sul oitocentista, a realidade aqui apontada, deve ser entendida em uma sociedade rural onde os engenhos dominavam a paisagem e também como um local em que a escravidão foi expressiva ao longo do século XIX. Por conta disso, nesse ambiente de produção tradicional de açúcar existiu um número expressivo de trabalhadores dos engenhos, muitos deles homens, livres e escravos que dividiam o espaço físico e em parte a condição social. Conforme podemos perceber, a diversificação da população da Zona da Mata Sul foi consequência das alforrias, das fugas, da mobilização de um contingente de pessoas contra a escravidão e de um trânsito intenso de indivíduos na época da safra da cana.

CAPÍTULO 2

OS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO EM PERNAMBUCO

Como é sabido, a abolição da escravidão no Brasil demorou a se concretizar e só ocorreu depois de longa luta por parte dos escravos, abolicionistas e demais pessoas e grupos que defendiam o fim do cativeiro¹³⁷. O movimento abolicionista com sua diversidade de atuação e de agentes provocou uma onda de mobilização que se estendeu por todo o país. Na província pernambucana o ano de 1884, por conta da abolição no Ceará, ganha novo fôlego e mais força. Já a vitória de Nabuco nas eleições de 1887 indica que o movimento pro abolição estava sólido e com maiores chances de conseguir seu intento que era o de acabar com a escravidão. Em oposição a essa mobilização, proprietários de escravos tentaram frear mudanças na ordem social estabelecida, mas ainda assim as pessoas escravizadas não deixaram de lutar por sua liberdade. Essa luta foi marcada por intempéries vivenciadas principalmente pelas escravas e escravos. Este capítulo tem a intenção de reconstruir um pouco do ambiente experimentado por senhores de engenho e seus trabalhadores, ao longo da década de 1880, período que foi percebido como de transformações profundas, notadamente, no que diz respeito à escravidão e as relações sociais por ela regidas.

2.1 Mobilização Abolicionista em Pernambuco

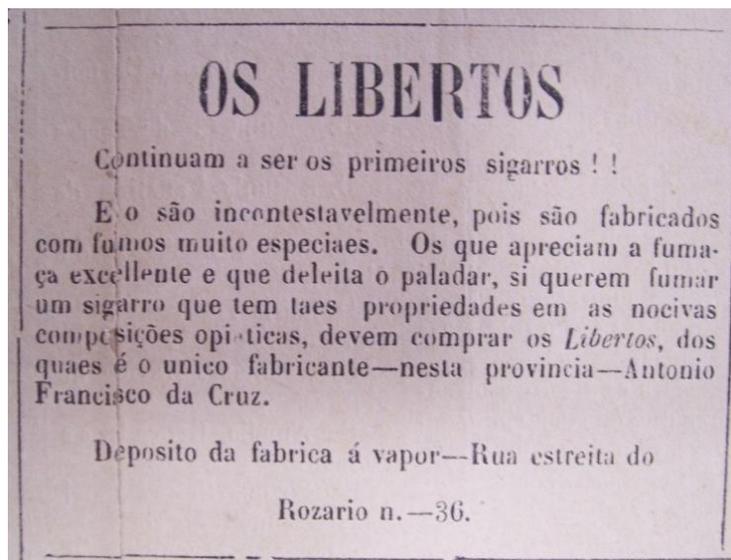
A partir de meados do século XIX difundiu-se o consumo de cigarros no Brasil, a explicação para a rápida popularização, de acordo com Edna Lima, deve-se à convergência de dois fatores: a invenção do fósforo e a criação de embalagens que estimulavam o consumo de clientes¹³⁸. Ocupar-se em dar tragadas diárias podia ser visto como um hábito de lazer e também como uma forma de expressar posições políticas e valores. Ao ler os

¹³⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. MACHADO, Maria Helena Toledo de. *O Plano e o Pânico – os movimentos sociais da década da abolição*. São Paulo: EDUSP, 1994.

¹³⁸ LIMA, Edna Lúcia Oliveira da Cunha. *Cinco décadas de litografia comercial no Recife: por uma história das marcas de cigarros registradas em Pernambuco, 1875-1924*. Dissertação (Mestrado em Artes) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.

jornais pernambucanos da década de 1880, observa-se os nomes das marcas de cigarros e eles oferecem indicativos das discussões engendradas naquele período. Os rótulos são testemunhos, apesar de sua vida breve, das tendências da moda, do *design* gráfico, sobre os costumes e o modo de vida da população desse período. As marcas serviam para identificar e diferenciar os produtos manufaturados de seus similares, o anúncio do cigarro disposto mais abaixo podia indicar que os consumidores estavam “libertos” das “nocivas” composições opiáticas”, mas, poderia servir também para comunicar visualmente aos seus consumidores os valores defendidos pelo fabricante¹³⁹. Ter entre os dedos um cigarro no qual estava impresso a marca da fábrica ou portar o maço da marca *Libertos*¹⁴⁰ podia dizer muito sobre as convicções e atitudes do seu portador e seu estilo de vida.

Figura 3- Anúncio do cigarro Os Libertos.



Fonte: Jornal *O Thermometro*, 1883.¹⁴¹

Ainda neste contexto, têm-se como exemplo a marca de cigarro que traz no rótulo colocado mais abaixo os rostos de Joaquim Nabuco e José Mariano¹⁴² indicando que quem

¹³⁹ REZENDE, Livia Lazzaro. A Circulação de imagens no Brasil oitocentista: Uma história com marca registrada. CARDOSO, Rafael. (Org.). *O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

¹⁴⁰ Os libertos. Jornal *O Thermometro*, Nazaré, sábado 18 de agosto de 1883. APEJE.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Joaquim Nabuco foi advogado, diplomata nos Estados Unidos e Inglaterra, deputado no parlamento brasileiro e foi um abolicionista de grande visibilidade nacional. José Mariano, por sua vez, formou-se advogado pela Faculdade de Direito do Recife, fundou o jornal *A Província*, foi membro da sociedade abolicionista Clube do Cupim, grande liderança popular no Recife e deputado. Em linhas gerais, essas duas

comprasse esse cigarro consumiria mais do que nicotina para *deleitar o paladar*. A imagem em litografia presente no rótulo de cigarros diz, portanto, muito do ambiente político daquele final de século.

Figura 4 – Rótulo do cigarro com a imagem de Joaquim Nabuco e José Mariano, respectivamente.



Fonte: Fundaj.¹⁴³

O nome que ornava o rótulo manifestava simbolicamente as experiências e as aspirações dos seus consumidores – a luta pela abolição e o fim da escravidão. Na embalagem disposta mais acima, por exemplo, aparecem os maiores líderes do abolicionismo em Pernambuco ambos nomeados como príncipes da liberdade: um “título” que indica a proeminência de seus portadores. Nota-se, a partir das duas figuras, que o uso da imagem de grandes referências do movimento abolicionista na Província proporcionava significativo grau de reconhecimento dessas personalidades para um amplo conjunto de pessoas. O cigarreiro (produtor de cigarros) assume, assim, um engajamento, uma posição política ao utilizar símbolos de tanta força ideológica. Se, por um lado, existiam aqueles que tinham como maior objetivo vender seus produtos, sem se importar com o que defendiam, por outro, também existiram aqueles que se esforçaram para imprimir suas escolhas políticas nos espaços em que atuavam.

lideranças abolicionistas atuaram na intersecção entre duas arenas políticas, a parlamentar e o ativismo das ruas.

¹⁴³ Príncipes da Liberdade, 19---. Rótulo de cigarro. Luzo Brasileira. Pernambuco. FUNDAJ.

Em outras palavras, em tempos de grande rebuliço social por conta da mobilização em prol da causa da abolição, fumar certo tipo de cigarro, comprar objetos em determinados bazares, tomar o vinho “Ave Libertas”, plantar e usar camélias ou frequentar determinadas peças teatrais indicavam quais eram os ideais e o posicionamento político-social de seus consumidores e frequentadores. Nesse ambiente não faltaram gestos, performances e objetos para assinalar uma afirmação de princípios, envolvimento e adesão política efetiva das pessoas, como foi o caso da camélia usada pelos integrantes do movimento abolicionista como sinal de demonstração de apoio à causa. Os homens a usavam na lapela e as mulheres nos decotes dos vestidos, além de usarem-na para adornar ruas e salões. De acordo com Eduardo Silva, as camélias foram usadas até pela princesa Isabel com este fim e cultivadas nas residências dos abolicionistas e nos quilombos dentro das cidades do Rio de Janeiro, Santos, São Paulo e Recife.¹⁴⁴

No Jornal da Cidade de Nazaré, *O Thermometro*¹⁴⁵, de 1883, os anúncios de cigarros dividiam espaço com matérias sobre a posse do novo chefe de polícia, a reunião para a eleição da nova mesa regedora da Irmandade de N. S. da Conceição de Nazaré, questões relacionadas ao Banco Auxiliador da Agricultura e ainda a respeito do elemento servil. Quanto a este último tópico, especificamente, discutia-se a respeito de uma proposta apresentada pelo gabinete governamental ao parlamento que, segundo o articulista, era uma medida pacífica que não procurava atizar ódios e nem motivar o ímpeto revolucionário. Enfatizava que essa sugestão era diferente da adotada por Lincoln¹⁴⁶ que levou adiante a Guerra Civil para acabar com a escravidão nos Estados Unidos. Tal projeto tinha como um de seus principais propósitos dar continuidade e desenvolver uma legislação como a lei de 1871, especialmente, no que se refere ao fundo de emancipação e assim diminuir a morosidade para a extinção da escravidão. Sendo assim, esse projeto de lei pretendia que ficassem livres todos os escravos que se mudassem, ou melhor, que fossem transferidos por venda para outra província diferente de seu lugar de domicílio ao tempo da aplicação da lei. Essa proposta não o diz, mas certamente visava frear a venda de cativos para outras regiões

¹⁴⁴ SILVA, Eduardo. *As Camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. Op. Cit.

¹⁴⁵ *O Thermometro*, Nazaré, sábado 18 de agosto de 1883. APEJE.

¹⁴⁶ Abraham Lincoln (1809-1865) foi presidente dos Estados Unidos durante a Guerra Civil Americana (1861-1865). Durante seu mandato empreendeu medidas para preservar a união do país que experimentou uma oposição entre os estados do Sul e do Norte (justamente por causa de discordância entre o Sul e o Norte quanto ao fim da escravidão) e ainda atuou para o fim da escravidão no país.

do Império e findar com o comércio de pessoas para regiões de economia em expansão. Esse tipo de procedimento, a proibição ou imposição de dificuldades para a exportação de escravos, de acordo com Tadeu Caíres, na Bahia, favoreceu os senhores de engenho do Recôncavo e grandes lavradores de outras regiões da província, pois permitia que uma reserva de mão de obra escrava estivesse disponível para os setores locais mais abastados e provavelmente teve o mesmo efeito para os senhores da Mata Sul de Pernambuco.¹⁴⁷

Em todas as propostas apresentadas pelo Governo, ao longo das décadas de 1870 e 1880, tinham como ideia central promover uma abolição gradual e indenizatória, evitando maiores desordens sociais e econômicas para os proprietários de escravos bem como para o Estado e, ao mesmo tempo, que também contemplasse os anseios emancipacionistas.¹⁴⁸ Por um lado, a opção por abolir a escravidão gradualmente, através de leis, representou também a interferência do Estado Imperial nos assuntos concernentes à liberdade dos cativos. Como salientou Sidney Chalhoub, a obrigatoriedade da alforria através da apresentação do pecúlio do escravo fez com que se alterasse a antiga política de domínio baseada na concessão da alforria como prerrogativa da autoridade senhorial.¹⁴⁹ Por outro lado, assegurava que poderia ser um processo lento com o uso de recursos legais que garantissem aos antigos proprietários adiar o acesso à liberdade ou controlar a vida e o trabalho dos libertos. Os senhores de engenho abraçaram a proposta gradualista como solução para evitar a emancipação imediata e dar, mais uma vez, sobrevida à escravidão.

A segunda metade dos oitocentos foi marcada, em Pernambuco, pela discussão sobre a substituição do braço escravo e o futuro das lavouras, pois setores ligados aos escravocratas perceberam a inevitabilidade do fim do sistema e reconheciam a necessidade do encaminhamento da questão servil.¹⁵⁰ Foi um período de lutas, conflitos, expectativas e incertezas para senhores e escravos. Todo o debate presente nos jornais e nas ruas estimulou, entre outras medidas, a organização de atividades para arrecadar pecúlio para promover alforrias e ações de liberdade na justiça e potencializar o movimento de libertação dos escravos, que na década de 1880 já havia se tornado uma causa popular.

¹⁴⁷ SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *Caminhos e descaminhos da abolição*. Op. Cit., p.155.

¹⁴⁸ MONTENEGRO, Antônio Torres. *O encaminhamento político do fim da escravidão*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 1983.

¹⁴⁹ CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade*. Op. Cit.

¹⁵⁰ COSTA, Lenira Lima da. *A lei do ventre livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco 1871-1888*. Dissertação (Mestrado em História) - UFPE/Recife, 2007.

De acordo com Celso Castilho o movimento abolicionista, em Pernambuco, realizou intervenções que possibilitaram o avanço da luta pela libertação. A campanha pela abolição em terras pernambucanas ganhou intensidade e ameaçou a sobrevivência da escravidão a partir de 1880, com a fundação de associações emancipacionistas por toda a província, apesar delas estarem concentradas em grande parte na capital¹⁵¹, e também foi resultado da agência escrava por meio das ações levadas à justiça e quando eles interpunham dificuldades ao exercício do mando senhorial.

O debate político acerca do encaminhamento da questão servil no começo de 1880 foi ganhando força ao longo da década com realizações que podiam ser vistas por muitas pessoas com animação e confiança na chegada de transformações. Mas para a elite senhorial esse tema constituiu um momento de potencial explosivo para a ordem social vigente como veremos logo em seguida.

2.2 O 25 de Março no Ceará e suas repercussões

A província do Ceará foi a primeira a libertar seus escravos, através da lei provincial de 25 de março de 1884. Esse evento deixou entrever que a província cearense era, a partir daquele momento, um território onde não havia mais escravidão¹⁵². Os escravos em fuga, de Pernambuco ao Ceará, deslocaram-se em uma espécie de *Underground Railroad*¹⁵³. A rota utilizada em Pernambuco para enviar escravos fugidos seguia de Recife para Mossoró e dali eles eram transferidos para Aracati e Fortaleza.¹⁵⁴ Segundo Grinberg¹⁵⁵, no Brasil, a definição de território estava atrelada à possibilidade de aquisição de direitos. Nesse sentido, o trânsito dos escravos para regiões onde não havia escravidão possibilitava a mudança da condição do indivíduo, dependendo do lugar onde ele estava ou do lugar onde

¹⁵¹ CASTILHO, Celso. *Abolitionism Matters*. Op. Cit., p.155.

¹⁵² A outra Província que declarou abolida a escravidão antes de 1888 foi a do Amazonas. Algumas cidades pelo Brasil também anunciaram o fim da escravidão em seus territórios, como Porto Alegre (1884), Santos (1886) e São Paulo (fevereiro de 1888).

¹⁵³ *Underground Railroad* eram as rotas e as casas usadas pelos escravos em fuga, nos Estados Unidos, durante o século XIX, com a ajuda de abolicionistas e simpatizantes à causa, para chegar aos estados do Norte que eram livres da escravidão, no Canadá ou no México.

¹⁵⁴ SALES, Maria Letícia Xavier. “O Clube do Cupim e a Memória Pernambucana”. *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*. Recife, v. 40, n. 43, 1990, p. 105.

¹⁵⁵ GRINBERG, Keila. “Escravidão e liberdade na fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa”. *Cadernos do CHDD/ Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática*, ano 6, número especial, [Brasília, DF], 2007.

vivia. Nessas condições, o solo livre poderia conferir liberdade a um sujeito.¹⁵⁶ Com esse dado em mente os integrantes do Clube do Cupim se aproximavam dos escravos do interior de Pernambuco, faziam propaganda do abolicionismo e encorajavam-nos a fugir para a cidade do Recife. Da capital pernambucana os cupins auxiliavam no transporte dos fugitivos para a Província do Ceará.¹⁵⁷

Gualberto Silva enviou do Ceará, em 4 de março de 1883, uma carta ao abolicionista pernambucano, João Ramos. O autor da carta era um abolicionista cearense, e informava que já haviam sido dadas as devidas providências para receber o carregamento de Abacaxis (Abacaxi foi o nome dado aos escravos fugidos e enviados para o Ceará) com a ajuda de pessoas engajadas na luta pela abolição para aquela direção.¹⁵⁸

Os abolicionistas utilizaram diversas estratégias para acelerar o fim da escravidão e passaram a atacar de frente a autoridade moral dos proprietários de escravos. Para isso, usaram atitudes mais radicais como a captura de cativos embarcados em um vapor para venda noutra localidade, o acoitamento de escravos e o auxílio às fugas. Essas atitudes mais radicais iam de encontro a postura de abolicionistas mais moderados como Joaquim Nabuco e André Rebouças os quais defendiam que a difusão das ideias de emancipação deveriam ser feitas somente junto aos proprietários e no parlamento¹⁵⁹, isto é, com criação de leis e com maior conscientização dos senhores sobre os males advindos do escravismo para a sociedade. A escravidão, de acordo com os abolicionistas, tornava o povo pouco habituado ao trabalho moralizado e a sociedade, de forma geral, já sentia o quanto o sistema escravocrata era algo vergonhoso, desumano e que postergava o progresso econômico e social. A ideia de nação civilizada passava por um processo de transformação dos costumes e um dos caminhos apresentados para alcançar tal realidade foi o fim do escravismo.

¹⁵⁶ GRINBERG, Keila. “Escravidão e liberdade na fronteira”. Op. Cit. p.75.

¹⁵⁷ Ver cartas das Sociedades Abolicionistas depositadas no IAHGP.

¹⁵⁸ Carta recebida por João Ramos de Gualberto R. Silva. Ceará 04 de março de 1883. Estante B, gaveta 31, IAHGP. Na carta de 14 de março de 1883, os escravos fugidos, Herculano e Juvenal, foram chamados de huguenotes. Carta recebida por João Ramos de Gualberto R. Silva. Ceará 14 de março de 1883. Estante B, gaveta 31, IAHGP. Em outra correspondência datada de 22 de agosto de 1883, os cativos que fugiram para o Ceará foram denominados como ingleses. Carta recebida por João Ramos de João Cordeiro. Ceará 22 de agosto de 1883. Estante B, gaveta 31, IAHGP.

¹⁵⁹ SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *As ações das sociedades abolicionistas na Bahia (1869-1888)*. In: 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 13 a 15 de maio de 2009. <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/ricardotadeucairesilva.pdf>>. Acessado em: 15 janeiro 2013.

Alguns militantes abolicionistas pernambucanos passaram a difundir ideias diretamente entre os escravos percorrendo as senzalas e os espaços públicos informando-os acerca das possibilidades de obterem suas liberdades a partir do uso da legislação emancipacionista. Outros atuaram incentivando e respaldando fugas, como a indicada na carta de Gualberto Silva. Outras cartas de abolicionistas alagoanos, paraibanos, paraenses e cariocas, remetidas a João Ramos, fornecem indícios de que as conexões dessa “rede de auxílio” abolicionista se estendiam por várias partes do Brasil e, dentro da província pernambucana, através das trocas de ideias e experiências entre os participantes desse movimento.¹⁶⁰

Conforme notou Maria Helena Machado em seu estudo sobre os movimentos sociais na década da abolição, o movimento abolicionista abriu espaço para a participação de diversos agentes sociais, entre eles, o “povo” ou o “populacho” dos centros urbanos e zonas rurais das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro. Para a autora:

[...] o abolicionismo abriu espaços para abrigar tendências e atuações muito diversas. Dinâmica peculiar na qual a crescente participação do zé-povinho e a radicalização de certos matizes empurravam os setores mais conservadores ao abandono das estratégias gradualistas e emancipacionistas. Vistas em retrospecto, as ideias que circulavam, na década de 80, nos meios abolicionistas, desenham uma graduação de cores e matizes que, muitas vezes, tem servido para encobrir as diferenças do que ressaltá-las. De fato, as molduras ideológicas que continham o movimento abolicionista podiam ser tão variadas e imprecisas quanto o eram diferentes setores sociais que a ele aderiram. [...].¹⁶¹

E, assim, o movimento abolicionista formava-se e transformava-se cada vez mais em um mosaico de ideias de grupos sociais distintos. Contudo, é importante ressaltar, conforme aponta a autora, que estes grupos se relacionavam entre si.

Quanto ao movimento antiescavidão cearense, em particular, ele reuniu pessoas de diferentes estratos sociais, a exemplo dos jangadeiros em sua maioria mulatos, pardos e negros que costumeiramente transportavam cativos para alguns negociantes até que no começo da década de 1880 recusaram-se a pôr os escravos em suas embarcações. Essa ação dos jangadeiros foi bastante noticiada em Fortaleza e tais medidas geraram um movimento com forte participação popular fortalecendo a luta abolicionista, que empregou métodos

¹⁶⁰ Carta recebida por João Ramos de Luis de Andrade. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1884. Estante B, gaveta 31, IAHGP. Carta recebida pela Sociedade Nova Emancipadora da Sociedade Libertadora Alagoana. Maceió 10 de setembro de 1884. Estante B, gaveta 31, IAHGP.

¹⁶¹ MACHADO, Maria Helena Toledo de. *O Plano e o Pânico – os movimentos sociais da década da abolição*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 160.

legais e ilegais para libertar cativos e culminou na abolição promovida no ano de 1884 na Província do Ceará. Este movimento se tornou um exemplo inspirador e de grande repercussão nas diversas províncias do Brasil.

Os jornais que circulavam na Província de Pernambuco no começo do ano de 1884, por exemplo, anunciavam a mobilização e o entusiasmo que tomavam conta das ruas por conta do feito ocorrido no Ceará. Uma matéria mencionava as festas públicas realizadas no Recife, onde homens, mulheres e crianças participaram de uma parada abolicionista. O desfile reuniu durante todo o dia cerca de duas mil pessoas que cantaram hinos, gritaram “vivas à liberdade” e quando chegaram ao ponto final, em uma praça central da região de Santo Antônio, viram uma decoração de flores e faixas dispostas e em uma delas estava escrito: “Glória aos jangadeiros do Ceará – Viva 25 de março de 1884”¹⁶². A celebração não se resumiu só à passeata, pois no Teatro Santa Isabel foram apresentados recitais de músicas e poesia, discursos de alguns membros de sociedades abolicionistas como, por exemplo, a conferência de Fernando de Castro em cujo discurso disse que em 25 de março de 1884 fora lavrada “a carta de alforria integral da província do Ceará”¹⁶³. O evento culminou com a entrega de 71 cartas de alforria¹⁶⁴. As comemorações nos teatros e nas vias públicas proporcionaram uma maior visibilidade das ações abolicionistas, à medida que esses eventos eram vivenciados por maior quantidade de gente. As repercussões imediatas da abolição no Ceará foram mais sentidas em Pernambuco do que em outras partes do Império devido à proximidade geográfica das duas províncias e as conexões que uniam seus movimentos abolicionistas.

A comemoração da abolição do Ceará ocorreu também na capital do Império. As atividades ali realizadas reuniram cerca de dez mil pessoas que ouviram os comícios e assistiram a peças teatrais e participaram de caminhadas e quermesses. Reuniões semelhantes aconteceram na Província da Bahia, Paraíba e Amazonas. As notícias da abolição do Ceará ressoaram nos periódicos franceses, em função do jantar para celebrar o acontecimento realizado em Paris pelo abolicionista brasileiro José do Patrocínio e o

¹⁶² COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Pernambuco ao Ceará: O dia 25 de Março de 1884*. 2. ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura, 1984. Nesse livro o historiador pernambucano reuniu alguns recortes de jornais sobre as comemorações do 25 de Março.

¹⁶³ CASTRO, Fernando de. *A Escravidão no Brasil*. Conferência Abolicionista – Teatro Santa Isabel a 25 de março de 1885. Mandada publicar pela Sociedade Ave Libertas Pernambuco, Tipografia Apollo, 1885, p.12. IAHGP, caixa 4, folheto 26.

¹⁶⁴ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Pernambuco ao Ceará*. Op. Cit.

aboliconista francês Victor Schoelcher, figura máxima do abolicionismo francês¹⁶⁵. Até um periódico afro-americano da Filadélfia divulgou uma notícia sobre a abolição no Ceará¹⁶⁶. Uma onda revolucionária encorajou as pessoas simpatizantes do abolicionismo e os escravos a desobedecerem a autoridade senhorial e deslegitimar o escravismo. Este movimento popular aglutinou homens e mulheres de múltiplos estratos sociais e cores e ampliou-se por toda a província pernambucana.

Em 25 de março, os mais diversos jornais pernambucanos se solidarizavam e demonstravam o seu apoio e mobilizavam a opinião pública. O jornal *O Echo de Palmares*, de uma das mais importantes cidades da Mata Sul, recebeu diversas colaborações de seus leitores para o suplemento dedicado a celebrar o dia 25 de março de 1884, intitulado o Ceará Livre.¹⁶⁷ Foram enviadas poesias que rendiam homenagens à libertação dos escravos efetuada no Ceará, notas a favor do evento e matérias de opinião. O jornal *O Rebate* (fig. 4), indicava que a escolha da data fazia referência a outros eventos políticos importantes ocorridos nos anos de 1817 e 1824. As datas correspondem à Revolução Pernambucana, em 1817, e à Confederação do Equador, em 1824, e mostravam o caminho percorrido, até aquele momento, de luta por emancipação política, e eram eventos de forte apelo popular

168

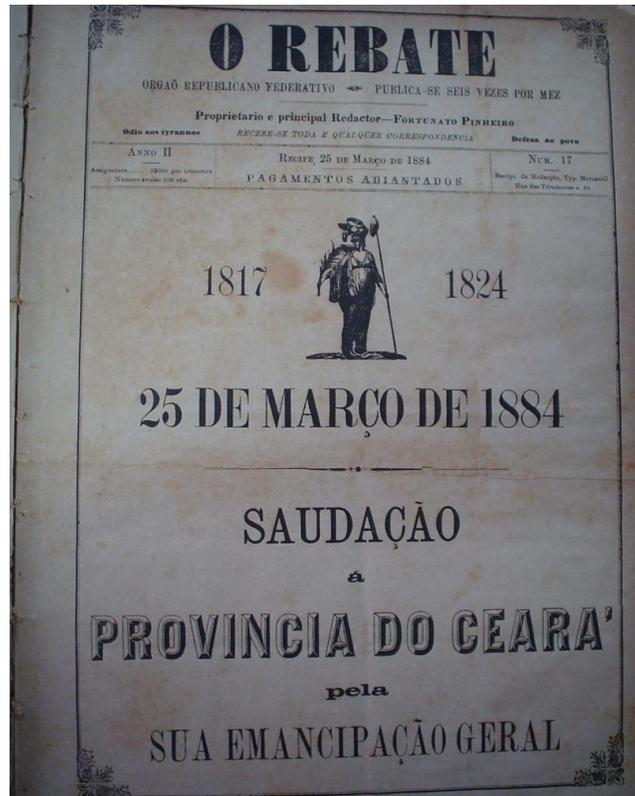
¹⁶⁵ FERREIRA, Lusirene Celestino França. *Cruzando o Atlântico: os ecos da abolição do Ceará no mundo atlântico (1884)*. XVIII Encontro de História da Anpuh- Rio, Identidades, 2008, p.1-2.

¹⁶⁶ *The Christian Recorder* (Philadelphia), April 17, 1884, In the African American Newspapers: The 19th Century Online Database, <<http://www.accessible.com/accessible/print?AADocList=1&AADocStyle=STYLED&AAFile=&AABeanName=toc1&AANextPage=/printFullDocFromXML.jsp&ACheck=1.8.1.0.1>>.

¹⁶⁷ *Jornal Echo de Palmares* 25 de março de 1884. APEJE.

¹⁶⁸ *O Vinte e Cinco de Março* – Jornal comemorativo – Publicação anual em homenagem à libertação do Ceará, 25 de março de 1886. 25 de março e o Ceará. APEJE.

Figura 5 - Jornal *o Rebate* 25, de março de 1884.



Fonte: Jornal *O Rebate*, 1884.¹⁶⁹

Os espíritos ficaram inebriados e cheios de expectativas com todo o debate promovido pelo acontecimento. Em Recife e nas cidades do interior, os jornais informavam que o povo apresentou demonstrações de apoio à causa. Essas informações acabaram por agregar mais simpatizantes ao movimento, pois houve por toda parte uma acolhida positiva das ideias abolicionistas. Contudo, não foram somente as ideias abolicionistas e os simpatizantes que mudaram a realidade, e, tampouco, somente a prática dos cativos. O que mudou essa realidade, o que desencadeou transformações foi o encontro desses dois movimentos.

As fugas para essa região preocupavam os proprietários. Com a fuga do/a escravo/a o proprietário ‘perdia’ um bem e com isso perdia também possíveis indenizações pela liberdade concedida ao/à seu/sua escravo/a. Por exemplo, casos como o da escrava Raymunda da província do Maranhão, estavam tornando-se comuns. No relatório da secretaria de polícia do Ceará foi exposto o seguinte:

¹⁶⁹ *O Rebate*, 25 de março de 1884, APEJE.

D. Maria Emilia de Carvalho, residente em Caxias na província do Maranhão, que enviou uma petição a Chefia de Polícia do Ceará requerendo a captura de Raymunda, escrava de sua filha menor D. Jozepha da Conceição Carvalho Lima, em virtude da mesma ter fugido para Fortaleza sem estar alforriada, nem a sua senhora ter recebido indenização que lhe fora oferecida para conceder a carta de liberdade.¹⁷⁰

O rumor de que o solo do Ceará conferia liberdade aos escravos que nele pisassem deve ter chegado aos ouvidos da escrava Raymunda, e correu por outras províncias, dando bastante trabalho à polícia do Ceará, pois escravos de diferentes partes procuraram essa província como refúgio. Diversos ofícios foram enviados pelas chefias de polícia de Pernambuco, Paraíba e Bahia requerendo a captura de escravos fugidos que seguiram para Fortaleza¹⁷¹. Esse tipo de recurso não era uma novidade no Brasil. Décadas antes, na Província do Rio Grande do Sul, homens e mulheres escravizados cruzaram a *fronteira* com o *Uruguai*¹⁷² em busca de *liberdade*.¹⁷³

Lendo as notícias nos periódicos desse tempo, tem-se uma forte impressão de que a propagação de ideias, do entusiasmo e da empolgação eram vigorosas e cada vez mais generalizadas. De fato, o que estava acontecendo era parte de um movimento mais geral da época: a luta pela emancipação geral dos escravos. Foi nessa época, por exemplo, que se promoveram reuniões, festas, feiras, loterias e peças teatrais com o objetivo de angariar recursos para custear libertações de escravos. Entretanto, não podemos esquecer que a luta pelo fim do cativeiro não foi um fato unânime alguns grupos permaneceram defendendo o direito a propriedade escrava.

Eduardo Silva afirmou que a ação abolicionista no Rio de Janeiro contou com o apoio significativo dos profissionais de teatro e de artistas¹⁷⁴ e que essa aproximação exerceu papel decisivo para que a campanha contra a escravidão não ficasse confinada exclusivamente na esfera política parlamentar e se firmasse como um movimento popular, atingindo espaços informais da política, tomando as ruas. Do mesmo modo, as peças

¹⁷⁰ MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no sertão cearense*. Dissertação (Mestrado em História) UFF, Niterói, 2012, p.36. Relatório da Secretaria de Polícia do Ceará. Fortaleza, 10 de setembro de 1883, p. 9. Anexo ao Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1883.

¹⁷¹ Idem, p.37. Relatório da Secretaria de Polícia do Ceará. Fortaleza, 10 de setembro de 1883, p. 10. Anexo ao Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1883.

¹⁷² *Na República uruguia* desde 1842 tinha sido decretado o fim da escravidão.

¹⁷³ GRINBERG, Keila. "Escravidão e liberdade na fronteira". Op. Cit.

¹⁷⁴ SILVA, Eduardo. *Resistência negra, teatro e abolição da escravatura*. Disponível em: <http://sbph.org/reuniao/26/mesas/Eduardo_Silva.pdf>. Acessado em: 19 junho 2009.

teatrais foram instrumentos utilizados para atrair um público mais numeroso e interessado e um importante canal de difusão da propaganda abolicionista na província de Pernambuco.¹⁷⁵

Para Celso Castilho, a abolição da escravidão no Ceará foi uma das principais causas do fortalecimento do movimento abolicionista em Pernambuco.¹⁷⁶ Entretanto, não podemos dizer que ocorreu uma mudança geral na mobilização contra a escravidão, pois desde o começo da década de 1880, na província de Pernambuco, já vinha ocorrendo, em uma proporção menor, algumas intervenções e uma atividade militante que tinha certa visibilidade. O que pode ser afirmado é que a partir de 25 de março de 1884, com a declaração de um *Ceará Livre* o tom do debate mudou de um timbre cauteloso, no começo da década, para outro mais aguerrido após a abolição no Ceará. As ações das pessoas engajadas passaram a ser mais radicais e o movimento abolicionista passou a combater veementemente o direito legal à escravatura e a defender a aprovação de uma proposta de abolição imediata e sem a indenização dos proprietários. Em contrapartida, os senhores de engenho atacavam ativamente esses acontecimentos escrevendo diversas denúncias nas páginas dos jornais.

Com a abolição no Ceará inaugurou-se uma atmosfera de insegurança em relação à posse da propriedade escrava. Nesse sentido, em carta enviada ao jornal *Diário de Pernambuco*, publicada em novembro de 1884, o autor argumentava sobre as dificuldades que seriam enfrentadas pelos proprietários por conta da atuação de abolicionistas, citando a conferência realizada no Teatro Santa Isabel:

[...] as doutrinas enunciadas provam a evidência, que os candidatos abolicionistas querem a ruína do país, a miséria para numerosas famílias; o estabelecimento da República, ou melhor, o comunismo com a democratização da propriedade.¹⁷⁷

¹⁷⁵ O Club Ceará Livre promoveu uma matiné abolicionista no Teatro Santa Isabel. Nesse dia as apresentações foram divididas em quatro partes. Iniciou-se com a conferência do abolicionista Martins Junior. Seguida das artistas Julieta Santos e D. Francisca Leal com uma comédia. Na terceira parte foi recitada a poesia a “Tragédia do Eito”. Na quarta parte foi encenada a comédia *Sinos de Corneville em Casa* e, por último, foi recitada uma *mimosa poesia* em homenagem ao Ceará. Em todos os intervalos foram apresentadas variações de mano-flauta. *Jornal do Recife*, 03 de maio de 1884. APEJE.

¹⁷⁶ CASTILHO, Celso. *Agitação Abolicionista, Transtornos Políticos: O Recife na véspera da campanha abolicionista*. JACKSON, Kenneth David; ALBUQUERQUE, Severino João (Orgs.). Conferências sobre Joaquim Nabuco – Joaquim Nabuco e Wisconsin. Centenário da Conferência na Universidade. Ensaio comemorativo. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias Ltda., 2010.

¹⁷⁷ *Diário de Pernambuco*, 06 de novembro de 1884. FUNDAJ.

Como se pode notar no trecho acima, os produtores de cana atacavam o abolicionismo e não aceitavam a perda da propriedade cativa por isso, mobilizavam-se e tentavam postergar a escravidão e obstruir a abolição, acentuando a correlação entre abolicionismo e desordem social.

Decerto, a publicidade nacional da emancipação imediata no Ceará gerou excitação no ânimo dos escravos e instabilidade na autoridade dos senhores sobre sua escravaria. Os senhores pernambucanos descreveram esse evento como fomentador de um período de anarquia, hostilidade e de insurgências dos escravos. Eles utilizaram os espaços dos jornais para tornar pública a opinião do grupo com relação à abolição no Ceará. Para eles a abolição ocorreu na Província do Ceará naquele momento porque ali era uma área onde os escravos eram numericamente poucos e a economia desenvolvida era mais acanhada e estava afetada por sucessivas secas ocorridas entre os anos de 1877 e 1880, que arruinou a economia local.

Esta realidade, juntamente com as epidemias que vitimaram principalmente os escravos, que sofreram com a fome e com diversas doenças, fez com que eles acabassem servindo de moeda corrente em tempos de penúria, transformando-se na salvação de senhores arruinados. De acordo com Richard Graham, “a província do Ceará, fora da zona açucareira, foi uma das mais devastadas pela seca; ela enviou milhares de escravos para o sul, e durante a década de 1870, enviou mais que qualquer outra província exceto o Rio Grande do Sul”¹⁷⁸. Essas condições aumentaram o quadro de incertezas que permitiram a abolição da escravatura no Ceará¹⁷⁹.

Ainda neste contexto, um artigo de 1884 afirmava que “não há nada a imitar do Ceará¹⁸⁰”. Seu autor insistia que “o Ceará, já empobrecido pela seca, só se decidiu heroicamente a libertar seus escravos depois de se ter desfeito dos que eram mais valiosos”. A abolição no Ceará explicar-se-ia por motivos econômicos e não humanitários¹⁸¹. Esse modo de ver coincidia com sentimentos expressos por outro articulista, pois para ele, “o Ceará, verdade seja dita, não libertou seus escravos, mas vendeu-os para o Sul, e a bom

¹⁷⁸GRAHAM, Richard. “Nos Tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil.” *Revista Afro-Ásia*, n. 27, 2002, pp. 131-132.

¹⁷⁹BARBOZA, Edson Holanda Lima. “Sobre as hidras do Norte: Rotas de transgressão desde o Ceará aos portais da Amazônia - 1877/1889”. *Revista Brasileira do Caribe*, Goiânia, Vol. XI, nº21, Jul-Dez, 2010.

¹⁸⁰*Diário de Pernambuco*, 19 de abril de 1884. FUNDAJ.

¹⁸¹Idem.

dinheiro”¹⁸². Dar ênfase às discussões dos problemas econômicos e à diminuta população de cativos existentes no Ceará, à época da abolição em 1884, foram recursos utilizados para indicar que lá não existia uma sociedade escravocrata e assim tentar amainar a amplitude do feito.

Ao que tudo indica, a repercussão deste evento, a força das notícias e das mobilizações motivaram os escravizados de outras regiões a desafiar a antiga ordem e procurar variados meios para se libertarem. A marca desse episódio não se restringiu ao ano de 1884, seguiu na lembrança das pessoas nos anos seguintes. Como, por exemplo, a fundação da União Beneficente 25 de Março, da cidade de Escada, criada no ano de 1893, cremos que devido ao número de escravos do município que era um dos maiores da Mata Sul e pelas incursões de abolicionistas na região essa instituição que era composta em sua maioria por trabalhadores dos engenhos deve seu nome ao evento de grande repercussão denominado *Ceará Livre*.

Uma peça teatral intitulada *O Clube do Cupim e a Lei 13 de maio*¹⁸³, escrita em 1889 pelo português Thomaz Espiuca, escritor envolvido em produções teatrais engajadas na causa abolicionista¹⁸⁴, narrava uma história que se passava no ano de 1884 cujo tema era a abolição ocorrida na Província do Ceará. O evento era visto como marco para o desfecho ocorrido em maio de 1888. O enredo da peça girava em torno de acontecimentos que ainda deviam estar muito vivos na memória dos pernambucanos, notadamente daqueles que se dedicavam à causa da abolição. Alguns destes abolicionistas mais engajados chegaram a criar manifestações culturais comprometidas em preservar a memória da atuação dos abolicionistas pernambucanos. Quanto à peça, ela foi encenada no Teatro Santa Isabel, espaço de lazer, convívio e de propaganda da militância abolicionista. No teatro, ainda hoje há uma placa com uma frase proferida por Joaquim Nabuco que diz: “aqui ganhamos a causa abolicionista”.

Ainda em relação ao escritor português, Espiuca esteve bastante envolvido com a causa da libertação dos escravos. Tanto que produziu peças que discutiam a questão da escravidão ou ele revertia parte da renda para libertar escravos.

¹⁸² *Diário de Pernambuco*, 19 de abril de 1884. FUNDAJ.

¹⁸³ *O Clube do Cupim e a Lei 13 de maio*. Comédia-drama em 4 atos por Thomaz Espiuca. Pernambuco, Tipografia do Comércio, Rua do Imperador, 1889. BPEP- Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

¹⁸⁴ Em fins do ano de 1884 Espiuca juntou-se ao *Clube do Cupim* entidade que auxiliava escravos a fugirem para o Ceará. Ver: CASTILHO, Celso. *Abolitionism Matters*. Op. Cit. p.102, nota 218.

Neste contexto, vale ressaltar que, além de uma opção de lazer, o teatro foi canal de propaganda e tribuna para os abolicionistas e continuaria a ser um espaço para valorizar os feitos dos envolvidos nesse movimento social depois de 1888. Membros do movimento abolicionista articularam-se em torno da consolidação e expansão da memória de sua atuação. Seguindo essa linha de pensamento, os textos teatrais, os registros memorialísticos e os discursos serviram também como espaços de guarda de uma memória para legitimar a ação política e para abrir espaços de atuação para os abolicionistas no presente porvir.

A documentação consultada nos deu a possibilidade de observar como se deu a percepção da Abolição no Ceará na capital pernambucana. Isso não quer dizer que tais acontecimentos não tenham tido repercussão nas cidades da Zona da Mata Sul de Pernambuco, até porque os jornais da capital eram distribuídos no interior. Até aqui tivemos acesso a poucos indícios de como os acontecimentos de 1884 afetaram a Mata Sul, mas, ao longo desse capítulo traremos mais dados para mostrar como a luta pelo fim da escravidão, em grande parte reavivada pela abolição no Ceará, foi experimentada nessa mesma região. Contudo, não podemos esquecer que nas cartas dos abolicionistas, aqui pesquisadas, os cativos que eram animados a fugir para o Ceará eram oriundos, em sua maioria, dos engenhos de açúcar.

2.3 A luta dos escravos e a reação senhorial

A década de 1880 promoveu importantes mudanças na dinâmica de domínio dos senhores de engenho pernambucanos sobre sua escravaria. Eles se viram pressionados a promover algumas concessões abrindo caminho para alguns escravos melhorarem sua condição, ocasionalmente chegando à liberdade. Contudo, os proprietários de escravos não estavam dispostos a ceder seu poder com tanta facilidade. Conseqüentemente, um conjunto de estratégias das elites locais foi utilizado para conter a erosão da posição de autoridade dos proprietários e tentar restaurar o *status quo*¹⁸⁵. Tais medidas também serviram para

¹⁸⁵ A elite proprietária de escravos em Pernambuco já havia criado desde 1872 uma associação de classe, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (SAAP). Essa instituição foi fundada em resposta ao contexto de insegurança e de um possível colapso de mão-de-obra atravessada pelos senhores de engenho em decorrência da aprovação da Lei do ventre livre de 1871 e pelo crescimento do movimento abolicionista. Nesse evento, a elite agrária discutiu acerca da pesada carga de impostos paga por senhores de engenho, da dificuldade de acesso ao crédito para a implantação de mudanças técnicas na agroindústria açucareira, a

coibir os movimentos e práticas de abolicionistas e dos escravos que, segundo a lógica senhorial, precisavam ser controlados e subordinados. Em janeiro de 1883, proprietários de Escada, alarmados com a epidemia abolicionista, organizaram associações senhoriais – os clubes da lavoura –, entidade privada constituída por grandes senhores de engenho que procuravam intensificar medidas contra os avanços das atividades abolicionistas. O clube da lavoura de Escada serviu de modelo para outros agricultores da Mata Sul se organizarem em clubes semelhantes. Em quatro meses foram fundados nove clubes na zona açucareira pernambucana. Os clubes da lavoura de Escada e Ipojuca uniram forças para deter o abolicionismo que colocava em risco a segurança dos senhores e em 1884 aliaram-se a outros clubes para ficarem todos reunidos na Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. Nessas associações, os proprietários se arregimentaram para resguardar seus interesses defendendo a transição gradual do trabalho escravo para o livre, para divulgar as questões relativas às condições da lavoura e discutir como naquele momento estava sendo pensada a organização dos trabalhadores que atuavam nos canaviais. Reunidos nessa instituição os produtores de cana postulavam como deveriam ser criadas instituições públicas para estimular os libertos ao trabalho e estabelecimentos voltados para a educação das crianças filhas dos escravos, menores de 21 anos, para os trabalhos da lavoura.¹⁸⁶

Ao mesmo tempo em que os jornais do começo de 1884 apresentavam as passeatas e comemorações pelo *Ceará Livre*, eles também mostravam a mobilização dos senhores para deter o avanço das ideias de liberdade e para defender o direito à propriedade. Com o impacto gerado pelas notícias e manifestações do 25 de março, tornaram-se constantes as reclamações feitas pelos produtores de açúcar. Diante da nova conjuntura de mudança do eixo das lutas políticas contra a escravidão e com a abolição ocorrida no Ceará, os produtores de cana de Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco reagiram e organizaram um congresso para apresentar as demandas do grupo e para criticar e frear o

criação de vias para o escoamento da produção, a fundação de estabelecimentos agrícolas voltados para o ensino e treino da população livre e dos ingênuos para o trabalho nos engenhos. Nessa ocasião também debateram a aprovação de leis que reprimissem a vadiagem e a itinerância desses indivíduos. Ver: BOMPASTOR, Sylvia Couceiro. *O Discurso da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco em fins do Império: 1875-1885*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Recife, 1991.

¹⁸⁶ EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança*. Op. Cit. p. 185.

movimento abolicionista.¹⁸⁷ Em julho de 1884 o grupo senhorial que se encontrava vigilante diante de toda essa movimentação convocou um congresso antiabolição em Recife. Em um anúncio do evento, divulgado nos jornais, enfatizava-se que era importante os proprietários ficarem “unidos como um só homem” frente ao “abolicionismo intransigente”.¹⁸⁸

A preocupação central que mobilizou os congressistas reunidos no Recife era de como realizar a transição para o trabalho livre sem causar maiores perturbações na ordem econômica, tendo em vista que grande parte da produção das províncias do Norte era essencialmente agrícola e pautada no trabalho escravo.

Dentre os discursos proferidos pelos participantes do Congresso, várias vezes defendiam diferentes argumentos: desde a defesa da implantação de uma rígida legislação trabalhista até a oposição às altas tributações sobre os escravos. Outros defendiam a indenização pelos cativos libertados e a repressão à vagabundagem por meio da atuação de uma polícia rural.¹⁸⁹

Um dos pontos principais debatidos no congresso agrícola foi a desorganização econômica e social que a abolição abrupta poderia causar, sobretudo entre os grandes produtores de açúcar. Muitos dos escravocratas pernambucanos estavam informados das iniciativas do governo para extinguir a escravidão, e, como se pode observar, aborrecidos com toda a mobilização dos abolicionistas que se estendia da capital ao interior da província. Mas ainda assim os proprietários apostavam na solução gradual. Com a proposta de legislação emancipatória, ninguém sairia perdendo, nem os senhores nem os escravos.

Em linhas gerais, a abolição lenta e gradual mostrava-se, aos homens da época, como um caminho seguro, pois era potencialmente pedagógica no sentido de possibilitar a preparação do cativo para a liberdade. Os senhores amparados pela criação de instituições para treinar e disciplinar a mão de obra disponível, poderia efetivar assim a transição sem o perigo da desorganização do trabalho que poderia colocar em risco as fontes de produção da riqueza e a ordem pública. O encaminhamento da emancipação, segundo os proprietários de escravos, além de ser gradual, requeria dos seus agentes moderação e respeito à

¹⁸⁷HOFFNAGEL, Marc Jay. *From Monarchy to Republic in Northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895*. Indiana: Indiana University, 1975, p. 76.

¹⁸⁸ *Diário de Pernambuco*. Recife 08 de junho de 1884. FUNDAJ.

¹⁸⁹ EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança*. Op. Cit.

legislação. O projeto Saraiva-Cotegipe, sancionado em 28 de setembro de 1885, pretendia impor que a via legal e o respeito à propriedade fossem seguidos, pois estipulara multas de quinhentos a mil réis a quem ajudasse ou desse guarida a escravos fugitivos.¹⁹⁰ A lei dos sexagenários previa a libertação dos cativos com mais de 60 anos com indenização, mediante contrato de trabalho por três anos, ou até completarem 65. Estabelecia ainda medidas repressivas visando obrigar os libertos a firmarem contratos de trabalho e estabelecer domicílio fixo.

As reclamações senhoriais faziam certo sentido, sobretudo pelo fato de que muitas das estratégias utilizadas pelos abolicionistas eram subversivas e ilegais, contradizendo o encaminhamento legal feito pelo governo para conduzir a transição para o trabalho livre. Portanto, a elite proprietária articulava-se de diferentes formas para deter os avanços do abolicionismo, inclusive através de medidas que visavam impedir as atividades dos abolicionistas em instituições políticas formais, como pode ser observado na correspondência enviada pelo senhor de escravos Ambrósio Machado a um eleitor do 1º distrito:

Gaipió, 1.º de setembro de 1887.
Ilmo. Colega e Amigo dr. André Dias,

Vou rogar-lhe **o favor de se abster de ir votar, como eleitor do 1.º distrito, a fim de não dar o seu voto ao dr. Joaquim Nabuco**. Este senhor tem por tal forma atacado e injuriado os agricultores da província, que seria imperdoável fraqueza de nossa parte concorrermos para sua eleição. Meus respeitosos cumprimentos ao meu ilustre Amigo, seu digno Pai e à Exma. Família e disponha de quem é com muita estima

De V. S.
Colega e Am.
Obr.º
Ambrósio M. da C. C.¹⁹¹

Durante a campanha eleitoral de 1884, Nabuco foi candidato do primeiro distrito de Pernambuco em parceria com José Mariano, que era candidato pelo segundo distrito. Ao longo da campanha, eles deram maior visibilidade às ideias abolicionistas por meio de seus discursos e performances públicas. Sabia-se que a fama e os discursos de Nabuco, que era um homem bonito, carismático, ilustrado e excelente orador tinha poder de persuasão sob a

¹⁹⁰CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 271.

¹⁹¹ Carta escrita por Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti a André Dias. Gaipió (Ipojuca), 01 de setembro de 1887. In: *Joaquim Nabuco. Cartas a Amigos*. Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. São Paulo, Instituto Progresso Editorial S. A., vol 1, s/d, p-28 (grifos nossos).

opinião pública, marco central e inovador da campanha. Seus discursos atraíram centenas e às vezes até milhares de pessoas para lugares públicos da capital e do interior, arrancando da audiência os mais frenéticos aplausos.¹⁹² Sua audiência era composta por mulheres, estratos sociais baixos, profissionais liberais urbanos, trabalhadores manuais, libertos e até escravos.¹⁹³ José Mariano, por sua vez, desfrutava de grande simpatia popular em Pernambuco e provocava a cólera dos escravistas, pois, em suas conferências, postulava que a extinção da escravidão deveria se dar sem qualquer indenização¹⁹⁴. Ângela Alonso lembra que os grupos contestadores do *status quo* na década de 1870 e 1880 recorreram às práticas modernas de debate que se difundiam principalmente na Europa e nos Estados Unidos, como os *meetings*, as manifestações públicas de reivindicações através de associações temáticas, os comícios, a proliferação de clubes e associações, as passeatas, as greves, enfim, uma infinidade de práticas político-culturais foi mobilizada por esses grupos contestadores para apresentarem seus projetos de reforma à sociedade¹⁹⁵. Algumas das pessoas contrárias às ideias divulgadas pelos abolicionistas e a candidatura deles a deputado cantavam quadrinhas pelas ruas:

“Há muito negro insolente,
Com ele não quero engano.
Veja é que nós não somos
Fazenda do mesmo pano,
Disso só foram culpados
Nabuco e José Mariano.”¹⁹⁶

Por outro lado, o leitor ou o público assistente das conferências pronunciadas no Recife, em 1884, ouviram ou leram (essas conferências era algumas vezes reproduzidas e comentadas nos jornais) severas críticas à escravidão. Nabuco bateu mais forte na tecla da

¹⁹² NABUCO, Joaquim. *A campanha abolicionista no Recife, eleições de 1884*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1885. Esse livro é composto por uma coletânea de 12 dos 23 discursos que Nabuco fez por todo o Recife entre outubro e dezembro de 1884. *O Rebate*, Recife, 17 de outubro de 1884. Apanhado ligeiro da conferencia do Dr. Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo no Theatro Santa Isabel. APEJE.

¹⁹³ ALONSO, Angela. “O Abolicionista Cosmopolita - Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional.” *Revista Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 88, 2010.

¹⁹⁴ Conferencia Abolicionista. *Jornal O Rebate*, Recife 25 de outubro de 1884. APEJE.

¹⁹⁵ ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹⁹⁶ Verso falando sobre as consequências da atuação dos abolicionistas Joaquim Nabuco e José Mariano, durante a campanha eleitoral, que influenciou na mudança de comportamento dos homens de cor da Província de Pernambuco. Texto coletado pelo historiador Flávio Guerra em suas investigações. Informação disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/links/JoseMarianoCarneiroCunha.html>> acessado em 01 de março de 2013.

necessidade de uma lei agrária destinada a diminuir o poder dos latifundiários e a democratizar o acesso a terra. Ele defendeu a formação de associação de operários e disse que os imigrantes europeus não poderiam ter recursos (terras e outros benefícios) que eram negados, naquele momento, aos nacionais. Nabuco ganhou as eleições de 1884, mas, apesar da vitória, a Câmara negou-lhe o mandato. Mas nem por isso a classe proprietária deixaria de ficar atenta nos anos seguintes para impedir o avanço de ameaças a sua posição de autoridade e uma possível perda de *status*.

Posteriormente, na campanha de 1887, o processo eleitoral também foi marcado pela forte oposição do grupo senhorial aos dois candidatos (Nabuco e Mariano). No jornal *O Paiz*, de 28 de março de 1887, consta que depois dos discursos realizados por Joaquim Nabuco e José Mariano em Escada e Nazaré, muitos escravos fugiram, houve um avanço do abolicionismo e cresceu o apoio aos escravizados para ações mais insubordinadas.¹⁹⁷ Fato significativo na campanha de 1887 foi que Joaquim Nabuco não apenas obteve êxito como foi eleito. A vitória de Nabuco, um dos maiores abolicionistas do país, contra o gabinete de Cotegipe que ainda estava aferrado a escravidão e adia de todas as formas uma lei que abolisse a escravidão foi visto como uma pá de cal na resistência escravocrata.

No jornal *Diário de Pernambuco*, de 25 de maio de 1887, dizia-se que entre as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos produtores de cana, a mais importante era o abolicionismo. Tal movimento, segundo o articulista, agia como uma onda que saía levando tudo que encontrava pela frente, notadamente, em regiões agrícolas. Ainda de acordo com o articulista, a sociedade naquele momento não estava preparada para o que viria acontecer depois do *dilúvio*, ou seja, a Abolição. O autor ressalta que com esse estado das coisas, os agricultores encontravam-se impotentes e sem recursos e cotidianamente visualizavam as baixas nas fileiras dos trabalhadores escravos, por causa das largas deserções que a propaganda abolicionista estava promovendo.¹⁹⁸

Por meio dos ofícios policiais sabemos que durante a década de 1880 na região da Mata Sul crescia a contestação por parte dos escravos da legitimidade da escravidão por meio de fugas, ações judiciais e formação de quilombos. Apesar de nem sempre os quilombos serem espaços para se contrapor ao cativo poderia servir apenas como um

¹⁹⁷ SALES, Maria Letícia Xavier. “O Clube do Cupim e a Memória Pernambucana”. *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*. Recife, v. 40, n. 43, 1990, p. 113.

¹⁹⁸ O imposto sobre o açúcar e a opinião do Governo. *Diário de Pernambuco*, 25 de maio de 1887. AEL.

lugar para viver segundo seus preceitos. E já em 1879, na cidade de Rio Formoso, as autoridades policiais em suas investigações apuraram que os senhores de engenhos da localidade “achavam-se em risco” por conta dos escravos fugidos e escondidos em quilombos nas matas dos Engenhos Brejo e Estiva¹⁹⁹. No mesmo lugar, no ano de 1881, foi capturado um grupo de escravos que estava assaltando as pessoas vindas da feira e roubando as ovelhas dos engenhos da vizinhança. Eles se achavam aquilombados nas matas dos Engenhos Duas Porcas, Laranjeiras, Mascatinho, Serrada, Mascate e Pererecas. Já no ano de 1882, o delegado oficiava a existência de dois grupos de escravos fugidos nas matas dos Engenhos Serrada, Laranjeiras, Saltinho, Mamucabas, Estiva, Mascate, Mascatinho e Ilhetas. Nos dias 4 de fevereiro de 1884 e no dia 19 de abril de 1884, foram feitas diligências para acabar com um quilombo que estava se formando nas matas dos Engenhos Brejo, Ilhetas e Estivas²⁰⁰. Em se tratando de quilombos, pode-se encontrar com muita facilidade documentos com conteúdo semelhante aos transcritos acima²⁰¹. Existiu nesse momento uma pressão importante que veio dos cativos e da própria sociedade. Formou-se ao longo da década de 1880 com maior vigor uma rede de indivíduos e organizações que tinha por objetivo destruir as bases de funcionamento do sistema escravista no Brasil.

Das fugas realizadas, para os que conseguiam êxito no seu intento, manter-se em fuga, por inúmeros motivos, não era fácil - nem para os escravos fugidos, nem para as pessoas que viviam no entorno. Exemplo disso, tem-se que no ano de 1887, segundo o relato de um delegado, um morador do povoado de Santo Amaro, Amaro Trajano, foi espancado em terras do Engenho Tinoco por um bando de escravos fugidos²⁰². Tais

¹⁹⁹ Ofício da Delegacia de Rio Formoso em 10 de março de 1879. folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Rio Formoso N° 333 (1879-1888).

²⁰⁰ Ofício da Delegacia de Ipojuca em 21 de novembro de 1883. Folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Ipojuca N° 205 (1883-1890).

²⁰¹ Antonio Pardo, escravo do senhor Albuquerque fugiu para Ipojuca. Ofício da Delegacia de Ipojuca em 21 de março de 1883. Folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Ipojuca N° 205 (1883-1890); Um indivíduo de nome Jacintho fugiu de Alagoas, dizendo ser escravo do Senhor Trajano Antonio de Mendonça proprietário do Engenho São Paulo. Ofício da Delegacia de Ipojuca em 01 de janeiro de 1884. Folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Ipojuca N° 205 (1883-1890); O preto Manoel fugiu e dizia pertencer ao espólio da finada D. Ignez. Ofício da Delegacia de Rio Formoso em 06 de novembro de 1880. Folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Rio Formoso N° 333 (1879-1888); Ausentou-se da casa de seu Sr. Adolpho José de Jesus, morador no engenho Sibiró, a escrava de nome Joana. A escrava foi recolhida à Detenção. Ofício da Delegacia de Sirinhaém em 05 de fevereiro de 1885. Folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Sirinhaém N° 369 (1881-1889).

²⁰² Ofício da Delegacia de Sirinhaém em 06 de abril de 1887. folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Sirinhaém 1881-1889 N° 205.

escravos encontravam-se escondidos nas matas dos Engenhos Tinoco e Fluminense. Por praticarem furtos, os quilombolas eram considerados perturbadores da ordem e, conseqüentemente, eram realizadas diligências policiais para prender escravos fugitivos. Por isso que alguns quilombolas migravam de um local para outro, conforme a necessidade e a ameaça de recaptura.

Os quilombos e as fugas citados acima, que podem ser facilmente multiplicadas, enfim todo esse contexto em prol da liberdade só ratifica o quanto a escravidão definhava e que havia um clima de insatisfação e diminuição dos mecanismos de controle na Mata Sul de Pernambuco ligado ao aumento dos deslocamentos dos escravos fugidos e dos libertos. O declínio da escravidão também era resultado do movimento abolicionista que, em 1887, vivia seus melhores dias e retomava as suas atividades com maior adesão e mais força em todo o Brasil.²⁰³ A luta pelo fim da escravidão ganhou repercussão no debate político partidário e se tornou, para muitos, uma missão. E, muito embora, a proposta aqui não seja supervalorizar o desempenho do movimento abolicionista em Pernambuco, não se pode perder de vista que tal movimento social empreendeu mudanças nas práticas políticas e nas reivindicações de direitos para a população oriunda do cativo, como, por exemplo, o uso maior do campo jurídico, das manifestações públicas em *meetings*, das agremiações abolicionistas, artísticas e religiosas, além dos jornais que funcionavam como espaço de atividade militante, circulação de ideias e para angariar simpatizantes.

Ao longo das décadas de 1870 e 1880 as táticas empreendidas pelos cativos para obter a liberdade foram se modificando e o uso da justiça foi se tornando uma das formas mais comuns para a sua conquista. Um desses processos foi protagonizado pela escrava Paula e sua senhora, a Baronesa da Escada, em 1887. Este processo acaba por revelar uma história de prováveis desacertos entre as envolvidas, pois, em um primeiro momento, a escrava Paula tentou negociar sua liberdade pacificamente, mas não obteve êxito²⁰⁴. A Baronesa poderia dispor de sua escrava como melhor lhe conviesse, pois dentro da lógica escravista era a senhora quem possuía o poder de decidir o futuro de sua cativa. Ao recorrer à Justiça, por meio de um representante legal, a escrava Paula, de 19 anos, tentava subverter

²⁰³ CASTILHO, Celso. *Abolitionism Matters: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*. Tese (Doutorado em História) - University of California. Berkeley. Berkeley, 2008

²⁰⁴ Acordo. Autoamento do termo de acordo da escrava de nome Paula pertencente à Baronesa da Escada como abaixo se declara. Escada, 1887, MJPE.

essa lógica contestando a vontade e o domínio de sua senhora. Cremos que a escravizada logo depois dessa solicitação tenha convencido, pressionado ou tornado difícil os dias de sua senhora a ponto de fazê-la mudar de ideia e conceder-lhe, mediante pagamento, a alforria. Ou ainda a Baronesa da Escada modificou o seu posicionamento porque com todo o debate dos últimos anos acerca dos projetos parlamentares e das medidas de Estado referentes ao encaminhamento da Abolição no Brasil, a escravidão estava com seus dias contados. Certamente diante de tal quadro, junto à impertinência dos escravizados, as relações entre senhores e escravos encontravam-se tensionadas. Por fim, consta no processo que Paula e a Baronesa firmaram um acordo para acertar os termos da manumissão pleiteada que acabou ajustada em 400 mil réis. Valor estipulado pelo perito que avaliou a escrava e que foi pago pela Fazenda Nacional.

Esse tipo de episódio é da maior importância para adentrarmos não só “nas lutas pela liberdade”, mas, sobretudo, nas emaranhadas redes de relações e nas concepções passíveis de serem apreendidas a partir da leitura desse tipo de documentação. A segunda metade do século XIX é particularmente interessante para observar esse tipo de evento, porque a escravidão nesse momento entra em declínio e muitos senhores de escravos foram, a exemplo do caso citado acima, questionados e interpelados pelos escravos na Justiça como réus em processos cíveis – nas Ações de Liberdade e nas Ações de Manutenção de Liberdade – por representantes de seus escravos e dos libertos²⁰⁵.

Os argumentos para pleitear a liberdade pela via judicial foram mudando ao longo das décadas de acordo com o contexto social e com as leis em vigor. As solicitações dos escravos poderiam ter resultados variados, porque dependiam das leis vigentes, da jurisprudência, do costume ou da interpretação pessoal dos magistrados. Em muitas situações, o veredicto dado pelo tribunal foi favorável para os escravos, contudo não era sempre que os cativos ganhavam, como, por exemplo, foi o caso mencionado descrito acima.²⁰⁶

É provável que, durante sua vida, todo cativo viesse a conhecer um ou mais escravos que teriam conseguido obter a liberdade através da via judicial. Isso quer dizer que

²⁰⁵ LARA, Sílvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiça no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

²⁰⁶ COSTA, Lenira Lima da. Escravos indesejáveis e seu direito à liberdade. GUILLEN, Isabel Cristina Martins. GRILLO, Maria Ângela de Faria. *Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

a liberdade existia no horizonte como possibilidade. Os escravos certamente esbarravam com libertos enquanto desempenhavam suas tarefas cotidianas no engenho ou na cidade. Ou ainda no disse-me-disse das ruas, na casa do seu senhor, nos festejos, nas feiras ou nas senzalas, as redes de comunicação e de informação colaboravam para que as notícias sobre acordos efetivados e alforrias conquistadas, assim como tentativas fracassadas chegassem aos ouvidos dos cativos. Embora nem todas as sentenças fossem favoráveis aos escravos, crescia, entre eles, gradativamente, a percepção do Judiciário como um foro de pressão sobre seus senhores.

Embora muitas vezes tenha sido fruto de ações individuais por parte de escravos representados por seus advogados, a via judicial gerou efeitos que atingiram um grande número de pessoas, dada a repercussão do ocorrido entre gente que conhecia as partes envolvidas no processo e por vezes do público mais geral que tomava conhecimento do caso por conta da publicação de sentenças em periódicos. Em 14 de março de 1888, por exemplo, publicava-se no *Jornal do Recife*, periódico partidário do abolicionismo, uma nota dizendo que a escrava Pastora foi *declarada livre* pelo juiz de direito do cível após ter constatado que ela fora matriculada com filiação desconhecida²⁰⁷. Provavelmente, a cada sentença favorável à liberdade, outras tantas ações eram iniciadas, promovendo um ciclo de apelações à justiça.

A bibliografia disponível sobre a escravidão, sobretudo acerca da luta dos escravos pela liberdade em qualquer localidade do Brasil que tivesse presença negra significativa, indicou que os tribunais passaram a constituir um importante e eficaz elemento nas aspirações de liberdade. Para tanto, recorriam à Justiça através de advogados ligados ou não à causa abolicionista. É importante salientar também que, mesmo contribuindo para fragilizar a autoridade senhorial, estas ações corriam dentro da lógica da abolição gradual²⁰⁸, na tentativa de garantir uma transição segura e indenizatória recomendada pelo governo imperial, pois seus senhores foram restituídos recebendo uns bons contos de réis.

De um modo geral, o que os estudos produzidos no Brasil nos têm informado é que os cativos exploravam com astúcia o espaço institucional disponível na busca de novas

²⁰⁷ Declarada Livre. *Jornal do Recife*, 14 de março de 1888. FUNDAJ.

²⁰⁸ O processo de abolição da escravatura no Brasil foi gradual e começou com a Lei Eusébio de Queirós de 1850, seguida pela Lei do Ventre Livre de 1871, a Lei dos Sexagenários de 1885 e finalizada pela Lei Áurea em 1888.

alternativas para firmar um acordo com seu proprietário e conseguir a alforria. Há também a concepção mais ou menos consensual do papel ativo que os próprios escravos e as populações negras, em geral, desempenharam, não só no processo que decorreu na abolição, como também na construção de formas possíveis de resistência e sobrevivência no interior da própria escravidão.

Por outro lado, o canal judicial abriu espaço para a conquista da liberdade e acabou sendo também utilizado para desgastar o poder moral dos senhores e do próprio regime escravista. A luta pela liberdade, na Mata Sul oitocentista, não se encontrava estática e institucionalizada, mas, sim, espraiada na dinâmica do cotidiano, e podia ser traduzida em formação de quilombos, fugas, suicídios e resistências comezinhas. Sendo assim, esse não foi um período sem maiores inconvenientes para os proprietários, pois as relações entre senhores e escravos estiveram marcadas por conflitos e tensões.

De fato, os senhores vinham sofrendo contestações nos tribunais por meio das ações cíveis e viam as suas autoridades abaladas, em grande parte, pelas articulações entre escravos e abolicionistas que àquela altura já faziam grande uso de expedientes ilegais para promover a libertação de cativos.

Esse tipo de acontecimento alimentava o discurso das elites que desejavam criar uma atmosfera de medo para resolver a questão da maneira que lhes conviesse. No entanto, devemos reconhecer também que algumas das fugas colocadas em prática pelos escravos foram amparadas em maior ou menor grau por abolicionistas. Um bom exemplo é a notícia publicada no jornal *Gazeta de Palmares* de 1884 que informou sobre um escravo fugido do Engenho Canoas, em Porto Calvo (Alagoas), fugiu e foi procurar os associados do Club Emancipador de Palmares para tratar de sua liberdade.²⁰⁹

De acordo com Robert Conrad, desde 1887, os cativos perceberam que a escravidão estava definhando e muitos abandonaram os seus senhores. A agitação escrava com fugas e violência contra senhores e seus prepostos, que se passava em São Paulo, ocorria em menor escala nas províncias do Norte, como Maranhão, Pernambuco e Bahia.²¹⁰ Diante desse ambiente, novas estratégias tiveram de ser implantadas pelos senhores para contornar esse

²⁰⁹ Escravo. Jornal *Gazeta de Palmares*, 26 de outubro de 1884, FUNDAJ.

²¹⁰ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, Op. Cit.

É importante ressaltar que esse livro é um referencial importante para quem estuda o período de declínio da escravidão e a abolição, uma vez que contém muitas informações e menções de fontes de pesquisa sobre o assunto.

período de crise de autoridade. Uma das medidas adotadas, de caráter preventivo e para remediar desordens, foi a concessão de alforrias.

As alforrias eram concedidas na maioria das vezes em dias festivos, quando se estava comemorando alguma data importante, principalmente aniversários, casamentos, batizados e atos religiosos. Nesse sentido, pode-se pensar que isso era uma estratégia dos libertadores para demonstrar aos alforriados que a liberdade que eles estavam recebendo era um favor que lhes estava sendo concedido. Além disso, este ato estratégico, aos olhos dos escravos e/ou de quem assistisse a cerimônia de entrega das cartas de alforria, sugeriria a bondade em tal atitude. Por exemplo, Manoel de Brito de Queiroz Barros, senhor do Engenho Herval em Palmares, libertou três escravos sem nenhuma condição em regozijo da formatura do seu sobrinho.²¹¹

Em tempo de movimento abolicionista intenso, o clima de incertezas crescia e abria caminhos que foram bem aproveitadas pelos cativos, tudo isso à custa de seu suor e de uma suposta lealdade que era explorada para conquistar a liberdade. Um escravo bem estabelecido em um engenho poderia desfrutar de privilégios concedidos pelo senhor como morar em casa própria, ter uma roça e, por fim, conseguir sua alforria. Os cativos indisciplinados e pouco prestativos acabavam não sendo agraciados com privilégios cotidianos, e nem com a liberdade, como disse um senhor de escravos respondendo a uma missiva do abolicionista João Ramos a respeito da possibilidade de concessão de alforria a uma escrava: “não estou resolvido a libertar grátis a nenhum daqueles que se tornaram ingratos.”²¹²

Notícias sobre manumissões multiplicaram-se nos periódicos na década da abolição. Tais notas comunicavam que, por exemplo, o Senhor Manoel Ferreira Bartholo havia concedido liberdade aos quatro únicos escravos que possuía: Francisco, Margarida, Tito e Eduardo. Todos receberam suas alforrias sem ônus.²¹³ Mais um exemplo, dentre muitos, pode ser retirado do registro de alforria ocorrido em 17 de outubro de 1887 na cidade de Palmares, onde 55 trabalhadores da lavoura foram manumitidos mediante estabelecimento de condição. De acordo com o acerto, eles teriam que prestar serviços até 30 de junho de

²¹¹ Libertações. *Diário de Pernambuco*, 20 de novembro de 1887. AEL.

²¹² Carta recebida por João Ramos de Estevão José Paes Barretto. Paiva, 26 de dezembro de 1883. Estante B, gaveta 31, IAHGP. Paiva, 26 de dezembro de 1883.

²¹³ Ave Libertas, *Jornal do Recife*, 15 de julho de 1884, APEJE.

1890.²¹⁴ Não sabemos se essas manumissões se efetivaram formalmente e de fato no cotidiano dos libertandos noticiados nos jornais, mas esse tipo de ato constituiu uma importante estratégia para conter a insubordinação cativa, no período anterior à abolição, e para os ex-senhores como patronos comporem uma rede clientelar. Para os senhores, nos últimos anos da escravidão, urgia diminuir o impacto político da militância do movimento abolicionista. Desse modo, a alforria poderia cumprir o papel de acalmar os ânimos, manter a autoridade sob os recém-libertos e produzir dependentes. Para Walter Fraga Filho, “a ‘emancipação concedida’ no apagar das luzes do cativo foi uma tentativa dos senhores arrancarem o respeito e a ‘perene gratidão’ dos antigos escravos”.²¹⁵

Diante do acima exposto, pode-se concluir, portanto, que a alforria funcionava como mais um dentre os diversos mecanismos senhoriais eficazes de controle e domínio sobre a mão de obra. Com tal ritual os ex-proprietários intentavam manter os libertos gratos e solícitos pela alforria “recebida” e ainda prestando serviços e favores ao senhor por um bom tempo.²¹⁶ Assim, vê-se que, como bem lembrou Kátia Mattoso, “a carta de alforria é um ato comercial, raramente um gesto de generosidade”²¹⁷.

Pode-se entender também que essas manumissões buscavam garantir a continuidade de relações dentro da lógica paternalista sobre os futuros libertos. E muitas vezes essa estratégia deu certo, como no caso do escravo Belisário, do Engenho Cachoeirinha, em Vitória de Santo Antão. Ele foi alforriado anos antes da abolição e nunca se afastou da propriedade do seu antigo senhor, mantendo-se fiel e solícito.²¹⁸ E, certamente, não foi o único.

²¹⁴ Libertações. *Diário de Pernambuco*, 17 de outubro de 1887, AEL.

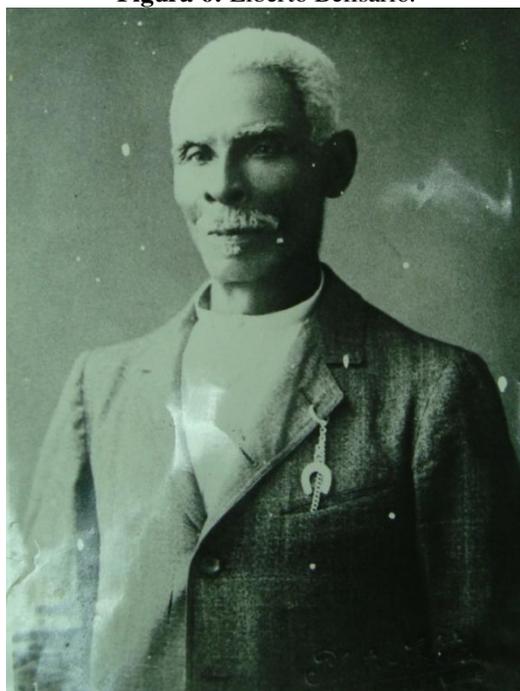
²¹⁵ FRAGA FILHO, *Encruzilhadas da Liberdade. Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006, p. 104.

²¹⁶ BELLINI, Lígia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²¹⁷ MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 186.

²¹⁸ EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança*. Op. Cit., caderno de imagens.

Figura 6: Liberto Belisário.



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Peter Eisenberg.

Depois das inúmeras estratégias e luta por parte dos senhores para fazer valer os seus direitos de proprietário e sua economia intacta, assim como dos escravos e abolicionistas para o fim da escravidão, em 13 de maio de 1888, a sociedade pernambucana e também o resto do país, recebeu a sanção da Lei Áurea com muita festa em diferentes localidades da província. A notícia da abolição do cativo foi festejada nas cidades e engenhos da Mata Sul com discursos, passeatas e foguetes que demonstram quão exultantes foram às reações à abolição.

Notícias sobre a comemoração do fim da escravidão também estamparam jornais internacionais a exemplo do jornal *The Daily Picayune* de New Orleans nos Estados Unidos e uma delas dizia que o governo brasileiro decretou 3 dias para um festival afim de celebrar tal evento.

Figura 7: Jornal *The Daily Picayune*.

BRAZIL,
Three Days' Festival.
RIO JANEIRO, May 18.—A government de-
creed has been issued appointing three days
for festival in celebration of the abolition of
slavery.

Fonte: *The Daily Picayune*, 1888.²¹⁹

Nos jornais pernambucanos as festas da abolição foram interpretadas como obra de grande adesão popular, aspecto já bastante ressaltado por estudiosos que se dedicaram a analisar as comemorações do 13 de maio no Brasil.²²⁰

A assinatura, pela princesa Isabel, da Lei nº 3.353, sacramentando o fim do trabalho escravo no Brasil, provocou uma comoção nacional em um domingo, no dia 13 de maio de 1888. De acordo com a publicação do *Diário de Pernambuco*, a notícia foi tão celebrada que seus gráficos e jornalistas resolveram comemorar com o povo e não produziram as edições dos dias seguintes, “em virtude das festas da liberdade das quaes não nos era licito privar os operarios de nossos officios e a pedido destes, deixamos de dar jornal ante-hontem e hontem”.²²¹ A narrativa do prestito feito pelo *Diário* informou que em Recife a notícia fez com que seis mil pessoas que se aglomeravam na Rua do Imperador soltassem fogos e gritassem vivas à Princesa Isabel e ao conselheiro João Alfredo. As festas pela abolição que se iniciara no domingo prolongaram-se pela segunda e terça-feira. O comércio do Recife fechou as portas nestes dois dias. Homenagens às personagens envolvidas com a abolição, poesias e notas foram publicadas nos jornais e tiveram como tema a assinatura da Lei e ajudaram na construção de uma memória do evento. Algumas passagens indicavam que os libertos, até a véspera estavam longe de qualquer aspiração à cidadania, deveriam

²¹⁹ *The Daily Picayune*, (New Orleans, LA) Saturday, May 19, 1888; pg. 2. Foreign News. Brazil – Three Day's Festival.

²²⁰ MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da Abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Eduardo. Law, Telegraph, and Festa: A Revaluation of Abolition in Brazil. *Pour l'histoire du Brésil: Hommage à Katia de Queirós Mattoso*. Paris: L' Harmattan, 2000.

²²¹ *Diário de Pernambuco*. 17 de maio de 1888. AEL.

então, a partir do 13 de maio de 1888, ser orientados ao trabalho, diante das novas conquistas sociais, para se tornarem efetivamente novos cidadãos.²²²

Não houve, obviamente, unanimidade em torno da abolição. Contudo, os jornais do dia seguinte ao 13 de maio não recordaram os insatisfeitos com a Lei. A lembrança do 13 de maio de 1888, no relato do proprietário José Maria Bello, que viveu esse período, consta como um dia em que os escravos do Engenho Tentúgal, localizado na cidade de Barreiros na Mata Sul de Pernambuco, e os libertos de outros engenhos retiraram-se das terras dos senhores e seguiram para as cidades vizinhas e alguns para o Recife. De acordo com as memórias de Bello, para os ex-cativos o 13 de maio trouxe “a libertação da enxada e do eito, o vadiar sem destino, famintos e [a seguir] bêbados de cachaça.”²²³ Este trecho não deixa dúvida sobre a opinião do memorialista que observou os acontecimentos de dentro da casa grande, e considerou, com certa decepção, que a abolição deixou os libertos mais ousados, pouco afeitos ao trabalho e a levar um vida de desregramentos. Tais situações se chocavam com as pretensões senhorias que esperavam trabalhadores fiéis, ordeiros e subordinados.

Alguns ex-senhores de escravos tentavam não perder a autoridade e o prestígio advindos da posição senhorial. A possibilidade de ser proprietário de outrem se constituía como um relevante indicador de *status* social. Tal fato acirrou os ânimos dos proprietários de escravos, pois ceder liberdade sem compensações feriria ainda mais o brio e comprometeria as finanças de boa parte dos ex-proprietários e isso, conseqüentemente, abalaria o *status* social que o escravo susteve para eles ao longo de séculos.

A questão da propriedade foi o grande ponto de discórdia com a aprovação da lei de 13 de maio de 1888. As discussões presentes nos jornais que veiculavam opiniões dos grupos senhoriais eram em tom de descontentamento e versaram sobre a prematura libertação dos escravos sem indenização aos senhores e da conseqüente quebra do já abalado direito de propriedade. E mostra também como os senhores de engenho eram zelosos de suas prerrogativas de classe dominante. Galloway afirma que a abolição representou um problema financeiro, político e emocional, mas não um problema para

²²² A *Exposição*. Recife, 17 de maio, 1888. APEJE.

²²³ BELLO, José Maria. *Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958, p. 12.

arregimentar mão de obra.²²⁴ Segundo o autor, a produção de açúcar continuou a crescer enquanto a escravidão declinava e não afetou a indústria de açúcar nas províncias de Pernambuco e Alagoas. De acordo com o autor, na segunda metade do século XIX, somente para uma pequena parcela da elite de proprietários da zona da mata a escravidão tinha alguma importância financeira. Diferentemente do que pregavam os apocalípticos, não houve a sublevação da ordem e a destruição da lavoura no país, o que não quer dizer que muitos senhores de engenho não tenham sofrido com o fim da escravidão.

Em julho de 1888, senhores de engenho e pessoas ligadas à lavoura da cana se reuniram em uma sessão extraordinária da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, presidida pelo Barão de Sirinhaém, para tratar de uma questão especial: o estado da lavoura após a lei de 13 de maio²²⁵. Os seus integrantes se diziam em dificuldades porque não tinham mais os escravos e nem como pagar por trabalhadores livres para tocar a lavoura da cana, e que para resolver a situação seria necessário à concessão emergencial de crédito e o pagamento da indenização aos proprietários pelos ex-escravos libertados em 13 de maio. No correr da sessão ainda foi proposto, e aprovado por unanimidade, a proposta da criação de uma polícia rural remunerada.

Na esfera governamental, nos anos imediatamente subsequentes à abolição, quando os ex-senhores demandavam indenização por seus escravos libertados, Rui Barbosa mandou queimar os documentos da tesouraria da Fazenda que contivessem registros relativos à propriedade de escravos. Um feito que pretendia marcar categoricamente o fim desse tipo de solicitação que em Pernambuco não se constituiu em um movimento tão forte.

Como pode ser observado nesse capítulo os jornais, assim como embalagens de produtos do período, constituíram-se em importante veículo de informações sobre a adesão à causa abolicionista e eram usados por diversos grupos como forma de projeção e difusão de interesses políticos. No caso do jornal, em particular, ele foi importante devido às informações acerca de quem participava das manifestações favoráveis e as iniciativas empreendidas para o fim da escravidão. Mas não somente por isso, também foi relevante porque finda a escravidão, os periódicos, nos meses que se seguiram à abolição, foram utilizados por ex-proprietários para tornar pública as demandas por eles reivindicadas. Ex-

²²⁴ GALLOWAY, J. H. "The last years of slavery on the sugar plantations of Northeastern Brazil". *Hispanic American Historical Review*, vol. 51, Issue 4, 1971, p.601.

²²⁵ Sociedade Auxiliadora da Agricultura. *Diário de Pernambuco*, 22 de julho de 1888. AEL.

senhores de engenho para marcar sua posição de insatisfação com a decisão do governo imperial de promover uma abolição geral e sem a pretensão de ressarcir os proprietários, sendo assim, utilizaram diversas estratégias para marcar o descontentamento. Quanto a essa posição de insatisfação, vale lembrar que eles, além de organizar reuniões, escrever relatos de memória e notas contestatórias à decisão nos periódicos, podiam ainda fumar o cigarro *Indenização* ou *República*²²⁶.

²²⁶ Nova Marca de cigarros. *Diário de Pernambuco*, 22 de janeiro de 1889. AEL.

CAPÍTULO 3

OS TRABALHADORES DOS ENGENHOS E SUAS EXPERIÊNCIAS

O objetivo fundamental deste capítulo é tratar dos trabalhadores que atuaram no mundo dos engenhos, em uma conjuntura pré-abolição e pós-escravidão, a partir de um diálogo mais intenso com os processos judiciais e registros policiais. Começamos nosso texto delineando o perfil dessa população, nas *últimas* décadas do século XIX, na Mata Sul de Pernambuco. Discutimos as relações estabelecidas entre os trabalhadores e os mecanismos utilizados pelos empregadores, senhores ou prepostos para explorar a força de trabalho de seus empregados e controlá-los. Concluindo esta seção, discutimos as relações, ora de solidariedade ora de hostilidade, travadas entre os que viviam nos engenhos da Mata Sul.

3.1 Os trabalhadores dos engenhos na Mata Sul de Pernambuco

O universo dos trabalhadores dos engenhos foi abordado na década de 1970, em uma perspectiva antropológica²²⁷, por um grupo de pesquisadores do Museu Nacional. Um dos frutos dessa iniciativa foi o livro de José Sérgio Leite Lopes, *O vapor do diabo*, de 1976, resultado de seu mestrado. O desenvolvimento dessas pesquisas se deu em um momento de grande mobilização e reivindicação por parte dos trabalhadores dos canaviais, na esteira da implantação do Estatuto do Trabalhador Rural na década de 1960 e da atuação das organizações sindicais rurais.

Por nossa vez, delineamos o perfil dos trabalhadores da cana-de-açúcar, das décadas finais do século XIX, a partir de processos judiciais de Ipojuca e Escada que registraram litígios ocorridos dentro de engenhos entre os anos de 1885 e 1893. Nessa fonte, constam

²²⁷ Para pensar a organização do trabalho nas *plantations* nordestinas, os estudos feitos pelo grupo de estudantes e professores do Museu Nacional, na década de 1970, teve forte inspiração das análises do antropólogo Sidney Mintz. Nesse período, Mintz estava envolvido em um projeto de pesquisa para uma universidade americana sobre as *plantations* açucareiras do Caribe, de Porto Rico e de outras áreas. Em uma entrevista à *Revista Ideas*, José Sérgio Leite Lopes disse que a equipe do Museu Nacional estava voltada para estudar os grupos sociais no interior das *plantations* e essa equipe era composta por Márcio Palmeira, Lygia Sigaud, Beatriz Heredia, Marie-France Garcia, Roberto Ringuélet, ele e outros mais. “Entrevista com o professor José Sérgio Leite Lopes”. *Revista Ideas*, v. 4, n. 2, 2010.

os nomes, o estado civil, a idade, a naturalidade, a ocupação, por vezes a cor e a residência das pessoas envolvidas em querelas. Mesmo com dados incompletos, os processos judiciais nos ajudaram em certa medida a compor o perfil e as relações sociais estabelecidas pelos trabalhadores dos engenhos da Mata Sul de Pernambuco. A nossa pesquisa e a desenvolvida pelos pesquisadores do Museu Nacional versam sobre os trabalhadores dos engenhos, procurando observar as suas experiências no universo da produção de açúcar, mas em temporalidades diferentes e acessando esses trabalhadores e suas vivências por diferentes fontes.

Para as análises foram selecionados 18 processos judiciais de Ipojuca e 17 de Escada. Nossa amostra é pequena, mas são os documentos disponíveis para a localidade e o período estudado. Não podemos proporcionar considerações absolutas sobre a população foco do nosso estudo, entretanto esse exercício analítico serve para termos um indicativo das características dos indivíduos que trabalharam nos engenhos. No cômputo, foram arroladas todas as pessoas envolvidas nos processos, fossem elas escravas, livres ou libertas; réus, vítimas ou testemunhas; homens, mulheres ou crianças. Cabe ressaltar que não pretendemos fazer uma discussão pormenorizada dos dados coletados, mas sim destacar algumas generalidades significativas sobre os trabalhadores dos engenhos de Ipojuca e Escada.

Um primeiro aspecto geral de apreciação que podemos destacar é o predomínio de homens entre os trabalhadores da cana. A historiografia da escravidão tem afirmado que o tráfico transatlântico de escravos, que foi durante muito tempo o fornecedor de mão de obra para os engenhos açucareiros do atual Nordeste do Brasil, teve como padrão a aquisição de uma maioria de homens adultos. Ao estudar a região do Recôncavo baiano entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, Bert Barickman aponta as altas taxas de masculinidade nos engenhos onde se plantava cana²²⁸.

Confirmando a tendência estudada por historiadores, observamos em nossa pesquisa que havia uma predominância numérica de homens na população dos trabalhadores dos engenhos. Nos processos judiciais, enumeramos o total de 158 pessoas, dos quais 130 eram

²²⁸ BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

homens e 28 mulheres²²⁹. Não podemos esquecer que o desequilíbrio entre homens e mulheres deveria variar dependendo do tamanho dos engenhos. Nos censos de 1872 e 1890²³⁰ para os municípios de Escada e Ipojuca o número de homens e mulheres era semelhante, mas, pelas informações recolhidas nos processos o trabalho para a produção de açúcar era desempenhado em sua maioria por homens. Tal quadro permaneceu mesmo após o fim do tráfico internacional de escravos e de um período de crescimento do tráfico interno.

O motivo para a menor participação de braços femininos nos canaviais estaria ligado diretamente à sua suposta fragilidade. Considerava-se que as atividades para a produção de açúcar precisariam de braços fortes masculinos. Sabemos as condições objetivas do trabalho do cortador de cana (como já mencionado no capítulo 1): uma atividade marcadamente pesada, um trabalho duro, no qual a fuligem, o forte cheiro da cana-de-açúcar queimada e as palhas das canas, que feriam o corpo, tornavam árduas as tarefas cotidianas desse trabalhador.²³¹ Entretanto, as mulheres escravas, mesmo em menor número, participaram das lides nos canaviais. As mulheres livres e ex-escravas, por sua vez, ficaram mais distantes desse tipo de trabalho para atestar a sua ascensão social e de sua família que se afastava do cativo e procurava ainda, quando possível, que as mulheres ficassem mais reclusas em seus lares.

Outro ponto que decorre destas reflexões é o referente aos padrões de masculinidade, ou seja, aos papéis que deveriam ser desempenhados pelos homens. Elementos culturais fizeram da força física e da vivência exacerbada da sexualidade imperativos sociais que acabaram por exigir dos homens determinadas formas de socialização. Desse modo, o homem era identificado como viril, destemido, ousado e capaz de enfrentar todos os perigos. O discurso da virilidade era compartilhado tanto por patrões como pelos empregados, e adequava-se às expectativas das pessoas que trabalhavam nos canaviais.

²²⁹ Tivemos a atenção para não incluir na amostra o sujeito que apareceu em processos diferentes. O número menor de mulheres decorre também da fonte utilizada que pode indicar maior presença de homens em determinados tipos de processos.

²³⁰ No censo de 1872, incluindo livres e escravos, tinham em Escada 11,255 homens e 9,541 mulheres e em Ipojuca 9,624 homens e 9,796 mulheres. Já no censo de 1890 é indicado que em Escada existia 4,743 homens e 4,588 mulheres e em Ipojuca 4,682 homens e 4,514 mulheres.

²³¹ FRAGINALS, Manoel Moreno. *O engenho: complexo socioeconômico açucareiro cubano*. São Paulo, HUCITEC: UNESP, 1987, vol. 1.

Não existiu um sujeito singular, um homem, que encerrou todas as características do ser masculino de fins do século XIX. Os diferentes grupos sociais elaboraram as suas próprias maneiras de vivenciar a masculinidade. Os homens que trabalhavam nos canaviais foram descritos por algumas autoridades policiais, que pertenciam à elite local, como rudes, tumultuadores, dados à competição e valentões e, por isso, temidos por muitos.

Parte dos homens empregados nos engenhos resistiu para se adaptar às práticas de subordinação, pois, em alguns casos, essa situação foi de encontro às tradicionais relações estabelecidas nos seus locais de origem, em seus roçados ou em outras atividades onde o trabalhador tinha domínio sobre o seu trabalho e seu ganho. E, em outros casos, os recém-egressos da escravidão, para afirmarem-se enquanto livres, assumiam posturas insubmissas e arreadas em seus ambientes de trabalho. A submissão, por sua vez, representaria para muitos dos homens do mundo do açúcar a quebra de valores socialmente compartilhados, tais como virilidade, força e coragem. Alguns trabalhadores exerceram uma infinidade de comportamentos sociais que os aproximava do símbolo da macheza e que se espraiavam no âmbito das relações familiares e de sociabilidade. A vivência da masculinidade no interior dos engenhos esteve envolvida com a participação em algazarras, bebedeiras, brigas e, por vezes, em casos de insubordinações. Há episódios envolvendo trabalhadores do sexo masculino nos engenhos, tanto nos processos judiciais como nos ofícios policiais, em casos de vadiagem, de agressão contra mulheres, ofensas entre desafetos, reuniões para beber e jogar, além de outros episódios vinculados aos estereótipos de masculinidade.

No ponto referente às atividades laborais, por meio dos processos judiciais, observamos que há uma variedade de terminologias referentes às ocupações e ofícios. Esses trabalhadores se denominaram e foram denominados sob os mais diversos misteres como jornaleiros, moradores, lavradores, agricultores, trabalhador da roça, trabalhador do campo, trabalhador da enxada ou os termos genéricos trabalhador e empregado. Eles perfaziam o maior número de empregados nos engenhos e eram essenciais para a produção de açúcar. Optamos por englobar todas as categorias encontradas sob a chancela de “trabalhadores dos engenhos” por conta de ser o engenho o espaço de lida comum²³². Ao adotar esta

²³² No Nordeste colonial, segundo Vera Ferlini, “a denominação engenho, específica daquela “máquina e fábrica incrível” de fazer açúcar, passou, com o tempo, a toda propriedade açucareira, com suas terras e lavouras. O complexo açucareiro compunha-se de dois elementos essenciais: a unidade manufatureira, o engenho; e as lavouras de cana, pertencentes ao engenho ou a lavradores de cana. Era, porém, o engenho o

nomenclatura generalizante, como um recurso para facilitar a escrita e o desenvolvimento de algumas indagações no decorrer do texto, estamos cientes de que ela comprime uma variedade de expressões. Por isso essa nomenclatura só será utilizada quando fizermos referência ao conjunto desses trabalhadores. Por outro lado, assim que passarmos a nos deter em casos específicos, a singularidade ocupacional será analisada. E, ainda assim, tal questão será tomada com cuidado, pois, como lembrou Maciel Silva, os dados não podem ser interpretados de forma rígida porque havia a possibilidade de um mesmo sujeito ter jornada dupla exercendo diversos ofícios.²³³ Os serviços realizados no âmbito rural por trabalhadores livres, libertos e escravos, tanto no contexto da escravidão e depois de 1888, podiam ser múltiplos, adequando-se as necessidades e as oportunidades existentes.

Por vezes esses termos mais abrangentes para a ocupação evidenciam que os sujeitos eram habilitados para executar diferentes tarefas ligadas ao mundo do açúcar. Quando terminava a safra de cana, uns trabalhadores continuavam labutando na lavoura da cana ou em pequenas plantações de subsistência dentro dos engenhos. Outros voltavam para a cidade de origem ou trabalhavam em outra cultura. e muitos se envolviam em outras atividades. Muitos dos trabalhadores dos engenhos não viviam exclusivamente do trabalho de produzir açúcar. Eles possuíam outras habilidades próprias do mundo rural, que auxiliavam a atravessar a entressafra. Por exemplo, temos o caso ocorrido em 1885 em que Manoel Francisco da Cruz se identificava como agricultor, mas, em seu depoimento, afirmou que, no Engenho Saco, ajudava o carreiro a furar os chifres de garrotes.²³⁴ Ou ainda no caso de Joaquim Vital de Santana, que foi qualificado como agricultor, todavia, em seu depoimento, disse que vinha “com uma carga de lenha das matas do Engenho Conceição Nova para descarregá-la no mesmo engenho onde é trabalhador”.²³⁵ Enfim, esses sujeitos tinham que ser polivalentes para enfrentar os períodos de intempéries, de desemprego ou de término da safra.

coração da produção, somente ele dava sentido ao mar de canaviais do litoral nordestino.”. Apesar das diferenças entre a temporalidade analisada pela autora e a de nosso trabalho, ainda assim é possível fazer um paralelo entre o complexo açucareiro colonial e o de fins do império. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.137.

²³³ SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: UFPE; Salvador: EDUFBA, 2011.

²³⁴ (Sem capa) inquérito policial procedido pelo subdelegado do 2º distrito deste termo. Querelante – o menor José, Querelado – Epiphanyo de tal. Ipojuca, 1885, MJPE.

²³⁵ Subdelegacia do 1º Distrito de Ipojuca. (menor, Manoel) Autoamento de portaria e ofício que adiante se segue. Ipojuca, 1886, MJPE.

As opções de ocupações disponíveis eram as mais diversas, como apontou o sociólogo alagoano, estudioso do universo açucareiro, Manoel Diégues Júnior:

Numerosas são as profissões ou ocupações exercidas pelos trabalhadores da lavoura de engenho; são (...) machadeiros, cortadores de cana, cambiteiros, capineiros, amarradores de cana, vigias; são ainda carreiros, estribeiros, vaqueiros, oleiros, pedreiros, ajudantes de carroça..²³⁶

O trabalho exercido nos canaviais, como observado nos exemplos mencionados acima, não se restringiu apenas ao corte da planta, mas envolveu um conjunto de outras atividades, a preparação dos canaviais, a limpeza da cana cortada e sua organização em montes, e o transporte para o processamento. E, quando direcionamos o olhar para os sujeitos, esse quadro ocupacional se amplia. Por meio da documentação consultada, conseguimos ver oficiais de calafate, pedreiros, carpinteiros e carregadores que se misturavam às lavadeiras, cozinheiras, engomadeiras, vendedeiras, sapateiros, ferreiros, e outros que integraram a paisagem social dos engenhos.

Essa mão de obra podia vir de perto ou de longe. Não temos dados precisos sobre a quantidade de jornaleiros, ou seja, os sujeitos que alugavam a sua força de trabalho temporariamente na Mata Sul de Pernambuco. O Censo de 1872 indica que havia 1.921 pessoas registradas como criados e jornaleiros nos municípios de Escada e Ipojuca, o que é uma quantidade pequena tendo em mente o total da população dos dois municípios, que era de 40.216 indivíduos.

Pelo fato de serem trabalhadores temporários, muitas vezes eles não foram contados pelas estatísticas. Cremos que esse censo sub-registrou o número de jornaleiros e isso se deveu a duas razões: como se tratava de trabalhadores eventuais e de grande mobilidade, pois, a depender da época do ano em que se fez o censo, ele não foi capaz de captar esse movimento; e, em outros casos, os entrevistados pelos recenseadores podiam declarar que eram agricultores, porque muitos deles também podiam trabalhar em pequenas parcelas de terra de parentes ou estarem envolvidos em atividades agrícolas fora da grande lavoura. O número de pessoas que se ocuparam como jornaleiros poderia ser maior do que o apontado nesse censo. Consideradas as lacunas desse tipo de fonte, é necessário estabelecer que, com

²³⁶ DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *O engenho de açúcar no nordeste. Documentário da vida rural*. Maceió: UFAL, (1952) 2006. p.31.

base nas informações disponíveis no censo, ainda assim, ele é um indicador útil da força de trabalho na região.

Sabemos, por conta da pesquisa documental, que nas unidades produtoras de açúcar combinavam-se trabalhadores migrantes temporários sazonais com trabalhadores residentes ou que haviam se estabelecido na região há algum tempo. Os engenhos eram espaços que comportavam uma composição populacional múltipla, com pessoas de diferentes locais de origem e variadas ocupações. As pessoas que ali labutavam, entre os anos de 1885 e 1888, eram também de diferentes estatutos jurídicos. Circulavam ombro a ombro, nesse território, escravos, libertos, ingênuos, libertos sob condição e pessoas livres que, por vezes, viveram situações em que estas categorias estavam emaranhadas. Esses grupos sociais estavam tão misturados que por vezes foi difícil para os seus contemporâneos distingui-los com um rápido passar de olhos. Os homens livres de cor foram muitas vezes considerados escravos pelas autoridades policiais - e esse é um indício dessa questão.

Fazer essa distinção foi complicado para os contemporâneos e também é uma tarefa difícil para a historiografia. Até porque a escravidão e a liberdade possuíam uma zona nebulosa vivida pelos trabalhadores dos engenhos, notadamente, para os de pele escura. O desafio de pensar o mundo do trabalho para além da dicotomia entre escravos e livres foi levado adiante pelos autores dos artigos do livro *Trabalhadores na cidade*. Nossa intenção no espaço desse texto é a de construir um relato sobre os trabalhadores que leve em conta a proposta pelos organizadores da coletânea, que argumentam que:

“Trabalhadores” são todos eles, todos, para baralhar de vez a separação rígida entre escravidão e liberdade, cativos e proletários. Movimento analítico tenso este, é forçoso reconhecer, pois diferentes eram eles, escravos e trabalhadores ditos livres. No horizonte da escravidão a ficção que fundamentava a exploração do trabalho era a dependência pessoal, enfeixada na condição de propriedade, de coisa tida e havida, conferida ao escravizado. (...) Liminar muita vez a circunstância dos sujeitos, escravos, ainda que em liberdade condicional, homens e mulheres livres, porém detidos por suspeição que fossem escravos, trabalhadores escravos e livres presos porque não se lhes apresentavam senhores ou patrões, fugitivos os primeiros, vadios os outros. **Realidades imbricadas, confusas, essas da escravidão e da dita liberdade, que urge, pois, distinguir sem seccionar.** (grifos nossos) ²³⁷

²³⁷ AZEVEDO, Elciene. [et al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Unicamp, 2009. p. 12-13.

Reconstruir trajetórias de vidas dos trabalhadores dos engenhos requer compreender imbricações nas experiências vividas pelos sujeitos das camadas populares e dos escravizados. Os homens e mulheres envolvidos com a produção de açúcar compunham uma categoria ampla, com muitos aspectos em comum, tais como: as sociabilidades, as condições materiais de vida e o status social.

Da leitura dos processos judiciais temos mais um elemento para caracterizar os trabalhadores do açúcar: a idade. Para facilitar a análise, consideramos 3 faixas etárias: a das crianças, constituída pelos indivíduos de 0 a 14 anos; a de jovens e adultos entre 15 e 59 anos; e os idosos com mais de 60 anos. Essa divisão buscou sintetizar as categorias usadas pelos contemporâneos dos nossos investigados e pela historiografia que se dedica ao assunto. Esse recorte etário para as crianças, por nós adotado, é tributário do trabalho de Maria Cristina Luz²³⁸ e pela compreensão de que os pequenos não estavam totalmente integrados ao mundo do trabalho. Para ela, a criança escrava é aquela que tinha a idade de até 12 anos. A nossa divisão etária para as crianças vai até os 14 porque, para o aparato judicial, a idade de 14 anos era compreendida como a idade da razão.²³⁹ Certamente o número de crianças menores de 14 anos envolvidas no universo do trabalho deve ter sido muito maior do que os dados disponíveis em nossa pesquisa. O número de crianças é quase nulo. Em nosso caso, isso se deve ao fato delas não figurarem como testemunhas formalmente aptas nos processos judiciais.

Nos processos visualizamos que grande parte dos trabalhadores eram pessoas jovens e adultas. A juventude e a fase adulta são os períodos do auge da força física e produtiva de homens e mulheres. O intervalo de idade que designa a fase jovem-adulta entre os 15 a 50 anos foi estabelecido pela própria documentação pesquisada. A opção por esse segmento pode ser explicada pela característica do trabalho nos canaviais, cuja aridez não favorece a inserção de trabalhadores mais velhos. Já para definir a faixa etária dos idosos, partimos da lei dos sexagenários que concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos. Isso por

²³⁸ PINHEIRO, Maria Cristina Luz. “O trabalho de crianças escravas na Cidade de Salvador 1850-1888”. *Afro-Ásia*, n° 32, 2005.

²³⁹ SANTOS, Maria Emilia Vasconcelos dos. “*Moças Honestas*” ou “*Meninas Perdidas*”: um estudo sobre a honra e os usos da justiça pelas mulheres pobres em Pernambuco Imperial (1860 - 1888). Dissertação de mestrado em História, UFPE, 2007. Ver parte sobre infância e idade das meninas envolvidas nos processos-crime.

considerá-los com capacidade produtiva menor, pois essa é a fase da vida em que o corpo começa a não responder satisfatoriamente às solicitações que demandam maior agilidade.

Foi possível verificar em nossa amostra que grande parte dos trabalhadores do sexo masculino empregados no cultivo da cana estava concentrada na faixa etária de 15 a 50 anos, pois era uma atividade que exigia força para ser aproveitada nas *plantations*, ânimo e resistência física, que, em geral, eram atributos dos homens jovens. Poucos foram os indivíduos com mais de 60 anos de idade presentes em nossos dados. Homens e mulheres com mais de 60 anos, a depender de sua condição física, foram aproveitados de diferentes maneiras na lavoura da cana. Nem todas as atividades do eito foram ocupadas com base em critérios de força física e sim pela experiência e conhecimento para executar a tarefa.

Os rapazes possuem mais força física e são mais produtivos, notadamente, quando se tem pressão de tempo para executar as tarefas. Como mencionamos no capítulo 1, dada a natureza do processo de produção de açúcar, quanto maior o tempo despendido entre o corte e o transporte da cana menor seria a extração de sacarose e, conseqüentemente, menos açúcar seria fabricado. Fizesse chuva ou sol, o trabalhador tinha que cortar cana-de-açúcar independentemente de sua disposição para o serviço, pois essa espécie vegetal exigia do trabalhador intenso ritmo de trabalho.

Com base nesses dados, concluímos que grande parte dos trabalhadores dos engenhos entre 1885 e 1893 era composta, preponderantemente, por homens jovens, e antes de 1888 por indivíduos de diferentes *status* jurídicos. Além disso, esses trabalhadores desempenhavam diversas atividades as quais faziam parte do *métier* dos ocupados com o labor dos canaviais. Isso porque muitos deles, naturais da região, foram socializados desde cedo no árduo trabalho da cana-de-açúcar.

3.2 Os trabalhadores e suas cores

Os processos judiciais consultados não nos permitem tirar conclusões precisas sobre a cor do conjunto dos trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Hebe Mattos²⁴⁰ já havia alertado para a questão da supressão da cor nas fontes judiciais, notadamente, no registro das testemunhas.

A ausência de registros mais recorrentes sobre a cor, de acordo com Hebe Mattos, permite apontar que o mundo dos livres, na segunda metade do século XIX, “não era mais monopólio dos brancos”²⁴¹, mas compreendia homens e mulheres de matizes de cor da pele variadas.

Na análise dos processos judiciais da Mata Sul de Pernambuco, observamos que as anotações dos escrivães pouco informam a respeito da cor dos trabalhadores dos engenhos. Dos processos examinados, entre os anos de 1885 e 1893, o número de trabalhadores totalizou 158 pessoas e apenas para 47 foi mencionada a cor da pele, grande parte dos quais eram cativos. É preciso fazer a ressalva de que outros escravos e libertos foram qualificados e suas cores não foram indicadas pelos escrivães, portanto estes não foram computados no total acima mencionado. Torna-se difícil tirar conclusões a respeito dessa informação. Podemos pensar que os profissionais da justiça não precisaram registrar cor e condição jurídica ou indicar somente a cor, pois, em cidades menores, as pessoas se conheciam, os indivíduos e as hierarquias sociais estavam dadas no cotidiano. E também porque eles viam tais sujeitos em sua frente (já que a cor da pele de outrem é um dos primeiros dados apreendidos pelo olhar) e a presunção de subordinação ocorria de forma “natural” independentemente da situação - fosse durante o recolhimento de um depoimento ou no trato cotidiano. Supomos também que o registro da cor não cabia aos escrivães da justiça e sim aos profissionais da polícia, pelo menos para o período aqui referido. Nem nos exames de corpo de delito presentes nos processos-crime, a cor das vítimas foi indicada. Nos registros policiais era comum a descrição da aparência dos indivíduos, em especial a cor, com o intuito de identificá-los e assim obter melhor desempenho no controle policial.²⁴²

Na contabilidade sobre a cor registrada nos processos judiciais, apenas duas pessoas foram classificadas como de pele clara. Uma mulher com mais de 60 anos, sem ocupação indicada, foi qualificada como branca e um rapaz de cabelos pretos e estirados, também

²⁴⁰ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio - os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

²⁴¹ Idem, p.99.

²⁴² ROSEMBERG, André. *Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. Tese de doutoramento, São Paulo: FFLCH/ USP. 2008.

sem ocupação registrada no processo, foi indicado como de cor alva. O exemplo nos permite cogitar que o peso das pessoas de cor no total da população local era grande e, por isso, encontramos poucos brancos presentes nos processos judiciais (lembrando que apenas selecionamos processos com questões transcorridas dentro dos engenhos). Tendo em vista que, ao longo da década de 1880, um significativo número de cativos libertou-se, o status de livre não era somente associado à cor branca, como apontado por Hebe Mattos. Então, devia ser bastante comum encontrar na região gente de cor e livre. O censo de 1872 indica que a maioria do contingente populacional (homens e mulheres - livres e escravos) dos municípios estudados era de pessoas de cor escura.

Tabela n.1 Cor da população dos Municípios de Escada e Ipojuca em 1872.

Cor	Escada	Ipojuca
Pardo	9.510	10.234
Preto	Censo de 1872 - cor	4.467
Caboclo	155	63
Branco	5.575	4.556
Total da população	20.796	19.420

Fonte: Recenseamento da População do Império do Brasil, Pernambuco, 1872.

No censo de 1872, encontramos os termos pardo, preto e caboclo para indicar a cor dos recenseados. Tais nuances de cor de pele não encerravam as possibilidades disponíveis para os trabalhadores dos engenhos serem definidos ou para eles definirem a sua própria cor. A diversidade era bem maior. Os escrivães dos processos judiciais não obedeceram a uma tipologia pré-determinada e as classificações cromáticas variaram. Alguns trabalhadores foram indicados como pardos, pardinhos, mulato claro, fulas e morenos.²⁴³ Além disso, um pardo poderia ser moreno para um escrivão, cabra para outro, e mulato para uma testemunha. A cor de uma pessoa poderia gerar diversas controvérsias. Desse modo, juntamos as categorias que indicavam os indivíduos de cor de pele escura sob a expressão “homens de cor”. Usaremos este termo mais amplo, atentos às ressalvas apresentadas por Silvana Jeha:

²⁴³ Ainda a respeito das omissões das fontes oficiais, é preciso observar que chegamos, em alguns casos, a designação da cor dos envolvidos nos processos judiciais através dos depoimentos das testemunhas contidos nos autos.

Primeiramente, é um termo utilizado na época estudada. Como os não brancos são indígenas e/ou caboclos, africanos, crioulos e os mestiços - uma mistura variada de pretos, indígenas e brancos - é necessário adotar às vezes apenas um nome, ainda que não seja o ideal. Não se trata apenas da cor da pele, mas de outros aspectos, como cabelos, nariz, ascendência, classe, sociabilidade etc. Todos são alvos de discriminação, ou seja, a associação do fenótipo com a pobreza e inferioridade.²⁴⁴

Ainda nos apoiando nas observações de Silvana Jeha, usamos o termo “homens de cor” porque era a classificação utilizada no período para indicar, além do fenótipo, a inserção econômico-social dos sujeitos. A designação da cor possuía variados termos e os seus significados mudavam segundo os indivíduos, os interesses em jogo, o lugar e o tempo. Por isso, quando a análise fizer referência a um indivíduo, usaremos o termo empregado na documentação. Por fim, esse termo está sendo utilizado porque o estigma de ter sido escravo, ou a proximidade com essa condição, era comum a todos os homens de cor.

De acordo com Hebe Mattos, muitos indivíduos silenciaram sobre a cor como uma estratégia de afirmar a sua liberdade, e esse recurso não estava estreitamente ligado ao projeto de branqueamento da nação produzido pelas elites letradas. Tal atitude passava pela reinvenção de identidades sociais baseadas em outras acepções, como a de trabalhador ou de cidadão honrado. Decerto, a invisibilização da cor era um movimento duplo e complexo, muitos indivíduos evitaram assumir a sua cor, e autoridades responsáveis pelo registro não o fizeram atendendo a algum propósito. A cor foi manipulada politicamente durante a segunda metade do século XIX, de acordo com interesses relacionados aos assuntos de liberdade, de escravidão e da hierarquização das relações sociais. O que sabemos ao certo é que assumir publicamente uma identidade baseada na cor, nas últimas décadas do século XIX, muitas vezes restringia e condicionava a vida dos indivíduos por posicioná-los no lugar da subalternidade.²⁴⁵

Ivana Stolze Lima observou que o fato de não ser mencionada a cor dos indivíduos nos documentos produzidos por agentes do Estado não indica que não se agia de acordo

²⁴⁴ JEHA, Silvana Cassab. *A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c.1822-c.1854*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.

²⁴⁵ CHALHOUB, Sidney. *Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. Olívia Maria Gomes da Cunha; Flávio dos Santos Gomes. (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007

com critérios de classificação e hierarquização racial.²⁴⁶ Para operar a distinção dos sujeitos na sociedade, outros critérios eram associados à cor, como a condição social e as práticas culturais. Os critérios de suspeição e os elementos para determinar a posição que uma pessoa ocupava na hierarquia social atingiam determinados grupos articulando diferentes elementos, mesmo quando a cor era suprimida. Nas palavras de Ivana Stolze Lima:

Se nas estatísticas criminais organizadas pela chefia da Polícia não existem menções a cor, isso não significa que a prática cotidiana da polícia não a utilizasse como critério de suspeição, vigilância, punição e, afinal, na identificação dos indivíduos.²⁴⁷

A pigmentação da pele foi usada para identificar indivíduos com a ascendência africana e vinculá-los ao mundo escravo e, conseqüentemente, acabava por identificar os trabalhadores de pele escura, fossem eles escravizados, livres ou libertos, como inferiores. Esses critérios classificatórios carregavam um sentido depreciativo e negativo impondo um lugar sociorracial “para baixo” para os indivíduos de cor escura e para os ex-escravos. Isso ocorria em um momento no qual as teorias raciais no Brasil e no exterior estavam sendo discutidas e o recurso informava a inferioridade de mestiços, negros e indígenas.

Quando a cor foi mencionada nos processos judiciais e nos ofícios policiais, notadamente no período pós-abolição, em grande medida, tinha a função de racializar os comportamentos dos sujeitos não-brancos, com a intenção de manifestar os vícios comportamentais atribuídos aos indivíduos de cor escura. A racialização era uma prática antiga da sociedade brasileira, como demonstrou Wlamyra Albuquerque²⁴⁸, mas foi intensificada nos anos finais do século XIX, corroborando na construção de lugares raciais como forma de inserção ou de exclusão do exercício da cidadania. Referências raciais que iam desde a cor da pele, a textura do cabelo e o tamanho do nariz eram utilizados para justificar diferenças concretas entre os indivíduos na sociedade.

No período em que se encontra focalizada a nossa análise, em finais do século XIX, os homens da ciência elaboraram explicações que estigmatizaram com epítetos de vadios e vagabundos os homens de cor. Esse discurso construiu a ideia de que o negro possuía uma

²⁴⁶ LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas – sentido da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p.122.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 45-93.

tendência natural ao alcoolismo, à marginalidade e à recusa ao trabalho. O negro, por esse discurso, não possuía laços familiares, era um desagregado e oscilava frequentemente entre a apatia e a violência - preenchia, portanto, os atributos para ser um criminoso em potencial.²⁴⁹ Essa pecha recaía, notadamente, sobre aqueles que não estavam sob o jugo de tutelas senhoriais e que viviam se deslocando entre engenhos em busca de garantir a sua sobrevivência e autonomia.

Não podemos esquecer que a classificação da cor, em grande medida, era situacional, dependia do contexto e da posição social de quem classifica e de quem era classificado.²⁵⁰ Diferentes matizes de cor de pele ora aproximavam ora afastavam da escravidão os indivíduos. Por isso uma mesma pessoa podia ser indicada como parda, mulata e morena em uma única situação.

Esta constatação nos leva a inferir que a atribuição da cor da pele não indicava categorias neutras ou transmitidas pelos ascendentes, mas sim eram construídas socialmente e pretendiam estabelecer a diferença e a hierarquização entre os componentes daquela sociedade. As representações sobre a população de homens de cor, no século XIX, apontavam para uma inferiorização desse grupo, certamente, porque tinham uma proximidade com um passado escravo.

A produção acadêmica, como já assinalamos, tem sustentado um conjunto de proposições a respeito do papel da escravidão na atividade açucareira nas províncias nordestinas.²⁵¹ Esses escravos, em sua maioria, eram homens de cor. Esse segmento ocupacional em fins do século XIX continuou tomado por homens e mulheres de cor. Segundo Diegues Junior, entre os trabalhadores dos engenhos nos anos 1950 prevaleciam:

peças nas quais predominam o tipo de mulato; também o cabra e o cafuzo se incluem entre os tipos característicos do trabalhador de engenho. De modo geral, o pardo que é uma resultante dos cruzamentos entre mulatos, cafuzos, negróides,

²⁴⁹ AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites: século XIX*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004. Ver também: CHALHOUN, Sidney. *Visões da liberdade*, Op. Cit. p. 80; 141, o autor discute a questão do mito da vadiagem, segundo o qual os negros eram vagabundos e criminosos em potencial.

²⁵⁰ FONSECA, Maria N. S.. Visibilidade e ocultação da diferença: imagens do negro na cultura brasileira. FONSECA, Maria N. S. (org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.92.

²⁵¹ AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba (1860-1888)*. Tese de doutorado, UFBA, 2007.

brancóides. O cabra é menos um tipo étnico definido, que uma variedade do pardo ou do mulato.²⁵²

Como nos processos judiciais pesquisados a maioria das pessoas que tiveram a cor mencionada fazia parte da população dos homens de cor, nos arriscamos a afirmar que grande parte dos trabalhadores dos engenhos era constituída por pessoas de cor, já que os serviços dos canaviais durante o período colonial, e mesmo até bem avançado do século XIX, foi tarefa desempenhada tradicionalmente por escravos.²⁵³

Em novembro de 1888, ocorreu um conflito entre trabalhadores do Engenho Gaipió e o delegado em seu ofício asseverou que, para resolver a questão, o subdelegado Jose Felix da Câmara Pimentel teve de dar palmatoadas nos trabalhadores porque com "cabras e negros só o cacete pode intimidar!"²⁵⁴ A expressão revela o quanto a associação entre cor negra e a condição de trabalhador nos engenhos estava associada. Justapondo pequenas pistas presentes na documentação consultada, cremos poder generalizar essa forma de enxergar a categoria dos trabalhadores dos engenhos açucareiros entre 1885 e 1893 como composta tipicamente por homens de cor. Os documentos pesquisados também nos permitem relacionar escravidão, cor escura e inferiorização social como elementos característicos do universo dos trabalhadores dos engenhos açucareiros.

3.3 Trabalho feminino nos engenhos

A mão de obra feminina esteve presente nos engenhos, apesar de ser minoria quando comparadas aos homens, conforme atestam as fontes consultadas. Toda a sociedade humana tem uma divisão sexual do trabalho, e uma consequente diferenciação dos papéis masculinos e femininos. O trabalho da casa, o cuidado com as crianças e com os velhos foram historicamente de competência da mulher. Não se pode negar que a relação entre

²⁵² DIÉGUES, Júnior, Manuel. *O engenho de açúcar no Nordeste*. Op. Cit. p.31.

²⁵³ Rebecca Scott, por sua vez, observou que os trabalhadores açucareiros de Louisiana, no início do século XX, acabaram por se tornar uma força de trabalho assalariada racialmente segregada. SCOTT, Rebecca J. Raça, trabalho e ação coletiva em Louisiana e Cuba, 1862-1912. In: COOPER, Fredericck; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

²⁵⁴ Ofício da Delegacia de Ipojuca 24 de novembro de 1888, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Ipojuca, nº 205 (1883-1890).

gêneros foi marcada pela desigualdade, por uma diferença hierárquica, apesar de comportar tensões, negociações e variações.

A mulher livre, quando trabalhou nos engenhos, tendeu a ser integrada em atividades que guardavam “certas especificidades femininas”. Algumas mulheres exerceram trabalhos domésticos como cozinheiras e arrumadeiras, entre outras atividades. Mas por outro lado, a depender das demandas, existia a possibilidade de diversificarem as suas funções podendo, inclusive, laborar nos canaviais. A polivalência constituiu uma estratégia para ajudar a cobrir as necessidades de seu grupo doméstico.

Caso a situação econômica da família fosse precária, uma jovem teria de colaborar desde cedo com alguma renda para a manutenção do seu núcleo familiar. Dos serviços realizados pelas mulheres, a costura era um dos mais comuns e podia ser combinada com outras atividades. Costurar fazia parte do universo feminino. Além da costura, boa parte das mulheres pobres era também ensinada a bordar, fazer renda e outras prendas domésticas.²⁵⁵ Porém, a costura devia ser a atividade mais rentável, pois era necessário o trabalho de uma costureira para a confecção dos trajes para o dia a dia, de roupas para os escravos, para os festejos religiosos, para os folguedos populares e para os mortos (as mortalhas ou as vestes semelhantes às do santo de devoção do defunto).

As costureiras moradoras dos engenhos atendiam a uma clientela formada pelos trabalhadores dos canaviais. Esse foi o caso de Antonia Theodora de Jesus, viúva de 28 anos que vivia no Engenho Mercês no ano de 1885. Ela relatou no seu depoimento em um processo crime que costurou sob encomenda uma camisa para Francisco Peregrino. O freguês, irritado com a cobrança do valor pelo serviço realizado, acabou por esbofetear a costureira²⁵⁶. Esse episódio acaba desvelando uma das possibilidades dos trabalhos desempenhados por mulheres em áreas rurais.

As mulheres que sabiam costurar e conseguiam remuneração com este ofício podiam também, nos períodos de safra, colher ou moer cana, ocupações alternativas que lhes permitiam incrementar a renda. Verdade que elas poderiam ter uma quantidade maior de encomendas nesse período. Isso por conta dos pagamentos recebidos pelos trabalhadores

²⁵⁵ SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Domesticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)*. Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, 2011. Ver para essa questão o capítulo 2 – “De contratos e resistências: o que se compra e o que se vende?”.

²⁵⁶ Sumário Crime. Autora – Justiça Pública, Réo – Francisco Peregrino Texeira. 1885, Ipojuca, MJPE.

envolvidos mais diretamente com a produção de açúcar que, ao receber seus salários, podiam dispendê-lo comprando uma camisa e peças novas para a família. Podemos também considerar que a atividade agrícola feminina era diminuta, em nosso caso, porque as mulheres não aparecem com frequência como testemunhas em processos judiciais, nossa fonte principal de pesquisa. Mesmo quando elas aparecem nos registros aqui acessados, não se declaram como ocupantes de atividades ligadas à agricultura, por mais que acreditemos que elas fossem polivalentes e desempenhassem tarefas do campo e cuidassem dos animais pelo menos, no contexto da produção familiar de alimentos. A documentação acessada não nos permite saber ao certo como ocorria a faina diária das mulheres moradoras dos engenhos, mas lavar pratos e roupas, transportar água para tarefas domésticas, remendar roupas da família e fazer pequenas costuras para fora devia estar entre as atividades realizadas por elas. Por fim, é bem provável que a sobreposição de diferentes tarefas fizesse parte do cotidiano de grande número de mulheres no interior dos engenhos.

Dentro do universo feminino, foram as escravas que compuseram em grande parte o exército de trabalhadores dos canaviais. Quando destacadas para o trabalho nos canaviais, elas se ocupavam de serviços menos pesados como o de juntar as canas em feixes para serem transportados. Muitas das mulheres escravas, nessa ocasião, devem ter-se feito acompanhar por seus filhos pequenos atados as costas, à moda africana. Algumas eram encarregadas de trazer as canas para serem moídas e outras enfiavam as canas nas moendas.

De acordo com Joan Scott²⁵⁷, a articulação do gênero com outras categorias de análise, como classe e raça, torna explícitas as desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Em nosso espaço de estudo, as mulheres escravizadas estavam expostas a condições mais penosas de trabalho e que requeriam mais esforço físico do que os executados por mulheres brancas.

Em uma listagem do Município de Ipojuca de 1886, foram arrolados os escravos que seriam libertados por conta da lei dos sexagenários.²⁵⁸ Esse registro contém informações que nos permitem ver quais eram as funções desempenhadas pelas mulheres cativas nos engenhos. Nesse arrolamento encontramos ao todo 350 cativos, sendo que 197

²⁵⁷ SCOTT, Joan. “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, 1995

²⁵⁸ Justificação. O Doutor Ambrozio Machado da Cunha Cavalcanti – Justificante. Ipojuca, 1887, MJPE. A listagem é uma das peças desse processo.

eram homens e 153 eram mulheres. O documento ainda nos informa que as mulheres cativas de Ipojuca com mais de 60 anos estiveram envolvidas com o serviço rural e elas perfaziam o número de 121 pessoas. Outras executavam tarefas nomeadas genericamente como do serviço doméstico e incluímos aqui as que foram identificadas especificamente como cozinheiras e engomadeiras, totalizando 25 mulheres. Tinha ainda 4 mulheres consideradas inválidas e, para nossa surpresa, encontramos 1 carpina e 2 carreiras, ocupações tradicionalmente desempenhadas por homens.

Convém assinalar que o trabalho nos canaviais foi ocupado preponderantemente por homens independentemente da condição jurídica, mas o mesmo não pode ser dito com relação as mulheres cativas. Enquanto durou a escravidão, foram elas, dentro do universo feminino, que trabalharam nos campos de cana e provavelmente as mulheres de cor que continuaram a desempenhar essas mesmas tarefas na Mata Sul de Pernambuco após a Abolição. Junto com a discriminação racial, essas mulheres devem ter sofrido uma discriminação salarial por conta dos padrões socioculturais que eram orientadores da segmentação do processo de trabalho.

Conjecturas à parte, voltemos ao assunto do trabalho nos canaviais desempenhados pelas escravas. Temos mais um fragmento das diferentes atividades que poderiam ser protagonizadas por mulheres cativas no processo de produção de açúcar. Em 1885, a escrava Faustina, de 40 anos de idade, identificada como do serviço agrícola e moradora do Engenho Saco, teve de prestar depoimento sobre um caso de agressão ali ocorrido. Em seu relato, ela informou que na hora do acontecimento ela estava ocupada “no serviço do seu senhor em limpa de canas”,²⁵⁹ que é a atividade de capina que envolve a remoção de ervas daninhas e de pragas existentes entre as canas plantadas durante os meses antecedentes à colheita.

As tarefas agrícolas básicas necessárias para o cultivo da cana se resumem a preparação do solo, plantio, limpeza periódica e colheita. A preparação do solo, o plantio e a limpa tinha a participação de mão de obra feminina. Já a colheita (o corte da cana) era uma atividade em que os homens se ocupavam em maior número. Antonil nos lembra que elas, desde o período colonial, desempenhavam tal tarefa: “Assim os escravos como as

²⁵⁹ Autoamento de um inquérito policial procedido pelo Subdelegado do 2º Districto deste Termo. Ipojuca, 1885, MJPE.

escravas se ocupam no corte da cana, porém comumente os escravos cortam e as escravas amarram os feixes”.²⁶⁰

Nas unidades de produção canavieira, trabalhadores polivalentes eram necessários para atuar nas diversas etapas do fabrico do açúcar, a produção de mel e aguardente, e no plantio de mandioca, além de outras tarefas típicas do período da entressafra nos engenhos. Para as mulheres, como vimos, a tarefa de coser, o cuidado com crianças pequenas, suas ou de comadres, o serviço doméstico e da lavoura, fizeram parte do mundo feminino rural de fins do século XIX embora as escravas com maior frequência acumulassem as três atividades.

3.4 Trabalho infantil

Certos trabalhos agrários eram desenvolvidos por adolescentes e crianças, por vezes na condição de aprendizes. A entrada no mundo laboral para as pessoas pobres quase sempre começou na infância, sendo considerada uma fase prévia de aprendizado. Os meninos e meninas ajudavam os parentes ou outros trabalhadores com mais idade e assim adquiriam habilidade para exercer alguma atividade remunerada no futuro. As tarefas desempenhadas nos canaviais requeriam experiência, habilidade e uma aprendizagem prévia, não uma aprendizagem formal, mas a adquirida no contexto familiar, com os filhos acompanhando os pais na labuta diária, manuseando enxadas e foices. Tal conhecimento se dava pela experiência prática do dia a dia e demandava tempo para ser dominada.

Outro elemento que indica o ingresso prematuro das crianças no universo do trabalho é o grande nível de analfabetismo. Como na atualidade, nos parece que a ausência de um envolvimento das crianças com o aprendizado da escrita e da leitura em qualquer espaço, mesmo que não seja o da escola, indica que elas estavam ocupadas em grande parte do seu tempo com outras demandas.

A escassez de informações sobre o trabalho desempenhado por crianças nos canaviais decorre do fato de eles aparecerem em menor número na documentação por nós analisada. Entre as testemunhas, por exemplo, encontramos poucas crianças depondo a respeito de circunstâncias referentes a um fato delituoso ou diretamente ao objeto do

²⁶⁰ ANTONIL, Andre João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e Minas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. Da USP, 1982, p.44.

processo. Elas eram consideradas testemunhas informantes, ou seja, os menores de 14 anos só eram obrigados a depor quando sem os seus respectivos testemunhos não fosse possível obter informações sobre o fato e saber as suas circunstâncias. Contudo, através de alguns desses registros nos quais as crianças apareceram como vítimas ou testemunhas, pudemos verificar a presença delas nos engenhos. É bem verdade que a atuação das crianças no processo produtivo de açúcar era menor, predominando os adultos.

Tarcísio Botelho considera que, até os 7 anos, a criança não se envolvia em nenhuma atividade econômica, porém o trabalho infantil era utilizado em pequenas tarefas na residência onde as crianças viviam. A partir desta idade, segundo o autor, podia-se exigir das crianças participação mais sistemática nas atividades de trabalho. Com 14 anos, admitia-se que o jovem era um trabalhador completo.²⁶¹

Podemos vislumbrar tal realidade por meio de duas listas de matrícula de escravos apresentadas em 1874 e 1880, que arrolavam a escravaria pertencente a Ambrósio Machado.²⁶² Esse levantamento mostrou que as crianças escravas com idade variando entre oito e quatorze anos eram utilizadas como mão de obra no engenho. Ambrósio Machado, por exemplo, possuía Antônio e Eulampia, ambos de nove anos de idade, que desempenhavam o serviço de campo, e Ezequiel, de oito anos, envolvido com o serviço doméstico. Esses casos demonstram que os proprietários de engenhos contavam com a população infantil, notadamente a escravizada, para trabalhar nos canaviais.²⁶³

Os dados dispostos mais acima indicam que as crianças escravas estavam inseridas no mundo do trabalho produtivo. Sendo assim, os ingênuos não seriam fardos pesados para os senhores, que lhe dispensavam proteção e cuidado. Decerto eram aproveitadas nas lides e geravam riquezas para os senhores de suas mães e, por isso, acreditamos que alguns senhores recusavam-se a entregar as crianças a suas mães quando elas se libertavam.

²⁶¹ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “O trabalho de crianças e jovens do Brasil Imperial: Minas Gerais, 1831-1832”. *Revista História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 39, 2003, p.2.

²⁶² Justificação. O Doutor Ambrozio Machado da Cunha Cavalcanti – Justificante. Ipojuca, 1887, MJPE.

²⁶³ Nesse alistamento figuram as seguintes crianças como trabalhadoras: 1874 – Romualdo de 11 anos e do serviço doméstico; Sofia de 10 anos, do serviço doméstico; Eulampia de 9 anos, do serviço do campo; Teresa de 10 anos, do serviço do campo; Procópio de 9 anos, do serviço do campo; Maria Pastora de 13 anos, do serviço do campo; Filomena de 12 anos, do serviço doméstico; Leopoldina de 10 anos, do serviço do campo; Ezequiel de 8 anos, do serviço doméstico; Antônio de 9 anos do serviço do campo; Rosalina de 14 anos, do serviço do campo; Landelino de 11 anos, do serviço do campo; Genuíno de 14 anos, do serviço do campo; Dionísia de 12 anos, do serviço do campo. 1880 – Manoel de 11 anos, do serviço do campo; Eleuterio de 12 anos, do serviço doméstico; Cecília de 14 anos, criada; Pautilla de 12 anos, do serviço do campo; Alberto de 14 anos, do serviço do campo; Felipe de 12 anos, do serviço do campo.

Desde tenra idade as crianças pobres desenvolviam atividades que podiam ser pagas com salários ou outras formas de remuneração. Elas podiam trabalhar como ajudantes ou acompanhando os pais no corte, ou na apanha da cana. É provável que ocorressem casos em que os menores seguissem independentes para as lides de trabalho, desacompanhados de pais ou parentes. Enfim, a utilização da força de trabalho infanto-juvenil devia colaborar nos arranjos e improvisos para a manutenção dos seus lares. Esse foi o caso de Manoel do Ó que, como já citado, em suas memórias, mencionou que no ano de 1893, aos 12 anos, começou a carregar cana na Usina Salgado em Ipojuca para sustentar a família.²⁶⁴

Um aspecto que devemos destacar é que, quando as crianças não trabalhavam no canavial, podiam desenvolver diversas atividades, desempenhando muitas vezes tarefas que não exigiam grandes qualificações, ocorrendo com frequência a troca de trabalho por casa e comida. As ações realizadas pelos meninos e meninas podiam não ser revertidas em ganhos monetários, mas não eram consideradas menos importantes. Eles poderiam ficar encarregados de levar recados, buscar água na fonte ou no rio mais próximo, cuidar dos irmãos menores, limpar mato, tomar conta dos animais de pequeno porte, preparar a comida, ajudar as mães a lavar roupa ou carregar os apetrechos necessários para a lavagem e alguns deles aprenderam a manejar a enxada e a trabalhar nas roças. Em alguns casos, as crianças eram levadas pelos pais ao campo para auxiliá-los no corte da cana e assim terminar o trabalho mais rápido. A incorporação dos menores nas atividades de trabalho, quando não resultava em salários, permitia aos seus pais poder realizar longas jornadas de trabalho por não precisarem fazer os trabalhos domésticos. Como no caso transcorrido em 1886, em que o menor Manoel saiu de sua casa no Engenho Pirajá para ir até a Povoação de Ipojuca comprar algumas encomendas, entre elas, um bocado de açúcar e um pouco de goma, a pedido de sua mãe.²⁶⁵

Não conseguimos por meio dos processos judiciais precisar a dimensão da incorporação da mão de obra infantil na produção de açúcar, mas através dos episódios de brigas, acidentes e mortes que envolveram crianças, pudemos entrever como elas foram aproveitadas dentro dos engenhos. Semelhante às mulheres, conforme os indícios presentes

²⁶⁴ Ó, Manoel do. *100 anos de suor e sangue – Homens e Jornadas da Luta Operária do Nordeste*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes LTDA, 1971, p.29.

²⁶⁵ Subdelegacia do 1º Districto de Ipojuca. (menor, Manoel). Autoamento de portaria e officio que adiante se segue. Ipojuca, 1886, MJPE.

nos processos judiciais, as crianças, com o advento da abolição da escravidão, foram afastadas, sempre que possível, pelos pais, das lides nos canaviais para ficarem ajudando no ambiente doméstico.

3.5 Trabalho a jornal, contratação e remuneração

Por meio dos processos judiciais, visualizamos que, no universo dos engenhos, existiu uma diversidade de ocupações, desde os trabalhadores da lavoura até os criados domésticos. Destacavam-se os ofícios requisitados para os serviços na lavoura de cana-de-açúcar como o de jornaleiro, mestre de açúcar, pedreiro, trabalhador de enxada, carreiro, tanoeiro, feitor, estribeiro e agricultor. Havia ainda a presença de outros trabalhadores nos engenhos, como pescadores, olheiros, domésticas, costureiras, criados, e até uma vendedora de bolinhos. Boa parte dos homens se encontrava empregada no serviço rural e as mulheres no serviço doméstico.²⁶⁶

Entre os trabalhadores citados destacamos os jornaleiros. Esse foi um tipo de atividade recorrente na Zona da Mata Sul. Devemos atentar que é uma atividade temporária, ou seja, o empregado era contratado por tempo determinado ou para executar um trabalho específico. Alguns dos jornaleiros combinavam as atividades de temporada nos canaviais com jornadas em outras culturas agrícolas, por vezes desempenhavam trabalhos como pescadores, e quem sabe, até exercessem atividades urbanas. Para outros, o trabalho a jornal constituiu a atividade básica, e talvez fosse a única ao longo do ano.

Os jornaleiros constituíam uma parcela considerável da mão de obra agrícola ligada aos latifúndios; alguns deles tinham poucas posses, outros contavam apenas com a força de seus braços para obter ganhos pecuniários; em sua maioria, estavam incluídos entre as pessoas que não eram proprietárias de terras. Nos anos 1960, Caio Prado Jr. chamava esse grupo de “proletariado rural”, formado por um conjunto heterogêneo de trabalhadores agrícolas sem terras próprias para cultivar e sem condições de alugar terras de outros.²⁶⁷ No

²⁶⁶ Por exemplo, temos a lista de escravos maiores de 65 anos existentes no município de Ipojuca que contabiliza 350 pessoas e destas apenas 3 homens aparecem exercendo atividades domésticas e em contrapartida 25 mulheres são identificadas desempenhando trabalhos domésticos. Relação dos escravos maiores de 65 anos existentes no município de Ipojuca. 1886 In: Autoamento da audiência especial de 9 de junho de 1886. Ipojuca, 1886, MJPE.

²⁶⁷ PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

período das safras, eles se ocupavam nos canaviais durante um período limitado. Entre os elementos que caracterizavam os jornaleiros empregados nos engenhos constava o recebimento de um salário (monetizado ou não) como retribuição ao trabalho livremente efetivado. Ainda assim, nas áreas rurais, os trabalhadores permaneciam distantes da forma de remuneração tida como normal em um mercado de trabalho capitalista.

O jornaleiro, entendido como o trabalhador que vivia exclusivamente de seu salário recebido em moeda, pode ser considerado como excepcional e só se daria em momentos pontuais. Para o período focalizado por nosso estudo, ocorria uma remuneração que combinava diferentes itens como forma de pagamento da mão de obra empregada na produção de açúcar, que poderia ser em moeda, vestimentas, moradia, formas de proteção e comida. Como no dia 21 de janeiro de 1878, que Antonio, carreiro, levou 4 arrobas de bolacha para casa como pagamento antecipado por seu trabalho no Engenho Diogo. Logo depois, no dia 22 de fevereiro de 1878, Manoel, carpina, e seus oficiais Pedro Baptista, José Romão, Paulo, Biu, Alexandre e os pedreiros Francisco e Benedicto receberam dinheiro por 22 dias de trabalho no referido engenho.²⁶⁸

Marcelo Badaró observou que as experiências dos trabalhadores do século XIX não derivavam de uma condição social simples. A realidade empírica traduziu-se em gradações que variavam desde o trabalhador assalariado até uma diversidade de arranjos de trabalho que recombinavam diversos graus de liberdade e contrapartida financeira pelo trabalho, com uso em algumas situações de coerção física. Ou seja, o trabalho livre como o trabalho escravo, em muitos momentos, foi uma realidade ambígua.²⁶⁹

No momento em que os acertos de trabalho ocorreram, nessa ocasião também deveriam ser acordadas as formas de remuneração, se em espécie ou em moeda, ou por outras combinações. De certo, os salários variavam em função do sexo, da idade, das tarefas desenvolvidas, do tamanho da propriedade e pelo poder aquisitivo do empregador para pagar salários aos braços livres de seus engenhos.

Ao fim de uma temporada de trabalho e do recebimento da remuneração acordada, os jornaleiros tinham que seguir em busca de novas ocupações. A procura por trabalho nos

²⁶⁸ Livro de notas de Marcionilo Silveira Lins, folhas sem numeração. Pasta Marcionilo Silveira Lins, FUNDAJ.

²⁶⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores escravos e livres no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX*. I Jornada Nacional de História do Trabalho. Disponível em.: <http://www.labhstc.ufsc.br/jornadaI.htm>. Acessado em.: 16. Mar. 2010.

engenhos açucareiros era levada a cabo seguindo o calendário agrícola da cana-de-açúcar. A colheita era o momento em que a demanda por mão de obra aumentava. Claro que o número de trabalhadores a serem recrutados dependia também da extensão de cada engenho.

A contratação de trabalhadores locais era mais direta entre patrão e empregado. Entretanto, para os forasteiros existiram vários mecanismos. Muitos trabalhadores chegavam por sua conta e se ofereciam para executar tarefas no engenho, outros eram conduzidos por parentes, pela rede de amizade ou ainda alguma pessoa executava a atividade de orientar sobre as possibilidades de emprego e recrutar homens para desenvolverem tarefas no canavial.

No tocante à conquista de uma ocupação, os trabalhadores dos engenhos adotaram a recomendação como principal elemento para alcançar tal intento. Para que os jornaleiros pudessem obter sucesso nessa empreitada, era importante estarem inseridos em consolidadas redes sociais, ter relações com trabalhadores safristas, com os parentes, amigos e com proprietários de engenhos e até com comerciantes da região. Essas eram as pessoas que podiam recomendar um indivíduo para ser contratado. Os trabalhadores mais antigos, decerto, podiam atuar como intermediários entre os candidatos e os proprietários, para a contratação dos trabalhadores para o plantio e corte da cana-de-açúcar, passando a ser referência para outros que chegavam. Tais redes de solidariedade foram observadas a partir da naturalidade das pessoas como no caso de Jose Candido da Silva²⁷⁰ e Salustiano Pereira da Silva²⁷¹, que eram moradores do Engenho Gaipió e naturais da Cidade de Pajeú de Flores, sertão pernambucano. Podemos imaginar que não deve ter sido por acaso que as pessoas oriundas do mesmo município se encaminhassem para o mesmo engenho. Paulatinamente devem ter sido estabelecidas ligações entre os jornaleiros que tivessem trabalhado antes para o proprietário de um engenho. Também se constituíam relações entre os que iam e vinham laborar nos campos de cana, e assim ocorriam trocas de informações sobre os lugares de trabalho e as oportunidades de encontrar uma ocupação. Alguns poderiam obter essas informações em função dos laços, por exemplo, pais e filhos, irmãos e primos poderiam ser as pessoas a indicar as oportunidades de trabalho. Outros ficaram

²⁷⁰ Sumário Crime Autora – A Justiça Pública. Réo – Jeronymo Leonardo da Silva – Preso. Ipojuca, 1889, MJPE.

²⁷¹ Juízo de Órfãos. Autoamento da audiência especial de 9 de junho de 1886. Ipojuca, 1886, MJPE.

sabendo que determinados engenhos precisavam de trabalhadores através do grupo de amigos. As possibilidades de trabalho a jornal dependiam também de um panorama intrincado de coisas, isso antes e depois da abolição, como os ciclos dos cultivos, das decisões dos próprios trabalhadores, assim como as relações parentais, dos contatos em sua localidade de origem e no local atual de trabalho.

As relações de trabalho podiam ser estabelecidas, diretamente, entre os senhores de engenho e os jornaleiros. Os proprietários dos engenhos açucareiros provavelmente procuravam contratar jornaleiros já conhecidos e com bom comportamento e experiência, pois a produção de açúcar requeria habilidades e competências para melhor execução de suas tarefas. De acordo com antigos empregados de áreas rurais entrevistados por José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim²⁷², a admissão de trabalhadores entre as décadas de 1930 e 1950 se dava por meio uma espécie de entrevista realizada com o empregador. Acreditamos que esse tipo de recrutamento também era uma das formas utilizadas em fins do século XIX porque nesse tipo de situação patrão e empregado se conheciam e as regras e acertos eram estabelecidos. Nessa ocasião eram indicadas as funções dos contratados e também era o momento da teatralização do poder de mando senhorial. Talvez de teatralização também por parte do candidato, uma submissão calculada, isso não sabemos de fato. As relações entre patrões e empregados estavam baseadas em valores paternalistas, com alguém ocupando o patamar superior da hierarquia e alguém abaixo como dependente; relação que exigia dos últimos obediência e disciplina. Com a abolição, alguns trabalhadores ex-cativos, para afirmarem-se livres, quebraram os códigos que regiam a costumeira dependência, o que acabou por promover mudanças nas relações de contratação e permanência do trabalhador no engenho. Enfim, uma diversidade de formas de arremetimento dos trabalhadores ocorria no universo dos engenhos.

Não encontramos na documentação dados referentes aos arranjos contratuais. Certamente o salário dependia do sexo e das habilidades do trabalhador. Em uma fala na Assembleia Provincial pernambucana no ano de 1889, um ano após a abolição, o deputado Barros Barreto informou que os salários recebidos pelos jornaleiros variavam entre quinhentos a seiscentos réis, e que tal remuneração possibilitava a eles vestir andrajos e

²⁷² LOPES, José Sérgio Leite e ALVIM, Rosilene. “A usina e a varanda: a teatralização da dominação patronal”. *Revista de Ciências Sociais*, v. 38, n. 2, 2007.

alimentar-se de farinha de mandioca, bacalhau e carne seca.²⁷³ Manuel Diégues, por outro lado, nos informa que, de forma geral, a remuneração dos trabalhadores permanentes fazia-se assim: o sistema que era conhecido por condição, e que se constituía no direito de o trabalhador ter uma moradia e um pedaço de terra, para fazer uma pequena roça. Os excedentes podiam ser vendidos nas feiras e converter-se em dinheiro. A condição, situação mais comum no pós-abolição, também obrigava a pessoa que recebesse a benesse a trabalhar alguns dias do mês para o proprietário do engenho, quase sempre na época do plantio e da colheita. Em alguns engenhos, os dias de serviços despendidos pagavam o uso da terra; em outros o trabalhador podia receber um módico salário.²⁷⁴ Já para os temporários, comida e dinheiro deviam ser as formas mais habituais de remuneração.

Os trabalhadores com maiores qualificações, experiência no serviço, tinham condições de negociação com o patrão muito distintas, tanto para ser contratado como para obter remunerações maiores. Carmen Sarasúa²⁷⁵ observou que a competência para negociar não se deu somente no nível da qualificação ocupacional e das habilidades, mas entre os membros de um grupo social: homens e mulheres, jovens e velhos, brancos e negros e entre trabalhadores locais e forasteiros.

Na realidade estudada, parece que os contratos de trabalho eram firmados oralmente, pois não encontramos referências a documentos que estabelecessem acordos de trabalho dentro dos engenhos açucareiros. A ausência desse tipo de documentação pode se dever aos baixos níveis de alfabetização entre os homens e mulheres pertencentes a esta categoria de trabalhadores. Por outro lado, provavelmente havia um conhecimento largamente difundido entre patrões e empregados baseado na palavra para combinar salários e quando recebê-los, definir jornadas de trabalho e demais ajustes; não sendo necessário um contrato escrito. cremos que os tratos eram estabelecidos pelos costumes e um contrato verbal acabava por resolver tudo. Até porque boa parte dos trabalhadores era nascida na região. Como veremos no próximo capítulo, acreditamos que havia um

²⁷³ Annaes da Assemlea Provincial de Pernambuco. Sessão de 02 de abril de 1889, Recife, Typographia Universal, 1889, p.56.

²⁷⁴ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O engenho de açúcar no nordeste*. Op. Cit. p. 31

²⁷⁵ SARAÚSA, Carmen. “El análisis histórico Del trabajo agrário: custiones recientes”. *História Agrária: revista de agricultura e história rural*. SEHA – Seminário de História Agrária, Editada en la Universidad de Murcia, n° 22, agosto 2000, p.90.

conhecimento dos bons e dos maus patrões e em quem poderia se confiar ao firmar tratos sem a necessidade de um contrato escrito.

3.6 Formas de persuasão e controle dos trabalhadores

Do perfil dos trabalhadores, passa-se ao conjunto de procedimentos de controle dos movimentos e do trabalho. É sobre esse perfil abrangente, geral, da população trabalhadora dos engenhos que o controle incide.

Os senhores de engenho ficaram atentos aos projetos, aos debates e à atuação dos escravos e libertos ao longo da década de 1880, notadamente, nas questões que envolveram o fim da escravidão na lavoura açucareira. Eles protagonizaram maneiras de gerir e de controlar o trabalho dos cativos e ex-cativos, com o objetivo de fazer prevalecer os interesses senhoriais e preservar a força de trabalho sob sua tutela. Temos, por exemplo, a lei do ventre livre, que garantia aos proprietários a guarda dos ingênuos até os 21 anos de idade. Medidas como essa foram adotadas para reafirmar direitos senhoriais sobre escravos e para conduzir os libertandos, considerados por alguns contemporâneos como despreparados para a liberdade. A situação da província pernambucana nas últimas décadas do século XIX não se resumia às questões levantadas pela Abolição. A economia açucareira estava enfraquecida, obrigando os plantadores a aumentar o uso da mão de obra e reduzir o salário pago aos diaristas.²⁷⁶ No dia a dia dos engenhos, diversas estratégias foram implementadas para garantir a estabilidade da força de trabalho na região.

O trabalho na lavoura canavieira, durante o período da safra, exigia que os seus trabalhadores fossem submetidos a rígidas disciplinas de trabalho. A pessoa responsável por supervisionar todas as atividades ligadas ao serviço do eito no interior dos engenhos era o feitor e essa nomenclatura permaneceu no período pós-abolição, pelo menos na documentação por nós acessada.

Os feitores possuíam diversas atribuições no exercício de suas funções. Entre elas, a de expulsar escravos fugidos oriundos de outras propriedades, manter a organização dos trabalhos e competia também a ele zelar pela conservação dos equipamentos e da estrutura física do engenho. De acordo com o Barão de Goicana, um feitor teria de ter uma postura

²⁷⁶ ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. *Legalidade e autoridade: a implantação da República no Estado de Pernambuco (1889-1893)*. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 2009.

enérgica, notadamente, quando gerisse os serviços desempenhados por pessoas livres.²⁷⁷ O feitor tinha um papel chave para conduzir as tarefas do engenho podendo, inclusive, executar expulsões ordenadas pelo dono do engenho com a prerrogativa de usar de violência contra os trabalhadores. Nem sempre os feitores agiam conforme a lógica senhorial, por vezes eles escondiam as pequenas transgressões dos trabalhadores sob seu comando e assim impediam represálias senhoriais sobre os que cometiam furtos ou se afastavam do trabalho por alguma razão.

O feitor tinha que executar as ordens do proprietário, chamar a atenção dos trabalhadores que porventura estivessem dispersos e não cumprissem com suas obrigações. Todas essas responsabilidades demonstram uma tentativa de controlar as tarefas realizadas pelos trabalhadores, ou melhor, desejava-se demarcar de forma clara a separação entre tempo de trabalho e tempo livre. Desse modo, evitavam-se eventos que atrapalhassem o descanso dos trabalhadores no interior das propriedades agrícolas. As autoridades empenharam-se para que seus dirigidos se tornassem trabalhadores livres laboriosos, bem comportados. Procurava-se inculcar o hábito do trabalho disciplinado e regular entre os trabalhadores, pois, estando mais descansados, teriam melhor desempenho no serviço.

As pessoas responsáveis pela gerência dos trabalhadores nos engenhos barganhavam bom comportamento dos seus subordinados ao “ceder” autorização para que à noite eles realizassem reuniões. E, desse modo, pretendiam ganhar a gratidão dos trabalhadores que deveriam retribuir também com bom comportamento. Sendo assim, eles se reuniam nos locais de moradia para conversar, cantar, brincar, dançar e consumir bebidas alcoólicas. Tais reuniões por vezes terminavam com o envolvimento em brigas e confusões. Mas também, nessas ocasiões, poderiam desenvolver um senso de comunidade ou identidade, como a de trabalhador de engenho que passava pelas mesmas agruras.

As reuniões, algumas delas festivas, nem sempre acabavam de forma cordial, mesmo entre pessoas que tinham uma relação mais próxima, dentro ou fora do ambiente de trabalho. Por exemplo, em fevereiro de 1877, Simplício dos Santos e Manoel Francisco de Santana, moradores do Engenho Amizade, em Escada, saíram juntos para um divertimento

²⁷⁷ GOUVÊA, Fernando da Cruz. “O Barão de Goicana e seu Diário”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Vol. L, Recife, 1978, p. 187.

no Engenho Soledade em Ipojuca e, sem motivo justificado, os dois brigaram e se agrediram com facadas e cacetadas.²⁷⁸

Durante o tempo de folga, os trabalhadores livres e libertos, antes de 1888 e depois da abolição, aproveitavam para se socializar com familiares e amigos, cultivar roças, viajar além dos limites dos engenhos, receber pagamento por trabalho extra, ou participar de festa com música e dança.

Embora essas atividades tivessem propósitos e funções diversas, essas ocasiões serviam para reforçar as relações sociais e para se falar de assuntos cotidianos. Entretanto, não devemos ignorar a importância desses momentos de sociabilidade, pois eles poderiam ser politicamente perigosos se o cenário apropriado surgisse para traduzir ideias em ações.

No contexto social do final da escravidão e da ampliação da incorporação de formas de trabalho livre, emergiu a questão do controle sobre o tempo e a mobilidade dos trabalhadores livres. Essa mudança pode ser analisada no mesmo sentido proposto por Thompson, que argumentou que a mudança social ocorrida com a introdução da organização da produção capitalista impôs uma severa reestruturação dos hábitos de trabalho, produzindo novas disciplinas orientadoras das atividades dos trabalhadores, em especial dos ritmos de trabalho e da noção do tempo.²⁷⁹

De acordo com Robert Slenes, para quem viveu no final do século XIX, o disciplinamento do trabalhador livre não acontecia segundo um processo natural, mas dependia da tutela da burguesia e do Estado.²⁸⁰ O autor menciona ainda que:

Na Europa e nos Estados Unidos nesse período, os grupos dominantes e os intelectuais e profissionais a eles ligados elaboraram estratégias para levar a “disciplina ao domicílio”, como parte de uma tentativa de criar novos valores entre as classes populares, permitindo dessa forma um controle mais eficaz sobre seu trabalho.²⁸¹

Slenes apontou para as mudanças nas ações disciplinares vividas no Brasil em fins do século XIX, notadamente no processo que comportou práticas de trabalho escravo e de

²⁷⁸ Ofício da Delegacia de Escada 05 de fevereiro de 1877, folhas sem numeração, Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada, nº 130 (1877-1887), APEJE.

²⁷⁹ THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. *Costumes em comum*. São Paulo: Schwarcz, 1998.

²⁸⁰ SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.141.

²⁸¹ Idem.

trabalho livre, que sem dúvida, contribuíram para a conformação social do trabalhador nacional.

O segundo elemento que nos leva a crer que nos estabelecimentos produtores de açúcar buscava-se controlar o tempo livre dos trabalhadores é o fato de o feitor morar próximo às residências reservadas aos trabalhadores. Os alojamentos tornaram-se importantes locais de conagração e discussão entre os empregados dos engenhos. Nesse espaço, os trabalhadores expunham suas insatisfações uns aos outros e pensavam em alternativas para os seus problemas. Além de um local físico, o alojamento também é um local social, ou seja, um espaço destinado para o descanso e o controle dos trabalhadores. O feitor tinha ainda que garantir a vigilância do alojamento, o silêncio durante o período de descanso, proibir a ingestão de bebidas alcoólicas, punir os trabalhadores que desrespeitassem as normas estabelecidas, tudo isso para garantir a produtividade dos trabalhadores.

A regularidade na escrita da palavra “feitor” não nos dá a dimensão dos movimentos dos seus significados ao longo do tempo. Ser feitor antes e depois da abolição, de acordo com os ofícios policiais e processos judiciais, apresentou mudanças no comportamento de quem exercia esta função junto aos sujeitos do seu entorno. Tal ocupação não foi exercida de maneira constante, mas seguramente nos dois momentos ser feitor comportava exercer grande autoridade sobre os seus subordinados, vigiar e gerir os seus trabalhos. Luiz Alberto Couceiro, por sua vez, argumenta que durante a escravidão os feitores tinham liberdade para punir os escravos com maior violência, já para os homens livres outras regras de negociação das condições de trabalho eram utilizadas.²⁸² Supomos que a diferença se deu na diminuição da possibilidade de se punir os trabalhadores com castigos físicos mais severos no pós-abolição. Por fim, tal designação ocupacional comportou novos significados ao longo do tempo e articulou-se de acordo com as mudanças que as relações sociais operaram.

As festividades e os hábitos de lazer como os jogos de azar, o consumo de bebidas em excesso faziam parte da vida social dos trabalhadores, no entanto eram consideradas prejudiciais para o andamento das atividades laborais. Quando as atividades do tempo de

²⁸² COUCEIRO, Luiz Alberto. “A disparada do burro e a cartilha do feitor: lógicas morais na construção de redes de sociabilidades entre os escravos e livres em fazendas do Sudeste, 1860-1888”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2003, V. 46, n. 1.

lazer ocorressem, deveriam ser autorizadas, controladas e, em algumas ocasiões, foram propiciadas pelos proprietários das unidades agrícolas.²⁸³

Outra forma de controle utilizada nos engenhos eram as punições. As penalizações variavam e os desviantes podiam receber penas menos rigorosas, por exemplo, ser chamado à atenção. As mais severas poderiam resultar no não recebimento do pagamento pelas atividades realizadas, a dispensa do trabalho atual ou até a perda do local de moradia. A concessão de moradia e a ameaça de supressão dessa permissão poderiam servir como objeto de pressão a ser exercida no caso de desobediência a certas regras.

Isso pode ser observado na história de um morador do Engenho Prazeres, propriedade de Agostinho Alves de Barros. O senhor do engenho, tendo conhecimento de que um morador praticava furto, dirigiu-se a casa dele primeiro para adverti-lo do seu mau procedimento e aconselhá-lo a mudar de conduta. Caso contrário, não continuaria a morar no engenho.²⁸⁴

Os jornaleiros migrantes que trabalhavam nos engenhos durante a safra de cana-de-açúcar tinham que arranjar um lugar para morar enquanto estavam fora de suas localidades de origem. Ceder um alojamento acabava sendo um bom negócio para os donos dos engenhos. Dessa forma, os senhores teriam um contingente de trabalhadores com alguma experiência com a lida a sua disposição em qualquer dia e horário.

As senzalas dos engenhos, mesmo depois da abolição, serviram como moradias para os trabalhadores. No processo judicial em que a senzala foi mencionada, esse espaço serviu como local de moradia para trabalhadores de temporada e solteiros.²⁸⁵ A terminologia senzala, para indicar o alojamento dos trabalhadores residentes nos engenhos, permaneceu no imediato pós-abolição, sugerindo que os trabalhadores dos engenhos que residiam nestes espaços ocupassem posições “baixas” nessa sociedade.

As modalidades de habitação podiam ser as senzalas ou os casebres espalhados pelo engenho. Gileno de Carli, em 1940²⁸⁶, observou que as moradias dos homens que viviam

²⁸³ BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Capitães e Mateus: relações sociais e culturas festivas e de luta dos trabalhadores dos engenhos da mata norte de Pernambuco (Comarca de Nazareth – 1870/1888)*. Tese de Doutorado, Campinas, SP, 2011.

²⁸⁴ Ofício da Delegacia de Escada 11 de novembro de 1878, folhas sem numeração, Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada, nº 130 (1877-1887), APEJE.

²⁸⁵ Juízo de Direito. Autora – A Justiça Pública Reu – Jeronymo Leonardo da Silva. Ipojca, 1889, MJPE.

²⁸⁶ DE CARLI, Gileno. *Aspectos açucareiros de Pernambuco*. Rio de Janeiro, s.n., 1940.

nas lidas dos canaviais ainda eram semelhantes às senzalas do tempo do cativo. Em alguns engenhos, as senzalas foram construídas no estilo barracão ou eram pequenas casinhas; em outros engenhos podiam coexistir os dois tipos de construção. O referido autor apresentou em seu livro uma foto de uma moradia de trabalhadores de engenho, que ele indica como sendo uma espécie de senzala com elementos africanos.

Figura 8: Casas de trabalhadores dos engenhos.



Fonte: DE CARLI, Gileno. *Aspectos açucareiros de Pernambuco*. Rio de Janeiro, s.n., 1940, p.27.

Os trabalhadores locais deviam possuir uma casa modesta, com piso de terra batida, semelhante à foto apresentada no livro de Gileno de Carli. Em suma, os lugares e as condições onde habitavam os trabalhadores dos engenhos, fossem eles temporários ou permanentes, eram parecidos com as residências dos escravos.

De acordo com Manoel Correia de Andrade, os viajantes que estiveram pelo Norte do Brasil, no início do século XIX, e passaram pelos engenhos açucareiros observaram a existência de um número significativo de trabalhadores conhecidos como moradores. Os proprietários cediam a esses trabalhadores uma pequena extensão de terra nas áreas periféricas dos engenhos, denominados sítios, e também o direito de construir uma casa e de cultivar gêneros alimentícios ou ainda cana-de-açúcar para ser fornecida ao engenho. Em contrapartida, tais homens e mulheres deviam trabalhar de três a quatro dias semanais no engenho em períodos normais e com uma dedicação mais intensa nos períodos do corte e moagem da cana.²⁸⁷

A concessão de moradias no interior dos engenhos para seus trabalhadores foi possível, segundo Cristiano Christillino²⁸⁸, por conta da disponibilidade de terra livre dentro das áreas canavieiras. O autor questiona o que faziam os senhores de engenho com 80% de suas terras, já que somente 20% delas eram utilizadas no cultivo da cana. Provavelmente, grande parte destas terras ociosas foi utilizada para garantir maior fidelidade dos trabalhadores, por meio da concessão de moradia. No contexto de final do regime imperial e da implementação da República, as relações de dependência e poder tiveram de ser rearranjadas. As elites políticas que disputavam o poder, influenciadas pelas oscilações na economia, readaptaram as relações de mando e dependência.

O sistema de moradia estabelecido nas últimas décadas do século XIX permitira, sob novas bases, a manutenção do poder dos senhores de engenho sobre a mão de obra. De acordo com Moacir Palmeira, nos engenhos do Nordeste, no século XX, a permissão para morar em uma casa e para pequenos cultivos dentro do engenho trazia junto a obrigação de prestação de trabalho. Diante da iminência da abolição da escravidão em 1888, o grupo senhorial temia não poder mais contar com o serviço leal e devotado dos escravizados e de seus dependentes. Tal prática visava evitar que, a qualquer insatisfação, os empregados abandonassem os postos de trabalho na lavoura. Para manter os laços, mesmo que mais fracos, era necessário que patrões e empregados cumprissem minimamente suas obrigações. As relações clientelísticas, ou seja, o costume de trocar favores por obediência e lealdade

²⁸⁷ ANDRADE, Manoel Correia de. “Transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste açucareiro”. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo - USP, v.13, nº 1, 1983, p. 77.

²⁸⁸ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. “A Zona da Mara Pernambucana e a Serra Gaúcha: apontamentos sobre a estrutura fundiária em meados do século XIX”. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.30.2, Recife, UFPE, 2013.

foi um padrão estruturante do sistema de morada. Com isso não queremos dizer que nesse tipo de relação dispensasse concessões, acordos, e que os trabalhadores livres ficassem desprovidos de poder de negociação.

Nem sempre as lealdades foram respeitadas e, a depender dos interesses em jogo, os laços estabelecidos entre trabalhadores e senhores poderiam ser desatados. Esse foi o caso do preto Felipe Ferreira, que se dizia um trabalhador morigerado e que foi lavrador por 16 anos em um engenho no município do Cabo. O proprietário pediu que ele se retirasse da casa que ficava em terras do engenho para dar a outro morador. Felipe, tentando evitar a sua saída, lembrou que tinha sido escravo do pai do dono do engenho e que, mesmo alforriado, não quis abandoná-lo e, por gratidão, tratou dele até a morte. Ele tinha em mente que tanta dedicação poderia evitar alguns constrangimentos. Contudo, o preto Felipe não foi atendido e, quando cuidava de suas plantações, foi agredido e obrigado a se retirar da casa, pois o novo morador já se encontrava à porta, com todos os seus objetos, para se mudar²⁸⁹ Práticas como essa faziam parte do jogo de interesses e comportamentos em que aqueles que ocupavam posições de poder e status hierarquicamente superiores alijavam os trabalhadores rurais egressos do cativeiro e seus descendentes de “direitos” conquistados durante a escravidão. Talvez o liberto Felipe Ferreira não estivesse correspondendo às expectativas dessa rede hierárquica, e por isso perdeu o “direito” às concessões obtidas.

Existiam expectativas e obrigações de ambas as partes. Os moradores, ao trabalharem nos engenhos, esperavam em troca proteção e salário. Os senhores, por sua parte, exigiam a prestação de serviço contínuo e fidelidade.

A expectativa patronal era de dedicação absoluta ao trabalho, não permitindo indisposições e folgas. Como veremos no capítulo a seguir, os trabalhadores livres usufruíram da prerrogativa da mobilidade a fim de estabelecer e negociar novas relações de trabalho e tratamento, em uma sociedade ainda marcada profundamente pela escravidão. Os trabalhadores não aceitavam passivamente os excessos por parte dos seus patrões ou das pessoas responsáveis por gerenciar a sua lide, por isso indivíduos livres abandonavam seus postos quando julgavam que enfrentavam situações intoleráveis.

A relação dos agregados, por exemplo, supunha quase que inevitavelmente vínculo pessoal com o proprietário da unidade produtiva ou com uma família que residia nela,

²⁸⁹ *Jornal do Recife*, 14 de fevereiro de 1889, p.2. FUNDAJ.

dentro da lógica paternalista. A recepção de agregados e moradores atendia a múltiplos propósitos, a acumulação de mão de obra nos parece a mais evidente. Esses moradores podiam também cumprir a função de eleitores ou compor uma milícia particular. Qualquer que fosse a situação do agregado, as vantagens nesse tipo de vínculo eram mútuas, apesar de não excluir explorações e desmandos.

Para melhor entender as relações sociais e culturais de homens e mulheres que viviam no mundo dos engenhos da Mata Sul de Pernambuco do final do século XIX, vamos nos valer das experiências de solidariedade e de desarmonias experimentadas pelos trabalhadores dos engenhos.

3.7 Solidariedades e conflitos entre trabalhadores

As ligações de sangue, de amizade, religiosas ou de trabalho garantiam a formação de redes de solidariedade através das quais se transmitiam e distribuía recursos. Tais vínculos foram vivenciados pela proximidade geográfica das residências, por imposições dos vínculos familiares (nascimento, casamento, batismo) ou por afinidade, que eram reforçados entre pessoas de uma vizinhança.²⁹⁰ Em suma, essas interações familiares, de vizinhança e entre conterrâneos baseavam-se no sistema de reciprocidade e estruturavam as normas sociais.

As redes de solidariedade podem ser entendidas pela constituição do que Boaventura de Sousa Santos apontou como “redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocavam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade”.²⁹¹ Tais trocas ou ganhos não obedeciam à lógica da economia dominante; ou seja, mesmo quando eram materialmente proveitosas, não passariam do nível da subsistência e da proteção contra os rigores de uma economia voltada para outros grupos. Se a finalidade principal não era obter “lucros” financeiros acima das necessidades, é verdade que por meio dos vínculos familiares e das relações de

²⁹⁰ Sobre a formação de vínculos entre indivíduos com relações de parentesco real ou forjado no cotidiano ver: REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

²⁹¹ SANTOS, Boaventura Sousa (org.) *Portugal: um retrato singular*. Porto: Centro de Estudos Sociais e Edições Afrontamento, 1993.

amizade era possível conquistar ganhos advindos do pertencimento a um determinado grupo.

Consultando os processos judiciais, ficamos sabendo que a forma mais frequente para obter informações acerca dos entreveros ocorridos nos engenhos se dava porque todos se conheciam, conversavam e se observavam. O espaço social de vizinhança formava uma grande rede de cumplicidade, permeada por um conjunto de obrigações de ambas as partes, ou seja, dava direito a pedir “uma mão”, sempre que necessário. Essas relações pessoais podiam ser manipuladas para alcançar fins e solucionar problemas. Salvo em momentos de desacordos e conflitos, em que os vínculos podiam variar conforme os contextos e circunstâncias.

As práticas de ajuda mútua se evidenciaram em diversos momentos. As redes de apoio e proteção permitiam aos trabalhadores e suas famílias driblarem as dificuldades, trocando e dispensando uma infinidade de favores como, por exemplo, ajuda com as tarefas domésticas, cuidado com os filhos, empréstimo de dinheiro ou fornecimento de informações e refeições. Uma rede colocava a “salvo” os seus membros. Não queremos com isso dizer que as redes de apoio tivessem apenas o caráter utilitarista, com o objetivo de obter acesso a recursos materiais e sociais. Muitas vezes, estar integrado a um grupo de relações de solidariedade familiares e horizontais significava receber um afeto que não estava vinculado ao proveito de quaisquer bens.

Os momentos de dificuldades propiciavam a circunstância ideal para a criação ou reafirmação de laços entre a vizinhança moradora dos engenhos, com demonstrações de proteção, de lealdade e de apoio.

Uma das provas mais evidentes da inserção em uma rede de apoio que encontramos nos processos são os relatos que buscavam informar sobre a conduta do réu ou da vítima. Nos depoimentos presentes nos processos judiciais, encontramos testemunhas falando sobre o bem de um vizinho e mobilizando símbolos importantes como bom comportamento e trabalho morigerado, considerado moralmente elevado e oposto à marginalidade. A menção ao trabalho era crucial na defesa dos acusados, como se isso, por si só, indicasse que ele não praticasse crimes.

Notamos isso no processo em que Fuão Biserra, trabalhador de enxada do Engenho Gaipió, foi acusado de ter ferido Francisco Martins de Oliveira, também trabalhador do dito

engenho. O agricultor José Victorino da Silva, morador do Povoado de Ipojuca, disse em seu depoimento que Biserra era homem trabalhador e pacato, e que ele só teria cometido esse delito por ter recebido alguma provocação.²⁹²

Outro exemplo está no testemunho do agricultor Manoel Francisco da Cruz que, em seu relato, disse que o pedreiro Epiphanio Cesar da Silva surrou o menino José, crime pelo qual era acusado, porque a criança era bastante vadia e peralta. Outra testemunha disse que o pedreiro era homem laborioso e de bom costume.²⁹³ Em suas falas as testemunhas visivelmente tinham a intenção de isentar Epiphanio da culpa.

O companheirismo criado no âmbito de trabalho poderia ser visualizado também no momento de morte. Um grupo de trabalhadores do Engenho Braço do Meio, no Município de Escada, foi buscar o corpo de um companheiro que havia falecido no Engenho São Vicente, localizado em Sirinhaém, onde o finado estava morando, para ser sepultado entre seus parentes em Escada.²⁹⁴

A mobilidade territorial fez, por um lado, com que os indivíduos perdessem alguns laços com seu grupo de origem, mas por outro, a migração levou-os a se integrarem de diferentes formas e construir vínculos comunitários na sociedade envolvente, mesmo com deslocamentos de curta distância. O processo migratório, como veremos no próximo capítulo, mobilizava parentes, amigos e conterrâneos. Certamente, para muitos, a decisão de migrar se apoiou na existência de um ponto de chegada estável. O estabelecimento de pequenas comunidades de indivíduos oriundos de uma mesma cidade ou engenho favoreceu uma ligação estreita e continuada entre os migrantes.

A ligação entre vizinhos era bastante importante, pois devido às relações de solidariedade tecidas entre eles, brigas foram apartadas, feridos foram socorridos e a polícia foi chamada para solucionar alguma questão. Como no caso da costureira Antonia Theodora, já mencionado anteriormente, que, em 1885, foi agredida por cobrar pelo serviço de costura realizado para um rapaz chamado Francisco Peregrino, ambos eram moradores do Engenho Mercês. Assim que começou a bradar por ajuda, Theodora logo foi auxiliada

²⁹² Subdelegacia do 3º Distrito Policial do Termo de Ipojuca. (Inquerito Policial). Autuamento de uma portaria do Subdelegado do terceiro distrito deste termo, para o fim de se proceder a um exame na pessoa de Francisco Martins d'Oliveira. Ipojuca, 1887, MJPE.

²⁹³ Autuamento de um inquérito policial procedido pelo Subdelegado do 2º Distrito deste Termo. Ipojuca, 1885, MJPE.

²⁹⁴ Ofício da Delegacia de Sirinhaém 21 de setembro de 1892, folhas sem numeração, APEJE - Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Sirinhaém, nº 370 (1890-1907).

pela vizinha, também costureira, a liberta Maria do Rosário. Em seu depoimento, Maria do Rosário disse que largou as costuras que estava fazendo e correu para safar a vizinha do ataque que estava sofrendo:

Disse que sendo vizinha de Antonia Theodora de Jesus, e estando ela testemunha em casa ouviu gritos que pediam socorro e saindo para fora de casa viu que era na casa da referida Theodora de Jesus, e seguindo imediatamente para lá ainda encontrou Francisco Peregrino Teixeira espancando Antonia Theodora de Jesus, e ela testemunha perguntando ao referido Teixeira se queria matar a mulher, ele correu.²⁹⁵

Os gritos de socorro de Antonia Theodora também mobilizaram outros vizinhos, moradores do Engenho Mercês, como a costureira Paulina Maria da Conceição, o olheiro Joaquim Coelho de Mello e outros vizinhos que foram conferir o alarido. A vítima relatou na delegacia que, diante de sua cobrança, Teixeira tratou de bater nela com um cacete, e ele disse para sua vizinha que iria “ensinar essa mal criada”. Uma das testemunhas disse ainda que, por conta do espancamento, Theodora “continua[va] doente e de cama, sem poder prestar serviço de qualidade alguma”. Certamente para atravessar esse momento, Theodora deve ter sido ajudada por seus vizinhos. O auxílio imediato era um dos efeitos que as relações de solidariedade produziram no cotidiano das pessoas. Enfim, as relações de vizinhança possuíam um significado social expressivo e associavam-se a um sistema de camaradagem e ajuda recíproca. Apesar da ideia de um ajustamento tácito entre vizinhos e parentes, tais relações não estavam isentas das desarmonias. As interações não se estabeleceram apenas para realizar trabalhos que necessitavam de maior número de pessoas ou da precisão de sujeitos com habilidades para realizar tarefas específicas. Mas também para aqueles que necessitavam de assistência imediata para garantir que sua vida não fosse ceifada por conta de violências sofridas.

A manutenção em uma rede de relações pressupõe a prática, ao longo do tempo, de um repertório de ações e papéis a serem desempenhados, como conversas, visitas, episódios de envolvimento, refeições, festas, entre outros atos.

²⁹⁵. Juízo municipal e do (...). Sumario crime Autora – justiça publica Réu – Francisco Peregrino Texeira. Ipojuca, 1885, MJPE.

No que diz respeito às relações forjadas entre indivíduos e grupos, a convivência e o clima nem sempre foi tão harmonioso, existiram tensões, diferenças e rivalidades. Como veremos a seguir.

Em novembro de 1887, estavam sentados em uma moita de bambus próximo ao Engenho São Pedro a escrava Francisca e o pardo acanelado Joaquim Estrela.²⁹⁶ Nessa ocasião passou pelo local José Gaiola e Manoel Espanhol e que teria perguntado a escrava:

... “se estava ou não pelo trato que haviam feito pela manhã”, ao que esta respondeu-lhe que estava certa do contrato, mas que deixasse para outra ocasião, porque naquela, não podia: em vista desta resposta, José Gaiola que achava-se um pouco senão completamente embriagado, arremessou-se sobre a dita escrava...²⁹⁷

Joaquim Estrela tentou defender a escrava e acabou ferindo fatalmente José Gaiola. Segundo Manoel Espanhol, a desavença foi gerada por conta de um acordo desfeito. A quebra de valores considerados importantes na regulamentação das relações entre vizinhos ou amigos poderiam gerar tensões entre eles. É o que pode ter se passado e desencadeado o acontecimento narrado. Porém, outra testemunha, Manoel Cyrillo, agricultor, ressaltou que a agressão ocorreu como resultado do excesso do consumo de bebidas.

Esse caso poderia ser entendido como mais um conflito desencadeado pela bebida, pois outras testemunhas frisaram este aspecto. No entanto, a quebra de um compromisso firmado entre vizinhos podia ser visto como falta de consideração e desrespeito, resultando em desavenças e agressões. Contudo, como apontou Fernando Teixeira, que estudou o universo masculino dos trabalhadores do porto, essas atitudes violentas podem ser entendidas como maneira de reforçar hierarquias e expressar masculinidade. Esse tipo de comportamento era informado por um sistema de valores em que a demonstração de valentia, agressão e coragem eram legítimas.²⁹⁸

Os ofícios policiais de fins do século XIX consultados nos informam sobre brigas entre trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul. Em setembro de 1890, ocorreu um conflito entre Ignacio Menelio e Manoel Francisco do Nascimento por conta da disputa pela posse de peixe que havia sido pescado mais cedo. Tal entrevero acabou na morte de

²⁹⁶ Subdelegacia do 2º Distrito de Ipojuca. Inquérito Policial Instaurado contra Joaquim José, vulgarmente conhecido por Joaquim Estrela, por ter com uma faca assassinado a José Gaiola. Ipojuca, 1887, MJPE.

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ SILVA, Fernando Teixeira da. Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos. BATALHA, Claudio H. M.; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.) *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

Manoel Francisco de Araújo que foi apartar a briga.²⁹⁹

No Engenho Limeira, em 1891, Pantalião José Florêncio brigou com José Fernandes por tê-lo encontrado conversando a sós com sua amásia. Desse conflito, resultou sair José ferido com uma facada e Maria, sua amásia, com um golpe de foice na cabeça.³⁰⁰

Não havia unidade entre os trabalhadores dos engenhos. Exercer atividades de trabalho no mesmo espaço, sob condições similares, tal situação por si só não garantia que os indivíduos agissem com harmonia de interesses e partilhassem vínculos amistosos.

Uma matéria do Jornal *Gazeta da Tarde*, de 28 de abril de 1891, menciona uma briga entre os trabalhadores do Engenho Dois Mundos, Isidoro de tal e Vicente de tal, ocasionada, segundo o articulista, por conta da embriaguez.³⁰¹ Na segunda metade dos oitocentos, notícias sobre conflitos como esse forneciam argumentos para criar uma imagem a respeito do desvio de conduta desses trabalhadores que diferia do modelo de trabalhador ordeiro idealizado.

Os episódios acima citados são exemplos dos conflitos internos entre os trabalhadores dos engenhos. As clivagens entre os trabalhadores eram muitas, desde a cor, de status jurídicos entre escravos e livres, de gêneros, de hierarquias profissionais, entre locais e forasteiros ou da forma como se acessavam as benesses. Os conflitos registrados nos ofícios policiais e nos processos judiciais quase sempre tinham, entre os motivos deflagradores, a embriaguez. Por vezes a justificativa para o estopim de um conflito era o consumo de bebida alcoólica, mas podemos desconfiar que desarmonias anteriores fossem a causa de agressões. Querelas causadas por bebedeira poderiam terminar sendo um elemento catalisador de tensões latentes que estavam ligadas as noções de honra, valentia e hierarquias sociais.

A experiência desses trabalhadores não se resumiu a brigas. As fontes sinalizam para outras vivências das populações dos engenhos, para além do cotidiano de trabalho. Encontramos indicações de festejos que eram brincados pelos trabalhadores da cana, como os sambas. Frequentemente, esse ajuntamento mantinha uma noção de coletividade. Como

²⁹⁹ Ofício da Delegacia de Escada 22 de setembro de 1890, folhas sem numeração, APEJE - Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada, nº 131 (1888-1899).

³⁰⁰ Ofício da Delegacia de Escada 15 de outubro de 1891, folhas sem numeração, APEJE - Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada, nº 131 (1888-1899).

³⁰¹ Ofício da Delegacia de Ipojuca 05 e 08 de maio de 1891, folhas sem numeração, APEJE - Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Ipojuca, nº 206 (1891-1903).

apontou Beatriz Brusantin,³⁰² escravos, livres e libertos se reuniam e realizavam festas e algumas delas ressignificavam a sua realidade.

De acordo com Brusantin, as músicas e as danças presentes nas reuniões dos trabalhadores dos engenhos eram plenas de significados e conotações sociais, traduzindo, muitas vezes, conquistas, labutas, desejos, frustrações e tensões existentes no dia a dia dos trabalhadores.³⁰³

Os trabalhadores da cana poderiam dispor do seu tempo livre para participar de sambas, eventos que congregavam música, dança e, por ser uma prática social disseminada, o consumo de bebida alcoólica. O samba foi muito praticado nas senzalas dos engenhos como atividade de lazer. Em 1889, na senzala do Engenho Gaipió, trabalhadores dançavam até que o divertimento foi interrompido pela discussão entre Jerônimo Leonardo e o estribeiro Manoel Gerente.³⁰⁴ A discussão, segundo uma testemunha, começou por conta dos comentários sobre a prisão de um outro camarada de trabalho. Com o avançar da contenda, Jeronimo dirigiu pilhérias e insultos ao estribeiro, que tratou de responder no mesmo tom.

Não sabemos exatamente quais foram as expressões utilizadas para ofender Manoel Gerente a ponto de ele dar uma cacetada com o cabo de uma enxada no seu companheiro de trabalho. Mas é plausível supor que, por conta do passado então recente de escravidão, Manoel Gerente, que era ex-escravo, pode ter sido alvo de ofensas referentes a sua antiga condição. Jeronimo Leonardo, por outro lado, era conhecido como rusguento e não aceitava ser repreendido por ninguém, e podemos imaginar que não tenha gostado de ser chamado a atenção por um liberto. O subdelegado informou que Manoel Gerente era ex-escravo, turbulento e já tinha sido recolhido à Casa de Detenção.

A ênfase dada a questão do acusado ter sido cativo deixa entrever uma possível rivalidade entre trabalhadores do mesmo ofício que ocupavam posições sociais distintas naquele grupo. Em algumas ocasiões, trabalhadores brancos ou de pele mais clara, para se firmarem como socialmente superiores, atribuíam critérios depreciativos aos homens de cor. Podemos acrescentar que os homens inquiridos no processo eram quase todos solteiros

³⁰² BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Capitães e Mateus*. Op. Cit.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ Appellação crime do Jury da Cidade do Cabo. Apelante – o Dr. Juiz de Direito. Apelado – Jeronimo Leonardo da Silva. Ipojuca, 1889, MJPE.

e de outras províncias e cidades. O réu, por exemplo, era da Cidade de Buíque, Sertão pernambucano. Ele morava no engenho há 3 meses, desse modo, suas relações no local ainda não eram sólidas. Ter redes de amizade e proteção bem estabelecidas era importante para se safar de complicações. Apesar das semelhanças culturais entre os trabalhadores de longe e os trabalhadores locais, conflitos ocorreram entre esses grupos. As hostilidades poderiam ser fruto das disputas por melhores ocupações nos engenhos, por conta da atenção de uma mulher ou ainda por conta do racismo.

Esse tipo de incidente, segundo o delegado, ocorria nos engenhos “onde reina em profusão aguardente” e os envolvidos quase sempre estavam embriagados. O que, na visão do subdelegado, poderia prejudicar o bom andamento das atividades laborais, além de semear a discórdia entre os trabalhadores. A sociabilidade masculina estava estreitamente ligada ao consumo de bebidas alcoólicas e, desse modo, ela deveria estar bastante presente nos momentos de conversa e reunião dos trabalhadores dos engenhos após as atividades de trabalho.

Casos como esse forneciam argumentos suficientes para que as autoridades, tanto policiais quanto as existentes no engenho, tentassem disseminar o hábito do trabalho disciplinado e regular entre os trabalhadores dos engenhos. Deviam ser evitadas situações que alterassem negativamente a produção de açúcar. Nesse caso, o feitor havia passado no começo da reunião para lembrar que não deveriam ocorrer confusões e nem ser consumida bebida alcoólica.

Os trabalhadores dos engenhos em fins dos oitocentos eram uma força de trabalho explorada que viveram experiências de disciplinamento, solidariedades, rivalidades e cizânias ligadas ao trabalho e ao lazer. Muitos deles vivenciaram de forma bastante tênue as fronteiras entre a escravidão e a liberdade. E desse modo, o fato de pessoas de *status* jurídicos diferentes trabalharem lado a lado fazia com que tivessem de enfrentar alguns problemas conjuntamente. As sociabilidades vinculadas às condições de moradia, diversão e trabalho faziam parte de sua experiência de nossos personagens como trabalhadores.

CAPÍTULO 4

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA LIBERDADE

Este capítulo versa sobre a mobilidade geográfica experimentada pelos trabalhadores dos engenhos, antes e depois do 13 de maio de 1888. Também trata da vivência da liberdade para os ex-escravos trabalhadores dos engenhos na Mata Sul de Pernambuco, após o 13 de maio de 1888. Os processos judiciais permitem entrever fragmentos da vida dos homens que laboravam nos engenhos e observar como a experiência da liberdade ocorreu em meio a desafios para firmar-se enquanto livre e driblar a exclusão. O legado dessas experiências é difuso, mas deixou algumas pistas. Também tomamos como fonte de informação sobre o passado aqui analisado os relatos memorialísticos produzidos por ex-senhores e os processos judiciais, para tentar entrever a experiência dos libertos trabalhadores dos engenhos.

4.1 Motivos para migrar

Manoel do Ó, ao narrar sobre sua vida, disse que nasceu em 1869 em Ipojuca como homem livre e que começou a trabalhar nos canaviais com 12 anos de idade.³⁰⁵ Nesse relato, Manoel do Ó informou que o trabalho no canavial do Engenho Salgado era opressor. Cremos que essa expressão faça referência às lides do canavial, que eram pesadas e exigiam trabalho disciplinado e constante durante a safra. Disse mais que, em 15 anos, mudou de emprego 36 vezes, quase todos em usinas, até que em 1896 conseguiu emprego na ferrovia da Usina Bom Jesus como foguista. Segundo Manoel a ferrovia foi o lugar onde ele encontrou um certo tipo de liberdade³⁰⁶.

Esse breve fragmento da vida de um trabalhador de engenho exemplifica uma das possibilidades para os sujeitos que viviam das lides nas plantações de cana. O movimento era uma característica desses trabalhadores. Eles circulavam entre engenhos na expectativa

³⁰⁵ Alceu Amoroso Lima entrevistou Manoel do Ó para escrever o livro, mas essa narrativa, contudo, estava repleta de divagações militantes do redator. Alceu Amoroso reconstruiu a história de vida de Manoel do Ó em encadeamentos lógicos e que o ligava desde a infância até a idade adulta ao movimento operário. Ó, Manoel do. *100 anos de suor e sangue – homens e jornadas da luta operária do Nordeste*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

³⁰⁶ Idem.

de encontrar menos violência por parte dos proprietários e seus potentados e na busca de melhores condições de vida. Eram movimentos constantes e regulares, pois obedeciam ao calendário do plantio e da colheita da cana. Muitos desses homens saíram de suas cidades e se estabilizaram em novos lugares e outros, após o término das atividades, regressaram ao local de origem. Na realidade, não houve regras fixas e sim uma diversidade de opções que eram exercidas de acordo com as possibilidades e necessidades de cada indivíduo ou de sua família.

Esses deslocamentos permaneceram e ganharam maior fôlego ao longo do século XX e a Zona da Mata Sul continuou sendo área de atração de migrantes por conta da lavoura de cana. Através de uma entrevista concedida ao historiador Edson Silva uma migrante lembrou-se do vai e vem típico do trabalho nos engenhos. Dona Severina Raimundo da Conceição, com 70 anos de idade, afirmou que seus antepassados eram de Pesqueira, cidade da região agreste do estado. Dona Severina nasceu em Agrestina, de onde com oito anos de idade migrou com seus pais para São Benedito do Sul. Eles trabalhavam durante a safra da cana-de-açúcar e na entressafra voltavam para Agrestina ou Pesqueira.³⁰⁷ A partir desse pequeno relato, é possível supor que, em alguns casos, era necessário complementar a renda para sobreviver, ocupando-se nos canaviais no período da safra. Embora essa evidência se refira a década de 1940, é provável que este tenha sido o quadro mais geral que orientou o deslocamento dos migrantes sazonais. A diferença mais perceptível no fluxo migratório dos trabalhadores livres e escravos para os engenhos era que os primeiros poderiam escolher para qual unidade produtiva ir, já os escravizados, apesar das margens de negociação, não possuíam tanta autonomia para eleger qual cidade ou engenho iriam se instalar. Já com o fim da escravidão, em 1888, todos os trabalhadores dos engenhos eram livres para escolher seus destinos, embora o período do plantio de cana, com maiores oportunidades de ocupação, continuasse a influenciar no deslocamento para os engenhos da Mata Sul. Os senhores de engenhos, por sua vez, tiveram que elaborar estratégias para atrair trabalhadores para ocuparem-se temporariamente ou fixar moradia ou em suas propriedades.

³⁰⁷ SILVA, Edson. “Os Xukuru e o sul: migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas”. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica* - N. 26-2, 2008.

Sabe-se que os movimentos migratórios de indivíduos e grupos foram e são parte da história da população do interior. A mobilidade dos trabalhadores de áreas rurais não é novidade do período pós-abolição. Ela já existia na época colonial, embora como uma característica da população pobre livre, como atestou Sheila de Castro Faria, e essa experiência respondia a realidades econômicas e políticas de cada período, a escolhas particulares e a necessidades individuais, embora conjunturas específicas tendessem a unificar o movimento como grandes secas e o períodos das safras de determinados produtos agrícolas.³⁰⁸

O deslocamento entre cidades era bastante comum durante a escravidão, embora haja dificuldade em identificar os migrantes internos por ser esse um movimento populacional pouco documentado. Mas, após a abolição, tornou-se uma prática mais recorrente nas áreas rurais brasileiras, pois, para os libertos, o deslocamento significou uma forma de reafirmar a conquista da autonomia e da liberdade. Longe de ser um exercício idealizado da plena liberdade da pessoa em eleger seu lugar de residência e trabalho, a migração foi, com muita frequência, a resposta mais ou menos dotada de autonomia às condições de vida e de sobrevivência marcadas pela violência e pela opressão.³⁰⁹

A mobilidade espacial do escravo era limitada e vigiada. Em algumas ocasiões foi exigida uma permissão por escrito que especificava a autorização do senhor para seu trabalhador escravizado circular pela rua em horários e distâncias incomuns. Segundo Valéria Costa, em 1828, o presidente da Província de Pernambuco da época tornou obrigatório o uso de passaportes para os libertos circularem pelas estradas sem maiores problemas. Nesse documento, deveria ser registrado o roteiro e os lugares por onde passariam os negros. Em 1830, um decreto proibiu os forros africanos e os escravos em geral de transitar livremente fora da localidade onde residiam sem a posse de um passaporte³¹⁰. Medidas impetradas na primeira metade do século XIX pelo Estado logo foram incorporadas no cotidiano escravista pernambucano e comumente desconfiava-se de

³⁰⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento – Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³⁰⁹ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Pós-abolição na Bahia – Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus 1888/1930*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2012.

³¹⁰ COSTA, Valéria Gomes da. *Trajetórias Negras: Os libertos da Costa d'África no Recife (1846-1890)*. Tese de Doutorado UFBA, Salvador, 2013.

que mulheres e homens de cor fossem escravos ao chegarem aos locais em que não possuíam nenhuma rede de relações.³¹¹

A pecha de vadio pairava sobre as pessoas que fossem pegas em atos como perambular sem destino, jogar, estar envolvido em bebedeiras e não executar atividades laborais regulares na lavoura canavieira. A circulação de indivíduos em um mundo fortemente marcado pela escravidão por vezes resultou em constrangimentos e interdições no ir e vir dos homens de cor.

No período pós-escravidão, migrantes negros e mesmo os negros naturais da cidade, quando se movimentavam podiam ser presos sob suspeita de serem vagabundos. As relações de trabalho no limiar do novo regime político – a República – fez com que muitos sujeitos fossem impelidos a se empregar para não serem punidos com prisão³¹² ou com alistamento na Marinha como observou Álvaro Nascimento.³¹³ Mesmo não sendo exclusividade do período republicano, o recrutamento, que já era aplicado décadas antes, nos anos seguintes à instauração do regime republicano foi associado a outras medidas, visando garantir a continuidade dos trabalhos da lavoura³¹⁴. Isso porque os homens eram impelidos diante das atitudes das autoridades policiais a trabalhar nos canaviais sob ameaça de quando não tivessem ocupação certa ou honesta serem identificados como vadios e remetidos ao exército ou para a Marinha. Temos como exemplo o caso ocorrido em 1890, João Manoel de Souza foi preso em Ipojuca como vagabundo por viver de furto de canas, mandioca e outros itens. O delegado achou melhor remeter o “vadio” para a Escola de Aprendizes Marinheiros a fim de tornar útil um indivíduo de má conduta.³¹⁵

A migração envolvia a possibilidade de enfrentar um panorama desfavorável para encontrar ocupações. Ser forasteiro sem proteção era um risco, principalmente, para os

³¹¹ LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*, Tese de doutorado, UFPE, Recife, 2010. CHALHOUN, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. MACHADO, Maria Helena P. T. “Corpo, gênero e identidade no limiar da Abolição: A história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880)”. *Afro-Ásia*, 42 (2010).

³¹² MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. “Sobre cadeias e coerção: experiências de trabalho no centro-sul do Brasil do XIX”. *Revista Brasileira de História*, v. 64, p. 1-20, 2012.

³¹³ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra”. *Revista Estudos Afro-asiáticos*, n. 38, dez 2000.

³¹⁴ AVELINO, Camila Barreto Santos. *Novos cidadãos: trajetórias, sociabilidade e trabalho em Sergipe após a abolição (Cotinguiba 1888-1910)*. Dissertação de mestrado, UNEB, Santo Antônio de Jesus, 2010, p.49.

³¹⁵ Ofício da Delegacia de Ipojuca em 26 de junho de 1890, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Ipojuca, Nº 205 (1883-1890).

pobres livres e para os homens de cor, pois havia a possibilidade de ser recrutado à força ou ser confundido com escravo fugido, isso antes de maio de 1888. Entretanto, esse tipo de circunstância não impediu que as pessoas se deslocassem pelo interior da província.

Os movimentos migratórios na Mata Sul de Pernambuco não foram somente realizados por ex-escravos e seus parentes, mas cremos, com base no relato do memorialista Júlio Bello³¹⁶, que eles compusessem grande parte da população ocupada nos engenhos e que após a abolição se viu com maiores condições de procurar melhores oportunidades de vida. A abolição brindou os ex-escravos com o significado mais tangível da liberdade – a mobilidade. Isso pode ser notado na documentação pesquisada, lembrando que a migração que conseguimos observar são aquelas de curta distância, especialmente a que ocorreu entre engenhos e cidades próximas.

A atividade açucareira constituiu um polo de atração de mão de obra migrante jornaleira e de uma infinidade de trabalhadores envolvidos com a produção de açúcar. Anualmente, homens e mulheres se deslocavam para o trabalho na lavoura da cana. Esses migrantes eram contratados pelos donos de engenhos no período do plantio ou da colheita e tais trabalhadores eram oriundos de diversas cidades da Mata Sul de Pernambuco e de alguns Estados da atual região Nordeste.

Os relatos encontrados nas fontes sobre os migrantes apresentam-se de maneira exígua e dispersa. Através dos processos judiciais consultados não é possível dimensionar a população migrante da Zona da Mata Sul. Parece-nos que o acertado é mais reconhecer a presença deles do que quantificá-los. Ainda assim, não perdemos de vista os homens e mulheres que se deslocaram pela região. As informações contidas nos processos quando esmiuçadas nos oferecem indicações importantes sobre os itinerários e as alternativas disponíveis aos trabalhadores dos engenhos

Há casos das pessoas que moravam em um engenho, mas circulavam em engenhos do seu município ou fora dele. Por exemplo, no dia 15 de junho de 1890 João Correia, ex-escravo, saiu do Engenho Massangana no Município do Cabo, onde era morador, para receber o seu salário no Engenho Penderama no Município de Ipojuca, de onde era natural.³¹⁷ Nesse caso, o deslocamento realizado por João Correia, um migrante jornaleiro,

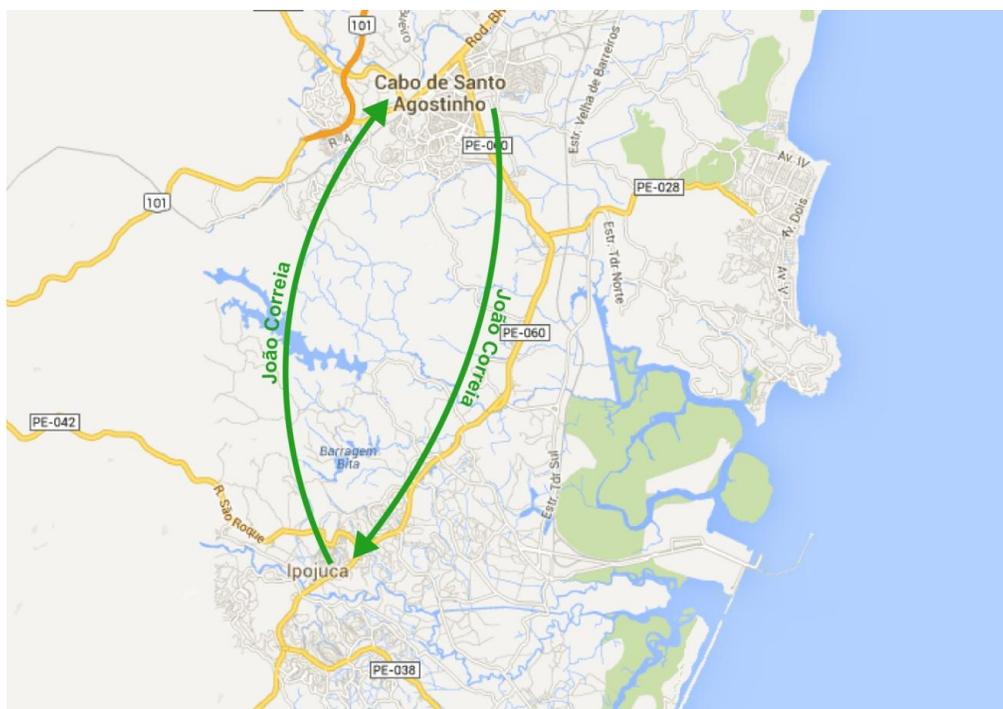
³¹⁶ BELLO, Júlio. *Memórias de um senhor de engenho*. 3 ed. Recife: FUNDARPE, 1985.

³¹⁷ Sumário Crime. Autora – a Justiça Pública. Réo – o indivíduo conhecido por Zenandi. Ipojuca, 1890, MJPE.

foi de 21 km em linha reta sobre o mapa. Possivelmente, João utilizou suas relações familiares e de amizade para conseguir o trabalho que realizava no Engenho Penderama. Uma das testemunhas disse que o conhecia por João de Amélia, o nome da sua mãe, o que denota uma certa proximidade entre as pessoas. A inserção cotidiana dos trabalhadores que viveram a experiência migrante entre engenhos próximos, para ser minimamente bem sucedida, dependia das ligações com pessoas do local. Circular pela região onde nasceu e manter fortes relações foi uma prática recorrente entre os trabalhadores dos engenhos, pois, como veremos mais adiante.

Por outro lado, transitar por diferentes espaços possibilitou aos indivíduos construir novas redes de relações e de sociabilidades. Não podemos esquecer que tais relações não foram constituídas em completa calma, mas em zonas de conflitos e disputas, exigindo dos forasteiros muita parcimônia para se inserir no universo dos engenhos.

Mapa 4: Deslocamento do ex-escravo João Correia em 1890.



Fonte: Google Maps. Rota do Engenho Penderama em Ipojuca para o Engenho Massangana no Cabo de Santo Agostinho. 21,5 km.

Jovens e adultos migraram para trabalhar, resolver problemas de subsistência, ou foram impelidos a migrar por conta da falta de terras ou por problemas climáticos. Por exemplo, em 1892 faleceu Antonio Bandeira, de 25 anos, que foi identificado como

retirante de Buíque³¹⁸. A migração serviu também como uma estratégia de manutenção e reprodução dos pequenos produtores rurais que tentavam sobreviver nas franjas das *plantations*. O trabalho a jornal permitia a acumulação de recursos monetários capazes de propiciar a compra de pequenas parcelas de terra, a construção de casas, a compra de animais, ou mesmo a aquisição de um capital mínimo para o início de atividades agrícolas, comerciais ou artesanais.³¹⁹ Alguns migrantes se deslocavam para a Mata Sul de Pernambuco e imaginamos que eles não romperam os laços com seus lugares de origem, tendo, inclusive, a perspectiva do retorno como algo bastante factível.

Teve gente que migrou para fugir do recrutamento ou por recusar se inserir em um esquema de dominação política. Outros indivíduos, depois da abolição, afastaram-se dos lugares onde tinham sido escravos e de toda uma memória que os colocasse no lugar da subalternidade e tentaram empreender novas relações. Esse período ficou marcado por uma maior liberdade de circulação experimentado em todo o país e pelos trabalhadores da Zona da Mata Sul de Pernambuco.³²⁰

As opções de vida para um ex-escravo depois que a escravidão acabou dependeram, em larga medida, de como a escravidão havia sido vivida, do lugar em que se estava e, principalmente, de como ocorreu o processo de emancipação. Alguns libertos recusaram-se a permanecer nos engenhos ou a fazer qualquer serviço para o ex-senhor. Para os libertos que não tinham conquistado benesses durante o período da escravidão, a busca por melhores remunerações ou tarefas mais agradáveis deve ter mobilizado os indivíduos a deslocarem-se e decidir gozar da liberdade longe do ambiente onde foram escravos.

³¹⁸ Óbito de Antonio Bandeira, 25 anos, solteiro, retirante de Buíque, morreu de febre e foi sepultado no Cemitério da Matriz. Ipojuca, São Miguel, Óbitos 1884 (agosto) – 1903 (junho), ACMRO. Na época em que a pesquisa foi realizada para este trabalho os códices referentes a batismo, casamento e óbito de Ipojuca estavam no arquivo da Cúria Metropolitana do Recife e Olinda, atualmente está sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

³¹⁹ NEVES, Delma Pessanha. (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – Formas dirigidas de constituição do campesinato*. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

³²⁰ De acordo com Cristina Wissenbach, a população da atual região Nordeste já experimentava uma mobilidade tradicional e teve esse fenômeno ampliado em número e geograficamente por conta do tráfico interno de escravos; das secas das décadas de 1870 e 1880 que provocou o deslocamento de flagelados para diferentes regiões do país e também os sobreviventes e moradores de locais onde ocorreram conflitos sociais, como a Guerra de Canudos, que se deslocaram em busca de novos lugares para se fixar. Além disso, a abolição conferiu aos ex-escravos o direito de liberdade de movimento. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Ritos de magia e sobrevivência – sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)*. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 1997, p.27. BEATTIE, Peter M. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930). CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.?

Analisando as condições no que se convencionou chamar de transição do trabalho escravo para o trabalho livre nas diversas regiões brasileiras, Celso Furtado³²¹ afirma que o Nordeste brasileiro, ao contrário do Sudeste, teria se aproximado de uma situação na qual a abolição da escravidão se limitaria a uma transformação formal dos escravos em assalariados. Isto porque na região nordestina, como também foi apontado por Manuel Correia de Andrade, as terras mais férteis já estavam ocupadas praticamente em sua totalidade, à época da abolição. Os ex-escravos que abandonaram os engenhos encontraram grandes dificuldades para sobreviver. Nas regiões urbanas, pesava já um excedente de população que desde o começo do século constituía um problema social. Para o interior, a economia de subsistência se expandira e a grande distância das regiões semiáridas do agreste e da caatinga para a capital pernambucana continha as pessoas em suas localidades de origem. Essas duas barreiras limitaram a mobilidade da massa de escravos recém liberada na região açucareira. Os deslocamentos se faziam de engenho para engenho e apenas uma fração reduzida seguiu para fora da região. Não foi difícil, segundo Celso Furtado, em tais condições, atrair e fixar uma parte substancial da antiga força de trabalho escrava, mediante um salário relativamente baixo.³²²

As migrações dos ex-cativos não foram decisões irracionais, a escolha do local de destino devia possibilitar a obtenção de recursos que garantissem a sobrevivência. O deslocamento entre engenhos foi o mais comum porque os trabalhadores, muitos deles ex-escravos, tinham habilidades, aprendidas no tempo da escravidão, para desempenhar os serviços da lavoura canvieira e conhecimentos nas suas redes de relações para arranjar empregos na localidade.

Assim, procuramos relativizar certos supostos do senso comum, imputados para diferentes regiões do país, que colocam a abolição como um evento que provocou um grande deslocamento de libertos e dos seus descendentes para longe dos locais onde tinham vivido a experiência da escravidão.

Os libertos circularam nos locais onde nasceram e visualizamos tal realidade na documentação judicial na qual observamos trabalhadores ex-escravos naturais da Mata Sul

³²¹ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979. p. 138.

³²² PASSOS SOBRINHO, Josué Modesto dos. "Migrações internas: resistências e conflitos (1872-1920)". *Cadernos Estudos Sociais*, Recife, v. 2, Jul-dez, 1992.

labutando em engenhos da própria região. Os ex-cativos pernambucanos devem ter se comportado de modo semelhante aos negros do sul dos Estados Unidos, os que de fato se mudaram para cidades mais distantes tinham frequentemente motivos específicos para tal empreitada.³²³

Os principais personagens da migração para os engenhos da Mata Sul de Pernambuco vinham do próprio município onde estava localizado o engenho ou de cidades vizinhas bem próximas. Nomes como Quebrangulo, Termo de Mata Grande, Cariri Velho, Vila de Souza, Piancó ou termos mais genéricos, como Província de Alagoas e da Paraíba, aparecem como regiões fornecedoras de mão de obra para os engenhos da Mata Sul. De Pernambuco, encontramos referências a indivíduos vindos da Freguesia do Cabo, da Freguesia de Escada e da Freguesia da Boa Vista, de Cidades como Goiana, Recife, Pedra de Buíque, Pajeú de Flores, Pesqueira, Brejo da Madre de Deus, as quatro últimas situadas no Sertão da Província. Provavelmente, as pessoas vindas da Zona da Mata tanto de Pernambuco como de Alagoas eram familiarizadas com a lida no mundo do açúcar. Já as vindas de regiões mais distantes, algumas cidades distavam cerca de 800 km da capital pernambucana, como o sertão das províncias de Pernambuco, Alagoas e do Ceará, locais muito secos, teriam de se ajustar a novas dinâmicas de trabalho decorrentes da produção de açúcar. Os forasteiros de fato eram, em grande parte, do sertão pernambucano e os demais oriundos do sertão de outras províncias. Provavelmente, gente que se deslocou em função das secas e para não morrer de fome e sede dirigia-se para a zona canavieira pernambucana. Circulavam pelos engenhos pessoas de perto e de longe; essa situação deveria favorecer o aparecimento de rixas com os que vieram de terras um pouco mais distantes e um sentimento de união entre os locais, marcando a identidade desses trabalhadores como forasteiros e nativos.

Boa parte dos recém-chegados, portanto, tinha de recomeçar a luta por autonomia, formação de famílias, laços comunitários e acesso a benesses; nisso sofriam desvantagens claras em relação aos estabelecidos, sobretudo os que nunca foram forçados a deixar suas comunidades de origem.

³²³ BERLIN, Ira. *Gerações do cativo* – uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2006.

Dos 158 trabalhadores contabilizados nos processos judiciais pesquisados, 89 eram naturais da Zona da Mata Sul pernambucana, 20 de outras províncias e de outras regiões de Pernambuco e para os outros 49 não tem informação³²⁴. Entre os 89 nativos da Mata Sul; 70 eram nascidos nas cidades de Escada e Ipojuca; seguidos de 10 do Cabo de Santo Agostinho; 2 de Sirinhaém e 1 do Una.

Podemos inferir a partir desses dados que os trabalhadores dos engenhos, em sua maioria, eram naturais da Zona da Mata Sul. A existência de um contingente de homens livres e libertos na região canavieira garantiu mão de obra para as atividades agrícolas diante da diminuição do trabalho escravo e, principalmente, depois de sua extinção.

Havia um mundo de latifúndios cercado por massas de expropriados, para quem a única forma de acesso à subsistência seria a venda de sua força de trabalho. Os engenhos representavam o lugar mais procurado por aquelas pessoas que, na maioria das vezes, exerciam a função de trabalhadores temporários e tinham experiência nas lides agrícolas.

Um número considerável de homens que migravam em busca de trabalho na Mata Sul veio de Alagoas: dos vinte indivíduos listados como de fora dos municípios de Escada e Ipojuca sete eram de Alagoas. Os jornaleiros saíam de seus municípios em busca de atividades laborais complementares, às vezes, por conta das dificuldades ocasionadas pelas restrições de recursos econômicos, pelo período de entressafra de algumas culturas ou ainda por conta das condições climáticas. Esse movimento migratório deve ser entendido como uma estratégia de sobrevivência desses trabalhadores, que, muitas vezes, estavam envolvidos em outras atividades agrícolas em seus locais de origem. Ou seja, combinavam uma atividade agrícola de pequeno porte, por exemplo, o cultivo do algodão com o trabalho nos canaviais. O algodão na segunda metade do século XIX foi uma das atividades agrícolas mais importantes na Província de Alagoas, mesmo após o fim da guerra civil norte-americana os ganhos com esse produto no mercado alagoano foram expressivos³²⁵.

O cultivo desse produto na região atendeu primeiramente ao mercado local, mas sua cultura tomou uma importância econômica maior no período da Guerra da Secessão, que

³²⁴ Grande número de pessoas que não constam informações sobre a naturalidade eram escravos ou vítimas falecidas.

³²⁵ ANDRADE, Juliana Alves de. *Gente do vale: experiências camponesas na comarca de Atalaia/Alagoas (1870-1890)*. Tese de doutorado em História, UFPE, 2014. (em fase de elaboração).

impediu os EUA de atender à demanda do mercado europeu.³²⁶ Com o fim da referida guerra, os EUA reassumiram sua predominância no mercado internacional e os pequenos produtores de algodão tanto os de Alagoas e de Pernambuco se voltaram para o mercado local. O algodão é um tipo de cultura que não exigia grandes investimentos, além de gerar diminuta remuneração, era conhecida como lavoura de pobre.³²⁷ Com poucas alternativas, os homens deslocavam-se para se empregar sazonalmente nos canaviais. Esse deslocamento sazonal também pode se dar por conta da existência de diferentes ciclos agrícolas de produção, os jornaleiros durante o ano tinham a possibilidade de participar como trabalhadores na lavoura de algodão e de envolverem-se em outros circuitos agrícolas. A cultura do algodão na Mata Norte de Alagoas teve presença significativa por quase todo o século XIX até a primeira metade do século XX. O movimento no sentido contrário também deve ter ocorrido, o de pernambucanos indo para Alagoas quando as condições econômicas e sociais eram favoráveis para o cultivo de algodão.

Além disso, o deslocamento realizado pelos migrantes alagoanos para a província pernambucana era realizado desde o começo do século XIX. Existiu um grande histórico de migrações ou fugas de escravos da Província de Alagoas para Pernambuco, como indicado por Marcus Carvalho, ao longo dos séculos XVIII e XIX.³²⁸

Walter Fraga Filho considera, por exemplo, que a movimentação geográfica de escravos no Recôncavo do pós-abolição em parte era prolongamento das fugas de escravos, que se intensificaram nos últimos anos da década de 1880 como decorrência do processo de desmonte das relações escravistas nos engenhos.³²⁹ No caso pernambucano, a efervescência promovida pelo movimento abolicionista já vinha interferindo no deslocamento de escravos fugidos com seus filhos, como observado no segundo capítulo.

Praticamente não existiram imigrantes que se locomoveram para buscar trabalho nos engenhos açucareiros de Pernambuco. Ao contrário do que se passou no Rio de Janeiro

³²⁶ ANDRADE, Juliana Alves de. *A mata em movimento: coroa portuguesa, senhores de engenho, homens livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas*. Dissertação de Mestrado, UFPB, João Pessoa, 2008. Ver capítulo 2.

³²⁷ SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. *Reordenamento do trabalho – trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe 1850-1930*. Funcaju, Aracaju, 2000.

³²⁸ CARVALHO, M. J. M. “A mata atlântica: sertões de Pernambuco e Alagoas, sécs. XVII-XIX”. *CLIO. Série História do Nordeste* (UFPE), v. 25, 2007.

³²⁹ FRAGA FILHO, Walter. “Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a abolição”. *Cadernos AEL: Trabalhadores, leis e direitos*. Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, v.14, n.26, 2009.

e em São Paulo, onde imigrantes substituíram, ao longo da segunda metade do século XIX, uma boa parte dos trabalhadores escravos das áreas agrícolas; em Pernambuco desse processo não participaram imigrantes europeus. Não encontramos nenhum branco estrangeiro envolvido com as lides dos canaviais. Podemos dizer que a demanda foi coberta pelos trabalhadores da própria Zona da Mata Sul e por gente vinda das regiões próximas.

Nos dois municípios estudados, os trabalhadores a jornal eram, notadamente, da mesma cidade onde estava localizado o engenho ou de cidades vizinhas. Os trabalhadores dos engenhos que eram migrantes, geralmente, se moviam em espaços relativamente conhecidos e próximos de sua vivência geográfica e social. No interior do Rio de Janeiro, Ana Rios e Carlos Costa³³⁰ observaram que, nas famílias por eles pesquisadas, os membros haviam feito deslocamentos. A maioria das migrações também era em nível regional entre cidades próximas.

As autoridades policiais e os proprietários rurais das últimas décadas do século XIX sabiam que muitos dos trabalhadores empregados nos engenhos eram libertos e seus descendentes.. Alguns ex-escravos, aproveitando-se da possibilidade de se deslocarem entre as *plantations* em busca de ocupações alternativas, abriram um certo grau de autonomia em suas vidas. Os ex-senhores, a fim de exercerem algum domínio sobre os libertos, ofereciam ajustes de trabalho já experimentados desde os tempos da escravidão, acesso a terra em troca de realizar tarefas no engenho e ser “gente” do proprietário. Não podemos esquecer que uma população flutuante de outras cidades que retornava as suas casas ao final de cada safra também era algo já conhecido. Apesar dos arranjos de trabalho e dos deslocamentos já serem de certa forma conhecidos por patrões e empregados os anos finais da escravidão e o imediato pós-abolição, esses foram tempos de readaptações e tensões em parte forçadas pela possibilidade de deslocamento constante de homens e mulheres trabalhadores dos engenhos.

O fluxo de homens migrantes nas cidades da zona do açúcar podia gerar medos e desconfianças para as autoridades policiais. Um delegado de polícia percebeu o impacto negativo na presença dos migrantes na cidade e nos engenhos, entre as causas que teriam incentivado o surgimento de crimes e assassinatos, ao oficiar um caso de trabalhadores

³³⁰ COSTA, Carlos Eduardo C. da & RIOS, Ana Maria Lugão. Migração de negros no pós-abolição: duas fontes para um problema. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

envolvidos em um conflito, disse que: “(...) no Engenho Gaipió deste Termo, havia se dado uma morte, fato até muito frequente pela grande aglomeração de trabalhadores, em geral gente estranha e de outras Províncias, e que vivem em completa liberdade.”³³¹ O delegado afirmou que as desordens ocorrem por conta do grande número de migrantes – “gente estranha” – que vinha em busca de trabalho. A dinâmica das migrações sazonais promovia uma circulação interregional significativa de trabalhadores nos engenhos. Junto com o movimento, aumentavam as brigas, as confusões, os acidentes. E, por outro lado, a migração constante de homens e mulheres levava à impossibilidade de se saber quem era quem, por conta da ausência de rostos, nomes e sobrenomes conhecidos. Esses trabalhadores recém-chegados ainda não possuíam amplas redes sociais capazes de oferecer mais detalhes sobre as suas vidas. Viver em completa liberdade, como disse o delegado, podia significar que esses trabalhadores não tinham quem exercesse efetivamente uma autoridade senhorial ou de empregador. Enfim, não havia uma pessoa com poder para administrar e disciplinar o comportamento dos trabalhadores da cana para que desempenhassem atividades laborais ou para governar a vida dos seus subordinados.

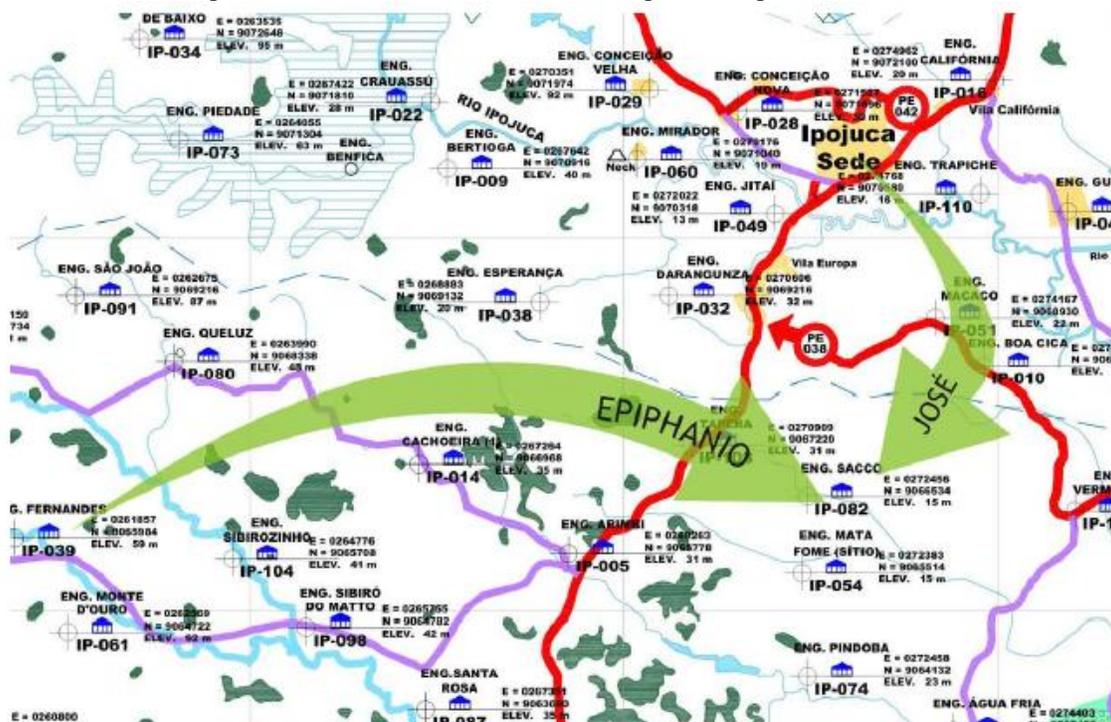
Contudo, o que se observa na descrição realizada pelo delegado é o fato de que a circulação de trabalhadores migrantes dificultava sua tarefa de reprimir indivíduos tomados como potenciais criminosos, rebeldes ou até mesmo de corrigir os considerados insolentes. Fazia-se necessário conhecer e controlar aqueles que promoviam as desordens.

As tensões geradas por conta dos deslocamentos também podem ser observadas pelo caso do menor José, que morava com sua mãe na Povoação de Ipojuca e foi aprender um ofício no Engenho Saco a distância percorrida em linha reta no mapa foi de 7 km. O mestre pedreiro Epifanio residia no Engenho Saco, mas realizava trabalhos no Engenho Fernandes, por sua vez Epifanio entre esses engenhos percorria a distância de mais ou menos 40 km. O trânsito dos homens e mulheres pobres ou remediados deixou poucos rastros do ponto de vista documental. Não existia uma espécie de “passaporte” para registrar circulações internas e nem temos registros de locais de hospedagem. Conseguimos rastrear alguns poucos dados domiciliares e de movimento dessas pessoas pelas informações constantes nas peças judiciais por nós apreciadas.

³³¹ Appellação crime do Jury da Cidade do Cabo. Apelante – o Dr. Juiz de Direito. Apelado – Jeronimo Leonardo da Silva. Ipojuca, 1889, MJPE.

Voltando à questão dos deslocamentos no mapa abaixo as linhas destacadas na cor verde representam visualmente o movimento espacial do pedreiro Epifanio e do menor José.³³² Esse mapa nos auxilia a transmitir visualmente o nosso argumento com relação às migrações internas, apesar de não sabermos, precisamente, nem como se encontrava a paisagem nem exatamente as distâncias palmilhadas por eles naquele momento.³³³

Mapa 5: Deslocamento do menor José e do pedreiro Epifanio em 1885.



Fonte: IPHAN, 2010. In: *Inventário de varredura do patrimônio material do ciclo da cana-de-açúcar nos municípios de Escada, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes e Moreno – PE*. IPHAN, Pernambuco. 2010. Mapa alterado pela autora.

As migrações internas aqui observadas no imediato pós-abolição, não eram migrações para longe. Provavelmente os migrantes procuravam ficar perto de seu local de origem a fim de não deixar para trás o apoio de amigos e familiares, para não se afastar de

³³² Autoamento de um inquérito policial procedido pelo Subdelegado do 2º Distrito deste Termo. Ipojuca, 1885, MJPE.

³³³ Sobre mapas e história cartográfica ver: PASSOS, Maria Perrone. O Poder dos Mapas e os Mapas do Poder. Maria Lucia Perrone Passos & Teresa Emídio (Orgs.). *Desenhando São Paulo – mapas e literatura. 1877-1954*. São Paulo: Senac São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. Maria do Carmo Andrade Gomes. “Velhos mapas, novas leituras: revisitando a história da cartografia”. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 16, 2004.

bens adquiridos ou de algum ganho do qual não queriam abrir mão. Para estarem amparados pela proteção do proprietário do engenho, ou seja, para diminuir as incertezas. Em algumas situações procuravam ficar longe o suficiente para evitar qualquer laço que o ligasse a sua antiga condição, caso tivesse sido escravo. Ter o direito de viajar para onde bem quisesse, durante certo período, foi tido como “fonte de orgulho e excitação para os ex-escravos”.³³⁴

Por outro lado, por parte dos proprietários foi necessário criar um novo conjunto de estratégias para impor o controle e a permanência dos trabalhadores nos engenhos. Entre as astúcias empregadas, como vimos no capítulo anterior, foi o estabelecimento do sistema de morada que visava fixar o trabalhador e sua família no engenho³³⁵.

A experiência da vida em liberdade perturbava as relações entre libertos e indivíduos que os tinham conhecido como escravos. Para os antigos proprietários, temerosos dos efeitos da liberdade, as andanças dos trabalhadores dos engenhos recém libertos foram vistas com maus olhos. Para eles, parcela dessa população foi considerada propensa à vadiagem e à ociosidade porque não aceitavam trabalhar sob as antigas normas e desejam usufruir de mais tempo livre. Na visão dos proprietários, a perda do domínio sobre seus antigos escravos se constituía como perda do poder senhorial. Júlio Bello,³³⁶ descendente de uma família de senhores de engenho da Mata Sul de Pernambuco, em suas memórias, lamentava que logo após a abolição os ex-cativos abandonaram os engenhos e ficaram arredios. O que não foi bem assimilado por muitos ex-senhores, era que a liberdade de escolha não representava aversão ao trabalho, mas significava criar outras alternativas de sobrevivência. Na questão da mobilidade espacial das “populações de cor”, é possível inferir que essa era uma ação contínua de defesa dos direitos de autonomia sobre suas vidas e de seus familiares. Nesse panorama os senhores sabiam que era preciso negociar com os ex-cativos as novas condições de trabalho.

Com efeito, migrar em busca de novas oportunidades dentro ou fora de sua localidade de origem foi uma das possibilidades abertas aos homens e mulheres que viviam em um universo rural em fins do século XIX. Mas os deslocamentos não se resumiram a

³³⁴ FONER, Eric. O significado da liberdade. *Revista Brasileira de História*. 8, 1988, p. 14.

³³⁵ Rogers, Thomas D. *Deepest Wounds – A labor and environmental history of sugar in Northeast Brazil*. The University of North Carolina Press, 2010.

³³⁶ BELLO, Júlio. *Memórias de um senhor de engenho*. Op. Cit.

questões econômicas, as pessoas também se deslocaram para consolidar suas relações afetivas e familiares.

4.2 Motivos para ficar

Embora a migração seja uma característica significativa dos trabalhadores dos engenhos, nem todos saíam de seus locais de nascimento para tentar a vida em outros lugares. Havia outros elementos que contavam para as pessoas escolherem ultrapassar fronteiras municipais e provinciais e enfrentar os caminhos plurais. Walter Fraga Filho, ao analisar como as experiências da escravidão e as expectativas da liberdade influenciaram nas escolhas migratórias de ex-escravos na Bahia, nos conta:

Migrar ou permanecer nos locais onde nasceram escravos eram decisões que dependiam de vários fatores, entre os quais idade, ocupação, gênero e mesmo de circunstâncias e situações que estavam fora do controle das pessoas. Indivíduos que emergiram do cativeiro com a posse de alguns bens e direitos tinham uma tendência maior a permanecer nas localidades onde viveram cativos. Evidentemente que para essas pessoas ficar não significou acomodação às velhas relações, significou novos desafios e conflitos na relação com os ex-senhores. Porém para os que emergiram do cativeiro sem nada mais além do que a força dos próprios braços migrar para outras localidades foi um imperativo de sobrevivência.³³⁷

Migrar para regiões vizinhas ou ficar onde foi escravo de alguma forma visava evitar as imprevisibilidades e incertezas com as quais podiam se deparar ao enfrentar lugares e situações novas. cremos que grande parte dos libertos da Mata Sul de Pernambuco continuou a trabalhar e viver nos engenhos onde haviam desenvolvido um senso de comunidade. Esse tipo de experiência serve para apontar a existência de diferentes sentidos para o mesmo espaço.

Eric Foner notou que, após a emancipação nos Estados Unidos, a maioria dos ex-escravos continuou nas propriedades de origem, mas os que as abandonaram tiveram razões específicas porque “de todas as motivações para a mobilidade negra, nenhuma era tão sensível quanto o empenho em reunir famílias separadas durante a escravidão.”³³⁸ Se, para alguns, a família foi o motivador para sair de um engenho, também é verdadeiro que foi responsável pela decisão de outros em permanecer na propriedade. A proximidade aos parentes e amigos era

³³⁷ FRAGA FILHO, Walter. “Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a abolição”. Op. Cit.

³³⁸ FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. Op. Cit.

fundamental para que as pessoas se auxiliassem buscando enfrentar a condição de precariedade de suas vidas. Levando em conta a historiografia da escravidão, que apontou a existência de núcleos familiares escravos durante o século XIX, podemos pensar que esses arranjos tiveram uma influência importante na decisão de ficar ou sair de um engenho.

A opção dos ex-escravos e seus descendentes em ficar na propriedade onde tinham sido escravizados podia ser entendido pelos antigos proprietários como reconhecimento de seus bons feitos e do poder de mando que ainda podiam exercer sobre os trabalhadores ex-cativos. Eric Foner, estudando o Caribe e os Estados Unidos, também observou que, após uma euforia inicial, poucos ex-escravos foram embora das fazendas. Esta também é a conclusão de Hebe Mattos³³⁹ que acredita que inicialmente os libertos permaneceram trabalhando nas unidades onde tinham sido escravos. Só quando a situação não era favorável eles migravam para locais mais distantes em busca de novas alternativas.

A pretensão de migrar pode ter sido impedida por conta da resistência dos antigos senhores. Em 5 de junho de 1888, o delegado de Escada recebeu uma denúncia na qual se acusava o doutor Sérgio, proprietário do Engenho Refresco, de não entregar duas ingênuas a sua mãe, mulher negra, solteira e pobre.³⁴⁰ No Brasil, havia uma forte tradição na utilização da mão de obra infantil, isso antes e depois da Lei de 1871. O filho da escrava, por exemplo, era usado para as tarefas mais diversas, desde as atividades da lavoura até os serviços domésticos. Os ingênuos foram utilizados como trabalhadores em um momento em que havia necessidade de equacionar a demanda por trabalhadores braçais. A Lei do Ventre Livre tinha como uma de suas prerrogativas a manutenção do ingênuo junto ao senhor de sua mãe até a idade de 21 anos. Com a revogação da Lei de 1871 depois da abolição, as crianças ingênuas consideradas menores livres, tornaram-se sujeitos do Direito comum, desse modo, filhos de mães solteiras sem condições de criá-los – e por isso necessitariam de tutor. A legislação indicava que a pobreza da mãe, o estado civil de solteira e a conduta moral considerada irregular ou a recém-conquistada liberdade eram elementos que eram tomados para indicar as crianças ex-escravas como passíveis de serem tuteladas.³⁴¹ A disputa pelas ingênuas envolveu o senhor Sérgio e a mãe das menores, que queria levá-las para sua companhia. O controle sobre as ingênuas foi

³³⁹ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das cores do silêncio*. Op. Cit.

³⁴⁰ Ofício da Delegacia de Escada em 05 de junho de 1888, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada, Nº 131 (1888-1899).

³⁴¹ PAPALI, Maria Aparecida. “Ingênuos e órfãos pobres: a utilização do trabalho infantil no final da escravidão”. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, Vol. XXXIII, nº 1, 2007.

uma estratégia usualmente utilizada pelos senhores para forçar a permanência da mãe no engenho ou de continuar a utilizar as ingênuas Paulina e Salustiana como mão de obra gratuita. Não podemos esquecer que essa foi uma forma de controle usada principalmente com as mulheres, uma vez que sobre elas recaía o cuidado com as crianças e com os parentes mais velhos. A mãe das meninas que pretendia não permanecer no engenho sofreu restrições ao exercício de sua liberdade.

O esforço para reconstruir a família também foi empreendido pela mãe da menor Leopoldina. Ela tentava recuperar a aguarda da filha e pediu ao Dr. Francisco Romano de Brito Bastos, proprietário do Engenho Sauezinho, para devolver sua filha por conta da Lei de 13 de maio.³⁴² Com a menina sob a guarda do proprietário do engenho, o deslocamento da mãe ficava limitado, pois não poderia escolher para que engenho ou cidade ir em companhia de sua filha. Quando um dos membros da família continuava em condições semelhantes ao do cativo, toda a família ficava refém do dono do engenho. As histórias pessoais, como as mencionadas, são relevantes porque nos permitem observar melhor as experiências individuais além de entender processos históricos mais amplos e complexos. Não seria absurdo pensar que, diante da certeza que a filha não lhe seria entregue, a mãe de Leopoldina tenha resolvido ficar na propriedade trabalhando para continuar na companhia da sua prole.

O episódio narrado aponta também para um quadro de disputa por mão de obra e das tensões que permaneceram entre ex-senhores e ex-escravos, no pós-abolição. De acordo com Elione Guimarães³⁴³, a prática de pegar crianças pobres para criar era bastante difundida por todo o século XIX. Pelos casos de crianças reclamadas por suas mães, tratados acima, temos indícios de que alguns dos menores que nasceram de ventre escravo, após o 13 de maio, continuaram sob tutela e sendo explorados pelos antigos senhores de suas mães até serem reivindicados pela família.

Diversas foram as iniciativas postas em prática pelo grupo senhorial para controlar por mais algum tempo os libertos e fazer uso dos seus serviços. Nas memórias de Hermilo Borba Filho, ele mencionou o caso de uma ex-escrava, a preta Agar, que mesmo com o fim da escravidão permaneceu ao lado de sua mãe executando seu trabalho de forma servil, ou seja, as

³⁴² Ofício da Delegacia de Rio Formoso em 09 de agosto de 1888, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Rio Formoso, Nº 333 (1879-1888).

³⁴³ GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação – família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa, 2006.

relações ainda estavam marcadas por costumes escravistas arraigados. Essa história rememorada por Hermilo Borba Filho pode não ser necessariamente verdadeira, mas é verossímil. A manutenção dos vínculos dos libertos com ex-senhores, por vezes, foram firmadas com base no paternalismo senhorial, pelas relações de afeto, pobreza ou dificuldade para garantir a sua subsistência.

A preta Agar foi evocada nesse relato como símbolo de submissão ao trabalho, reforçando as imagens de relações sócio-raciais que colocavam, notadamente, as mulheres de cor como criadas fieis, ocupando postura semelhante à condição jurídica de escrava. A menção a cor da pele foi utilizada pelo autor e também nos documentos policiais e judiciais como recurso para afirmar o estigma do cativo e o lugar de submissão para ex-escravos. A expectativa era a de que os libertos permanecessem sob controle dos seus antigos senhores por muitos anos prestando serviços, interditando ao máximo o gozo da liberdade plena. Esse tipo de narrativa esteve presente em diferentes registros memorialísticos de variadas partes do país.³⁴⁴ Como afirmou Maciel Carneiro, mesmo quando dissimulada, as formas de trabalho semelhantes às do tempo do cativo no pós 1888 faziam parte do cotidiano de famílias brasileiras.³⁴⁵

Para grande parte dos ex-cativos, a liberdade possuía significados que necessariamente não se traduziam em abandonar a propriedade onde haviam trabalhado durante gerações. O comportamento aparentemente submisso dos libertos pode ser interpretado como uma estratégia para ampliar espaços de autonomia e sobrevivência. Por exemplo, o liberto Domingos obteve o direito de ter uma casa em terras do Engenho São Braz, onde pôde reunir seus amigos para conversar e festejar, mas essa mesma concessão poderia deixá-lo em uma posição de vulnerabilidade e dependência em relação a seu ex-senhor³⁴⁶. Os laços com ex-proprietários, por vezes, convinham aos libertos por conta das pequenas possibilidades de sobrevivência abertas aos trabalhadores pobres das áreas rurais.

³⁴⁴ BORBA FILHO, Hermilo. *Margem das lembranças. Um Cavalheiro da Segunda Decadência - I*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966. Editora Mercado Aberto, RS, 2a. edição, 1993.

³⁴⁵ SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)*. Tese de Doutorado UFBA, Salvador, 2011, p. 238.

³⁴⁶ Ofício da Delegacia de Sirinhaém em 10 de agosto de 1888, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Sirinhaém, Nº 369 (1881-1889).

As populações que emergiram da escravidão e permaneceram na região buscaram modificar as suas vidas de formas criativas e em algumas ocasiões tais atitudes foram consideradas ousadas, notadamente, em uma sociedade assentada fortemente em hierarquias sócio-raciais³⁴⁷. Os novos comportamentos dos libertos frustravam os antigos senhores, sobretudo os mais conservadores, que acreditavam que seu domínio extrapolaria os tempos da escravidão, continuando em vigor no tempo da liberdade.

4.3 Outros movimentos

Migrar para laborar nos canaviais era um aspecto constante na trajetória de boa parte dos trabalhadores dos engenhos açucareiros. Por exemplo, o destilador Pedro Gonsalves de Oliveira, ao depor sobre um crime ocorrido no Engenho Penderema disse que: “ele testemunha não conheceu nenhuma das pessoas, porque mora no Engenho do Meio há um mês e não conhece ainda a ninguém”.³⁴⁸ Em outro processo, o réu Jerônimo Leonardo da Silva, natural de Buíque e jornalista, afirmou estar residindo no engenho Gaipió há 3 meses.³⁴⁹ Havia uma contínua mobilidade em busca de trabalho, locais de moradia e melhores condições de vida, ora se movendo de engenho em engenho, em busca de maiores remunerações, ora em direção a cidades mais desenvolvidas e com oportunidades diversas, como o Recife.³⁵⁰ Embora, conforme argumentou Valéria Costa, o mercado de trabalho da capital pernambucana desde meados do século XIX estivesse aberto aos egressos do cativo, os negros tinham maior dificuldade de inserção do que qualquer outro grupo social.³⁵¹

A intinerância, a possibilidade de uma vivência sem tutela e longe de mandonismos, figurava para determinados setores sociais como uma recusa dos sujeitos em se adequarem à ordem social instituída. Consentir que indivíduos levassem uma vida mais solta circulando por diferentes engenhos e cidades, representaria para o imaginário das elites locais dar ao homem pobre livre um sentimento de autonomia, visto como inconveniente para as relações sociais e

³⁴⁷ Op. Cit. SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais*.

³⁴⁸ Sumário Crime. Autora – a Justiça Pública. Réo – o indivíduo conhecido por Zenandi. Ipojuca, 1890, MJPE.

³⁴⁹ Apelação crime do Jury da Cidade do Cabo. Apelante – o Dr. Juiz de Direito. Apelado – Jeronimo Leonardo da Silva. Ipojuca, 1889, MJPE.

³⁵⁰ COSTA, Valéria Gomes da. *Trajétórias negras: os libertos da costa d’África no Recife (1846-1890)*. Tese de Doutorado UFBA, Salvador, 2013. SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)*. Tese de Doutorado UFBA, Salvador, 2011.

³⁵¹ COSTA, Valéria Gomes da. *Idem*, p.168.

de poder que se pretendia manter. A continuidade de laços de dependência podia ser percebida pelos trabalhadores ex-escravos como a reprodução do padrão de dominação anterior.

Os trabalhadores dos engenhos, livres ou libertos, a qualquer desentendimento ou insatisfação podiam mudar de engenho e procurar um novo local com melhores condições para trabalhar. Quem fosse refratário às ordens, rejeitasse realizar atividades sob coação e labutar além da subsistência mínima tomava a alternância de empregos como um meio de se livrar dessas situações e também para evitar se tornar um dependente emaranhado em uma rede de favores e relações paternalistas. Segundo Walter Fraga Filho, os classificados como vadios pelos discursos das autoridades policiais, na segunda metade do século XIX, formavam um rol quase sempre composto por trabalhadores informais que devido ao caráter de sua ocupação, constituíam um grupo que apresentava ausência de vinculação senhorial e irregularidade ou descontinuidade temporais no trabalho, indo de encontro à noção de trabalho estabelecida pelos grupos senhoriais.³⁵²

Muitos trabalhadores, com o fim da escravidão, se recusaram a ter seus movimentos e autonomia cerceados. Eles prezavam o direito de se alugar a quem bem lhes aprovesse e algumas práticas de liberdade caracterizadas pelo fazer e não fazer, pelo ir e vir. Isso poderia significar a conquista da mobilidade física, a possibilidade de constituir família, de controlar o ritmo e a forma do trabalho, a integridade física e também poder praticar suas manifestações culturais e religiosas. Aproveitavam ainda o tempo disponível para estabelecer e reforçar laços familiares e redes comunitárias que se estendiam além dos limites do engenho.

O mau tratamento exercido pelos proprietários ou seus potentados em relação a seus subalternos também podia ser um motivo de afastamento e mobilidade dos trabalhadores para outra propriedade rural. De outro modo, os maus comportamentos dos trabalhadores como delitos, preguiça para executar as tarefas e algazaras nos engenhos estão entre os motivos que o proprietário poderia indicar para dispensar os serviços de um determinado trabalhador, substituindo-os por outros.

A população flutuante também era composta por outros indivíduos que se empregavam nos engenhos e misturavam-se aos demais que ali procuravam ocupação para tentar passar

³⁵² FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Salvador: Hucitec/EDUFBA, 1996, p.79.

despercebidos. Como os desertores, os fugitivos e os acusados de crimes buscavam os engenhos para esconder sua condição e dificultar a ação da polícia ou de seus perseguidores.

Os criminosos foragidos da lei, muitos deles detentores de ofícios e que exerciam atividades laborais, conseguiam se esconder misturando-se aos demais trabalhadores e ocupando-se em diversos serviços nos engenhos. Em terras do Engenho São Lourenço, por exemplo, encontrava-se escondido há anos Calixto Lopes da Silva, que era evadido de Fernando de Noronha.³⁵³ No caso ocorrido em terras do Engenho Campestre, Luiz Gonzaga assassinou com um tiro de pistola Antonio Francisco e fugiu do engenho em que se encontrava e segundo consta no ofício policial teria o criminoso se evadido para outro engenho nas proximidades.³⁵⁴

Os desertores também circulavam entre engenhos para fugir da polícia e se distanciar das pessoas que poderiam denunciá-los. Esse foi o caso ocorrido no Engenho Salgado, onde Valdevino Campos Negreiros depois de preso confessou ser desertor do 14º batalhão de infantaria.³⁵⁵ Alguns desertores viviam em constante itinerância, não desejando ou não podendo se fixar em nenhum lugar. Outros tinham ligações com as autoridades locais que lhes davam apoio e formavam sua rede de cumplicidade e proteção.³⁵⁶ Essa situação favoreceu os desertores a levar uma vida menos desassossegada nos engenhos.

Os recrutas que desertavam procuravam de várias formas camuflar a condição de desertores. Para se afastarem da ameaça de prisão, empregavam-se como jornaleiros nos engenhos da Mata Sul para se sustentarem e evitarem ser confundidos com vadios, o que chamaria a atenção para quem almejava passar despercebido. Acreditamos que os soldados desertores estabeleciam laços que ajudavam na convivência e criavam, desse modo, um ambiente de menores desconfianças de sua real situação na comunidade.

Fixar-se nos engenhos para ocultar sua condição não era uma escolha fortuita. Os desertores certamente imaginavam que seria menos perigoso permanecer entre a multidão de

³⁵³ Ofício da Delegacia de Ipojuca em 18 de abril de 1889, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Ipojuca, Nº 205 (1883-1890).

³⁵⁴ Ofício da Delegacia de Escada em 11 de março de 1885, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Escada, Nº 130 (1877-1887).

³⁵⁵ Ofício da Delegacia de Ipojuca em 10 de setembro de 1891, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Ipojuca, Nº 206 (1891-1903).

³⁵⁶ Subdelegacia do 3º Distrito Policial do Termo de Ipojuca, (Inquérito Policial) Autoamento de uma portaria do Subdelegado do terceiro distrito deste termo, para o fim de se proceder a um exame na pessoa de Francisco Martins d'Oliveira. Ipojuca, 1887, MJPE.

trabalhadores, alguns de longe e, muito provavelmente, julgavam que poderiam contar, ainda, com a solidariedade de seus companheiros de trabalho para fugir do recrutamento ou da polícia.

Os caminhos percorridos pelos trabalhadores dos engenhos foram os mais diversos. Além daqueles que não migravam e dos que migravam para outras cidades para fugir de secas, da polícia ou de algum desafeto, imaginamos que tenham existido também aqueles que retornaram, mesmo que provisoriamente, para o local de origem ou onde tinham sido escravizados após a experiência da migração.

Diferentes projetos de vida foram levados adiante pelos ex-cativos no pós-escravidão. Alguns deles adotaram um comportamento mais leal e disciplinado e outros buscaram novos caminhos em novos lugares apesar das inseguranças. Não podemos nos esquecer que, nesse contexto, migrar ou permanecer nas localidades onde os trabalhadores tinham sido escravizados assumia diferentes significados e eles não eram apenas orientados pelos imperativos da sobrevivência econômica. Outras formas de distanciar-se do cativeiro foram adotadas pelos ex-escravos e acreditamos que a opção pelo deslocamento, diante das dificuldades que ele acarretava, parece ter sido a última alternativa dentre as possibilidades disponíveis.

4.4 Racialização, relações de gênero e conflito entre trabalhadores.

José Maria Bello³⁵⁷, em seu livro de memórias, narrou que, no dia 13 de maio de 1888 no Engenho Tentungal, como em outros engenhos da região, os escravos abandonaram os seus antigos senhores. De acordo com o memorialista, os libertos dispersaram-se pelas cidades mais próximas e alguns foram para a capital. A lógica adotada por alguns libertos para organizar suas vidas após a abolição não era de aversão ao trabalho, mas sim o desejo de trabalhar sob circunstâncias de sua própria escolha. Contudo, essa opção não foi vista com bons olhos pela classe senhorial. Nas lembranças de José Maria Bello, os ex-escravos largaram o trabalho do eito, passaram a andar sem destino, tornaram-se vadios e bêbados. Entretanto, pouco tempo depois, a maior parte deles retornou aos engenhos, abatidos pela miséria. Por meio das memórias escritas sobre a abolição da

³⁵⁷ BELLO, José Maria. *Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. (Coleção documentos brasileiros). No prefácio, o autor comenta que escreveu o livro de memórias ao longo de 20 anos e somente o publicou no ano de 1958.

escravidão em Pernambuco não podemos dizer o que de fato aconteceu, mas sabemos que tais narrativas tinham a capacidade de materializar ideias e comportamentos a partir da lógica da dominação. Como já apontamos, no senso comum, há uma crença de que os ex-escravos viraram ladrões e vagabundos porque ora preferiram não trabalhar como expressão de liberdade ora porque não foram incorporados por uma sociedade racista e preconceituosa. A atitude mais arredia, visualizada também nas fontes judiciais, policiais e em outros registros memorialísticos, e o retorno desses ex-cativos aos engenhos de seus antigos senhores pode ter vários significados, desde a constatação da falta de oportunidades em outras localidades até o retorno após as comemorações para o lugar que consideravam seu lar e onde estavam seus bens e pessoas amadas.

Os antigos escravos e seus descendentes, na zona da Mata Sul, como observamos no item anterior, prioritariamente residiram e circularam em torno dos engenhos dos seus antigos proprietários e alguns deles se comportaram de forma bastante dedicada e afetuosa. José Maria Bello recordou nesse mesmo escrito uma “escrava de estimação”, a tia Chica, que mesmo com a abolição, nem ela nem seus descendentes foram embora do Engenho Tentungal. Gilberto Freyre, por exemplo, escreveu em uma matéria que conheceu o carreiro Luiz Mulatinho, que tinha sido cativo do Barão de Frexeiras.³⁵⁸ O ex-escravo disse ter servido fielmente e devotamente ao seu ex-senhor e à família senhorial. Por vezes, os libertos se consideravam e eram considerados prolongamento da família senhorial, conquistando alguns favores e benesses.

Maciel Carneiro indicou que em Pernambuco a permanência de traços de submissão, após a abolição, por parte dos ex-cativos remete ao uso de um comportamento calculado por parte dos libertos que recorriam sempre que necessitavam de pequenos favores das pessoas brancas com as quais conviveram ou de seus antigos senhores³⁵⁹.

Para os que optaram por continuar a residir nos engenhos onde tinham sido escravos ou fixar moradia em algum engenho da região, não estava facultada a liberdade de movimentação entre engenhos e cidades. Pois a estabilidade dos trabalhadores em um engenho significava para o proprietário obter mão de obra barata e sempre disponível. Esses agregados acabavam por enredar-se em redes paternalistas e costumavam trocar sua

³⁵⁸ FREYRE, Gilberto. Um escravo velho. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 1942.

³⁵⁹ OP. Cit. SILVA, Maciel Carneiro da. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais*. p. 168.

força de trabalho e lealdade por moradia, alimentação e proteção. Apesar das relações entre senhores de engenho e empregados serem assimétricas, havia espaço para negociações entre eles, mesmo que em desequilíbrio para um lado.

Buscando compreender como a emancipação definitiva se processou na Mata Sul de Pernambuco, atentamos para como os ex-senhores e os libertos trabalhadores dos engenhos significaram a liberdade em suas trajetórias de vida. Parte da população de ex-escravos entendia a migração como uma alternativa mais viável de aproveitar a vida em liberdade. Para os que decidiram ficar, impor-se enquanto pessoas livres exigia driblar preconceitos em relação a sua antiga condição.

O caso ocorrido em 1890 exemplifica esta questão. Um moço conhecido por Zenandi (Jose Hanni) feriu o ex-escravo João Correia por estar com raiva de um outro rapaz que era também um liberto e pretendia se casar com sua irmã. O futuro enlace era, para o réu, uma grande ousadia e soou como uma afronta por ter o rapaz apaixonado *pertencido à raça infeliz dos escravizados*.³⁶⁰ Zenandi passou dias andando com uma macaca³⁶¹, um tipo de chicote, para resolver a questão. Quando Zenandi encontrou-se com João Correia, descarregou a raiva que sentia do namorado da sua irmã na vítima, pelo fato de ele ser também um “13 de maio”.

João Correia, indignado com a situação, bateu em Zenandi, mas acabou ferido. A condição de ex-escravo foi operada nesse evento como metáfora da condição subalterna, ou seja, de gente que deveria ser considerada como de menor crédito social. As pessoas saídas da escravidão não admitiam que práticas antigas de violência, como a punição com chicote, fossem desferidas a eles ou aos seus parentes e amigos. A violência com toda a carga simbólica dos maus-tratos impetrados durante a escravidão foi usada para ferir a dignidade dos homens de cor no pós-abolição.

Escravos podiam ser identificados por marcas de castigos no corpo e muitas vezes essas marcas eram feitas por chicotes. Esse foi o caso, em 1883, do escravo Francisco do Engenho Vicente Campelo, que morreu vítima de açoites, e também a ocorrência relatada

³⁶⁰ Sumário Crime. Autora – a Justiça Pública. Réu – o indivíduo conhecido por Zenandi. Ipojuca, 1890, MJPE.

³⁶¹ Os carreiros guiam os bois com o auxílio de macaca, chicote de cabo curto, e vara com ponta de ferro. Ver: ALVES, Leda Maria. “O vocabulário da cana-de-açúcar nas obras de José Lins do Rego”. *Alfa*, São Paulo, 1981.

no ofício de 1884, no qual informava que José foi recolhido à Casa de Detenção, suspeito de escravo fugido, por ter as costas “toda talhada de chicote”.³⁶²

O desenrolar da fala do menino revela que ele não queria ser tratado como um escravo, ou seja, sofrendo castigos semelhantes aos destinados em sua maioria ou reconhecidos como castigos que deveriam ser preferencialmente desferidos aos cativos. O comentário do menino nos leva a pensar que existiam padrões de conduta, de comportamento, além de um repertório de gestos que as pessoas cotidianamente desempenhavam e dispensavam aos escravos, mas também aos libertos e pobres livres, criando classificações e distinções entre as pessoas. Assim, a recusa ao tipo de tratamento recebido por parte do menino José podia funcionar como um marcador de posição em relação a outras pessoas ou podia indicar zonas de indefinição entre a escravidão e a liberdade, ou seja, dos espaços de intersecção dos mundos dos escravos, libertos e livres.

Assim, junto com a dor, o açoite fustigava suas vítimas com a humilhação, aspecto esse reforçado devido a associações que se estabeleciam entre apanhar de chicote e ser pessoa escravizada ou mesmo animal de montaria, e quem o utilizava sabia muito bem disso, tanto que, por décadas, o seu emprego ainda conservou esse caráter.³⁶³

Esse tipo de episódio, em um primeiro momento, causa-nos a impressão de que as condições de vida dos escravos e dos livres pobres se equiparavam. Contudo, procurava-se, quando conveniente, não delimitar uma separação rígida de ambas as categorias, parece que existia uma certa integração no universo do trabalho, mais uma mescla destas situações do que propriamente uma divisão de *status* e tarefas. Os trabalhadores dos engenhos, pobres livres e escravos, compartilharam condições aviltantes de trabalho e a experiência da precariedade da liberdade que marcaram as relações sociais e laborais no Brasil escravista do século XIX. Entretanto, a depender de quem reclamava alguma questão, as diferenças, mesmo que pequenas, poderiam ser acionadas e as hierarquias evidenciadas.

O uso da coerção física como recurso para manter a disciplina e a hierarquia foi comum nos engenhos açucareiros antes e depois do 13 de maio de 1888. No entanto, com a abolição, os trabalhadores dos engenhos não admitiam ser considerados escravos nem

³⁶² Ofício da Delegacia de Escada em 23 de maio de 1883, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada, Nº 130 (1877-1887) e Ofício da Delegacia de Ipojuca em 19 de janeiro de 1884, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Ipojuca, Nº 205 (1883-1890).

³⁶³ CARVALHO, Marcus. “O traficante de escravos, a mulher do vizinho e o chicote inglês”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, v.61, n.1, 2005.

serem castigados, situação que, quando acontecia, deveria causar consternação e revolta entre os homens de cor, ao reencontrarem tal punição na labuta cotidiana dos canaviais.

A partir desse caso podemos perceber que as relações estabelecidas nos engenhos no pós-abolição foram também pautadas pelas marcas da escravidão, de forma que a antiga condição escrava constituiu um forte elemento de hierarquização entre os trabalhadores do açúcar. Ao asseverar o lugar da subalternidade para os ex-escravos, procurava-se estabelecer também os espaços e papéis sociais nas relações de mando e obediência.

Nos processos judiciais aqui analisados, as evidências indicam que a antiga condição escrava era mobilizada nas relações sociais travadas nos engenhos da Mata Sul para demarcar o lugar social experimentado pelas mulheres e pelos homens de cor. As marcas da escravidão associavam-se à cor da pele dos indivíduos, marcavam hierarquias e interferiam nas regras de sociabilidade, nos comportamentos e na mobilidade social desses indivíduos.

Conforme consta nos autos, João Correia relatou que seu algoz, armado de chicote, andava gritando por toda parte do Engenho Penderama que “treze de maio não era nada”. Segundo uma testemunha, João Correia, por ser treze de maio, ofendeu-se e sentiu-se hostilizado diante da postura do réu e, quando encontrou Zenandi, trocaram insultos e foram às vias de fato.

João Correia buscou defender sua honra, dignidade e a sua cidadania e garantir, primeiro pelo uso da força e depois na justiça, que sua atual condição social não sofresse ultraje algum apenas por ter sido escravo. O ex-cativo, com sua atitude, procurou demonstrar que pessoas como ele, que tinham sido escravizadas, com a conquista da liberdade não eram indivíduos submissos e covardes.

Podemos destacar que a antiga condição escrava na fala do provocador Zenandi foi o componente causador da contenda. Já no caso que veremos a seguir ocorrido, no bumba-meu-boi, em 1890, evidenciou-se elementos de ordem moral e sexual associados às marcas da escravidão. A vida em liberdade sob os resquícios de uma sociedade escravocrata foi bem difícil para muitos libertos.

Em 28 de junho de 1890, véspera de São Pedro, Cláudio Pergentino Ferreira do Monte, casado, cozinheiro e de 40 anos de idade, saiu à tarde de sua casa, no Engenho Salgado, vestido com *palitot* para ir à Procissão de Nossa Senhora do Ó. Mais tarde ele foi

informado que teria na frente da igreja um brinquedo de bumba-meu-boi, devidamente autorizado pelo subdelegado. Cláudio resolveu ficar na frente do estabelecimento do Capitão João Manoel, onde seria a apresentação. O local estava repleto de espectadores para assistir à função até que chegou um moço chamado Liberato e diz que não levava em conta mulher de nenhum negro do Engenho Salgado.

A briga começou quando, por volta da meia noite, Liberato, um moço, “alto, seco e do cabelo bom” dirigiu gracejos a uma mulher negra oriunda do Engenho Salgado; pouco depois ele se juntou a outros rapazes armados de cacetes, os quais começaram a fazer confusão e a bater nas pessoas que assistiam aos festejos e também “nos negros do Salgado” que estavam reunidos para ver o boi. Segundo uma testemunha do processo judicial decorrente desse conflito, os rapazes disseram que naquela noite não havia mulher de negro do Salgado à qual eles não dirigissem gracejos e cantadas.³⁶⁴ Por esse motivo, Claudio Pergentino, que era considerado um homem respeitador e que prezava por sua família, resolveu responder às ofensas dirigidas aos negros do Salgado, local onde ele residia.

Os acusados e as testemunhas ao identificarem, em 1890, os trabalhadores do Engenho Salgado presentes no boi como negros indicam, primeiro, que os homens e mulheres do referido engenho, em sua maioria, tinham sido escravos e por isso lhes reservavam posição subalterna naquela sociedade. A testemunha Victorino Virissimo da Costa, que era negociante na região e conhecia bastante gente, disse que “os ex-escravos do Engenho Salgado tinham por costume fazer provocações a pessoas moradoras no Povoado do Ó”. A testemunha disse ainda que Claudio Pergentino era um dos poucos negros do Salgado que constava não ter ofendido ninguém e nem ser provocador. Os ex-proprietários e homens pobres de pele mais clara que buscavam estabelecer diferenças sociais, mesmo que pequenas, passaram a subalternizar os ex-cativos utilizando a racialização das relações para dirimir as aspirações e esperanças de maior liberdade e possibilidades de atuação social que antes de 13 de maio de 1888 eram menores.

Os bois atraíam ex-escravos e a população em geral dos vários engenhos vizinhos à localidade. Uma testemunha disse que havia mais ou menos 300 pessoas assistindo a

³⁶⁴ Subdelegacia do 2º Distrito. Inquérito. Instaurado em consequência dos ferimentos recebidos por Cláudio Pergentino Ferreira do Monte. Ipojuca, 1890, MJPE.

função. Esse folguedo, certamente, era um evento que ocorria com certa frequência em áreas urbanas e rurais, pelo menos, nos períodos das festas de Natal e dos festejos juninos. O bumba-meu-boi é um espetáculo que envolve dança e dramatização acompanhados de uma banda musical. Era encenado tradicionalmente em arenas públicas, que podem ser uma praça, um pátio. Esse festejo era apreciado e brincado por gente negra. De acordo com Beatriz Brusantin, o boi era uma apropriação em terras pernambucanas da festa de bois da África Central com a realização de cortejos e procissões com o boi semelhante à de Boi Geroa, dos Vanianecas, de Angola. Os instrumentos utilizados no festejo também trazem indicações da sua origem africana. Para a autora, o nome Bumba, por exemplo, na linguagem Angolana significa tambor grande. A base instrumental utilizada no século XIX no boi pernambucano era o bombo, ganzá, bajé, além do uso de máscaras, todos de origem africana.³⁶⁵

Durante o século XIX, além de uma festa com ligações religiosas, por vezes, o folguedo do boi exibiu outro significado por conta da dramatização que envolve a brincadeira, o da inversão das hierarquias sociais. Como podemos observar do relato de Pereira da Costa de 1907:

Entra o capitão de campo, perseguindo Fidelis para prender e amarrar como negro fugido. Canta o coro: Capitão Colombo/ Tome bem sentido/ Leve para casa o negro fugido. E o capitão atirando-se sobre Fidelis brada-lhe: Eu te amarro, cão/ Eu te atiro, negro/, Eu te mato, ladrão/ **Tratava-se então uma luta entre ambos, e o Fidelis deitando por terra o capitão amarra-o com a própria corda que trazia cantando então o coro a esta cena: Capitão de campo/Veja que o mundo virou/ Foi ao mato pegar o negro/ Mas o negro o amarrrou.** Responde o capitão: Sou valente e afamado/Como eu, não pode haver/Qualquer susto que me fazem/Logo me ponho a correr. (Grifos nossos)³⁶⁶

Existem enredos diferentes para o auto do bumba-meu-boi, mas, numa das histórias mais populares, um casal de escravos, ou a depender da versão, um casal de trabalhadores rurais enfrenta a fúria de um Senhor de engenho após terem matado um boi na fazenda. No transcorrer da encenação, os dois personagens principais, Mateus e Catirina, fazem de tudo para ressuscitar o bicho. A história presente nesse folguedo popular quando se refere às

³⁶⁵ BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. "Bora pro samba! Visões sobre as 'tradições culturais' dos trabalhadores rurais dos engenhos de açúcar da zona da mata norte de Pernambuco do final do século XIX e XX." XXV Simpósio Nacional de História 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética, 2009.

³⁶⁶PEREIRA DA COSTA, F. A. *Folk-lore pernambucano. Subsídios para a história da poesia popular em Pernambuco*. 2. ed., Recife, CEPE, 2004.

vivências dos escravos remontam a um passado mais justo e em que eles podiam revidar os abusos sofridos. Como apontou Beatriz Brusantin, esse festejo pode ser entendido como uma espécie de protesto contra a escravidão, e no pós-abolição os participantes apoiavam-se na experiência antes construída e faziam versos para afrontar os seus desafetos.

Os versos indicados na citação colocada mais acima sugere uma quebra na situação de inferioridade enfrentada pelos homens e mulheres negros que tinham pessoalmente experimentado a escravidão e para outros que viveram a escravidão pelas experiências de seus familiares, amigos e vizinhos. Com a abolição, o mundo tinha virado e nesse novo momento havia se subvertido as normas e regras de um tempo anterior em que as relações sociais eram impostas de forma mais rígida e coercitiva.

Poucos anos depois da abolição, cantorias como essa deveriam remeter aos escravos a ideia de que a vida havia mudado ou de se fazer sentir mais claramente as mudanças nas relações sociais e que os negros não estavam mais sob o jugo de um proprietário. É significativo e cabe especular que os antigos senhores agora teriam de mudar a forma de negociação com seus antigos escravos, conviver com as demandas por autonomia; os seus cantos já indicam que são tempos diferentes, tempos em que podiam livremente cantar a sua autonomia, a sua liberdade. Em tempos de escravidão a música também era um canal de discussão da liberdade, através de ironias, críticas e sonhos. Depois da abolição esse espaço pôde ter se ampliado, mas também havia controle e repressão.³⁶⁷

O rapaz que causou toda aquela agitação e as cacetadas teria dirigido gracejos a uma mulher que tinha sido escrava do Senhor Cavalcante e a mesma era camarada de Cláudio Pergentino. Talvez o rapaz tenha visto aquela cantoria como a materialização das modificações ocorridas nas relações cotidianas mantidas antes da abolição. Como não era “míope”, o rapaz causador da briga compreendia os códigos específicos daquele grupo de trabalhadores e os significados emitidos por aquele folguedo. Acreditamos que ele deve ter achado aquela festa uma ousadia, um desacato de pessoas recém-saídas do cativeiro e que depois do dia 13 de maio não queriam mais ser ofendidas por ter sido escravas. Além disso,

³⁶⁷ BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Capitães e Mateus: reações sociais e culturas festivas e de luta dos trabalhadores dos engenhos da mata norte de Pernambuco (Comarca de Nazareth – 1870/1888)*. Tese de Doutorado, Campinas, SP, 2011.

esse episódio mostra que esses libertos, para driblar as resistências encontradas pelo caminho, poderiam utilizar esse folguedo como um veículo sutil para fazer uma crítica social a quem ainda queria viver segundo as regras da ordem escravista.

As ofensas proferidas pelos rapazes no bumba-meu-boi realizado em Nossa Senhora do Ó, indicando que as mulheres negras do Engenho Salgado eram sexualmente disponíveis, foram uma tentativa de delimitar o lugar social das mulheres e dos seus maridos não-brancos na hierarquia social a partir da menção da cor da pele das pessoas. Entretanto, esses negros reagiram e não aceitaram ser desrespeitados por conta de sua cor e por terem sido escravos. Ser empregado no mesmo engenho, portanto, não significava uma necessária união ou certo sentido de classe com uniformidade de interesses e propósitos. Contudo, os negros do Engenho Salgado demonstraram senso de solidariedade de grupo. Ao brigarem juntos uniram-se e se protegeram dos usos opressivos da memória da escravidão que pretendia minar a sua autoestima e reforçar o lugar hierárquico que cabia aos negros naquela localidade.

É possível imaginar que os insultos preconceituosos e estereótipos ofensivos tenham se tornado mais presentes a partir do momento em que os escravos tornaram-se pessoas livres e passaram a se comportar e tentar ocupar espaços que antes não eram a eles facultado. Vê-se assim que o tratamento desferido às mulheres do Engenho Salgado, muitas delas ex-escravas, indica a estratégia de manter os homens e as mulheres dessa comunidade na base da hierarquia social, construída e sedimentada nos tempos da escravidão.

A historiadora Wlamyra Albuquerque³⁶⁸, ao analisar o fim do escravismo no Brasil, observou que as relações estabelecidas no pós-abolição pautaram-se pelas diferenças raciais. Segundo a autora, “no Brasil, o processo emancipacionista foi marcado pela profunda racialização das relações sociais”, e procurava manter certas hierarquias pondo na base as populações de cor que ainda tinha suas trajetórias entrelaçadas a experiência da escravidão.

Práticas discriminatórias como a menção de forma pejorativa da cor da pele dos indivíduos em tom de descrédito serviam como estratégia para desestabilizar a posição que uma pessoa ocupava na hierarquia social. Tenta-se assim impor uma internalização do lugar

³⁶⁸ ALBUQUERQUE, Wlamyra R de. *O jogo da dissimulação – abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

que ela deveria ocupar naquela sociedade, de certo o mais baixo na hierarquia social.

A ofensa aberta feita às negras do Salgado reforçavam a estigmatização racial vivida pelos ex-escravos e pelas pessoas de cor. Por outro lado, para os homens dessa comunidade receberem os insultos e não reagirem significava aceitar a violência simbólica e a exclusão que tais ultrajes carregavam. O pescador Manoel Marques de Sant'Anna relatou em seu testemunho que a briga no pátio da Igreja de Nossa Senhora Ó começou por ter um jovem dirigido umas caçoadas a uma mulher que tinha sido escrava. O pescador e outras testemunham assinalaram que o bumba-meu-boi por conta desse desentendimento acabou em grande pancadaria, muito barulho e com pessoas gravemente feridas.³⁶⁹

Gente ressentida com a perda de autoridade ou apreensiva com a possibilidade de uma maior equiparação entre os que compunham o universo da pobreza pode ter utilizado as ofensas e agressões proferidas contra os ex-escravos para marcar as diferenças que já não estavam mais legalmente estabelecidas. No caso do bumba-meu-boi as mulheres negras serviram de mote para ofender a todos os negros que foram escravos no Engenho Salgado. A mulher negra era e ainda é avaliada boa para o sexo por ser considerada com a libido mais aguçada. A literatura acadêmica contemporânea traz indicações acerca do cotidiano da mulher escrava apontando que a vida delas era marcada por maus tratos, perseguições de ordem sexual, estupros e mortes desferidas, em grande parte, por seus senhores.³⁷⁰ Mas, ao mesmo tempo, a vida sexual das escravas e das negras libertas podia ser utilizada como um importante mecanismo de ascensão social.

A abolição da escravidão promoveu inserções e participações diferenciadas na dinâmica social entre os homens e mulheres. Pudemos observar pelo caso dos negros do Engenho Salgado que eles buscavam construir novas estratégias de inserção e ação social. Para o ex-escravo, poder exercer autoridade sobre sua esposa e seus filhos, foi um quesito importante, pois, após a abolição, passaram a ocupar a posição de proprietário deles. Os libertos procuraram estabelecer no núcleo familiar o espaço no qual o homem exerceria grande autoridade.

³⁶⁹ Subdelegacia do 2º Distrito. Inquérito. Instaurado em consequência dos ferimentos recebidos por Cláudio Pergentino Ferreira do Monte. Ipojuca, 1890, MJPE.

³⁷⁰ ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima, o caso de Luiza jeje: a escravidão, família e mobilidade social – Bahia, c.1780-c.1830*. Tese de Doutorado em História, UFF, Niterói, 2010.

Independente de o matrimônio ser formal ou informal, famílias negras no pós-abolição reclamavam respeitabilidade para as suas relações de acordo com o modelo valorizado na ocasião, apanágio apenas dos brancos. No decorrer do período escravista e no pós-abolição, os discursos sobre a imoralidade e a lascividade das mulheres escravas e das mulheres de cor tinham grande força. Mesmo as mulheres que não tinham sido escravas, mas eram negras, pardas ou mulatas tinham sua honra sempre sob suspeita. Acreditava-se que a cor escura interferia na transmissão intergeracional do comportamento que comprometia a transferência de bons valores entre seus membros. Nesse tipo de compreensão, nas famílias negras os valores morais e de respeito estavam ausentes ou eram frágeis. Desse modo, algumas famílias negras aderiram ao modelo moral ocidental prescrito pelas elites. Muitos se esforçaram continuamente para serem reconhecidos como moralizados e bons cidadãos pela classe dominante.

Os homens negros, notadamente os ex-escravos, enfrentaram obstáculos para constituir suas famílias nucleares estáveis. Porque suas mulheres eram evocadas como signo da sensualidade, promiscuidade e eram desacatadas e assediadas, isso porque tinham sido escravas e experimentaram uma vida sem maiores confinamentos no interior do lar, pois a mobilidade e a autonomia no circular pelas ruas era uma constante em suas vidas. O que não impediu de desenvolverem valores prescritos pelas elites para os seus relacionamentos. Ao final do século XIX, no período entre o declínio do Império e o começo da República, os arranjos familiares e a honra feminina foi tema de debate na sociedade.³⁷¹

Dentre as experiências vivenciadas no pós-abolição pela população de ex-escravos e de seus descendentes nas Américas a organização familiar segundo os padrões ditos burgueses parece ter sido a escolha mais comum. De acordo com Thomas Holt, os libertos jamaicanos no pós-emancipação adotaram esferas sexuadas de atividade e autoridade com relação as suas esposas e filhos. Ainda de acordo com o autor, os ex-escravos jamaicanos começaram a desenvolver comportamentos considerados burgueses, sobretudo no sentido de buscar proporcionar a suas mulheres e filhos o sustento extraído pelo trabalho do marido na lavoura, bem como a própria prática de acumulação de capital. Essa prática permitiria

³⁷¹ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. CAULFIELD, S. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2000.

uma autoridade sobre os da casa por parte do mantenedor. Além disso, ofender a mulher ou ao filho significava diretamente um alvitre à figura do marido e do pai.³⁷² Cada vez mais a honra, que já era uma preocupação entre os escravos, ganha uma dimensão ainda maior entre os libertos.

Homens e mulheres de cor viveram momentos tensos para concretizar no dia a dia as suas liberdades. As mulheres libertas que antes tiveram vidas mais autônomas baseadas em outras regras e valores, após a abolição tiveram de optar por adotar o resguardo doméstico ou viver algumas desarmonias com seus parceiros recusando os limites por eles impostos. Alguns esposos procuravam reproduzir as prerrogativas dos papéis masculinos dominantes, às vezes alguns desses valores já haviam sido experimentados ainda quando escravos, atuando como mantenedores dos seus lares e exigindo das libertas reclusão e fidelidade. A liberdade não foi vivida da mesma forma por homens e mulheres ex-escravos. Além de conviver com as privações do espaço público, as ex-escravas tinham de solucionar as adversidades domésticas. Enquanto as mulheres brancas precisavam da tutela de seus pais, parentes, marido ou irmão para ocupar o espaço público, no caso das mulheres que foram cativas, esse tipo de autorização não era imprescindível. Porque grande parte das mulheres negras sempre necessitou trabalhar para garantir seu sustento e por isso a rua era um *locus* habitual em suas vidas. Para algumas mulheres negras, o casamento pode ter significado o fim da liberdade e da autonomia para constituir laços sociais. A lógica patriarcal pesava muito na vida das mulheres de cor de qualquer idade no fim do período escravista e no pós-abolição.

Na tentativa de afastar as mulheres negras e pardas do estigma da sexualidade desenfreada, procurou-se expressar no cotidiano dessa população valores ditos positivos para as famílias respeitáveis. Os membros dos grupos familiares de ex-escravos se esforçavam para tentar restringir a circulação das mulheres ao espaço doméstico, embora essa realidade nem sempre fosse possível de ser posta em prática nas suas vivências cotidianas.

³⁷² HOLT, Thomas. A essência do contrato – A articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa Britânico de emancipação, 1838-1866. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.110.

Em um contexto de quebra da autoridade de senhores de engenho sob seus trabalhadores e de redefinições dos papéis de gênero para os ex-escravos, a população livre de cor se esforçou para construir condutas que permitissem não se manter à parte, mas de inserir-se na sociedade. Cláudio Pergentino, como vimos, possuía os pré-requisitos para ser enquadrado como homem de bem: era casado, chefe de família, prezava pelo respeito às mulheres e era trabalhador.

Por outro lado, não podemos deixar de lembrar das famílias chefiadas por mulheres negras, arranjo bastante comum no período escravista e após a abolição, e que conviveram com a discriminação racial. As mulheres que tinham sido escravas e as de pele escura buscaram subverter as condições de subordinação e de segregação numa luta contínua após o fim do cativeiro para gerir e chefiar a sua família, garantir proteção e segurança aos seus, ter mais autonomia e defender sua honra. Se para os homens negros garantir respeito as suas famílias era uma tarefa árdua, para as mulheres negras essa batalha era ainda mais dura.

Como afirmou Walter Fraga Filho, o fim da escravidão trouxe para os libertos não somente expectativas de mudanças e ampliação nas condições de subsistência e trabalho. Eles almejavam, também, modificação na maneira em que eram tratados cotidianamente.³⁷³ E a cantoria durante o boi tem um significado muito forte – *o mundo virou*, isto é, os negros escravos ou ex-escravos podiam submeter os seus opressores como fez um dos personagens do folguedo.

Os homens e mulheres moradores do Engenho Salgado, ex-escravos, seus filhos e netos repulsavam designações que evocassem a antiga condição de escravos, notadamente, se eram usados para compor modelos hierárquicos envoltos nas experiências escravistas. Como afirmaram Walter Fraga Filho e Wlamyra Albuquerque, a história da escravidão não acabou em 1888, ela prolongou-se e o uso de denominações depreciativas com referências ao passado da escravidão, menções a cor de uma pessoa foram utilizadas para desqualificar um indivíduo e depreciar a nova condição de livres dos ex-cativos.³⁷⁴

A atitude provocadora de Liberato, o rapaz causador da contenda, acreditamos, tinha por intenção censurar e esvaziar os significados de festejos como o bumba-meu-boi, no

³⁷³ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*. Op. Cit. p. 263.

³⁷⁴ FRAGA FILHO, Walter. *Migrações, Itinerários e Esperanças de Mobilidade Social*, Op. Cit. ALBUQUERQUE, Wlamyra R de. *O jogo da dissimulação*, Op. Cit.

qual alguns ex-cativos fizeram uma releitura das experiências da escravidão somada às expectativas com o futuro para reorganizar as suas vidas. A declaração oficial, depois de 13 de maio de 1888, de que se inauguravam novas relações jurídicas para as populações de cor não foram suficientes para efetivar a sua condição de livres e evitar insultos. Na prática, a cidadania dos homens de cor da Mata Sul era uma pelega cotidiana construída a partir dos embates originados nas relações sociais estabelecidas. As agressões físicas ou verbais também eram aviltantes, notadamente, quando carregavam marcas desclassificadoras para os ofendidos. Outro elemento pode ser cogitado para a explosão da contenda como, por exemplo, a existência de rivalidades entre grupos de trabalhadores por ocupações nos engenhos. Disso nós não sabemos, mas podemos imaginar que qualquer desafeto quando associado a diferenças marcadas pela antiga condição escrava e o ataque à honra dos homens pelo assédio as suas mulheres.

Os dois casos relatados demonstram os “problemas da liberdade” enfrentados pelos ex-escravos e seus descendentes no pós-abolição. Os episódios mostram que alguns libertos emergiram da escravidão com noções de direitos e demandas por cidadania. O bumba-meu-boi, por exemplo, é um folguedo com conteúdos culturais e políticos incorporados pelos últimos escravos no processo de abolição e depois pelos trabalhadores livres ou do trânsito desses sujeitos entre a escravidão e a liberdade; na busca para determinar os significados da liberdade e para contestar através de manifestações coletivas as exclusões ou restrições à cidadania. Ou seja, os brincantes e parte do público assistente do boi queriam mostrar *que o mundo virou*.

4.5 (Re)sentimentos senhoriais

Durante todo século XIX, a liberdade foi conquistada apenas por autocompra realizada pelos cativos, mas também por “concessões” dos senhores, que tinham a pretensão de criar uma rede de dependentes. Em muitos casos, os ex-senhores entendiam que a liberdade não quebrava os vínculos existentes com os libertos. De acordo com a lógica senhorial, as relações estabelecidas após a alforria deviam estar baseadas no

sentimento de gratidão e em lealdades pessoais, gerando confusões em torno do entendimento dos significados da liberdade para os ex-senhores e para os ex-escravos.³⁷⁵

O pequeno livro de memórias intitulado *Um livro sem título (Memórias de uma provinciana)*, de Adélia Pinto³⁷⁶, traz o relato de uma mulher pertencente às camadas médias da sociedade pernambucana que circulou pelos engenhos açucareiros. A narrativa de Adélia Pinto sobre a região da Mata Sul de Pernambuco inicia-se em meados do século XIX e registrou situações a respeito da vida familiar, das visitas feitas e recebidas, da criadagem, do fim da escravidão, das comemorações e festividades anuais, como os saraus, o bumba-meu-boi e o São João. Tais rememorações foram registradas quando a autora tinha por volta de 80 anos, portanto o tempo da escrita dista do tempo narrado.

Percebemos que os escritos da autora refletem o contexto histórico, seu gênero e seu repertório de referências literárias. Também observamos que Adélia se aproveitou do gênero de memórias para construir a sua narrativa com leituras do tempo da infância, da juventude e da maturidade.

Podemos afirmar que o registro de memória produzido por Adélia e por ex-senhores e ex-senhoras esteve marcado pela discussão do Regionalismo e de sua experiência de classe. Nesse sentido, Maciel Carneiro³⁷⁷ salienta que:

Alguns memorialistas, todavia, nem escritores são no sentido estrito da palavra, mas, imbuídos de sentimento regionalista e tradicionalista sorvido na experiência de uma classe em decadência, decidem registrar fatos emblemáticos de seu passado, constituir um quadro histórico das transformações de uma época³⁷⁸.

Assim, vê-se que em Pernambuco existiu um compartilhamento de experiências de classe, de uma região e de estilos narrativos que tinham as histórias de vida como fio condutor. Contudo, o que nos interessa mais diretamente na narrativa de Adélia Pinto são

³⁷⁵ LIMA, Tatiana Silva de. *Os nós que alforriam: relações sociais na construção da liberdade. Recife, décadas de 1840 e 1850*. Dissertação de Mestrado em História, UFPE, Recife, 2004.

³⁷⁶ Pinto, Adélia. *Um livro sem título (Memórias de uma provinciana)*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1962. O livro é dividido em 33 capítulos curtos e a narrativa não segue uma ordem cronológica, por vezes, as temporalidades misturam-se.

³⁷⁷ SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais* Op. Cit.. O estudo versa sobre as criadas (escravas domésticas, libertas, livres pobres) e as senhoras e senhores que foram afetados pelas mudanças políticas e sociais das últimas décadas da escravidão, na Bahia e em Pernambuco, e que se tornaram personagens de registros de memórias.

³⁷⁸ Idem. p. 118.

os momentos em que ela menciona as questões da escravidão e da abolição. Durante umas das passagens do seu texto, quando faz referência a abolição do cativo, ela comenta: que tinha apenas nove anos quando foi assinado o Decreto de “Alforria”.³⁷⁹ Ana Rios observou nas entrevistas com descendentes de libertos do sudeste brasileiro, no pós-abolição, que alguns marcos de memória familiar estavam centrados na passagem da escravidão para a liberdade com referências, por exemplo, à lei do ventre livre³⁸⁰. Esse evento simbolizava um marco familiar, aqueles nascidos após a lei Rio Branco passaram a ser chamados de “ventre-livre”. Esse novo termo era muito utilizado pelos entrevistados para demarcar um status diferenciado com relação ao seu ancestral dentro da escravaria. Do mesmo modo ocorreu com os descendentes de proprietários de escravos, embora as lembranças concentraram-se no dia 13 de maio de 1888 e nos dias seguintes a esse evento. Situação difícil para muitos deles que viram sua autoridade senhorial e fortunas ruírem. Por isso essa experiência foi tão marcante em suas vidas³⁸¹.

A narrativa da autora nos possibilita a apreensão de uma determinada realidade social e histórica. De acordo com a autora, ela e sua mãe tinham horror à escravidão e a prova deste fato é que, “numa época em que só se achava gente de serviço entre escravos, nunca possuiu um só deles”³⁸². Embora utilizassem do serviço de duas escravas alugadas. Com a proximidade da vida doméstica, sua mãe teria se apegado a uma delas, a escrava Maria. Depois de um tempo Maria tornou-se “insuportável” e a mãe de Adélia, que em parte queria recompensá-la pelos serviços prestados e também queria que ela ficasse livre para organizar sua vida, comprou-a de seu senhor e a alforriou. Não sabemos se essa bondade resultara de um espírito calcado nos ideais de liberdade para todos ou se Maria vinha empregando no cotidiano doméstico gestos considerados ousados para uma escrava. Essa lembrança é demasiado tributária do discurso senhorial, sem levar em conta as eventuais leituras alternativas. Temos conhecimento de que, quando livre, a alforriada Maria escolheu a casa de um primo de Adélia onde se empregou e mais tarde desapareceu

³⁷⁹ PINTO, Adélia. Op. Cit., p. 176.

³⁸⁰ MATTOS, Hebe Maria. & RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

³⁸¹ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação*. Op. Cit..Ver o tópico – “Conserve-se a Palavra Senhor!”.

³⁸² PINTO, Adélia. Op. Cit. p.176.

para sempre.³⁸³ O fato foi recordado com ressentimento pela escritora. A memorialista colocou a abolição da escravidão como uma concessão senhorial – o Decreto da alforria. Essa rememoração indica como esse evento foi entendido por Adéli como uma dádiva. A atitude sugere um esforço para manter sua autoridade senhorial ou laços de dependência da ex-escrava com sua família.

Uma explicação plausível para o gesto louvável, a compra da alforria da escrava Maria, residia também no aprendizado de repertórios comportamentais senhoriais dos tempos do cativo: recompensar na expectativa de receber como agradecimento a continuidade da prestação de serviços ao antigo senhor. O uso de alforrias, recompensas e privilégios por parte dos senhores, visando disciplinar e moldar a força de trabalho escravo, premiando certos tipos de comportamentos e ao mesmo tempo punindo outros. Essa prática forjou uma política que procurava conservar a força de trabalho através de incentivos, prêmios e privilégios individuais distribuídos aos escravos e aos libertos. Já os ex-escravos tinham direito de escolher seus patrões e exercer a sua mobilidade da maneira que melhor lhes conviesse. Depois da abolição, a política de incentivos mudou, principalmente, por conta da concentração fundiária na mão de poucos proprietários. Desse modo, os senhores puderam influenciar na fixação da população trabalhadora rural nos engenhos com a concessão de um pedaço de terra, cuja posse era bastante precária e prover parcamente o trabalhador e sua família com alimentos.³⁸⁴

O sistema escravista propunha uma hierarquia idealizada entre senhores e escravos, com os primeiros desempenhando seu direito de mando e os últimos submetidos a uma série de infortúnios como propriedades que eram. Romper essa hierarquia no pós-abolição não foi tão fácil já que este tipo de organização social pretendia ser mantido por várias gerações. Com o advento da abolição, alguns ex-senhores colocaram em prática algumas estratégias para prolongar condições de trabalho do tempo da escravidão. Para alguns, uma das estratégias mais eficazes para lidar com o advento do fim da escravidão era manter uma rede de relações composta de ex-escravos cedendo-lhes alguns favores e, para outros, escritos memorialísticos cheios de ressentimentos foi o que lhes restou fazer.

³⁸³ Idem, pp. 175 e 176.

³⁸⁴ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: UFPE, 2007.

Os homens e mulheres de cor que saíram da escravidão ou a ela estiveram ligados por diversos motivos deveriam ser cordatos na visão da classe socialmente dominante no período pós-abolição. Adélia Pinto, em sua tentativa de mostrar os dissabores do mundo senhorial, apresentava os libertos como rebeldes e ingratos. Por meio desse registro escrito, ela também tentava demarcar os lugares sociais atribuídos a negras e brancas no imediato pós-abolição, que era respectivamente o exercício da obediência e do mando.

Enfim, os ex-senhores lamentavam-se da maneira como os antigos escravos passaram a se comportar. Muitos ex-cativos afrontaram seus antigos senhores, gente branca que não possuiu escravos e a polícia, promovendo algazaras, furtos e quebras de etiquetas estabelecidas na ordem escravista, como por exemplo, o tom da voz em negociações cotidianas. José Maria Bello, em suas memórias, disse que, após a abolição, os ex-escravos não se importavam em procurar trabalho, aumentavam o número de ociosos e, conseqüentemente, proviam suas necessidades através de assaltos às propriedades privadas. Em alguns casos, os libertos passaram a praticar furtos e assaltos como meio de serem recompensados por anos de trabalho sem remuneração.³⁸⁵

A partir da emancipação dos escravos e do advento da República foram recriadas práticas de negociação e conflito no cotidiano dos trabalhadores dos engenhos, inclusive com a permanência de laços de dependência e lealdade forjados na escravidão e reestruturados no dinamismo das experiências e vivências sociais do pós-abolição.

4.6 Dependência e gratidão

As pessoas que acabaram de sair da escravidão refizeram as suas vidas em meio a hostilidades e incertezas, e isso não foi tarefa fácil. Entre as estratégias para se inserirem nesse novo contexto estava se comportarem como sujeitos dependentes e gratos. O desejo de permanecer no lugar onde já estavam trabalhando, com moradia independente e com meios mais concretos para organizar a vida foi, por vezes, motivo suficiente para alguns indivíduos permanecerem no local onde tinham sido cativos. Esse foi o caso do liberto

³⁸⁵ BELLO, José Maria. *Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. (Coleção Documentos Brasileiros).

Felisberto e a sua história nos chegou através de fragmentos documentais que o indicavam ora como trabalhador escravo ora como trabalhador livre do Engenho Gaipió³⁸⁶.

Já tratamos em páginas anteriores de um caso de assassinato ocorrido no Engenho Gaipió, em 1889, durante a realização de um samba em uma das senzalas do engenho. Vamos retomá-lo porque encontramos nesse processo um grupo de trabalhadores chamados a depor, dois deles tinham sido escravos do Doutor Ambrósio Machado,³⁸⁷ apresentavam sobrenome e eram pai e filho. Na lista de matrícula de escravos de 1872, encontramos Felisberto, que no processo de 1889 se apresentou como Felisberto da Cunha Freitas e, do mesmo modo e na mesma ocasião, Ezequiel adotara o sobrenome Mendes da Silva. De onde vinham esses sobrenomes? Por que pai e filho não adotaram – Machado da Cunha Cavalcanti – como o do seu antigo senhor e atual patrão?

A maioria dos escravos era designada apenas pelo primeiro nome ou pelo nome seguido de designativos de procedência como, por exemplo, Maria Conga e ainda de lugar de origem como o de João Alagoas. É possível que, com a conquista da liberdade, os ex-escravos tenham achado esse momento o mais oportuno para adotar um sobrenome. Talvez alguns deles inventassem novos sobrenomes, sem ligação com os nomes de ex-senhores, para afastarem-se de uma associação com a escravidão. Nesse sentido, há um comentário no artigo de Eric Foner sobre as mudanças ocorridas na vida dos negros no período do pós-emancipação nos Estados Unidos e que corrobora com nossa argumentação:

Os escravos recém-libertados procuraram de inúmeras formas ‘livrar-se da marca da escravidão’ a fim de destruir a autoridade real e simbólica que os brancos haviam exercido sobre todos os aspectos de suas vidas. Alguns adotaram nomes novos, que refletiam as profundas esperanças inspiradas pela emancipação.³⁸⁸

Em *Memórias do cativo*, a partir de um depoimento oral, Hebe Castro e Ana Lugão Rios viram que o uso do sobrenome estava ligado a uma relação estreita com o senhor. Acreditamos que a astúcia com os sentimentos de temor e gratidão pautavam as relações da população de ex-cativos com os chefes locais, o que acabou por influenciar na

³⁸⁶ O Engenho Gaipió, localizado no Município de Ipojuca, foi fundado por José Félix da Câmara Pimentel em 1863. Posteriormente, foi vendido ao Doutor Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti, que se mudou para lá com sua família no dia 25 de maio de 1882. Esse engenho tinha como atividade principal a produção de açúcar e em 1886 contava com 85 escravos, quase todos destinados ao serviço da indústria canavieira.

³⁸⁸ FONER, Eric. “O significado da liberdade”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, nº 16, 1988, p.12.

adoção de seus sobrenomes. Nem todos, porém, puderam ou quiseram adotar o sobrenome do ex-senhor.³⁸⁹

O que teria levado os dois libertos a adotar sobrenomes distintos de seu ex-proprietário? Poderiam ter adotado sobrenomes de antigos senhores, esse foi o caso de Felisberto ou apenas escolhido outro sobrenome por questões para nós desconhecidas. De qualquer modo é preciso lembrar que o sobrenome dava um sentido de identidade, de pertencimento, de equiparação aos demais cidadãos e era um modo de ressignificar a liberdade. Quando as circunstâncias exigiam, o nome completo era apresentado. Para os interlocutores, uma vez ele fosse pronunciado devia emitir significados práticos nas relações cotidianas, como, por exemplo, lembrar que o nomeado estava inserido em uma rede de proteção. Qual sobrenome e por que adotá-lo eram questões que obedeciam a razões pessoais de cada ex-escravo.

Para Zeuske, com o final do regime escravista, os nomes desempenharam um papel de suma importância para a identidade pessoal. No caso cubano, alguns sobrenomes serviram para identificar ex-escravos e marcá-los nos baixos estratos sociais, subordinando-os no campo político e econômico. No caso pernambucano e brasileiro, cremos que a adoção de sobrenomes foi uma prática social vitoriosa no cotidiano de ex-cativos para afastá-los da escravidão e para aproximá-los do reconhecimento como pessoas livres. Textos de valor legal e ritual, como processos judiciais, ao veicularem sobrenomes com o registro de atitudes vistas como de homens livres ajudava na construção da imagem de pessoa efetiva e legalmente livre para os libertos, enquanto ainda imperava o regime escravista.³⁹⁰

Ter sido escravo era um momento da história de vida que alguns ex-escravos queriam apagar, pois a lembrança dessa fase de suas vidas os colocava no lugar da subordinação aos senhores brancos. Transpor esse passado incluía construir uma nova identidade de homem livre. Utilizar um sobrenome, usar variados sobrenomes em diferentes momentos ou chegar a adotar um que achasse mais adequado, fazia parte da estratégia conflituosa de criar uma identidade individual e familiar.

³⁸⁹ RIOS, Ana Lugão; CASTRO, Hebe Mattos de. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

³⁹⁰ ZEUSKE, Michael. “Estructuras e identidad en La “segunda esclavitud” (caso Cuba, 1800-1940)”. *EAVirtual*, n. 2.

No caso cubano, a adoção dos sobrenomes dos antigos senhores por seus escravos e ex-escravos poderiam seguir alguns determinantes.

Muitas vezes o sobrenome, que era em geral o do primeiro senhor, terminava incorporado a história familiar que os membros da família escrava levavam de um lugar a outro, quando eram vendidos ou herdados, sem dúvida este sobrenome os conectava a um lugar e a seus parentes: mães, pais, tios e irmãos e os dotava de uma identidade que em nada tinha a ver com o dono atual.³⁹¹

Para consolidar vínculos simbólicos, os libertos tomavam o sobrenome dos seus antigos senhores. Muitos deles, depois de libertados, buscavam a proteção dos seus ex-senhores para resolver conflitos e angariar benesses. O uso do sobrenome do antigo proprietário poderia até mesmo facilitar, quando ainda vigia o escravismo, o trânsito de libertos. Um sobrenome senhorial indicava boa conduta, uma qualidade importante para quem iniciava a vida em liberdade e precisava circular entre engenhos e, por vezes, entre cidades.³⁹² A manutenção de um sobrenome, mesmo quando a ligação genealógica é superficial ou inexistente, ainda assim possibilita ao seu portador carregar consigo as virtudes e o crédito social daquela família.

A história de Felisberto e Ezequiel, em alguns aspectos, pode ser a de muitos outros ex-escravos e libertos. A experiência dessa família pode ser representativa de um campo de possibilidades sociais acessíveis e possíveis aos indivíduos que viveram nesse momento histórico específico. Pai e filho pertenceram à mãe do Doutor Ambrósio Machado, Dona Ana Rosa da Cunha Freitas e tinham sido trazidos da Província de Alagoas para a de Pernambuco. Isso ocorreu, provavelmente, entre os anos de 1867 e 1868, quando o referido senhor mudou-se do Engenho Unassú para o Engenho Arandú de Baixo, atuando como rendeiro, no Município de Ipojuca.³⁹³ Felisberto assumiu o sobrenome da família senhorial de origem e não a do ramo familiar para a qual foi levado em Pernambuco. O fato pode indicar ligações afetivas com o lugar e com as pessoas do lugar onde residia a sua primeira proprietária.

³⁹¹ DÍAZ, Aisnara Perera; FUENTES, María de los Ángeles Meriño. *Nombrar las cosas: aproximación a la onomástica de la familia negra en Cuba*. Guantánamo: Editorial El Mar y La Montaña, 2006. p.63.

³⁹² Ver capítulo 5 – A família dos “Inácios”: práticas de nomeação e memória da escravidão. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente de Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847-tempo presente)*. Tese de Doutorado, UFF, Niterói, 2013.

³⁹³ Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti. Lembranças e apontamentos para meus filhos e netos, op. cit., pp. 430 e 438.

Observando os dados constantes na lista de matrícula de escravos de 1872, Felisberto foi descrito como mulato, com 35 anos, natural de Alagoas, feitor, com o valor de 2:500\$000 reis e viúvo. Sua esposa, já morta, seus cinco filhos, um deles também já morto, aparecem como escravos. Seus quatro filhos restantes continuaram escravos até o ano de 1886. Já no processo não é feita nenhuma menção a sua cor nem à condição cativa, vivida anos antes por pai e filho. Isso implica sugerir que esse fato se deveu ao peso do estigma negativo da antiga condição.³⁹⁴

Felisberto era feitor. Os feitores eram responsáveis por coordenar, fiscalizar a gestão do tempo e do trabalho desempenhado por escravos e homens livres. Eles podiam também submeter castigos e humilhações aos seus comandados e deviam informar ao senhor sobre todas as ocorrências acontecidas dentro de sua propriedade. Luis Carlos Soares destaca que essa era uma atividade que podia ser exercida, tanto nas áreas urbanas como rurais, por homens livres brancos, imigrantes portugueses, libertos negros e mestiços ou ainda por escravos. Para essa ocupação, os senhores escolhiam os escravos considerados os mais fiéis.³⁹⁵ Os feitores tinham de defender a propriedade do patrão, muitas vezes na ausência deste, e manter a lealdade dos trabalhadores, logo é uma posição que exigia responsabilidade e confiança.³⁹⁶

Alguns feitores foram rígidos no exercício de suas funções para garantir o bom andamento do trabalho e a disciplina, desagradando os cativos sob seu encargo e criando um clima de permanente tensão. Talvez esse tenha sido o caso ocorrido em 18 de maio de 1882, no qual o Delegado do Município de Escada oficiou ao Chefe de Polícia que o pardo Henrique, escravo no Engenho Refresco, havia matado com facadas o feitor Gonçalo da Rocha.³⁹⁷ Talvez essa atitude fosse um revide por insultos e ofensas que havia sofrido desse feitor em outras ocasiões.

³⁹⁴ No auto de justificação de posse datado do ano de 1887, reencontramos Ezequiel Mendes da Silva, pelo que nos parece a essa altura era homem liberto (não há referência alguma a seu status jurídico). Como morador do engenho, era uma testemunha credenciada para emitir um depoimento acertado sobre a causa em questão, afirmou que era de seu inteiro conhecimento ser o escravo Damião propriedade do doutor Ambrósio.

³⁹⁵ SOARES, Luis Carlos. *O "povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. p. 197-198.

³⁹⁶ MONSMA, Karl. "Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43.

³⁹⁷ Ofício da Delegacia de Escada em 18 de maio de 1882, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada Nº 130, (1877-1887).

Talvez a conquista da liberdade para Felisberto tenha sido fruto de uma estratégia já bastante conhecida por outros cativos: fidelidade ao senhor e execução de suas obrigações da melhor forma possível. Agindo dessa forma, muitos foram recompensados com a alforria e outros ganhos. Felisberto não tinha o controle sobre os elementos disponíveis na elaboração de estratégias pessoais de ascensão social, pois a tática adotada nunca era absoluta, sujeitando sua trajetória e a do seu filho a situações de riscos e incertezas. O feitor Felisberto era um homem adulto, viúvo, com filhos escravizados (até 1886) e vivendo em um engenho onde tinha sido escravo. A condição do feitor não era a das mais confortáveis, mas ainda assim quem exercia essa ocupação vivia uma situação diferenciada por causa do seu ofício e pela conquista da liberdade. Ambrósio Machado já tinha experiência na administração de um engenho e de escravos, compartilhava do *ethos* senhorial escravista, pois vinha de uma família de proprietários de cativos e de terras. Esse senhor sabia que distribuir recompensas como prêmios em dinheiro, comida, acesso a roças de gêneros alimentícios, melhores condições ou melhores ocupações aos seus prepostos ou a própria liberdade. Tais incentivos podiam ser fundamentais para estimular a lealdade e a dedicação na execução dos seus compromissos e deveres. Em seu livro de notas registrou no dia 11 de maio de 1888 que tinha dado liberdade a todos os seus escravos, por causa do decreto do dia 9 do mesmo mês apresentado pelo Ministro da Agricultura na Câmara dos Deputados, libertando todos os escravos do Brasil. Embora, dizia ele, já tivesse passado algumas cartas de liberdade para alguns escravos que lhe “tinham prestado melhores serviços”.³⁹⁸

Nenhum dos moradores dos engenhos ignorava a importância de estabelecer alianças com o proprietário. Por exemplo, um empregado mais dedicado e prestativo era tratado com maior deferência pelo proprietário do engenho. Este poderia até receber o direito a uma modesta casa, cultivar uma pequena lavoura no seu quintal, a ter uma casa de farinha e a criar galinha. Caso comercializasse os excedentes, poderia auferir algum dinheiro.

Ser agraciado com a liberdade pelos bons serviços prestados transformaria a vida da pessoa que recebeu a “concessão” e de seus familiares, que poderiam vir a construir relações baseadas em uma economia de fidelidades. Doutor Ambrósio sabia jogar com a concessão de benesses. E tanto foi assim que manteve um empregado leal em seu engenho, e quem bem

³⁹⁸ CAVALCANTI, Ambrósio Machado da Cunha. “Lembranças e apontamentos para meus filhos e netos”, op. cit., p. 443.

servira esperava uma justa política de gratificações. Beneficiadores e beneficiados ficavam presos de forma recíproca, então, aos grilhões da distribuição das benesses. O ato da doação de alforrias registradas no livro de notas do Doutor Ambrósio Machado, de forma ritualizada, queria fazer lembrar aos seus agraciados que entre eles deveria existir um vínculo envolto pelo sentimento de gratidão.

O viés analítico que permeou boa parte dos estudos sobre a manumissão no Brasil pode ser inserido no contexto historiográfico da década de 1990, que procurava apresentar aos leitores variadas formas de resistência escrava às políticas de domínio senhorial.³⁹⁹ Em boa medida, esses trabalhos passaram a considerar a alforria como resultado da negociação entre senhor e escravo. Dessa forma, introduzia-se a perspectiva do escravo como agente histórico no entendimento dessa prática social. Contudo, essa preocupação partia de alguns pressupostos até certo ponto discutíveis.

Em primeiro lugar, a alforria é tomada como horizonte de todo escravo; atribui-se a ela uma importância muito grande na vida dos escravos brasileiros. Mas se a alforria fora entendida pelos senhores como um privilégio capaz de promover a acomodação da população escrava e, em contrapartida, vista pelos cativos como algo que não estava disponível a todos, não seria errôneo supor que a manumissão constituía a principal meta na vida de um escravo. Alguns trabalhos mais recentes vêm reavaliando o significado que a aquisição de outros incentivos senhoriais – como a roça de subsistência, a venda de excedentes ou a formação de família – tinha para a organização da economia e da cultura doméstica dos escravos, já que esses benefícios eram conquistados pelos escravos quase sempre antes da alforria⁴⁰⁰.

O projeto de ascensão social de Felisberto caminhou, provavelmente, com bastante esforço, para torná-lo um liberto. Não sabemos se a alforria de Felisberto foi paga, condicional ou incondicional, pois não encontramos nenhum documento legal como a carta de alforria, papel de liberdade ou um papel particular feito por seu proprietário que registrasse

³⁹⁹ ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima, o caso de Luiza jeje*. Op. Cit. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Op. Cit. ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. REIS, João José, *Domingos Sodré: um sacerdote africano*. Escravidão, ILiberdade e candomblé na Bahia do Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riqueza e estigma social. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, julho de 2000. COWLING, Camillia; CASTILHO, Celso. “Funding Freedom, popularizing politics: abolitionism and local emancipation funds in 1880s Brazil”. *Luso-Brazilian Review*, 47:1, Madison, 2010.

⁴⁰⁰ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

seu acesso à liberdade. Acreditamos que deve ter ocorrido uma negociação entre o senhor e o escravo, seja para chegar a um acordo para fixar um valor, caso tenha sido uma alforria paga, ou, pelo menos, para discutir os termos no caso de uma alforria condicional. Entretanto, não podemos ver Felisberto simplesmente como um homem submisso, ele pode ter adotado um comportamento mais obediente para acionar benesses e direitos. Como foi observado por Lizandra Meyer: “Os escravos ao permanecerem submissos aos seus senhores não estavam necessariamente internalizando a interpretação da alforria como dádiva. Mas utilizando-se dela para conseguirem um direito importante aos seus olhos: a liberdade”.⁴⁰¹

É claro que homens e mulheres escravos adotaram posturas que misturavam comportamentos dos mais ousados aos passivos, isso dentro das limitações de sua condição, tanto para alcançar a liberdade como para fazer uso dela.

É preciso ter em mente esse quadro de relações para tentar entender as experiências possíveis para os indivíduos que viveram essa época. Não sabemos se os indícios aqui apresentados são suficientes para mostrar uma das muitas vivências possíveis ao grupo de trabalhadores presentes no documento judicial que abre este tópico. Tentamos aqui rastrear algumas pistas. Voltemos ao processo crime. Nele está escrito que, na madrugada do dia 21 de abril de 1889, o feitor Felisberto foi até o samba realizado na senzala do Engenho Gaipió, recomendando aos trabalhadores que se divertissem, mas que evitassem balbúrdias.

O feitor ficou presente no samba por algumas horas para evitar o excesso do consumo de bebida e as brigas, ou ainda para evitar a articulação de ações coletivas. A função do feitor era fiscalizar os seus subordinados por todo o tempo do trabalho e no tempo livre também, evitando dispersões e baixas na produtividade. Mesmo com o aviso do feitor Felisberto, uma briga ocorrera, na qual alguém acabou ferido junto à casa de bagaço Manoel Gerente. O doutor Ambrósio foi informado do fato e mandou seus moradores prenderem o acusado e levá-lo para a autoridade policial.

Muitas vezes, os subdelegados e delegados, que geralmente eram senhores de engenho, mantinham trabalhadores de jornada ou em outro regime de contrato em suas propriedades. Nesse sentido, há o artigo de Joseli Mendonça, que demonstra como as autoridades locais do oeste paulista podiam ser aliados pessoais e/ou políticos dos patrões

⁴⁰¹ FERRAZ, Lizandra Meyer. *Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX*, Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 2010, p. 57.

contra os quais os trabalhadores se queixavam. A autora traz para seu texto o estudo desenvolvido por Thomas Flory a respeito dos juizes de paz no império o qual argumenta que “os juizes de paz estavam inseridos nos grupos de influência e economia dos distritos e, por isso, podiam emitir decisões comprometidas com os interesses de tais grupos.”⁴⁰²

Os subdelegados e os delegados eram quase sempre proprietários de escravos e de engenhos ou ligados a senhores de engenhos da zona da Mata Sul de Pernambuco. Desse modo, estavam comprometidos por laços de amizade, parentesco e, por vezes, de endividamento. O subdelegado Felix José da Câmara Pimentel era filho do primeiro proprietário do Engenho Gaipió e amigo íntimo de Ambrósio Machado. Entre eles vigorava uma coesão que unia membros de um mesmo grupo e, por vezes, compartilhavam uma intimidade quase familiar, pois o subdelegado frequentava festas e celebrações mais reservadas em Gaipió. Estes indivíduos, em alguns casos, estavam ligados a redes de parentesco consanguíneo ou eletivo (ou por afinidade) que os forçavam a uma série de obrigações. Esse tipo de relação de parentesco e, no caso do delegado, de amizade serviu a diversas finalidades: propiciou a criação de vínculos duradouros de lealdade, permitiu resolver problemas, obter vantagens ou ainda garantir proteção e segurança mútua. A presença desse subdelegado no referido engenho já tinha ocorrido em outras ocasiões, notadamente para resolver conflitos como o ocorrido em novembro de 1888, no qual Félix José distribuiu palmatoadas para apaziguar um conflito entre trabalhadores. Em outro evento acontecido em março de 1889 havia realizado uma diligência a fim de verificar porque um trabalhador foi ferido com facadas.

Em todos os eventos citados lá estava o subdelegado sempre pronto para desempenhar as tarefas do seu ofício, que era manter a ordem e trabalhadores subordinados. A necessidade de se recorrer à força policial denota que a população dos engenhos não era tão submissa quanto desejavam os senhores de engenho. Os trabalhadores dos canaviais eram disciplinados repressivamente pelas instituições do Estado que agiam com os proprietários na relação de autoridade com seus empregados livres. Anos antes, temos outra aparição do subdelegado. Em 1887, o agregado do Engenho Gaipió Francisco Martins de Oliveira foi despedido, acreditando que o causador de sua dispensa foi o pardo moreno, trabalhador de enxada Fuão

⁴⁰² MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Livres e obrigados: experiências de trabalho no Centro-Sul do Brasil. In: *5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre, 2011. p. 5.

Bezerra. Os dois trabalhadores entraram em conflito e Francisco saiu ferido. Três semanas depois do episódio, Fuão evadiu-se e Francisco estava trabalhando no Engenho São João de propriedade do subdelegado Félix José. Ao receber um homem criminoso envolvido em confusão e expulso de outro engenho, o subdelegado “ganhou” um trabalhador, em um momento de necessidade de mão de obra, talvez não por sua falta, mas pelos ajustes nas relações de trabalho que, às vezes, não deviam garantir a permanência dos trabalhadores nos seus postos. Caso Francisco fosse escravo, o subdelegado teria um empregado sem ter de pagar por ele. Mas Francisco era um homem com problemas na justiça e talvez mais fácil de fazer se submeter as lides dos canaviais.⁴⁰³

Provavelmente o subdelegado, como o profissional responsável por colocar em prática as tarefas de repressão e disciplinamento, soube se aproveitar da situação desse homem e usou-a em seu próprio benefício. Não podemos esquecer uma coisa muito importante: a fiscalização das eleições era feita pelos delegados e seus subordinados. Para um homem como Ambrósio Machado, envolvido na política partidária, seria interessante contar com a ajuda desse segmento do Estado, que utilizava como principal recurso a coação para manter seus *meetings* e o transcorrer do pleito eleitoral na mais perfeita ordem.

Esse breve relato sugere a maneira como as autoridades policiais e senhores de engenho viam os trabalhadores do açúcar, após a abolição e um pouco antes dela. Era gente que vinha de longe e de perto, considerados como homens sem senhores e que só o cacete podia intimidar⁴⁰⁴. Alguns deles tinham sido escravos e, depois do 13 de maio, não aguentavam desaforos de autoridades e patrões nem tampouco de companheiros de jornada. Os efeitos da liberdade variavam, mas talvez a possibilidade de movimentar-se sem a necessidade de autorização do ex-senhor, o fim dos castigos corporais, a escolha de como e em que tempo trabalhar, e de contestar desagrados contra eles dirigidos, tenham sido os ganhos sociais mais notáveis.

⁴⁰³ Subdelegacia do 3º Distrito Policial do Termo de Ipojuca, (Inquérito Policial) Autoamento de uma portaria do Subdelegado do terceiro distrito deste termo, para o fim de se proceder a um exame na pessoa de Francisco Martins d’Oliveira. Ipojuca, 1887, MJPE.

⁴⁰⁴ Ofício da Delegacia de Ipojuca em 24 de novembro de 1888, RCP - Delegacia de Polícia de Ipojuca Nº 205 (1883-1890), APEJE.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou entender como a tênue fronteira entre a escravidão e o pós-abolição foi experimentada pelos trabalhadores dos engenhos da Mata Sul de Pernambuco. Região onde a maioria da população era composta por negros e pardos. Nessa tese afirmo que os homens e mulheres que laboraram nos canaviais da Mata Sul no período pós-abolição foram em grande parte ex-escravos que eram nascidos ou habitavam na região. Entretanto, mesmo antes do fim da escravidão os trabalhadores dos engenhos possuíam *status* jurídicos diferentes. Mas ainda assim, o trabalho no canavial era associado a coisa de gente preta e com ligações com o cativo, pelo menos no tratamento desferido a esses trabalhadores. Pois, em algumas situações a cor ou a raça de uma pessoa eram associadas a um passado escravo, e acabavam influenciando nos lugares sociais ocupados pelas populações de cor.

O 13 de maio foi resultado de um movimento de grande mobilização popular e nos dias seguintes a esse evento, conforme pudemos observar, foi um momento de mudanças, algumas miúdas e outras mais perceptíveis, no cotidiano dos trabalhadores dos engenhos. Nossa pesquisa aponta que a Abolição da escravidão trouxe mudanças na vida dos ex-escravos e libertos da Zona da Mata Sul de Pernambuco. Tais como reger a vida doméstica de forma mais independente, optar por não se submeter a condições de trabalho penosas, não ter um único patrão e poder ficar circulando entre propriedades podia ser visto como uma mudança em relação aos tempos do cativo. Os impactos promovidos pela Abolição na vida dos sujeitos foram os mais diversos. Como advertiu Stuart Schwartz com relação à emancipação, “o que veio depois nem sempre foi melhor para os ex-escravos e seus descendentes, mas foi diferente.”⁴⁰⁵

A Abolição provocou modificações e controvérsias na ordem das relações sociais, nessa ocasião emergiu uma maior autonomia e liberdade para os ex-escravos e libertos, por outro lado, as diferenças e hierarquias foram reordenadas. Delinearam-se novos padrões de vida em liberdade, de hierarquização e de exclusão e de uma cidadania racializada.

⁴⁰⁵ SCHWARTZ, Stuart. A historiografia da escravidão brasileira. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Santa Catarina: EDUSC, 2001, p.21.

No contexto por nós estudado os homens de cor, por vezes se posicionarem em condições de afrontamento às regras de uma sociedade que ainda se movimentava segundo ditames escravistas. Os trabalhadores dos engenhos, muitos deles, ex-cativos buscaram se firmar nessa sociedade e para isso fizeram uso de direitos, de costumes e tradições agindo e articulando cotidianamente os meios de luta e conquista de espaços sociais que os distanciassem dos estigmas da escravidão, embora nem sempre isso fosse possível.

Ao longo da tese apontamos continuidades e mudanças no modo como os trabalhadores dos engenhos experimentaram os últimos anos da escravidão e o pós-abolição. Aqui podemos refletir sobre tal questão articulando os acontecimentos estudados com a criação de espaços institucionais de luta de trabalhadores rurais nos quais eles passaram a agir de modo mais coeso. Como, por exemplo, na primeira metade do século XX quando foi criada a SAPPP – Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco fundada em 1955. A SAPPP era uma sociedade civil onde seus associados pagavam uma taxa que era utilizada para pagar uma professora, montar uma escola, ajudar nos funerais entre outras coisas. E certamente esse tipo de organização não é uma invenção do século XX.⁴⁰⁶ Cremos ainda que os usos da justiça por escravos, muitos deles trabalhadores dos engenhos, na luta pela liberdade ou para negociar melhores condições de vida tenha sido um aprendizado que depois veio a ser utilizado nas demandas empreendidas na justiça do trabalho para combater práticas arcaicas no universo do trabalho e permitiu lutar por novos direitos.

Para o período por nos estudado não foi possível investigar a classe dos trabalhadores dos engenhos organizada e com sua identidade construída o primeiro sindicato dos trabalhadores rurais surgiu em 1954 na Cidade de Barreiros que faz parte da Mata Sul de Pernambuco. Por outro lado, a nossa possibilidade de aproximação a estes trabalhadores se deu na investigação aos seus modos de vida, suas percepções sobre o trabalho e a experiência da liberdade para os trabalhadores que tinham sido escravos. Como foi manifestado por E. P. Thompson as experiências devem ser tomadas como um lugar privilegiado para explicar as mudanças históricas o que implica em observar modos de vidas e valores culturais de pessoas comuns na construção da narrativa história.

⁴⁰⁶ : DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona açucareira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

O processo de formação de uma classe é marcado pelo conflito, descontinuidades, avanços e lutas constantes por interesses em comum e apesar da sua importância, não podem ser vistos como as únicas expressões da identidade dos trabalhadores.

As conclusões que apresentamos aqui podem parecer óbvias, mas é uma obviedade que exigiu investigações e a construção de uma narrativa histórica que nos permitiu conhecer as vivências e possibilidades de atuação dos trabalhadores dos engenhos da Mata Sul de Pernambuco na abolição e no pós-abolição.

6. FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes:

1.1 Fontes Manuscritas:

Memorial da Justiça de Pernambuco (MJPE).

1885 – Vila de N. Sra. do Ó de Ipojuca, Juízo de Órfãos, Autoamento de um ofício do Juiz de Órfãos de Sirinhaém.

1885 – Vila de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca da Comarca do Cabo. Juízo municipal e do [...] Sumário crime. Autora – justiça pública. Réu – Francisco Peregrino Texeira.

1885 – Villa de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca. Juizo Municipal. Autoamento de um inquérito policial procedido pelo Subdelegado do 2º Districto deste Termo.

1885 - Vila de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca. Juizo Municipal. Sumário Crime. A Justiça Pública. A. O Comandante do Destacamento de Ipojuca José Muniz de Souza Borges e outras praças do corpo de policia. RR

1885 - Inquérito Policial. Offendido João Francisco de Paula e José Ferreira dos Santos. Offensores Tito de tal, José Bimba e João Marques.

1885 - Villa de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca. Juizo Municipal do crime. Autoamento de dois officios e um inquérito policial que adiante se seguem.

1885 - Vila de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca da Comarca do Cabo. Juizo Municipal. Autoamento de uma petição do coletor de rendas geraes deste município requerendo arbitramento do escravo Themoteo pertencente a Manoel Clementino Alves de Oliveira.

1886 – Pernambuco. Tribunal da Relação. Apellação Civil ao Juizo de Direito da Comarca de Escada. Apellante Jose Affonso de Azevedo Campos agente do Collector Geral. Apellada A preta Maria escrava do Barão de Pirangy.

1886 - Subdelegacia do 1º Districto de Ipojuca. (menor, Manoel) Autoamento de portaria e officio que adiante se segue.

1886 - Villa de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca. Juizo de Orphãos. Autoamento da audiência especial de 9 de junho de 1886.

1887 Pernambuco juízo municipal do Termo da Escada. Ação de Abandono. A. O escravizado Luiz Antonio. R. Dona Maria Rita Wanderley Lins.

1887 Pernambuco Juízo Municipal do Termo da Escada. Autoamento do Termo de acordo do escravo Antonio pertencente ao doutor Aquilino Gomes Porto.

1887 Pernambuco Juízo Municipal do Termo da Escada. Autoamento do termo de acordo do escravo Antonio, pertencente ao capitão Emilio Pereira de Araujo.

1887 Pernambuco Juízo Municipal do Termo da Escada. Acordo. Autoamento do termo de acordo da escrava Honorata, pertencente ao doutor Antonio Epaminondas de Barros Correia como abaixo se declara.

1887 Pernambuco Juízo Municipal do Termo da Escada. Acordo. Autoamento do termo de acordo da escrava de nome Paula pertencente a Baronesa da Escada como abaixo se declara.

1887 - (Sem Capa). A baronesa da Escada e o escravo Clemente.

1887 – Pernambuco. Juizo Municipal do Termo da Escada. Acordo. Autoamento do Termo de acordo dos escravos Martinha e Francisca pertencente a Jose Henrique Teixeira, como abaixo se declara.

1887 – Pernambuco. Juizo Municipal do Termo da Escada. Autoamento do termo de acordo do escravo Henrique pertencente ao Barao de Frexeiras.

1887 –Pernambuco. Juizo Municipal do Termo da Escada. Acordo. Autoamento do termo de acordo do escravo Joao pertecente ao doutor Henrique Marques de Holanda Cavalcante, como abaixo se declara.

1887 – Pernambuco. Juizo Municipal do Termo da Escada. Autoamento do Termo de acordo do escravo Jorge pertencente a Francisco Antonio de Medeiros.

1887 – Pernambuco. Juizo Municipal do Termo da Escada. Autoamento do Termo de acordo do escravo Manoel pertencente ao coronel Marcionilo da Silveira Lins.

1887 – Pernambuco. Juizo Municipal de Pernambuco. Acordo. Autoamento de acordo dos escravos Antonio Simplicio e [...] Maria, pertencente ao coronel Antonio Marques de Holanda Cavalcante como abaixo se declara.

1887 – Pernambuco. Juizo Municipal do Termo da Escada. Autoamento do termo de acordo do escravo Fausto pertencente ao coronel Antonio Marques de Holanda Cavalcante.

1887 – Pernambuco. Juizo Municipal do Termo da Escada. Autoamento do Termo de acordo do escravo Gregorio, pertencente ao doutor Henrique Marques de Holanda Cavalcante.

1887 – Pernambuco. Juizo Municipal do Termo da Escada. Autoamento do Termo de acordo do escravo Clemente pertencente a Baronesa da Escada.

1887 – Pernambuco. Juizo Muniicpal do Termo da Escada. Autoamento do Termo de acordo do escravo Herculano pertencente a Joao Climaco Barbalho.

1887 – Pernambuco. Juizo Municipal do Cível do Termo da Escada. Ação de liberdade por via de arbitramento pelo fundo de emancipação, do escravo Fiel, pertencente ao Barão de Araçagy como abaixo se declara.

1887 – Subdelegacia do 2º Distrito de Ipojuca. Inquérito Policial instaurado contra Joaquim José, vulgarmente conhecido por Joaquim Estrella, por ter com uma faca assassinado a José Gaiola.

1887 – Ipojuca - Traslado dos autos de perguntas aos escravos Aguida, Rufina e Barbina, de Guilhermino Joaquim do Rego Barreto.

1887 - Subdelegacia do 3º Districto Policial do Termo de Ipojuca. (Inquérito Policial) Autoamento de uma portaria do Subdelegado do terceiro districto deste termo, para o fim de se proceder a um exame na pessoa de Francisco Martins d'Oliveira.

1888 Vila de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca. Benedicta, [...], [...] João Nabor, Luiza pertencentes ao coronel Francisco Manoel de Siqueira Cavalcanti, cujo original, seguio para o superior Tribunal da Relação a ex-officio, em a data de 20 de fevereiro de 1888 no traslado de que adiante se segue.

1888 - Vila de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca. Juiso Municipal de Orphãos. Manumissões. Autoamento de uma petição do Coletor das Rendas Geraes deste Município para o fim constante na mesma, e adiante se declara.

1889 - Vila de Ipojuca. Juiso do Cível. Vistoria

1890 - Povoação de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca. Subdelegacia do 2º Destricto. Inquérito. Instaurado em consequência dos ferimentos recebidos por Cláudio Pergentino Ferreira do Monte.

1890 - Vila de Ipojuca Comarca do Cabo. Juízo Municipal do Crime. Sumário Crime. Autora – a Justiça Pública. Réo – o indivíduo conhecido por Zenandi.

1889 - Appellação crime do Jury da Cidade do Cabo. Appelante – o Dr. Juiz de Direito. Appelado – Jeronimo Leonardo da Silva.

1892 - Villa de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca. Juizo Municipal do Civel. Protesto. Autoamento de uma petição de Theotonio da Silva Vieira. Contra Francisco José Coelho Neto e outros.

1892 - Municipio da Escada. juizo de orfaos. Arrendamento trienal do Engenho Irmandade. Autoamento de uma petição do Doutor curador geral de orfaos para o fim que abaixo se declara.

1893 - Município de Ipojuca. Juizo Municipal. Vestoria. Autoamento de uma petição de Manoel Olympio de Barros Costa para o fim de se proceder a uma vestoria nas madeiras picadas por ordem de Levino da Silveira Lins.

Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE).

Setor de Documentos Manuscritos.

Fundo Secretaria de Segurança Pública (SSP).

SSP - Delegacia de Escada 1877-1887 N° 130.

SSP - Delegacia de Escada 1888-1899 N° 131.

SSP - Delegacia de Ipojuca 1883-1890 N° 205.

SSP - Delegacia de Ipojuca 1891-1903 N° 206.

SSP - Delegacia de Rio Formoso 1879-1888 N° 333.

SSP - Delegacia de Sirinhaém 1881-1889 N° 369.

SSP - Delegacia de Sirinhaém 1890-1907 N° 370.

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

Setor de Documentos Manuscritos.

Carta recebida por João Ramos de Gualberto R. Silva. Ceará 04 de março de 1883. Estante B, gaveta 31.

Carta recebida por João Ramos de Gualberto R. Silva. Ceará 14 de março de 1883. Estante B, gaveta 31.

Carta recebida por João Ramos de João Cordeiro. Ceará 22 de agosto de 1883. Estante B, gaveta 31.

Carta recebida por João Ramos de Estevão José Paes Barretto. Paiva, 26 de dezembro de 1883. Estante B, gaveta 31.

Carta recebida por João Ramos de Luis de Andrade. Rio de Janeiro 13 de janeiro de 1884. Estante B, gaveta 31.

Carta recebida pela Sociedade Nova Emancipadora da Sociedade Libertadora Alagoana. Maceió 10 de setembro de 1884. Estante B, gaveta 31.

Sociedade União Beneficente 25 de março (SUB).

Livro n. 2 – Livro de Atas da Sociedade União Beneficente 25 de março. Fundada em 1894, do ano de 1896 a 1897. Escada.

1.2. Fontes Impressas:

Jornais:

A Lanterna Mágica, Recife 20 de maio de 1888.

A Exposição. Recife 17 de maio, 1888.

Diário de Pernambuco, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893.

Echo de Palmares 25 de março de 1884.

Folha do Norte, Recife, 9 de fevereiro de 1884.

Gazeta de Palmares, 26 de outubro de 1884.

Jornal do Comércio. Recife, 23 de março de 1994. Um século de beneficência 1894-1994.

Jornal do Recife, 2 de fevereiro de 1884

Jornal do Recife, 03 de maio de 1884.

Jornal do Recife, 15 de julho de 1884.

Jornal do Recife, 14 de março de 1888.

O Escadense, 25 de março de 1878.

O Rebate, 25 de março de 1884.

O Rebate, Recife 25 de outubro de 1884.

O Rebate, Recife, 17 de outubro de 1884.

O Thermometro, Nazaré, sábado 18 de agosto de 1883.

O Vinte e Cinco de Março – Jornal comemorativo – Publicação anual em homenagem à libertação do Ceará, 25 de março de 1886.

The Christian Recorder (Philadelphia), April 17, 1884, In: the African American Newspapers: The 19th Century Online Database.

Abolição no Parlamento: 65 anos de luta, 1823-1888. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 1988.

BELLO, José Maria. *Memórias*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, Coleção Documentos Brasileiros, 1958.

BELLO, J. *Memórias de um senhor de engenho*. 3ª ed. Recife: FUNDARPE, 1985.

CAMPELLO, Samuel Carneiro Rodrigues. *Escada e Jaboatão – memória apresentada ao VI Congresso de Geographia Brasileiro*. Recife, 1919.

CASTRO, Fernando de. *A Escravidão no Brasil*. Conferência Abolicionista – Teatro Santa Isabel a 25 de março de 1885. Mandada publicar pela Sociedade Ave Libertas Pernambuco, Tipografia Apollo, 1885, p-12. IAHGP, caixa 4, folheto 26.

CARLI, Gileno de. *Aspectos açucareiros de Pernambuco*. Rio de Janeiro, s.n., 1940.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Pernambuco ao Ceará: O dia 25 de Março de 1884*. 2º Ed., Fortaleza: Secretaria de Cultura, 1984.

Congresso Agrícola do Recife. (1878: Recife) Anais. Recife: Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978. (Edição Fac-similar comemorativa do primeiro centenário 1878-1978).

FREYRE, G. *O velho Félix e suas Memórias de um Cavalcanti*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos, 1865. *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas da Silva, 2. Ed., Edição fac-similar, Recife: CEPE, 2006.

GOUVEIA, Fernando da Cruz. O barão de Goicana e o seu diário. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, vol. 50, 1978.

MILET, Henrique. *O quebra-quilos e a crise da lavoura*. 2 ed. São Paulo: Global; Brasília: INL, 1987.

NABUCO, Carolina. *Joaquim Nabuco. Cartas a Amigos*. Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. São Paulo, Instituto Progresso Editorial S. A., vol 1, s/d.

Código do Processo do Império do Brasil por Araújo Filgueiras Júnior. Tomo II, Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1874.

NABUCO, Joaquim. *A campanha abolicionista no Recife, eleições de 1884*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1885.

NABUCO, J. *Minha formação*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2004, p. 182. Texto escrito originalmente entre 1893-1899.

Recenseamento da População do Império do Brasil, Pernambuco, 1872.

Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação culto e analfabetismo – População recenseada em 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro, Oficina da Estatística, 1898.

PINTO, Adélia. *Memórias de uma Provinciana*.

Cronistas e Viajantes.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p.111.

TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais: tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Bahia: Progresso, 1956

Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

Príncipes da Liberdade – Joaquim Nabuco – José Mariano, 19--. Rótulo de cigarro. Luzo Brasileira. Pernambuco.

Cigarros Nabuco, 19--. Rótulo de cigarro. L. Banks. Pernambuco.

Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco (BPEP).

O Clube do Cupim e a Lei 13 de maio. Comédia-drama em 4 atos por Thomaz Espiuca. Pernambuco, Tipografia do Comércio, Rua do Imperador, 1889.

Biblioteca Nacional (BN).

Descrição do Município de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca da Comarca do Cabo da Província de Pernambuco. Recife, Tipografia Industrial, 1881.

Fontes Iconográficas.

CARLS, F. H. *Álbum de Pernambuco e seus Arrabaldes: 1878*. Ed. Fac-Similada e ampliada. Recife: CEPE, 2007.

Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana-de-Açúcar nos Municípios de Escada, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes e Moreno – PE. Recife, IPHAN, 2010.

1. Bibliografia:

ABREU, Marcelo Paiva. *Comércio exterior: interesses do Brasil*. Rio e Janeiro: Elsevier, 2007.

ABREU, Martha & PEREIRA, Matheus Serva. (Orgs.). *Caminhos da Liberdade: Histórias da Abolição e do Pós-abolição no Brasil*. Niterói – RJ, PPGHistória - UFF, 2011.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) *História da Vida Privada no Brasil: Império; 2..* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Ieda Maria. *O Vocabulário da cana-de-açúcar nas obras de Jose Lins do Rego*. Alfa, São Paulo, 1981.

ANDRADE, Juliana Alves de. *Gente do Vale: Experiências Camponesas na Comarca de Atalaia/Alagoas (1870-1890)*. Tese de doutorado em Historia, UFPE, 2013. (em fase de elaboração).

ANDRADE, Juliana Alves de. *A Mata em Movimento: Coroa portuguesa, Senhores de Engenho, Homens livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas*. Dissertação de Mestrado, UFPB, João Pessoa, 2008.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba (1860-1888)*. Tese de doutorado, UFBA, 2007.

ANDRADE, Juliana Alves de. *A Mata em Movimento: Coroa portuguesa, Senhores de Engenho, Homens livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas*. Dissertação de Mestrado, UFPB, João Pessoa, 2008.

- ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. In: *Revista Estudos Avançados*. Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *Transição do trabalho escravo para o Trabalho livre no Nordeste açucareiro*. In: *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo - USP, v.13, nº 1, 1983
- AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites: século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.
- AZEVEDO, Elciene. *O Direito dos escravos: Lutas e Abolicionismo na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003.
- Azevedo, Elciene. [et al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- BARBOZA, Edson Holanda Lima. *Sobre as hidras do Norte: Rotas de transgressão desde o Ceará aos portais da Amazônia - 1877/1889*. *Revista Brasileira do Caribe*, Goiânia, Vol. XI, nº21, Jul-Dez, 2010.
- BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- BARRETO NETO, Raul Coelho. *Transpondo muros e regras: os aprendizes-marinheiros na Bahia nas ruas de Salvador (1910-1942)*. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 1, n. 2, dez. 2009.
- BERLIN, Ira. *Gerações do Cativo – Uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do Século XIX: liberdade e dominação*. 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.
- BOMPASTOR, Sylvia Couceiro. *O Discurso da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco em fins do Império: 1875-1885*. Dissertação de mestrado em História da UFPE, Recife, 1991.
- BOSCH, Mònica. *Movilidad y herencia de los masovers catalanes. La família Culubret, siglos XVII-XIX*. *Revista Historia Agraria*, Murcia, SEHA, 52, 2010.

- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *O Trabalho de crianças e jovens do Brasil Imperial: Minas Gerais, 1831-1832*. Revista História: Questões & Debates, Curitiba, n. 39, 2003.
- BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Capitães e Mateus: reações sociais e culturas festivas e de luta dos trabalhadores dos engenhos da mata norte de Pernambuco (Comarca de Nazareth – 1870/1888)*. Tese de Doutorado, Campinas, SP, 2011.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou Camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro, 1988.
- CARDOSO, Rafael. (Org.). *O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- CARVALHO, Marcus J. M. '*Quem Furta Mais e Esconde*': O roubo de escravos em Pernambuco, 1832-1855. Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo-USP, v. 17, 1987.
- CASSOLI, Marileide Lázara. *Ações de liberdade: Direito e as relações entre senhores e escravos, Termo de Mariana, 1850-1888*.
- CASTILHO, Celso. *Abolitionism Matters: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*. Tese de doutorado, University of California, Berkeley, 2008.
- CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *A Zona da Mata Pernambucana e a Serra Gaúcha: apontamentos sobre a estrutura fundiária em meados do XIX*. Recife: Mimeo, 2012.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: Rotinas e rupturas do Escravismo no Recife 1822-1850*. Recife: UFPE, 1998.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. *Coroa de glória, lágrimas de sangue – a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COSTA, Lenira Lima da. *A lei do ventre livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco 1871-1888*. Dissertação de Mestrado em História, UFPE/Recife, 2007.

COSTA, Lenira Lima da. *Escravos indesejáveis e seu direito à liberdade*. In: GUILLEN, Isabel Cristina Martins. GRILLO, Maria Ângela de Faria. *Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária d UFPE, 2009.

DEAN, Warren. *Rio Claro: Um sistema brasileiro de grande lavoura. (1820 -1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1977.

Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DIÉGUES, Júnior, Manuel. *O Engenho de Açúcar no Nordeste – Documentário da Vida Rural*. Maceió: EDUFAL, 2006.

DUPÂQUIER, J. *Sédentarité ET mobilité dnas l’Ancienne société rurale. Enracinement et ouverture: faut-il vraiment choisir?*. *Historie et Sociétés Rurales*, 18, 2002.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

EISENBERG, Peter L. *Ficando Livre: As alforrias em Campinas no século XIX*. . In: *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, 17(2), Maio/Ago. 1987.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento – Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

FERRAZ, Socorro. *Sesmarias do Açúcar. Sítios Históricos*. *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, nº 26-2, UFPE, Recife, 2008.

FERRAZ, Lizandra Meyer. *Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Campinas, São Paulo, 2010.

FERREIRA, Lusirene Celestino França. *Cruzando o Atlântico: os ecos da abolição do Ceará no mundo atlântico (1884)*. XVIII Encontro de História da Anpuh- Rio, Identidades.

FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade – a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec, Salvador: EDUFBA, 1996.

FRAGA FILHO, *Encruzilhadas da Liberdade. Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

FRAGA FILHO, Walter. *Migrações, Itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a Abolição*. In: Cadernos AEL: Trabalhadores, leis e direitos. Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, v.14, n.26, 2009.

FRAGINALS, Manoel Moreno. *O Engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. São Paulo, HUCITEC: Editora da UNESP, 1987, vol. 1.

FREITAS, Marcelo Pontes; FREIRE, Maria Emília Lopes & FARIA, Mariá Silva. *Os caminhos do açúcar em Pernambuco: reflexões sobre a relação espacial e operacional da ferrovia com a usina de açúcar*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Pernambuco, [s/d].

FREYRE, Gilberto. *Nordeste - Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 45. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 14ª ed., 1979.

GALLOWAY, J. H. *The last years of slavery on the sugar plantations of Northeastern Brazil*. In: Hispanic American Historical Review, Vol. 51, Issue 4, 1971.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas – Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos e CUNHA, Olivia (Orgs.). *Quase-Cidadão – Histórias e Antropologias da Pós-Emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2007.

GOMES, Flávio (Org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

- GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da Emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-Abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- GOMES, Geraldo. *Engenho e Arquitetura*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 2006.
- GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Abolição: a liberdade veio do Norte*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.
- GRAHAM, Richard. *Nos Tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil*. In: Revista Afro-Ásia, n. 27, 2002.
- GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade. As ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.
- GRINBERG, Keila. “Alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos”, Estudos Históricos, n. 28, 2001.
- GRINBERG, Keila. *Escravidão e liberdade na fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa*. Cadernos do CHDD/ Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática, ano 6, número especial, [Brasília, DF], 2007.
- GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na Escravidão e no Pós-Emancipação – Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa edições, 2006.
- HOFFNAGEL, Marc Jay. *From Monarchy to Republic in Northeast Brasil: the case of Pernambuco, 1868-1895*. Indiana: Indiana University, 1975.
- HOFFNAGEL, Marc Jay. Tensões e Conflitos na consolidação da República em Pernambuco: A Revolta de Triunfo. In: *Revista Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, v. 28.2, UFPE, Recife, 2010.
- IVO, Isnara Pereira. *Homens de Caminho: Trânsitos, comércio e cores nos sertões da America portuguesa – século XVIII*. Tese de doutorado, UFMG, Belo Horizonte, 2009.

- JACKSON, Kenneth David; ALBUQUERQUE, Severino João (Orgs.). Conferências sobre Joaquim Nabuco – Joaquim Nabuco e Wisconsin. Centenário da Conferência na Universidade. Ensaios comemorativos. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias Ltda., 2010.
- JEHA, Silvana Cassab. *A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c.1822-c.1854*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.
- LACOMBE, Américo Jacobina; Silva, Eduardo e Barbosa, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos*. Brasília: Ministério da Justiça; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiças no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2006.
- LEÃO, Mariinha. (Maria José Leão Portela Gomes). *Lendas, mitos e histórias da terra dos Barões*. 2. ed. . Escada, 2011.
- LEVINE, Robert. *A Velha Usina – Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LIMA, Edna Lúcia Oliveira da Cunha. *Cinco décadas de litografia comercial no Recife: por uma história das marcas de cigarros registradas em Pernambuco, 1875-1924*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arte & Design, 1998.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: Escalas, Indícios e Singularidades*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas – sentido da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2003.
- LOPES, José Sérgio Leite e ALVIM, Rosilene. A Usina e a Varanda: A Teatralização da Dominação Patronal. REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 38, n. 2, 2007.
- MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-EDUSP, 1994.
- MACHADO, Maria Helena P. T. Corpo, gênero e identidade no limiar da Abolição: A história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). *Afro-Ásia*, 42 (2010).

- MAIA, Clarissa Nunes. Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. Tese de doutorado, UFPE, Recife, 2001.
- MAIA, Iacy Mata. *Os “Treze de Maio”*: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-Abolição (1888-1889). Dissertação de mestrado, UFBA, 2002.
- MAIA, Iacy Mata. Libertos de Treze de Maio e ex-senhores na Bahia: Conflitos no pós-abolição. *Revista Afro-Ásia*, n. 35, 2007.
- MAIA, Iacy Mata. Sentidos da liberdade e encaminhamento legal da Abolição: Bahia e Cuba – notas iniciais. In: *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, 2011.
- MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no sertão cearense*. Dissertação de Mestrado UFF, Niterói, 2012.
- MARTINS, Robson L. M. Atos dignos de louvor: Imprensa, alforrias e Abolição no Sul do Espírito Santo, 1885-1888. In: *Revista Afro-Ásia*, n.27, 2002.
- MARTINS, Walter. *Mercados urbanos, transformações na cidade: abastecimento e cotidiano em Campinas, 1859-1908*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio - os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 1999.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Sobre cadeias e coerção: experiências de trabalho no centro-sul do Brasil do XIX*. *Revista Brasileira de História*, v. 64, p. 1-20, 2012.
- MINDUCA, José Luis. *Escada, riqueza de Pernambuco*. 2. ed. Escada: Editora Gráfica & Editora Sousa, 2001.
- MONSMA, Karl. *Os delegados e os grupos “perigosos” no interior paulista, 1880-1900: representações de escravos, libertos, portugueses e italianos na correspondência policial*. Trabalho apresentado nas jornadas “A polícia em perspectiva histórica: Argentina e Brasil (do século XIX até a atualidade)”, Buenos Aires, 28-29 de agosto de 2008.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *O encaminhamento político do fim da escravidão*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: Unicamp, 1983.

- MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da Abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2012.
- MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra*. Revista Estudos Afro-asiáticos, n. 38, dez 2000.
- NASCIMENTO, Washington Santos. Famílias escravas, libertos e a dinâmica da escravidão no Sertão Baiano (1876-1888). *Revista Afro-Ásia*, n. 35, 2007.
- Ó, Manoel do. *100 anos de suor e sangue – Homens e Jornadas da Luta Operária do Nordeste*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes LTDA, 1971.
- NEVES, Delma Pessanha. (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – Formas dirigidas de constituição do campesinato*. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- PALMEIRA, Moacir. *Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional*. Contraponto, n. 2, dez, 1977.
- PAPALI, Maria Aparecida. *Ingênuos e órfãos pobres: a utilização do trabalho infantil no final da escravidão*. Revista Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, Vol. XXXIII, nº 1, 2007.
- PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2001.
- PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O trabalho de crianças escravas na Cidade de Salvador 1850-1888. *Revista Afro-Ásia*, n. 32, 2005.
- PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania Regina de, (Org.). *O historiador e suas fontes*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- PIROLA, Ricardo Figueiredo. *Senzala Insurgente – malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- PUNTAS, Antonio Florencio & Martinez, Antonio Luis Lopez. *El trabajo asalariado en la agricultura de La Baja Andalucía. Siglos XVIII y XIX*. In: História Agrária: revista de agricultura e história rural. SEHA – Seminário de História Agrária, Editada en la Universidad de Murcia, nº 21, agosto 2000.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos”: fuga e família entre escravos na Bahia. *Afro-Ásia*, nº 23, 1999.

REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

ROGERS, Thomas D. *Deepest Wounds: a labor and environmental history of sugar in Northeast Brazil*. The University of North Carolina Press, 2010.

ROSEMBERG, Andre. *De chumbo e festim: Uma historia da policia paulista no final do Império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010.

SALES, Maria Letícia Xavier. *O Clube do Cupim e a Memória Pernambucana*. Revista do Arquivo Público Estadual .de Pernambuco. Recife, v. 40, n. 43, 1990.

SANTOS, Cláudia Andrade. Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo? In: REIS F, Daniel Aarão (Org.). *Intelectuais, história e política*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

SARAÚSA, Carmen. *El análisis histórico Del trabajo agrário: custiones recientes*. In: História Agrária: revista de agricultura e história rural. SEHA – Seminário de História Agrária, Editada en la Universidad de Murcia, nº 22, agosto 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Sousa. *Negras imagens*. São Paulo: Edusp, 1996.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru (SP): Edusc, 2001.

SCOTT, James. *Weapons of the weak: the everyday practices of resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti et al. (Orgs.). *Leituras do Passado*. Campinas: Pontes Editores, 2009.

SILVA, Eduardo. *Law, Telegraph, and Festa: A Revaluation of Abolition in Brazil*. In: Pour l’histoire du Brésil: Hommage à Katia de Queirós Mattoso. Paris: L’Harmattan, 2000.

- SILVA, Eduardo. *As Camélias do Leblon e a abolição da escravatura – uma investigação de história cultural*. Companhia das Letras, São Paulo, 2003.
- SILVA, Eduardo. “Resistência negra, teatro e abolição da escravatura”. <http://sbph.org/>, 2009.
- SILVA, Edson Hely. *O lugar do índio. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no Século XIX: o caso de Escada-PE (1865-1880)*. Dissertação de mestrado História UFPE, Recife, 1995.
- SILVA, Edson. *Os Xukuru e o “sul”: migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas*. Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 26-2, 2008.
- SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de Honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: Ed. da UFPE. Co-edição, Salvador: EDUFBA, 2011.
- SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)*. Tese de Doutorado UFBA, Salvador, 2011.
- SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *Caminhos e descaminhos da abolição. Escravos, senhores e diretos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)*. Tese de Doutorado, Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007.
- SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *Memórias do tráfico ilegal de escravos nas ações de liberdade: Bahia, 1885-1888*. Revista Afro-Asia, v. 35, 2007.
- SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *As ações das sociedades abolicionistas na Bahia (1869-1888)*. In: 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 13 a 15 de maio de 2009.
- SLENES, Robert Wayne Andrew. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Pós-abolição na Bahia – Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antonio de Jesus 1888/1930*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2012.
- SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. *Reordenamento do trabalho – Trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro, Sergipe 1850-1930*. Funcaju, Aracaju, 2000.

- ROSEMBERG, André. *Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. Tese de doutoramento, São Paulo : FFLCH/ USP. 2008.
- TARRÉS, Antonio Simón. *Memorias y Diarios Personales de Cataluña Moderna*. Revista Historia Social, Valencia, Fundacion Instituto de Historia Social, vol 2, 1998.
- TELLES, Lorena Feres da Silva. *Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão*. Dissertação de mestrado, USP, São Paulo, 2011.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I. “A Árvore da Liberdade”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Ritos de Magia e Sobrevivência – sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890/1940)*. Tese de Doutorado em História Social, USP, São Paulo, 1997.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2009.
- XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.
- XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas, Área de Publicações CMU/Unicamp, 1996.
- XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão no século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- ZUBARAN, Angélica Maria. *Os escravos e a Lei de 7 de novembro de 1831 no Rio Grande do Sul (1865- 1888)*. II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre, 2005.